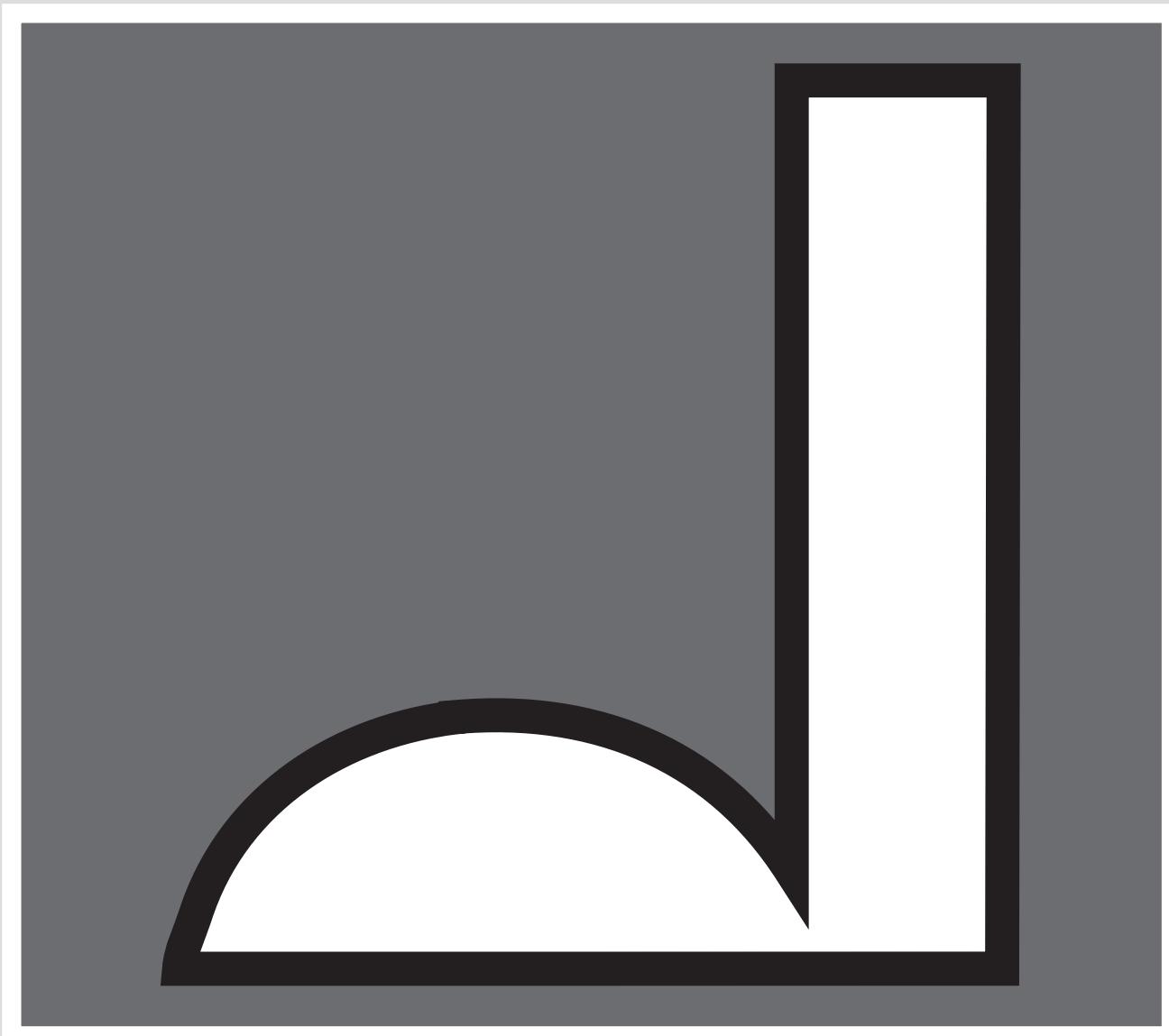




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXI - N° 131 - QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>MAIORIA (PMDB) – 20</b> <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES</b> Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)  <b>LÍDER DO PMDB – 20</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16</b> <b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  <b>LÍDER DO PT – 11</b> Ideli Salvatti  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino  <b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (vago)	<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b> <b>LÍDER</b> Alvaro Dias – PSDB  <b>VICE-LÍDERES</b> (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino  <b>VICE-LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)  <b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> (vago)  <b>LÍDER DO PRB – 2</b> Marcelo Crivella	<b>LÍDER DO PTB – 5</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT  <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
<b>EXPEDIENTE</b>		
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 121<sup>a</sup> SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE AGOSTO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado das Minas e Energia

Nº 191/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 513, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela.....

25674

##### 1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.....

25674

##### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 873, de 2006, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006, seja encaminhado à Comissão de Educação para que se pronuncie sobre o mesmo.....

25675

Nº 874, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service), de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes...

25675

##### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento, em aditamento à Mensagem nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), o Aviso nº 889/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando cópia do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional sobre proposta de aumento do limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. – Transpetro.....

25676

Recebimento, em aditamento à Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), o Aviso nº 890/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando os Termos e Condições referentes ao Financiamento para a Construção da UTE Candiota II Fase “C”,

proposto pela *China Development Bank* – CDB e a respectiva tradução.....

25676

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 314, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$698.797.766,00 (seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica; onde poderá receber emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

25676

Recebimento do Aviso nº 30, de 2006 (nº 305/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. (Anexado ao processado do Aviso nº 10, de 2006).....

25676

##### 1.2.5 – Parecer

Nº 1.003, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nºs 187 e 188, de 2006 (nºs 572 e 574/2006, na origem), que encaminham ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2006. (**Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006**).....

25676

##### 1.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente.....

25679

##### 1.2.7 – Discurso do Expediente

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** – Críticas a falta de estímulo ao desenvolvimento do Estado de Roraima durante o governo Lula. Apelo ao governo no sentido de editar medida provisória que autorize o Estado de Roraima a importar combustíveis da Venezuela.....

25680

##### 1.2.8 – Apreciação de matéria

Requerimentos nºs 869 e 870, de 2006, de autoria do Senador José Maranhão, e 871 e 872,

de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, de licenças de saúde e de interesse particular, lidos na sessão de ontem. <b>Aprovados</b> .....	25681
<b>1.2.9 – Discurso do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR ALMEIDA LIMA – Cobrança à divulgação pela Corregedoria Parlamentar do Senado das informações acerca das investigações sobre senadores acusados de envolvimento em irregularidades.....	25681
<b>1.2.10 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor Geovani Pinheiro Borges, Primeiro Suplente do Senador Gilvam Borges</b>	
<b>1.2.11 – Comunicação</b>	
Do Senador Geovani Borges, referente à sua filiação partidária (PMDB – AP), e adoção do nome parlamentar.....	25688
<b>1.2.12 – Leitura de requerimentos</b>	
Nº 875, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003. <b>Defrido</b> .....	25688
Nº 876, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho ou Negão Motora, como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva, ocorrido na cidade de Belém/PA, no dia 20 de julho último.....	25688
Nº 877, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, de sua autoria, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87 e 236, de 2005.....	25688
Nº 878, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.....	25689
Nº 879, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador, em 30 de julho último.....	25689
Nº 880, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando voto de congratulações pelo transcurso, no último dia 31 de julho, do cinqüentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza.....	25689
Nº 881, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando voto de aplauso ao Advogado Dr. Milton Córdova Júnior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição.....	25689

<b>1.2.13 - Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADORA IDELI SALVATTI – Manifestação com relação ao pronunciamento do Senador Almeida Lima.....	25691
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Refuta as acusações de irregularidades atribuídas a S. Ex <sup>a</sup> .....	25692
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Necessidade de que todos os candidatos a cargos eletivos assumam o compromisso de construir uma nova imagem para as instituições públicas brasileiras. Defesa da realização da reforma política.....	25693
SENADOR ALMEIDA LIMA – Esclarecimentos sobre o pronunciamento de S. Ex <sup>a</sup> feito anteriormente. ....	25693
SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Manifestação em defesa própria, diante das acusações que lhe foram feitas na CPI dos Sangueusugas....	25694
<b>1.2.14 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor Roberto Cavalcanti Ribeiro, Primeiro Suplente do Senador José Maranhão</b>	
<b>1.2.15 – Comunicação</b>	
Do Senador Roberto Cavalcanti, referente à sua filiação partidária (PRB-PB), e adoção do nome parlamentar.....	25708
<b>1.2.16 – Discurso do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR RAMEZ TEBET – Observações sobre a postura equilibrada adotada pelo Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, diante das acusações feitas contra parlamentares do Senado Federal. Tristeza e dor ante o desmoronamento do Líbano, devastado pela barbárie dos israelenses..	25708
<b>1.2.17 – Apreciação de matérias</b>	
Requerimento nº 781, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2002-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo. <b>Aprovado</b> . ....	25712
Requerimento nº 825, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 408, de 2003, e 99, de 2006 - Complementar, por regularem a mesma matéria. <b>Aprovado</b> . ....	25712
Requerimento nº 847, de 2006, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 272 e 374, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Assuntos Econômicos. <b>Aprovado</b> ....	25712
Requerimento nº 877, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a desapensação, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto	25712

de Lei do Senado nº 568, de 1999, de sua autoria, dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87 e 236, de 2005.	
<b>Aprovado.</b> .....	25712
<b>1.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Apelo em favor de que a nova Varig permaneça na cidade do Rio de Janeiro. Solidariedade em razão dos conflitos no Oriente Médio. Saudação ao novo Senador da Paraíba, Roberto Cavalcanti Ribeiro. .....	25713
SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Rebate supostos insultos dirigidos a S. Exª, pelo Presidente Lula e pelo Ministro Tarso Genro em recente visita ao Estado de Santa Catarina. .....	25717
SENADOR TASSO JEREISSATI – Advertências para o favoritismo de corruptos nas eleições de outubro próximo. .....	25718
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Propostas para o avanço da área de educação no Estado do Paraná. .....	25724
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Indignação com a falta de uma atitude firme do PT na averiguação das denúncias da revista <b>Veja</b> , assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, que trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de disseminação da vassoura-de-bruxa, que causou a destruição da economia do Sul da Bahia, levando à falência os cacaueiros. .....	25728
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Análise do crescimento da candidatura do ex-Governador Geraldo Alckmin, tendo em vista as denúncias de corrupção no atual governo. Críticas à proposta de doação de recursos pela empresa Dedini Indústria de Base, de Piracicaba/SP, beneficiada pelo Programa Nacional de Produção de uso do Biodiesel, à campanha pela reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. .....	25731
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Satisfação com a edição da medida provisória que abre crédito extraordinário para construção de rodovias no Estado do Pará e melhoramento da BR-163. .....	25733
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Repercussão da visita do Presidente Lula ao Estado de Santa Catarina.....	25734
SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Pronunciamento de posse no Senado Federal. ....	25737
SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com a onda de violência contra os agentes penitenciários paraibanos.....	25739
SENADOR PEDRO SIMON – Alerta para a tendência do eleitorado gaúcho em anular o voto nas próximas eleições. ....	25740
	<b>1.3 – ORDEM DO DIA</b>
	<b>Item 1</b>
Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25754
	<b>Item 2</b>
Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25754
	<b>Item 3</b>
Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25754
	<b>Item 4</b>
Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25755
	<b>Item 5</b>
Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual. <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25755
	<b>Item 6</b>
Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). <b>Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.</b> .....	25755
	<b>Item 7</b>
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do	

art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. <b>Apreciação sobreposta em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....</b>	25755	tulada “Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 17 de julho último. ....	25757
<b>Item 8</b>		SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao Programa do Primeiro Emprego do governo federal....	25759
Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes). <b>Apreciação sobreposta em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....</b>	25755	SENADOR ROMERO JUCÁ – Congratulações com a Rede Globo pelos projetos sociais colocados a favor da sociedade brasileira. ....	25759
<b>Item 9</b>		SENADOR MARCOS GUERRA – Críticas ao desempenho da equipe econômica do Presidente Lula.....	25761
Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. <b>Apreciação sobreposta em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....</b>	25755	<b>1.3.2 – Comunicação da Presidência</b>	
<b>Item 10</b>		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 2 de agosto, com Ordem do Dia anteriormente designada. ....	25762
Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. <b>Apreciação sobreposta em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....</b>	25755	<b>1.4 – ENCERRAMENTO</b>	
<b>Item 11 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>		<b>2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES</b>	
Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do Apartheid na África do Sul. <b>Apreciação sobreposta em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.....</b>	25756	Proferido pelo Senador Alvaro Dias, na sessão do dia 26 de julho de 2006.....	25764
<b>1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação</b>		Proferido pelo Senador Arthur Virgílio, na sessão do dia 26 de julho de 2006.....	25767
SENADOR VALDIR RAUPP – Apelo às autoridades do Governo Estadual de Rondônia no sentido de adotar providências para evitar que mais pessoas sejam vítimas de acidentes de trânsito. .	25756	<b>3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 1º-8-2006</b>	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da entrevista concedida pelo Senador José Jorge, inti-	25756	<b>SENADO FEDERAL</b>	
		<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
		<b>- 52ª LEGISLATURA</b>	
		<b>5 – SECRETARIA DE COMISSÕES</b>	
		<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
		<b>7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
		<b>15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI</b>	

# Ata da 121<sup>a</sup> Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de agosto de 2006

4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira e da Sra. Heloísa Helena*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/8/2006 07:30:54 até 1/8/2006 21:43:40

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASSI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

**Compareceram: 65 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**AVISO  
DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**

– Nº 191/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 513, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram juntadas ao processado do requerimento e ficam à disposição do Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2006**

**Acrescenta dispositivo ao artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para incluir o exame de detecção precoce de câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte disposição:

Art. 473.....

.....

IX – por um dia, a cada período de doze meses, após a realização de exame de detecção de câncer de mama, útero e próstata. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

**Justificação**

A alteração proposta ao art. 473 tem por objetivo estimular a realização de exames de detecção precoce de câncer de mama, útero e próstata.

O câncer de próstata, por exemplo, é um dos grandes problemas de saúde pública no Brasil, na opinião do Dr. Walter Koff, presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, e já é duas vezes mais freqüente que o câncer de mama.

Estima-se que 400 mil brasileiros, com idade entre 45 e 75 anos, apresentem a doença atualmente, mas muitos ainda não sabem.

O risco é crescente, pois apenas no ano de 2005 estima-se que foram diagnosticados cerca de 46.330 casos de câncer de próstata. No caso das mulheres a situação não é diferente, necessitando também de redobrada atenção, muito embora a campanha de prevenção já tenha se iniciado há mais tempo. Diagnosticado em sua fase inicial aumenta substancialmente a possibilidade de cura e os pacientes livres da doença poderão levar uma vida normal.

Não é preciso consignar o enorme custo para a saúde pública, uma vez confirmado o diagnóstico positivo da doença já em estágio avançado.

Por isso mesmo, governo, sociedade civil, e empresários devem ser chamados a contribuir com o trabalho de prevenção, sendo estimulante à concessão de 7uma licença de um dia apenas em um ano de trabalho, para que o empregado possa fazer os exames.

O projeto, além de estimular, procura conscientizar nossos trabalhadores sobre a necessidade de realizar frequentemente exames preventivos da doença.

Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de de . – Senador Valdir Raupp.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 473 – O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

III – por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído Delo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

IV – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva. (Inciso incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra “c” do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). (Incluído pelo Decreto-Lei nº 757, de 12-8-1969)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior. (Inciso incluído pela Lei nº 9.471, de 14-7-1997)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Inciso incluído pela Lei nº 9.853, de 27-10-1999)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 873, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2006 que, “Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para assegurar aos estagiários o direito ao Vale-Transporte”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em , de de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, Inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 874, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland

Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, na forma da Moção anexada.

#### Moção

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil,

Considerando as boas relações que unem, há mais de cento e oitenta anos, Brasil e Grã-Bretanha;

Lembrando que o Reino Unido da Grã-Bretanha sempre serviu de exemplo para o Brasil como país que se pauta fielmente pelos princípios mais caros da democracia e pelo respeito escrupuloso aos direitos humanos;

Destacando particularmente que o modo de operar da polícia britânica prévio aos ataques terroristas de 2005, sem o uso conspícuo de armas de fogo e com emprego de violência física moderada, era encarado, em nosso país, como exemplo bem-acabado da conjugação ideal entre segurança pública e respeito aos direitos individuais dos cidadãos;

Reconhecendo, entretanto, que os bárbaros atentados terroristas contra o metrô de Londres, que atingiram tantas vítimas inocentes, demandaram a implantação de medidas excepcionais para garantir a segurança da população britânica;

Assinalando, contudo, que a luta contra o terrorismo, embora demande medidas rigorosas de segurança, não pode jamais se dar ao arreio dos imprescindíveis princípios da transparência e da responsabilidade legal e administrativa (accountability) das ações governamentais, sob pena de se criar um Estado policial e autoritário que causará, no longo prazo, maiores danos às democracias do que quaisquer atos terroristas;

Convictos de que, no caso de Jean Charles de Menezes, um cidadão brasileiro absolutamente inocente, houve, por parte das forças de segurança britânicas, no mínimo negligência criminosa que resultou num bárbaro assassinato;

Lamentando que, desde o início, certas autoridades britânicas, notadamente Sir Ian Blair, chefe da polícia Metropolitana, tenham tentado encobrir os erros cometidos no trágico episódio ao invés de procurar estabelecer prontamente as verdades dos fatos;

Considerando que essa atitude de algumas autoridades britânicas, bem como a incompreensível decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica de inocentar os responsáveis pela morte de uma pessoa inocente, representam inaceitável afronta à justiça;

Desapontados com o manto de impunidade que encobriu todo esse lamentável caso; e

Solidários com a família de Jean Charles de Menezes que, após ter recebido o duro golpe da morte física de um filho querido, sofre agora com a sua morte moral, ensejada pela impunidade e pela injustiça;

Manifestamos o nosso voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão

brasileiro Jean Charles de Menezes e conclamamos as autoridades do Reino Unido da Grã-Bretanha a que tomem as medidas necessárias para que esse crime não fique definitivamente impune.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

*(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu, em aditamento à Mensagem nº 204, de 2006 (nº 645/2006, na origem), o Aviso nº 889, de 2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando cópia do Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional sobre proposta de aumento do limite de endividamento da Petrobrás Transportes S.A. – Transpetro.

O expediente, juntado ao processado da Mensagem nº 204, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Serão confeccionados novos avulsos da Mensagem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu em aditamento à Mensagem nº 177, de 2006 (nº 515/2006, na origem), o Aviso nº 890, de 2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando os Termos e Condições referentes ao Financiamento para a Construção da UTE Candiota II Fase “C”, proposto pela China Development Bank – CDB e a respectiva tradução.

O expediente, juntado ao processado da Mensagem nº 177, de 2006, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos.

Serão confeccionados novos avulsos da Mensagem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº 314, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, do valor global de R\$698.797.766,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

**MPV 314**

Publicação no DO: 1º-8-2006

Emendas até 7-8-2006: (7º dia da publicação)

Prazo final na Comissão: 1º-8-2006 a 14-8-2006 (14º dia)

Remessa do Processo à CD: 14-8-2006

Prazo na CD: de 15-8-2006 a 28-8-2006 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF: 28-8-2006

Prazo no SF: 29-8-2006 a 11-9-2006 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD: 11-9-2006

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: 12-9-2006 a 14-9-2006 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 15-9-2006 (46º dia)

Prazo final no Congresso: 29-9-2006 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu do Aviso nº 30, de 2006 (nº 305/2006, na origem), de 26 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de junho de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.003, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Mensagens nº 187 e nº 188, ambas de 2006, (nºs 572 e 574/2006, na origem), que encaminham ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2006.**

Relatora: Senadora Ideli Salvatti

#### **I – Relatório**

Com as Mensagens nº 187 e nº 188, ambas de 2006 (nº 572 e nº 574, ambas de 2006, na origem), a Presidência da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real).

Os incisos I e II do caput do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, estabelecem que a programação monetária deverá conter: estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, de forma que sua evolução seja compatível com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e análise da evolução da

economia nacional prevista para o trimestre e justificativa da programação monetária.

O documento intitulado “Programação Monetária”, de junho de 2006, redigido pelo Banco Central do Brasil (BCB), inicia discorrendo sobre a evolução da economia brasileira no segundo trimestre deste ano. Nessa seção, o BCB destaca a elevação da taxa de crescimento da economia, a desaceleração da taxa de incremento do nível de preços, inteiramente compatível com o cumprimento da meta de inflação fixada para este ano, a redução da taxa de desemprego aberto e os bons resultados da política fiscal e do setor externo. As seções seguintes descrevem e justificam o desempenho da política monetária nos dois primeiros trimestres de 2006 e apresentam as perspectivas para os trimestres subseqüentes.

A última seção da “Programação Monetária” apresenta as metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para 2006. O BCB estima a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, e dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

A variação em doze meses projetada para 2006 situa-se entre 13,9%, para o M1, e 15,1%, para o M4. Esses números foram projetados com base no cenário mais provável para o comportamento do PIB, da inflação e das taxas de juros e de câmbio, entre outros indicadores, e foram consistentes com a meta estabelecida para a inflação.

## II – Análise

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou e esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2003, que revoga dispositivos da Lei nº 9.069, de 1995, relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária. Esse projeto encontra-se pronto para entrar na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da Programação Monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo BCB e enviado pela Presidência da República.

Em seu primeiro momento, o Plano Real tinha como pilar a âncora cambial e o controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento, motivo pelo qual se tornava fundamental controlar e

acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise de janeiro de 1999, o Governo Federal viu-se obrigado a permitir a livre flutuação da moeda nacional.

Dessa forma, houve uma reformulação da política monetária. Agora, tem-se câmbio flutuante e política monetária baseada em metas de inflação.

Com as metas de inflação, a ferramenta básica da política monetária deixou de ser o controle da expansão da moeda e passou a ser a taxa de juros. Estudos mostram que a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação é tênue no curto e no médio prazo. Por essa razão, os bancos centrais, em sua maioria, vêm abandonando o controle de agregados monetários como instrumentos de política monetária em favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Embora se tenha mudado a política monetária, não se mudou a lei. O que fazemos, portanto, ao analisar e votar a programação monetária é, basicamente, cumprir um rito legal descolado da realidade.

Sabiamente, a CAE já tomou providências para encontrar novos métodos de acompanhamento da política monetária. Prova disso são as constantes presenças do Presidente do BCB e do Ministro da Fazenda nesta sala, onde fazem longas exposições e são exaustivamente questionados a respeito da política econômica e, em especial, a respeito da política monetária.

Quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2006 é consistente com o regime de metas para a inflação e, portanto, com o objetivo de se assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

## III – Voto

Frente ao exposto, concluo pela aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2006

#### Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006, nos termos das Mensagens nº 572 e nº 574, ambas de 2006, da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2006. – Senadora Ideli Salvatti.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGENS DO SENADO FEDERAL N°S 187 E 188, DE 2006  
NÃO TERMINATIVAS**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

**Bloco da Mídia (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEbet	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Parecer lido conclui favoravelmente às Mensagens nºs 187 e 188, de 2006, nos termos do **Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006**, que aprova a *Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

A matéria ficará perante à Mesa para recebimento de emendas, durante cinco dias úteis, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**O SR. EDUARDO SUPILY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPILY** (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me apenas transmitir que, solidários com a família de Jean Charles de Menezes, após ter recebido o duro golpe da morte física de um filho querido, sofreu agora com a sua morte moral ensejada pela impunidade e pela injustiça.

É por essa razão, Sr. Presidente, que avalio seja importante que o Senado Federal possa, com todo o respeito às instituições do Reino Unido, enviar um Voto de Censura e Repúdio à decisão da Promotoria Pública da Coroa Britânica de inocentar os oficiais da *Scotland Yard* envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, e conamar às autoridades do Reino Unido da Grã-Bretanha que tomem as medidas necessárias para que esse crime não fique definitivamente impune.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> falou no requerimento. V. Ex<sup>a</sup> vai encaminhar à Mesa o requerimento?

**O SR. EDUARDO SUPILY** (Bloco/PT – SP) – Eu encaminho à Mesa o requerimento que V. Ex<sup>a</sup> acabou de ler.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ah, é esse requerimento que vai à Comissão de Relações Exteriores. No retorno, evidentemente, será dada a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPILY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador João Alberto. Eu gostaria de pedir a minha ins-

crição para uma comunicação inadiável no momento adequado antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita em primeiro lugar.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está pedindo como Líder? V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito em primeiro lugar, Senador Mozarildo, como Líder.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem o Senador Roberto Saturnino. É o segundo?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O segundo, Sr. Presidente. Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, está inscrito como segundo colocado.

Pela ordem a Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, quero solicitar a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita em terceiro lugar. Pela ordem a Senadora Heloisa Helena, do P-SOL das Alagoas, candidata a Presidente da República.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Graças a Deus! Que luta desigual, Senador João Alberto... Quero que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva, por favor, pela Liderança do P-SOL, mas não agora, automaticamente. Mas que eu possa ficar inscrita para, após uns três oradores, poder usar a palavra. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No momento em que V. Ex<sup>a</sup> desejar fazer uso da palavra V. Ex<sup>a</sup> comunique à mesa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Está ótimo. Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, ainda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes de V. Ex<sup>a</sup> usar da palavra, Senador Mozarildo, concedo a palavra à Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, e pedindo desculpas e escusas aos gaúchos que compõem este Plenário, acho que não poderíamos deixar de registrar que, no domingo, o poeta Mário Quintana – esse maravilhoso poeta brasileiro – completaria cem anos. Seria o centenário de Mário Quintana.

Quero aqui fazer o registro de três pequenos poemas dele.

“Os Parceiros”

Sonhar é acordar-se para dentro.

“Das Utopias”

Se as coisas são inatingíveis... Ora!

Não é motivo para não querê-las

Que tristes os caminhos, se não fôra

A presença distante das estrelas.

e

“Poeminha do Contra”

Todos estes que aí estão

Atravancando o meu caminho

Eles passarão...

Eu passarinho!!!

Saúdo o maravilhoso Mário Quintana, que engrandece a poesia brasileira.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, ela pediu a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas uma frase: o Senador Paulo Paim, o Senador Pedro Simon e o Senador Sérgio Zambiasi encaminharam um requerimento para a realização de uma sessão de homenagem ao Mário Quintana, e S. Ex<sup>a</sup> está convidada para ser uma das oradoras.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, por gentileza.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho de muitos dias de viagem pelo meu Estado, onde tive oportunidade de visitar todos os Municípios do interior.

Estamos vivendo lá um período de muita chuva. Durante muito tempo ainda estaremos em chuva, porque em Roraima estamos acima do Equador.

Portanto, diferentemente do que acontece em outros locais do Brasil, estamos em um período de bastante chuva. E todos os Municípios estão sofrendo com as estradas federais em péssimo estado, muitas das quais intratáveis. Na verdade, o que constatamos é que, depois de três anos e sete meses do Governo Lula, o meu Estado não recebeu investimentos à altura do necessário, não só no que tange às estradas, mas também no que tange a outros estímulos para o desenvolvimento de Roraima.

Sr. Presidente, as obras federais que estão ocorrendo no meu Estado são fruto de emendas parlamentares e, portanto, não são exatamente fruto da iniciativa do Orçamento do Governo Federal. Isso é lamentável, porque se trata de um Estado que há pouco tempo era um Território Federal e que deveria merecer do Governo Federal todo o estímulo para se implantar, se consolidar e se tornar realmente um Estado importante para o extremo Norte do País, já que faz fronteira com dois países – a Venezuela e a Guiana – e nem sequer pode tirar proveito dessa aproximação.

Recentemente, o Governador do Estado, eu e outros Secretários de Estado estivemos na Venezuela, onde foi firmado um acordo de cooperação, de 14 itens, entre a Venezuela e Brasil, mais precisamente entre a Venezuela e o Estado de Roraima, porque beneficiará precipuamente o meu Estado.

Infelizmente, aqueles pontos que dependiam do Governo Federal não andaram ou andaram muito pouco face à necessidade e – digamos assim – ao interesse da Venezuela em nos ajudar. Basta citar um ponto principal e que é, eu diria, de fácil solução: a importação da gasolina e do óleo diesel da Venezuela.

O Governo venezuelano se dispõe a vender abaixo do preço de mercado para o Estado de Roraima – um consumidor pequeno, considerando-se o grande consumo nacional – cerca de 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de diesel por ano, uma quantia, portanto, pequena dentro do Orçamento da Petrobras. A Venezuela se dispõe a vender e o Brasil faz corpo mole para comprar, quer dizer, não leva em conta a situação que beneficiaria nosso Estado no que tange ao barateamento do frete, à redução do custo de vida e do valor do transporte coletivo; enfim, toda uma revolução na agricultura que seria implantada por meio dessa importação. No entanto, essa questão está enredada na burocracia.

Faço um apelo ao Ministro Silas – um homem que conhece, em profundidade, o Estado de Roraima – para que realmente agilize a questão, assim como

a Ministra Dilma Rousseff, que foi Ministra de Minas e Energia e que conhece o problema, para que a questão seja solucionada o mais rapidamente possível.

Recentemente, a Pedevesa esteve em Roraima e tem a solução para implementar rapidamente a questão. Esperaria até que o Governo do Presidente Lula fizesse essa bondade com o Estado – pelo menos essa –, editando uma medida provisória, em caráter excepcional, para permitir a importação da gasolina e do óleo diesel da Venezuela e, depois, implementar os demais itens, como, por exemplo, a dispensa de visto de passaporte, a abertura da fronteira 24 horas, uma verdadeira integração que beneficia o Estado de Roraima e o Estado de Bolívar, na Venezuela. Essa integração se faz mais do que importante agora que a Venezuela pertence ao Mercosul. Seria um passo, na fronteira norte do Brasil, para uma consolidação mais adequada entre os países que compõem o Mercosul.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo esse apelo ao Ministro Silas Rondeau, à Ministra Dilma Rousseff e ao próprio Presidente Lula para que agilize a importação de combustível por meio de medida provisória, pois, se o fizer pelos meandros normais da burocracia, passarão os cinco meses que faltam para o término do mandato do Presidente Lula e não teremos a concretização de pelo menos esse anseio, que, com certeza, significará um grande avanço para o meu Estado e aliviará o sofrimento imenso por que passa o nosso povo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Moazrildo Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, votação dos Requerimentos nºs 869 e 870, do Senador José Maranhão, e os Requerimentos nºs 871 e 872, do Senador Gilvam Borges, todos de 2006, que versam sobre licença de saúde e de interesse particular, lidos na sessão de ontem.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados os requerimentos, a Presidência tomará as providências necessárias à convocação dos respectivos suplentes.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, retorno à tribuna, na tarde de hoje, para, numa breve consideração, mais uma vez, fazer a defesa e mostrar a importância do que representa para mim, em especial, para toda a sociedade brasileira, o Parlamento.

O Parlamento brasileiro vem sendo desgastado, corroído diariamente. É lamentável que isto aconteça e, sem dúvida alguma, as fontes que desejam e que emitem sinais para esse desgaste, sem dúvida, são as mais obscurantistas, antidemocráticas e aquelas que costumam viver em regimes de exceção.

Recordo-me que, no primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, salvo engano, no mês de março de 2003, mostrava a necessidade do Parlamento Brasileiro, do Congresso Nacional, desta Casa, o Senado da República, fazerem uma auto-avaliação e promoverem as medidas necessárias, todas, de reforma do estado brasileiro, para que ele não fosse, por dentro, pelas suas próprias vísceras, destruído, como se encontra nos dias de hoje. Naqueles tempos, não vivíamos momentos de crise. E o Governo do Presidente Lula se iniciava. Hoje, estamos vivendo uma crise profunda. A imprensa do nosso País tem mostrado diariamente todo tipo de falcatrua, todo tipo de mazela e, em sua maior parcela, atribuída ao Congresso Nacional, como se este praticasse todas essas mazelas por si só ou no seu conjunto, na sua totalidade, sem as exceções devidas e honrosas – e que não são poucas, são inúmeras – sem a participação de outros Poderes.

No entanto, para que eu possa continuar a defender o Parlamento brasileiro e para que eu possa continuar a defender o Senado Federal, de início, é preciso que se diga que precisamos, diretamente, por iniciativa própria, tomar as providências necessárias para que esta Casa possa honrar, granjear junto à sociedade brasileira o prestígio necessário para sua sobrevivência como instituição democrática. Caso contrário, nós, Senadores e Deputados Federais, não tenhamos autoridade moral para tomar as providências internas necessárias, não teremos condições de nos apresentar à sociedade como defensores da moral pública, do respeito às instituições democráticas.

Eu me recordo, pelas leituras que faço, que as democracias, sobretudo as parlamentaristas, mais de perto as das grandes nações européias, na década de 20 e 30, estavam lá embaixo, no despréstígio popular, e a queda de prestígio das democracias parlamentaristas européias, sobretudo da França e da Inglaterra, acontecia porque todas as suas instituições se encontravam atoladas no clima de corrupção que sangrava as instituições daqueles países. E foi, sem dúvida al-

guma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aquele clima de destruição da democracia, do Parlamento, sobretudo pela corrupção, que fez nascerem, na própria Europa, na Itália e na Alemanha, sistemas de Governo como o nazi-fascismo e, embora internamente, na Alemanha, por meio de um partido que se auto-intitulava de Partido Socialista, o socialismo nacionalista. É esse clima que precisamos eliminar neste País, mas para tanto precisamos tomar providências internas.

Vejo publicado na revista **Veja** desta última semana: "Doze ações para cassar os corruptos". Tive a preocupação de lê-las e tenho certeza de que a revista **Veja** não achou a pólvora, não conseguiu descobrir a pólvora. Aliás, com a participação, inclusive, de cientistas, de políticos e de outros filósofos, tenho certeza absoluta de que não apontaram os caminhos mais adequados para solucionarmos o problema, sobretudo quando a matéria diz, de forma expressa, que "puniram os partidos", como se essa responsabilidade se desse a esta Casa e não a outra instituição, como o Tribunal Superior Eleitoral, que já poderia ter punido inúmeros partidos, a exemplo do Partido dos Trabalhadores, por tudo quanto ficou provado nas Comissões Parlamentares de Inquérito deste Congresso Nacional, e nenhuma providência foi tomada. Inúmeras são as propostas que, sem dúvida alguma, não trarão nenhuma eficiência, nenhuma eficácia, para a solução desse grave problema.

Lamento, neste instante, a ausência, no plenário – embora eu tenha conhecimento de que se encontra nesta Casa –, do nobre Senador Romeu Tuma, Corregedor desta Casa, de quem pretendo, desta tribuna, indagar que providências estão sendo tomadas para que os nossos Senadores citados pela CPI das Sangueugas, Senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko, e mais a Senadora Ideli Salvatti, que há poucos instantes se encontrava neste plenário, pudessem, diante da Corregedoria desta Casa, diante do Plenário do Senado Federal, ter as condições necessárias para mostrar a esta Casa, aos seus Pares e à sociedade a lisura dos seus atos, para que os seus nomes e esta instituição, o Parlamento brasileiro, não ficassem enxovalhados.

Portanto, é preciso que a Corregedoria desta Casa, suas Comissões e todo o Colegiado dêem oportunidade para que S. Ex<sup>as</sup>s possam exercer seu amplo direito de defesa e mostrar seu comportamento, para que esta Casa não continue no escárnio público em que se encontra. É preciso, portanto, dar oportunidade para que S. Ex<sup>as</sup>s possam se manifestar da forma mais ampla possível e comprovar, dentro daquilo que é objeto de acusação, de forma direta, de forma expressa, pelos órgãos de comunicação, por tudo quanto a Co-

missão Parlamentar de Inquérito está apurando, pelo pronunciamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, porque nós, Senadores, Deputados, classe política, estamos cansados de ouvir, diariamente, a imprensa deste País não fazer exceção, não fazer exclusão, colocar a classe política, ela toda, como responsável pela bandalheira que se pratica neste País, tornando-nos incapazes de caminhar pelas ruas. Ao sair do Congresso, inúmeros parlamentares retiram da lapela o broche que os identifica como parlamentares, como Senador ou Deputado Federal, o que eu não faço. Gosto de encarar aqueles que me encaram, gosto de olhar para trás e parar para ouvir melhor o que têm a dizer, pois é assim que todo parlamentar deve se comportar.

Espero que os meus Pares, sobretudo os quatro Senadores a que me referi, Senadores Ney Suassuna e Magno Malta e Senadoras Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti, possam se defender da forma mais ampla possível, para que seus nomes não continuem na imprensa como parlamentares que praticaram atos não condignos com o exercício do mandato parlamentar. É preciso que se abra essa possibilidade e que, de forma pública, esta Casa assuma essa condição. Não podemos ficar nos gabinetes e nos corredores omitindo os problemas que estamos vivenciando.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, sobre Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Almeida Lima, eu não poderia deixar de apartear-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> cita nomes de quatro Senadores. Entendo que essa é uma matéria que vai exigir uma manifestação do Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma. V. Ex<sup>a</sup> fala na moralidade pública, fala na defesa da imagem do Parlamento, o que merece todo o nosso respeito.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Acima de tudo, Senador, falo da imagem dos próprios Parlamentares. Eles precisam de todo o espaço possível para mostrar a hombridade, a dignidade e o respeito que têm no exercício do mandato parlamentar.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Sem dúvida. Eu só gostaria de lembrar a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo por essa cobrança em nome da imagem do Parlamento, pois qualquer Senador atingido em sua integridade tem o dever de reagir à altura, que a Senadora Serys Slhessarenko já subiu à tribuna duas vezes e deu todas as explicações que pôde sobre a matéria. Ela já esclareceu isso. Quanto à Senadora Ideli Salvatti – estou me reportando ao meu Partido –, eu não sei qual é a acusação a que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo. É a dos "sanguessugas"? A que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu me referi às declarações da Senadora Ideli Salvatti, diante da matéria publicada pela imprensa que diz respeito ao patrimônio que a Senadora possui, matéria que vem circulando, acreedito, há cerca de 30, 40, 45 dias, um pouco mais, um pouco menos.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Quanto à Senadora Ideli Salvatti, diante desse esclarecimento, eu gostaria de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que ela também já veio à tribuna e informou, inclusive, que há mais de um ano e meio procurou o Procurador-Geral da República e pediu que fosse investigada amplamente e com absoluta atenção do Ministério Público Federal, para esclarecer toda e qualquer dúvida acerca de um problema que havia entre ela e o Procurador da República do seu Estado. Então, penso que o esclarecimento dela demonstrou desprendimento, responsabilidade e, ao mesmo tempo, cumpriu com a envergadura o mandato.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Senador Tião Viana, sem desejar interromper definitivamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que poderá continuá-lo, quero dizer, inclusive, que a primeira observação que fiz no início do meu pronunciamento é que lamentava a ausência, naquele instante, do Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, que acaba de adentrar ao plenário.

Por quê? Porque vim disposto – como de fato o fiz – a cobrar de S. Ex<sup>a</sup> Senador Romeu Tuma, Corregedor desta Casa, explicações públicas, de preferência da tribuna desta Casa, acerca dos procedimentos adotados por S. Ex<sup>a</sup> quanto a esses quatro Senadores.

Se esses Senadores já deram as devidas explicações, é preciso que a Corregedoria, que a Mesa, que esta Casa se pronunciem a respeito de S. Ex<sup>a</sup>s. O que não pode são os quatro Senadores continuarem na berlinda, como se culpados fossem.

Portanto, o que eu espero é exatamente isso. Não vim à tribuna para, **a priori**, fazer condenação a Senador algum. Vim à tribuna constatar os fatos que a imprensa do País publica e de que todos temos conhecimento, para não fazermos os nossos ouvidos moucos, para não nos fazermos de cegos e de surdos e para que tratemos da questão de forma clara, de forma aberta, de forma pública, exigindo da Casa providências.

Se os Senadores apresentaram devidamente as suas alegações, que a Casa se manifeste para que possa tirar dessas pessoas, que são nossos Pares, o peso que estão sobre suas cabeças.

Concedo o aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Também peço um aparte, Senador.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Peço licença ao Senador Tião Viana, que estava em aparte, pois não sei se S. Ex<sup>a</sup> o terminou.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Podere-mos retornar a S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Queria que V. Ex<sup>a</sup> soubesse que eu jamais abri mão das prerrogativas ou das obrigações que têm o Corregedor desta Casa. É claro que o juiz nos enviou algumas notas sem se referir que havia prática de delito por parte daqueles que têm foro privilegiado, que são os Senadores, os Deputados e os Ministros de Estado. Pedi informações ao Presidente da CPMI, porque S. Ex<sup>a</sup> tem tido a cautela de não dar conhecimento de várias questões pelo sigilo apontado. Mas S. Ex<sup>a</sup> teve a gentileza de me mandar uns trechos do depoimento do dono da Planan, citando os três Senadores. Imediatamente, ainda hoje, conversei com o Dr. Carreiro – a Secretaria da Corre-gedoria está lá – para abrirmos uma investigação. Já falei com o Senador Ney Suassuna que preciso ouvir os funcionários dele que foram presos. Como dizem que a assinatura dele foi falsificada, há que se comprovar e fazer as perícias. A Senadora Serlys Slhessarenko já me entregou um dossiê completo e colocou à minha disposição, para ser ouvido, o seu genro que está sendo acusado. Agora, o Senador Magno Malta está procurando falar comigo por telefone, mas está viajando. A Senadora Ideli Salvatti já deu explicações nesta Casa. Conversei com ela, que também se colocou à disposição para esclarecer qualquer assunto. Com relação aos três Senadores, tomei providências. O Presidente do Conselho de Ética está aqui e, se houver indícios de prática de crime, imediatamente receberá o relatório e poderá designar um relator para as providências que o Conselho deva tomar. Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por ter-me citado e ter-me dado oportunidade. Não estou dormindo de botina, estou prestando atenção, só tendo a cautela natural daquele que tem a obrigação de investigar e de não cometer injustiça, nem praticar nenhuma acusação que possa ser leviana amanhã. V. Ex<sup>a</sup> cobra, e cobra com razão, mas queria deixá-lo tranquílo, porque estou providenciando todos os fatos para evitar que realmente o Senado seja atingido por omissão.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e quero repisar na seguinte informação. Os fatos que conheço são aqueles que os brasileiros conhecem pela imprensa. Não trouxe a esta tribuna nenhum fato que o povo brasileiro não conheça pela imprensa. O que pedi da tribuna, e faço questão de re-petir, é que esta Casa se pronuncie, porque estamos vendo-a ser enxoalhada diariamente, sobretudo por aqueles que desejam ver a democracia ir para o ralo,

para o esgoto e o Parlamento enfraquecido. Sabemos muito bem que o Palácio do Planalto tem o objetivo de desmoralizar o Parlamento. Sabemos que outros setores obscurantistas deste País têm esse objetivo.

Então, a minha precaução, a minha preocupação é esta: os fatos são do conhecimento público? Sim. Os meios, os caminhos, as artérias competentes desta Casa precisam se manifestar, dar oportunidade aos nossos Pares de fazer e de dar suas explicações, para que não continue a pesar sobre a cabeça e os ombros desses Parlamentares a pecha que a imprensa está a colocar diariamente, maculando a imagem de todo o Senado, de todo o Congresso, de toda a classe política.

Portanto, nobre Senador Romeu Tuma, não era outra coisa, senão isso que desejava V. Ex<sup>a</sup> fizesse, como de fato o fez, de público, de viva voz, há poucos instantes.

Concedo o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Agradeço-lhe muito, Senador Almeida Lima, até porque o Senador Tião Viana já iniciou as explicações em relação aos esclarecimentos absolutamente também públicos, tanto da Senadora Serys, que esclareceu a situação, quanto da Senadora Ideli que, inclusive, colocou seu sigilo bancário à disposição do Procurador da República, mais até do que da própria Casa, há mais de um ano. Portanto, penso que se poderia preocupar com quem não está fazendo o esclarecimento correto, porque há muita gente denunciada, Parlamentares, inclusive ex-Parlamentares. Então, temos de cobrar de todos, e gostaria de ver V. Ex<sup>a</sup> cobrando também da Corregedoria – tenho certeza de que o Senador Romeu Tuma já tomou providências. Não vejo nenhuma relação de culpa do Governo Federal, pois, agora, de tudo tem culpa o Governo Federal, que é culpado porque alguém aqui formou um esquema. Pelo contrário, o Governo investigou. Gostaria de ver V. Ex<sup>a</sup> também cobrando o fato que denunciei aqui – a imprensa dá o tratamento que quiser à notícia, Senador, dependendo de quem for – sobre terem sido achados, em meu escritório, instrumentos de escuta criminosa. A Polícia Federal fez a perícia e confirmou esse fato que ocorreu no meu escritório de Senadora da República, no meu Estado, em Belém do Pará. Venho sendo perseguida há muito tempo e às vésperas de uma campanha eleitoral. Será que é o Palácio do Planalto? Tenho certeza de que não; são bandidos que me perseguem. É lógico que o material vai ser usado em campanha eleitoral e que calúnias surgião na imprensa, porque a mesma imprensa não teve coragem de dizer que existe escuta eletrônica criminosa. E só quem não consegue

o debate democrático, Senador Almeida Lima, utiliza esse tipo de subterfúgio, esse tipo de baixaria, esse tipo de crime. Escuta eletrônica ilegal, imoral, criminosa, no escritório de uma Senadora, lá no meu Estado do Pará. Entendeu? Eu fui à Polícia Federal solicitar investigação. Infelizmente, talvez seja difícil encontrar; mas é muito fácil verificar as digitais nessas escutas. E a imprensa não divulga a informação correta. Só o que interessa a alguns setores. Nem toda a imprensa. Não posso dizer que é toda a imprensa, mas uma parte da imprensa, que não forneceu esse tipo de informação em uma questão, para mim, seriíssima, que atingiu uma Senadora. Eu fui vítima de fraude, Senador. Sabe o que é fraude? E já solicitei à Mesa... Fraude em uma CPI. Colocaram uma informação fraudulenta em um relatório preliminar, de que o telefone da minha assessora havia feito ligações para um empresário. Senador, quem colocou a informação mentiu fraudulentamente, porque havia a quebra do sigilo telefônico. Estava comprovado que o telefone não era dela, mas, mesmo assim, colocou. Isso é fraude, Senador, cometida para atingir a minha honra, por causa da minha atuação. E agora, com certeza, eu não tenho dúvida. Prepare-se, para depois não dizerem que eu não disse: vai ser plantada mais calúnia contra mim.

Não podemos agora, só porque, muitas vezes, são plantadas matérias que, em diversas situações – inclusive com as Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, que já provaram por a mais b –, são calúnias e mentiras, assumir isso, porque o que enxovalha o Congresso Nacional são as calúnias. O que enxovalha o Congresso Nacional é essa bandidagem. Quem errou, quem é bandido, tem que estar atrás das grades sim, Senador. E tomara que seja punido. É o que queremos fazer. Mas quem é inocente... Não podemos igualar todo mundo. Não podemos dizer que a Senadora Ideli Salvatti ou que a Senadora Serys Slhessarenko têm que dar mais explicações. S. Ex<sup>s</sup>. até deram. Mas nós não podemos...

*(Interrupção do som.)*

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Desculpe. Nós não podemos tratar da mesma forma. Eu sei o que é ser perseguida por bandido, e eu sei que é isso que está acontecendo com as Senadoras Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti. Portanto, Senador Almeida Lima, com todo respeito, a cobrança de V. Ex<sup>a</sup> à Corregedoria para que a mesma se posicione deveria ser geral. E V. Ex<sup>a</sup> também deveria tomar conhecimento do que já foi explicado, do que já foi esclarecido, para dizer: “Não, eu sei que tais e tais situações já foram devidamente esclarecidas”. Do contrário, passaremos para a sociedade – para quem nos ouve, para quem

nos assiste – a impressão de que esta Senadora não esclareceu os fatos – fartamente documentados – e as calúnias que fizeram contra essas pessoas. Ou então nós generalizamos. E toda a generalização é indevida, é injusta. E isso é errado. É por isso que nós temos que cobrar, culpar e punir aqueles que merecem ser punidos, e não pessoas que são simplesmente atacadas e caluniadas por sua atuação. Era isso. Muito obrigada, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Senadora Ana Júlia Carepa, gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup> se eu fiz...

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Não disse que V. Ex<sup>a</sup> caluniou nem colocou, só para deixar claro, antes que V. Ex<sup>a</sup> diga. Pelo contrário, só estou dizendo que nós temos sempre, sempre, sempre, Senador, que deixar claro quando se faz um questionamento. Caberia a V. Ex<sup>a</sup> questionar, mas V. Ex<sup>a</sup> deveria dizer o seguinte: “Mas nós sabemos que já foi esclarecido”.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu não fiz nem uma pergunta, Senadora!

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – É isso.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu não fiz nem a pergunta, ainda.

V. Ex<sup>a</sup> sentiu que, democraticamente, pode debater comigo, e fez uso do aparte durante bom tempo, sem ser interrompida. Evidentemente, eu não desejo desviar o foco da questão. V. Ex<sup>a</sup> tergiversou em uma série de assuntos que não o foco da questão que levantei, mas V. Ex<sup>a</sup> disse que gostaria que eu cobrasse, e não explicou bem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – ... aquilo que eu não cobrei da tribuna. Se existe algum fato que eu deveria cobrar e que não tenha cobrado da tribuna. Se eu não o fiz, farei. O fato que vim cobrar da tribuna ao Senador, de forma muito clara, é que estamos tendo nomes de companheiros, Pares desta Casa, a exemplo da Senadora Ideli Salvatti, da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Magno Malta, do Senador Ney Suassuna. São fatos públicos e notórios o que a imprensa está publicando, e eu afirmei que não tenho conhecimento de nenhum fato além dos que a imprensa publica, apurados pela CPMI, por órgão A, por órgão B ou por órgão C.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – E pedi que a Casa colha as observações, colha as defesas, as explicações dos Pares para que eles tenham condições de se defender, e a Casa de se pronunciar. Cobrei o pronunciamento da Casa, da Corregedoria,

pois, se as explicações foram dadas, esta Casa, pelos seus órgãos, entre os quais a Corregedoria, precisa vir a público, no plenário, esclarecer a população do País que os Senadores A, B, C e D nada têm a ver com os fatos denunciados, publicados pela imprensa. Não adianta fazer o esclarecimento, a Casa receber os esclarecimentos e silenciar. É preciso...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – ... que esta Casa, os Parlamentares, todos nós, tenhamos condições de andar com a fronte bem erguida. E não levantar um fato contra a minha pessoa, eu ter a oportunidade de fazer a minha defesa e não ver o veredito. Eu preciso ver o veredito para uma satisfação à Casa, aos Pares – porque, quando é escutado, é o Parlamento, é o Senado, são todos os Senadores – e, em última instância, à própria sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Almeida Lima, permita-me.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Almeida Lima?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> traz à Casa um assunto muito sério. Sou membro da Mesa e Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, açodadamente, nós, da Mesa, não podemos fazer o que nos está sendo cobrado, nem o Sr. Corregedor. Nós temos que seguir o Regimento.

O Regimento Interno do Senado Federal diz que, comunicado o fato, o Sr. Corregedor funciona como auxiliar da Mesa. Apurado o fato, encaminha à Mesa, e a Mesa encaminha ao Conselho.

Nós não temos o direito de chegar aqui e fazer a defesa do Senador. Em absoluto. Tenho a impressão de que o que V. Ex<sup>a</sup> faz é avançar o sinal, inclusive nominando nossos companheiros, colegas de Parlamento.

O Senador Magno Malta já apresentou uma defesa ao Conselho de Ética, uma defesa prévia que está comigo; a Senadora Serys Slhessarenko já apresentou várias defesas a esta Casa, apoiada pela unanimidade dos nossos Pares, e nós estamos apurando.

Nós não temos o direito, não podemos chegar aqui e dizer que A e B não têm culpa. O que vai nos mostrar isso é a apuração que está fazendo o Senador Romeu Tuma, que encaminhará à Mesa, e a Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

V. Ex<sup>a</sup> já ocupa a tribuna há 33 minutos. Esta discussão envolve toda a Casa, e não tem razão de ser.

Não temos o poder de impedir a imprensa de fazer qualquer publicação a respeito dos Senadores.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento. Vejo que todos os Senadores querem falar sobre o assunto que, como disse o Corregedor, está sendo averiguado, de acordo com o que dita o Regimento Interno da Casa. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, lerei todos os tópicos do Regimento Interno e do Regimento Comum, dos quais V. Ex<sup>a</sup> deve ter conhecimento. Não há nenhuma razão na cobrança de V. Ex<sup>a</sup>, permita-me dizer.

Gostaria de conceder a V. Ex<sup>a</sup> mais três minutos, além dos 34 minutos que já teve, para que possa concluir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, por gentileza.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, se eu não puder conceder mais aparte, precisarei apenas de dois minutos. Aliás, um minuto e meio será suficiente para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que discordo plenamente de tudo quanto V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer. Nada do que V. Ex<sup>a</sup> disse tem procedência. Sobretudo por se encontrar na Presidência neste instante, V. Ex<sup>a</sup> deve ter ouvido todo o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, precisamos dar satisfação à sociedade. Em momento algum pedi algo açodadamente. Pedi apenas que a Corregedoria desse uma explicação à opinião pública sobre o que está acontecendo, que ele viesse a público, como veio, dizer “estamos tomando providências”, ouvir a defesa ou as explicações do Senador A ou do Senador B. Não pedi nada de maneira açodada. Não pedi punição para ninguém. Ao contrário, citei os nomes porque são de conhecimento de todo o País e desta Casa. Não vamos fazer ouvidos moucos.

Em segundo lugar, não precisa ler para mim nenhum item do Regimento, porque eu os conheço muito bem. Apenas tenho aqui três anos e meio, e V. Ex<sup>a</sup>, alguns anos, acredito, mas dispenso a colaboração de V. Ex<sup>a</sup> nesse sentido. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque não solicitei nada que descumprisse artigo algum do Regimento desta Casa. É preciso que as pessoas ouçam - e ouçam bem - as nossas palavras, aquilo que viemos aqui fazer, para depois não dizerem coisas desnecessárias.

O que ouvi de V. Ex<sup>a</sup> foi desnecessário; o que ouvi da Senadora Ana Júlia Carepa foi desnecessário; o que ouvi do Senador Romeu Tuma foi apropriado; o que ouvi do Senador Tião Viana foi apropriado. Nada mais!

Agora, se alguém não ouviu e alguém pariu informações a quem não devidamente ouviu, é preciso que se corrija.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, quero que V. Ex<sup>a</sup> conclua, porque, se V. Ex<sup>a</sup> sabe jogar para a platéia, eu também sei. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> concluisse.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, exijo de V. Ex<sup>a</sup> o respeito que sempre dei aos meus Pares e a V. Ex<sup>a</sup>. Não vim aqui jogar para a platéia. Sou um Senador que lhe respeito e exijo respeito. Sou um Senador igual a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que aqui se encontram. Exijo o mais absoluto respeito. Não vim jogar para a platéia, sobretudo porque não tenho “rabo preso”, porque tenho a minha dignidade, porque honro o mandato que exerço. Vim aqui, antes de tudo, em defesa dos meus Pares que estão sendo achincalhados pela imprensa e que prestaram declarações. A Casa precisa tomar providências.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, peço a palavra pelo art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Sarney, do PMDB do Amapá.

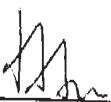
**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontra-se na Casa o Sr. Geovani Borges, suplente do Senador Gilvam Borges. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que desse posse a S. Ex<sup>a</sup>, na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, atenderei ao Senador José Sarney, dando posse ao novo Senador. Depois atendererei a todos os que estão pedindo a palavra.

A Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Geovani Pinheiro Borges, primeiro suplente, convocado em virtude de licença do titular, Senador Gilvam Borges, da representação do Estado do Amapá.

S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa o Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado:

REGISTRADO
Nº <u>202</u>
LIVRO <u>01</u>
FL. <u>22v/23</u>

✓/Delaine Oliveira de Almeida Chefe da Seção de Registros Políticos Secretaria Judiciária

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**DIPLOMA**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expete o Diploma de 1º SUPLENTE DE SENADOR ao Senhor

**GEOVANI PINHEIRO BORGES**

eleito pela Coligação "Pais, Trabalho e Paz" (PMDB/PFL/PSDB), juntamente com o Titular, Senador Gilvam Pinheiro Borges que obteve 94.130 votos preferenciais do total de 438.029 votos válidos, conforme Atos das Eleições.

Macapá - AP, 21 de outubro de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores José Sarney, Alvaro Dias e Ramez Tebet para conduzir S. Ex<sup>a</sup> ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Geovani Pinheiro Borges é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Sr. Geovani Pinheiro Borges vai prestar o juramento. Peço que todos os Srs. Senadores fiquem de pé para o compromisso de posse.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me outorgou e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Geovani Pinheiro Borges, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lida a seguinte:

#### COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Amapá, em substituição ao Senador Gilvam Borges, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: Geovani Borges

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lida o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 875, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 167 do Regimento interno, requeiro a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003, que altera os artigos 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal), uma vez que se encontra em condições de nela figurar.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência defere o requerimento.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 876, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, na cidade de Belém, no dia 20 de julho próximo passado, do ex-jogador de futebol Alcino Neves dos Santos Filho. Alcino, ou 'Negão Motora', como era carinhosamente chamado pela torcida e pela imprensa esportiva, foi um dos maiores jogadores de futebol que já atuaram nos campos do Estado do Pará. Defendendo as cores do Clube do Remo, conquistou o tricampeonato paraense invicto de 1973, 1974 e 1975, tornando-se o maior símbolo da torcida azulina. Era um jogador carismático, muito querido pelas torcidas dos clubes que defendeu e respeitado pelos seus adversários. Foi jogador também do Grêmio de Porto Alegre, da Portuguesa de Desportos de São Paulo, do Rio Negro de Manaus e do Paysandu do Estado do Pará. Alcino nasceu no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de março de 1951, deixou três filhos e embora separado, sempre contou com o companheirismo e a dedicação de sua ex-esposa, Magnólia Correia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar do Senado Federal seja encaminhado ao Clube do Remo, onde Alcino foi o maior ídolo de todos os tempos, a Federação Paraense de Futebol e aos seus familiares.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2006. – Senador Luiz Otávio, PMDB-PA.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 877, DE 2006

Requer a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador Renan Calheiros,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a desanexação e a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, de minha

autoria, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607 de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56 de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323 de 2004; 87 e 236 de 2005.

### Justificação

Os projetos de lei do Senado todos acima enumerados tratam de isenção tributária de diversos bens. O de minha autoria, o PLS nº 568/99, trata especificamente da isenção de IPI e da criação de um programa voltado para a facilitação da compra de tratores agrícolas voltados para a agricultura familiar e seus cooperativados. Em face da densidade do tema e da amplitude de todas as matérias apensadas, e no sentido de dar mais agilidade ao trato desta proposição, que teve boa acolhida pelo relator, solicito sua tramitação em separado das outras matérias.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

### REQUERIMENTO Nº 878, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 2005 que, “Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de de 2006. – Senador **Augusto Botelho**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 879, DE 2006

Requeiro nos termos do art. 221 do Regimento Interno, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira, ocorrido em Salvador – BA, no dia 30 de julho de 2006.

### Justificação

O Doutor Geraldo de Sá Milton da Silveira foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, ex-presidente da Associação Baiana de Medicina.

Figura de relevo no círculo médico-cirúrgico da Bahia, onde obteve todos os títulos na sua exemplar carreira.

Pela inequívoca contribuição que o Professor Geraldo de Sá Milton da Silveira prestou à Bahia é justo

que o Senado Federal manifeste o seu pesar pelo falecimento de tão ilustre personalidade.

Requeiro, ainda, sejam prestadas as homenagens regimentais, em especial sejam apresentadas condolências à sua esposa, a artista plástica Lígia Milton da Silveira, aos seus filhos, à Faculdade de Medicina da Bahia, bem como à Associação Baiana de Medicina.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2006. – **Antônio Carlos Magalhães**, Senador.

### REQUERIMENTO Nº 880, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal a inserção em ata de voto de congratulações pelo transcurso no último dia 31 de julho do cinquentenário de fundação da Rádio Verdes Mares, de Fortaleza.

Fruto da mente visionária e do espírito empreendedor de Edson Queiroz, a “Verdinha”, como é carinhosamente chamada pela população, nestes 50 anos tem levado informação, notícias, música, esportes, lazer e utilidade pública a milhões de cearenses que diariamente a sintonizam.

Nossas congratulações a todos os que fazem e fizeram a AM 810, na pessoa de seu Superintendente Ricardo Nibon e seu diretor de programação Edilmar Norões.

Sala das sessões, 1º de agosto de 2006. – Senador **Tasso Jereissati**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 881, DE 2006

**Requer voto de aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Junior, pelas suas relevantes contribuições à efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao advogado Dr. Milton Córdova Júnior, pela sua iniciativa da mais alta relevância e significação nacional, no sentido de lutar pela efetividade do mais importante dos direitos políticos dos cidadãos que, no dia das eleições, estão

fora de seu domicílio eleitoral: o voto, assegurado pela Constituição Federal, sem quaisquer reservas.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da OAB/DF, da OAB/RO e do Conselho Federal da OAB.

### Justificação

A grande imprensa nacional informa que o Dr. Milton Córdova Júnior, advogado, residente em Brasília, mas com domicílio eleitoral em Rondônia, Estado que represento nesta Casa, impetrou Mandado de Injunção no TSE, no dia 3-7-2006, para poder votar em seu candidato à Presidência da República.

Cito, como exemplo, o jornal O Globo, de 15-7-2006, na coluna Panorama Político, com o título “Inclusão Eleitoral”; também a revista IstoÉ, nº 1.918, da semana passada, com o mesmo título. E o próprio site do TSE, na “Sala da Imprensa”, de 17-7-2006, com o título “Advogado pede autorização para votar em trânsito nas eleições de outubro”.

O Dr. Córdova, alegou, em resumo, que o voto, além de ser um direito, é também um dever, nos termos da própria Constituição, que não impôs qualquer reserva ou limite para a sua concretização. Além disso, a candidatura à Presidência da República é uma candidatura de âmbito e de circunscrição nacional, abrangendo a todos, e cujo registro consta em todas as urnas eletrônicas e cédulas eleitorais de todas as seções eleitorais.

O homenageado alerta que essa omissão vem excluindo milhões de eleitores brasileiros do processo de votação, e que a única alternativa conhecida por “justificativa do voto”, além de inconstitucional, é até mais complexa e demorada que o simples ato de votar. Além disso, a justificativa é um contra-senso, pois o eleitor “em trânsito” comparece à uma seção eleitoral, entra numa fila (geralmente imensa), preenche formulário, aguarda a conferência do formulário, até ser liberado pelo funcionário. O eleitor faz tudo isso, mas não pode exercer aquele que é o núcleo fundamental dos direitos políticos: o voto.

Para se ter uma idéia do montante da exclusão eleitoral, nas eleições de 2002 mais de oito milhões de eleitores justificaram o voto, no segundo turno. Assim, acredito que desde a inclusão dessa garantia constitucional, nos idos de 1988, na nossa Constituição, esse é um dos Mandados de Injunção já impetrados dos mais precisos, dos mais relevantes e de maior pertinência.

Eu mesmo, na condição de Senador da República, trago uma experiência pessoal, muito significativa. No dia 23 de outubro de 2005 aconteceu, como todos sabem o “Referendo do Desarmamento”. Justamente naquele dia eu retornava ao Brasil, proveniente do

Exterior, onde me encontrava em missão oficial. Cheguei em São Paulo e, impossibilitado de poder estar em Rondônia, naquele mesmo dia, fui obrigado a apenas “justificar o voto”, numa seção eleitoral instalada no aeroporto.

Ou seja, fui impedido de manifestar a minha vontade com relação ao desarmamento, enfim, de dizer um simples “sim” ou um simples “não” num referendo de âmbito nacional. Um senador da República!

Com muita precisão, o Dr. Córdova sustenta que os eleitores que estão no Exterior votam em Presidente da República, o que torna inconcebível que não se tenha efetivado até hoje o voto para os eleitores em trânsito, dentro do próprio território brasileiro. Ele lembrou, ainda, que no caso da efetivação dos direitos de cidadania, dos direitos políticos, são os fins justificam os meios, e não os meios que justificam os fins.

A finalidade (fim) maior da Constituição, que é o voto, deve justificar o meio a ser utilizado. No caso, os meios previstos para as eleições são dois: a urna eletrônica ou a cédula eleitoral. Se o voto dos eleitores em trânsito não puder ser acolhido por meio da urna eletrônica, que seja acolhida através da cédula eleitoral, aproveitando-se a própria estrutura montada para a “justificativa do voto”.

O que não pode mais ter continuidade é a exclusão de milhões de cidadãos das eleições, por falta de viabilização operacional de seu direito. A inclusão eleitoral desses cidadãos traz outra grande repercussão: dá mais legitimidade ao processo eleitoral como disse o cientista político João Paulo Peixoto, da UnB, conforme citação naquela matéria da revista IstoÉ.

É com muita satisfação que informo que nessa direção, apresentei o PLS nº 207/2004, aprovado definitivamente no Senado Federal há poucos meses, em dezembro/2005. Ao projeto somaram-se outros dois, dos Senadores Arthur Virgílio e Lúcia Vânia. O projeto, relatado com eficiência pelo Senador Tasso Jereissati, foi citado pelo jornal O Globo, tem o mérito de disciplinar o voto para os eleitores em trânsito para todos os cargos em disputa, estabelecendo uma graduação na sua implantação, começando para Presidente da República, depois para governador, senador e deputados, nessa ordem. Dessa forma, a ação do Dr. Córdova está em consonância com o nosso projeto de lei, e espero que o TSE acate o seu Mandado de Injunção, cujos efeitos darão maior legitimidade às eleições, aos eleitos, reforçando a democracia e a efetividade da Constituição.

Além dessa iniciativa, o Dr. Milton Córdova Júnior trabalhou silenciosamente por outras medidas adotadas pelo TSE, e que implicaram em expressivos resultados

para a Cidadania. Não poderia deixar de citá-las, dada a sua importância:

a) nas eleições de 2002, levou o TSE a adotar proposta no sentido de tornar obrigatória a inclusão do nome dos suplentes dos senadores, na propaganda eleitoral. Justificou, na ocasião, que sendo a chapa para o Senado “uma e indivisível”, os candidatos à suplência não poderiam ficar desconhecidos pelo eleitorado. Incluída no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 20.988, a medida tem vários méritos: transparência eleitoral, melhoria da qualidade da escolha dos suplentes, que serão conhecidos e votados pelo eleitorado. Nas eleições de 2004, levou o TSE a adotar o mesmo procedimento para os candidatos a vice-prefeito.

b) Em 1999, provocou a edição da Resolução nº 20.497, do TSE. Essa Resolução permite que o eleitor obtenha a Certidão de Quitação Eleitoral, mesmo estando fora de seu domicílio eleitoral. Antes, a Certidão só poderia ser obtida perante o próprio cartório eleitoral. Essa medida veio a beneficiar os milhares de eleitores mais humildes, que ao migrarem para outras cidades ou estados, necessitavam da certidão para a realização de alguns direitos, como a matrícula em colégios públicos, etc. Com a Resolução nº 20.497, todos os cidadãos podem obter a Certidão em qualquer lugar, até mesmo pela internet.

Agindo dessa maneira, é inequívoco que o Dr. Milton Córdova Júnior vem prestando, exemplarmente, na condição de cidadão e de advogado, relevantes contribuições para a efetivação da Cidadania, dos Direitos Políticos e do cumprimento da Constituição. Exatamente na direção das palavras do Dr. Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da OAB, que por ocasião de seu discurso de posse, disse:

“Urge, nesta hora, resgatar o compromisso inalienável que tem o advogado com a cidadania, o aperfeiçoamento das leis, a garantia dos direitos individuais...”

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Leonel Pavan, haviam pedido a palavra a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Alvaro Dias, o Senador Eduardo Azeredo e a Senadora Serys Slhes-

sarenko. Em seguida, darei a palavra a V. Exª, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina, de acordo com o art. 14.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não tive a oportunidade de ouvir na íntegra o depoimento do Senador Almeida Lima. Portanto, posso estar expressando algum tipo de posicionamento apenas pelo que me foi relatado. Mas eu não entendi por que o meu nome constou desse pronunciamento. Eu não entendi. Talvez seja por conta de reportagens sobre as quais já tive oportunidade de vir à tribuna prestar esclarecimentos e apresentar documentos. É uma situação que se arrasta há mais de ano. Eu já tive oportunidade de solicitar por escrito, documentalmente, e, caso houvesse alguma dúvida, já faz um ano que o Procurador-Geral da República estabelece o devido processo de investigação.

Então se é sobre essa questão, entendi menos ainda. Se for por conta de reportagens, posso elencar aqui, pelo menos, algumas dezenas de Senadores e Senadoras sobre os quais há reportagens colocando em dúvida um ou outro procedimento de sua ação parlamentar. Portanto, se o objeto do pronunciamento é: “saiu na imprensa, deu manchete de jornal, vai para a Corregedoria, tem que se explicar, tem que não sei o quê”, volto a dizer, há algumas dezenas. Se for outra a questão, aí então não entendi nada. A impressão que me dá é que, ao colocar meu nome junto com outros nomes, estão querendo levantar ainda questões a respeito de minha atuação parlamentar. Nesse sentido, é muito bom ir com calma. Fiz pronunciamento, na semana passada, aqui desta tribuna – é só consultar as notas taquigráficas.

É muito grave, temos que ter calma porque nessa situação tem que se respeitar aquilo que é um dos pilares da Justiça brasileira: todos são inocentes até prova em contrário.

As investigações estão em andamento; as pessoas estão apresentando suas defesas, como aconteceu com a Senadora Serys, que já veio inúmeras vezes a esta tribuna. Portanto, em tudo isso tem que se dar, em primeiro lugar, a presunção da inocência e o procedimento às investigações.

Volto a afirmar que, no caso das sanguessugas, são feitos grandes discursos, mas essa investigação foi iniciada pela Controladoria-Geral da União, com os sorteios dos Municípios, nos quais se identificou a coincidência: havia superfaturamento toda vez que se comprava ambulância de determinadas empresas. Foi a Controladoria-Geral da União que chamou a Polícia Federal, que fez uma parceria com o Ministério

Público, que prendeu e que trouxe a público. Inclusive, na semana passada, publicaram-se nomes de alguns Parlamentares que nem sequer estavam arrolados nas investigações da CPI, como também prefeitos e outras autoridades. Então é muito bom ter calma e tranquilidade.

Volto a dizer: meu grande medo nessa CPI era a partidarização, o cabo-de-guerra eleitoral. Só dessa forma eu posso entender determinadas falas dentro deste plenário.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pela Liderança da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança, Senador?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permitam-me conceder a palavra.

Em seguida, seria o Senador Eduardo Azeredo, com a permissão do Senador Alvaro Dias, que tem prioridade para falar pela Liderança.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas requerer uma inscrição, se não estiver completa a lista de oradores para comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já está completa, Senador.

Depois, eu concedo a palavra pela ordem a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mais tarde eu farei meu pronunciamento.

Obrigado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para me inscrever pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela Liderança do PSDB, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Quem pediu pela ordem foi a Senadora Serys Slhessarenko.

Com a permissão do Senador Alvaro Dias, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Serys Slhessarenko.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s Srs. Senadores, tem que ser muito breve

a minha fala, porque é pela ordem. Eu respeito e peço ao Sr. Presidente que controle meu tempo, por favor.

Já assomei a esta tribuna para falar desta questão, Senador Almeida Lima, algumas vezes com descrições muito longas e com o apoio de muitas Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores por ocasião do meu pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão quando diz que precisamos resolver esta questão. É preciso resolver porque não dá mais para continuar o desgaste que estamos sofrendo.

Não há uma prova, sequer meia prova, contra a minha pessoa, nenhuma prova documental. Existe sim a suposição de que, talvez, a Senadora Serys soubesse de determinado fato. Talvez! Com prova testemunhal, de forma totalmente indireta.

Ontem entreguei aqui documentos com todas as respostas possíveis a respeito da minha pessoa. São quarenta páginas de um relatório e mais outras tantas de documentação. Aqui estão quebrados o meu sigilo fiscal, o meu sigilo bancário. Todas as provas. Dizem que se buscou dinheiro para pagar contas minhas de campanha de 2002, em 2003 e 2004. Está aqui a certidão do TRE do Estado de Mato Grosso. As minhas contas foram apresentadas exatamente no tempo previsto, sem dever nenhum real. Não ficou nenhum real nas contas para se pagar. Um ano depois, alguém diz que estou pedindo dinheiro; que alguém estaria pedindo dinheiro em meu nome para pagar conta minha. Ninguém teve autorização, nunca, para fazer isso até porque não existia conta. Portanto, senhoras e senhores, há aqui um relato detalhado da minha inocência. Não tenho absolutamente nada com essa máfia. Não conheço essas empresas, não conheço essas pessoas que estão tentando denegrir o meu nome. Não sei o porquê. Tem gente que diz até que eu sei, porque estou disputando o Governo do Estado de Mato Grosso. Mas prefiro dizer que não acredito que exista ser humano tão maldoso capaz de fazer calúnias e difamações desse nível por causa de disputa eleitoral.

Portanto, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, infelizmente, não posso divulgar este documento porque dizem que é sigiloso, embora se diga que o depoimento do delator premiado seria sigiloso – hoje está em toda a imprensa.

Eu já entreguei à CPI ontem e hoje ao Senador Tuma, que prontamente recebeu e disse que vai trabalhar com a máxima agilidade possível.

Realmente, V. Ex<sup>a</sup> está correto, Senador Almeida Lima, quando diz que isso é insustentável e insuportável. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz isso, está defendendo a Casa. Mas imagine nós, que estamos sendo, de forma injusta e infame, colocados dentro de uma máfia, que nunca... Todos, em Mato Grosso e acredito que no

Brasil também, conhecem a minha postura e a minha prática. Não tive participação em nenhum ato que signifique qualquer irregularidade. A minha história não permite isso. Não vou permitir que isso seja colocado como verdade.

Para encerrar, não acredito que o mal e a mentira possam se sobrepor ao bem e à verdade.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Peço a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o art. 14, inciso VI.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, deixe-me ler o art. 14.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Por ter sido nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas isso não foi feito de forma desairosa.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Eu fui citado nominalmente e preciso prestar um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos ver o que diz o art. 14.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB-SE) – Inciso VI.

Posso ler para V. Ex<sup>a</sup>? (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu vou conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – ... após conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias...

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sem nenhum problema, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – ... inscrito e que já havia sido chamado para falar em nome da Liderança, por cinco minutos.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, para uma comunicação de interesse partidário.

Por gentileza, Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 1 DE AGOSTO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, para uma explicação pessoal, ao Senador Almeida Lima, do PMDB de Sergipe. Em seguida, ao Senador Magno Malta, em permuta com o Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Almeida Lima, por cinco minutos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, inicialmente, reporto-me ao pronunciamento feito pela Senadora Serys Slhessarenko, ao qual nada tenho a acrescentar.

Ela, de fato, corroborou aquilo que já havia dito anteriormente da tribuna e corroborou as minhas palavras, em nada contrariou aquilo que eu disse. Afirmei da tribuna que para ali fui não apenas em respeito à Casa, em respeito aos Pares, aos Senadores que estão acusados e à sociedade. Lamentei, naquele instante, a ausência do Senador Romeu Tuma em plenário, que, logo a seguir, aqui chegou e se manifestou de forma cabal, correta, atendendo ao meu apelo, àquilo que eu havia solicitado, que é a explicação da Casa. Mas eu já conheço, Sr. Presidente, os pronunciamentos da Senadora Ideli Salvatti. Já os conheço muito bem e não poderia me esquecer – até porque registrei no jornal do meu gabinete – do que ela disse lá atrás sobre este Parlamentar, sobre este Senador, quando da tribuna ela foi defender o Sr. José Dirceu, dizendo que ele era um homem honesto, contra quem não poderia pesar nenhuma acusação e que não tinha envolvimento algum com Waldomiro Diniz nem com a corrupção deste País. Conheço, portanto, muito bem os pronunciamentos dela. Naquela ocasião, ela se reportou ao pronunciamento que eu havia feito em 2 de março de 2004, com as seguintes expressões – expressões não próprias para o Plenário desta Casa: “A ‘montanha’ – referia-se a mim – ‘rugiu, rugiu, rugiu e não pariu um rato, porque nem estatura para rato tinha o que saiu nesta tribuna’.”

No dia de hoje, o Governo pariu muitos ratos, dezenas de ratos. O Partido de S. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti, pariu dezenas de ratazanas, que este País conhece muito bem.

E é por essa razão que eu exijo respeito e respeito aos meus Pares. Eu não posso andar no aeroporto, tendo na lapela o broche de Senador, que eu não tiro e nem vou tirar. Enfrentarei, porque eu sei me respeitar. O que eu peço, o que eu pedi, nada além do que eu pedi, vou pedir aqui agora que a Casa se manifeste. A Senadora Ideli Salvatti disse que existem dezenas de reportagens falando de senador “a” e de senador “b”. Existem. Se existem dezenas de reportagens, o Senado tem que se manifestar dezenas de vezes, ou aplicando a penalidade regimental ao Parlamentar ou colocando

na testa dele que ele não deve nada à sociedade e que ele é cumpridor dos seus deveres. O que não podemos aqui admitir é a omissão, é fazermos ouvidos de mercador e não darmos atenção à sociedade. A sociedade está participando, e precisa participar mais ainda, da cobrança a todos nós a respeito do posicionamento correto a que se referiu, há poucos instantes, o nobre Senador Alvaro Dias, com quem quero me solidarizar neste instante pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão e por ter me concedido esse tempo. Se mantive com V. Ex<sup>a</sup> algum entrevero, foi por conta do debate acalorado, mas tenha a certeza de que não guardo de V. Ex<sup>a</sup> nenhuma mágoa e espero que seja recíproco.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Já passou, Senador.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geovani Borges, do PMDB do Amapá.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja feita a minha inscrição para falar como Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Eu gostaria de voltar à lista de oradores, na qual está inscrito o Senador Ramez Tebet; depois falará, novamente, um líder, fazendo, assim, uma intercalação.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, do Espírito Santo, pela Liderança do PL.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, nobre Senador Sibá, Senador Pedro Simon, os motivos que me trazem a esta tribuna hoje são motivos conhecidos pela Nação. Estava fora do País e, por isso, durante todo o tempo, falei, Senador Alvaro Dias, por intermédio da minha assessoria. Neste momento, estou tomado de um misto de revolta, a revolta dos justos, e de tristeza. De tristeza, porque fico me perguntando a respeito da vida, da história que construí com dificuldades desde a minha infância, e, por um momento, de longe, como expectador, vejo-a sendo jogada no lixo por um canalha fraudador de orçamento público; revolta, porque sou um homem que foi forjado na luta, sem dar a minha mão, mas fazendo enfrentamento a bandido. Mesmo sendo forjado na luta, Sr. Presidente, vejo a minha história, o meu nome, a minha trajetória como que jogada no lixo.

Há uma CPI instalada, e ninguém é mais a favor de CPI do que eu, pois presidi a CPI do Narcotráfico – e ninguém pode se esquecer a grande CPI deste País, de resultados, e que teve respeito até mesmo por bandido. Eu respeito CPI. Acho que é o instrumento da minoria, acho que a CPI serve para dar respostas à sociedade e nada tenho contra as atitudes tomadas pela CPI. Aliás, acho que as pessoas que são citadas devem ser ouvidas e, responsávelmente, tratadas dentro do processo.

Sr. Presidente, tomei conhecimento de que fui citado por um Sr. Vedoin, que eu não conheço, pelo filho, que também nunca vi, a não ser nos jornais e na televisão, depois do episódio de terem sido apanhados, carcomendo, roendo, roubando de forma indigna o Orçamento público, fazendo falcatrucas no chamado esquema das ambulâncias, que eu não conheço. Senador João Batista Motta, o que pesa na palavra desse senhor com relação a mim? Disse ele que me deu um carro, mas que mesmo assim eu os trai e que nunca apresentei uma emenda para eles. Senador Sibá, passarei para a história como o homem que traiu a máfia dos sanguessugas, porque nunca apresentei nenhuma emenda para eles.

Aqui estão as minhas emendas – e passarei à Mesa todos os documentos das minhas emendas, desde a minha época de Deputado Federal.

Senador Alvaro Dias, Senador Sibá Machado, Senador Antonio Carlos Magalhães, queridos Senadores Jefferson Péres e Pedro Simon: se houver uma emenda minha no Orçamento da União para beneficiar essa canalhada, o Sr. Vedoin Filho e as suas empresas, se houver uma emenda de minha autoria sequer, renuncio ao meu mandato, para responder como cidadão comum. Não renunciarei para voltar para a política. Não. Renuncio para responder como cidadão comum. Aqui estão as minhas emendas, e tive o cuidado de mandá-las todas, Senador João Batista Motta e Senador Romeu Tuma, para quem tive o cuidado de ligar mesmo estando longe, cumprindo uma agenda fora daqui e também preocupado com a minha saúde. Tive o cuidado de ligar e ser atendido pelo Corregedor da Casa – e quero dar este testemunho –, que me disse: “Estou tomando as providências. A Corregedoria não está dormindo. Assim que chegar, eu quero ouvi-lo”. Eu disse-lhe: “Quero me antecipar e lhe mandar as minhas emendas para que V. Ex<sup>a</sup> as cruze”.

Não existe, Senadores Jefferson Péres e Antonio Carlos Magalhães, um prefeito sequer do meu Estado que levante o dedo, Senador Sibá Machado, e diga: “Eu recebi tal emenda para dar ambulância à Planam e foi o Senador Magno Malta, Deputado na época, que mandou”. Nenhum homem levanta o dedo para dizer:

"Recebi emenda com empreiteiro acompanhado, com empreiteiro a tiracolo por ordem do Senador". Em absoluto, não há homem que se levante para macular minha honra, minha vida e minha história.

De longe, pela televisão, assisto a minha história sendo jogada na lata do lixo, vendo lágrimas grossas e quentes no rosto da minha esposa, das minhas três filhas, de 5, 20 e 21 anos. Eu tenho uma história.

Tenho uma história de enfrentamento a bandido. Não sei nem se esse Vedoim não está a serviço dos bandidos que a CPI do Narcotráfico indiciou e investigou no Estado dele. Não sei também se a Senadora Serys Slhessarenko não está pagando por isso, porque presidiu a CPI do Narcotráfico em seu Estado. Não sei se ele está a serviço dos "arcangos" da vida. É importante trazer Magno Malta, que presidiu a CPI do Narcotráfico, Senador Sérgio Guerra, para dentro desse imbróglio desgraçado e mentiroso.

Diz ele que me deu um carro. No primeiro momento, eu perguntei: "Que carro?" Pergunte: Que carro? Eu nunca recebi carro desse senhor, nunca estive com ele, não o conheço, não tratei nada com esse senhor.

Que carro?

Na CPI do Narcotráfico, na Câmara Federal, durante quase três anos, convivi diretamente com algumas pessoas. Como faço amizades com muita facilidade, Senador João Batista Motta, fiz muitos amigos, entre eles: Moroni Torgan, grande irmão; Fernando Ferro, do PT; Laura Carneiro; Lino Rossi.

Estou assustado com o que leio sobre o Deputado Lino Rossi hoje, pois trazem fatos acerca dos quais nunca tive conhecimento. Lino Rossi foi um grande amigo – não posso ser indigno neste momento, dizendo que não –, por quem tenho o maior carinho, até porque pude estar nos grandes e nos difíceis momentos de sua vida.

Senador Marcelo Crivella, quero dizer que nem me faz doer a alma mais ver que, por ser evangélico, sou alvo de chacotas e de deboches. Os homens, públicos ou não, podem cometer qualquer tipo de atrocidade que não são apontados pelo credo que professam, mas o evangélico é apontado pelo credo que professa não sei por quê.

Conheci o Lino Rossi na Câmara. Fiz grande amizade. É uma pessoa querida. Lembro-me de que, quando fui eleito Deputado Federal e, depois, Senador, Lino foi candidato à reeleição, mas perdeu – grande amigo do Senador Antero Paes de Barros, nosso amigo comum. Ele veio ao meu gabinete triste. Lembro-me de que, naquele dia, Senador Marcelo Crivella, em que pese o deboche que farão com o que vou dizer, eu me ajoelhei e orei com ele. Li a Bíblia com ele. E, assim,

na seqüência, disse uma frase a ele: "Amigo, quando uma porta se fecha, Deus abre outra".

E ele tinha um programa de televisão em Cuiabá, Senador Eduardo Suplicy, de muita audiência; audiência maior do que a TV Globo no horário dele. E ele tinha vontade de fazer um programa nacional. Eu fiz contato com o Bispo Gonçalves, Diretor-Presidente da Record. Fui a São Paulo com o Lino. Ele nos recebeu. E me lembro da frase do Bispo Gonçalves: "Você é de Cuiabá; isso aqui é São Paulo. Você não conhece a realidade de São Paulo com um programa como esse". E como o Datena tinha acabado de ir para a Bandeirantes, ele precisava de alguém para fazer "O Cidade Alerta", um programa de muita audiência.

E lembro-me que o bispo perguntou: "O senhor lida bem com o ponto?" Ele disse: "Lido". Então o bispo mandou que fizesse o teste com ele. Lembro-me de que, quando a resposta do teste veio, foi uma grande festa. Ele estava na Record, numa rede nacional. Fiquei feliz. Um amigo, pessoa que eu conheci na Câmara, com quem fiz amizade; um homem que fez um belo trabalho na CPI do Narcotráfico. Nunca vi dele sinais de indignidade, de roubalheira, de vagabundagem. Nunca tocou em assunto dessa natureza – e aí agradeço pelo respeito à minha pessoa. Nunca tocou em assunto de Planam, de ambulância – nunca! –, para minha pessoa!

E um dia, feliz da vida, morando em São Paulo, Lino me disse que tinha um carro que havia usado na campanha dele, mas como ele agora estava em São Paulo se eu precisasse do carro... E o Lino passou esse carro para mim. Então recebi esse carro e o usei. Era uma Van – e aqui está a cópia do IPVA que eu paguei – em nome de José Luiz Cardoso. Não sei quem é. Achei que era um parente, qualquer pessoa. Continuo achando.

José Luiz Cardoso. Olhem aqui: paguei. Houve um incidente com ela e aqui está a ocorrência policial, a conta paga do conserto. É de José Luiz Cardoso. Eu nunca... E aí, com todo o respeito que tenho ao Presidente da CPI, Antonio Biscaia, que trabalhou na CPI do Narcotráfico, com todo o respeito que tenho por ele, eu devo dizer que ele errou quando disse na televisão que eu havia dito que recebi um carro da Planam. Nunca recebi carro da Planam. Jamais receberia carro de alguma empresa. Se há algo com que tenho cuidado é com a minha vida, com o meu nome, com a minha história.

Senador Jefferson Péres, há 25 anos eu tiro drogado da rua – eu e a minha esposa. Quando me casei, quando minhas filhas nasceram, eu já tinha drogado em casa, Senador Sibá, Senador Jefferson Peres e Senador Jonas. Eu tenho no Projeto Vem Viver, na nossa

instituição, crianças a partir de 12 anos, traficantes de crack, precisando de tratamento. E tenho também gente de 70 anos de idade alcoólatra, Senador Jefferson Péres. Se eu tivesse ligação com a máfia da ambulância... E ninguém precisa mais de ambulância do que eu, do que a instituição que nós dirigimos. E nós não temos ambulância. Ninguém precisa mais de instrumentos para tratamento dentário, de um ônibus montado para tratamento dentário, do que nós. Nós não temos. Nunca coloquei... Não há sequer uma emenda minha, porque não tenho ligação com essa farsa.

Dois pontos são verdadeiros: o primeiro é que não existe emenda minha, Sr. Corregedor; e o segundo é que não existe carro. Esse carro que o Lino Rossi me emprestou, eu o devolvi a ele, Senador Flexa Ribeiro, há exatamente um ano e um mês. Há um ano e um mês, a empresa Transgrancap, de Cuiabá, levou esse carro de volta para lá, para devolver a seu dono. Não recebi carro de Vedoin. Recebi o carro do Lino e devolvi-o a seu dono. O carro está com o Lino em Cuiabá.

E quero dizer uma coisa: se tiver que responder por crime de corrupção ativa... Porque os jornais deram e minha assessoria me enviou, Senador Alvaro Dias. O jornal **O Globo** publicou há três ou quatro dias uma matéria falando de uma briga do Lino Rossi com o Vedoin, do rompimento deles, porque o Lino não cumpriu... E disse que o Vedoin deu para ele uma carreta e uma Van, mas ele não cumpriu, romperam e agora ele é até concorrente. Sei lá! Pode ser essa Van. Não deu Van nenhuma para mim. Recebi do meu amigo Lino Rossi – a despeito do que ele esteja vivendo, não sou canalha ou crápula para dizer que não o conheço; foi meu amigo o tempo inteiro – e ao amigo Lino Rossi eu devolvi o carro. Vejam bem: devolvi o carro há um ano e um mês atrás. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa sobre isso, não responderá, porque a mim nunca falou em corrupção; a mim nunca tocou em Orçamento; comigo nunca falou em ambulância; comigo nunca falou em máfia da ambulância, nunca me sugestionou. E agradeço por ele entender o homem que sou e como levo minha vida, como prezo minha vida.

**O Sr. Marcelo Crivella** (PRB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Marcelo Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, pelo aparte. Quero solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> porque não só eu, mas todo povo brasileiro evangélico e seus colegas pastores conhecemos o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve há duas décadas no Espírito Santo. A vida é assim. Infelizmente, a imprensa muitas vezes esquece a biografia, o pas-

sado, a luta, e parte para publicar notícias que ainda não foram apuradas, denúncias feitas por qualquer um, que muitas vezes não tem moral sequer para fazê-las. De tal maneira que V. Ex<sup>a</sup> tem, tenho certeza, não só a minha solidariedade, mas a deste Plenário. As explicações que V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa agora são claras, são concisas. Poderia ter acontecido com qualquer um: receber como empréstimo um carro de um amigo num dado momento, devolver a ele, logo em seguida, para, um ano depois, saber que aquele carro teria algum suposto envolvimento com essa quadrilha, com essa máfia, que nós todos repudiamos, e V. Ex<sup>a</sup> o fez agora, da tribuna, de maneira muito própria. Não poderia deixar de prestar esta solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, porque continuo dizendo o que disse no início do meu discurso: V. Ex<sup>a</sup> tem um trabalho tão bonito, tanta gente grata, tantas famílias, tantas pessoas humildes que encontraram na sua casa, no carinho da sua esposa, das suas filhas, o caminho de volta para a vida; que saíram das drogas, das armadilhas dos vícios! Portanto, Senador Magno Malta, aceite a minha solidariedade neste momento de injustiça e de dor que V. Ex<sup>a</sup> vive.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Crivella. Para mim é muito importante o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento.

**O Sr. Marcelo Crivella** (PRB – RJ) – Apenas para concluir. Sou testemunha de tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> fez pelo Lino Rossi, na Record; acompanhei isso passo a passo. V. Ex<sup>a</sup> deu a descrição exata dos fatos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Porque não quis citar, mas pedi a V. Ex<sup>a</sup> que nos ajudasse junto ao Bispo Gonçalves para que ele pudesse, pelo menos, ouvi-lo – porque não é fácil – e, por méritos, ele entrou e comandou o “Cidade Alerta”. E quando o Wilson Santos se elegeu Prefeito, ele voltou. Voltou e manteve por ele sempre o mesmo respeito. Se tiver que responder por crime de corrupção ativa, a mim não tentou corromper em momento nenhum. Até agradeço por saber... Nem esse Vedoin, porque nunca lhe dei confiança e nem sei quem ele é.

Aqui estão as minhas emendas todas, as cartas que mandei para a Saúde, para a Educação; aqui estão todas as emendas que fiz como Deputado Federal e como Senador. Até porque eu falei que o filho dele – que nem sei quem é – disse que eu coloquei emendas para as comunicações. Inverdade! Mentira!

É preciso ter cuidado com a chamada delação premiada. O cara que vai para a delação premiada precisa saber também que ela será premiada se as acusações dele forem encontradas e forem verdadeiras; até porque se eles já estão grampeados tanto tempo, o Ministério Público e a Polícia Federal hão de saber que não existe absolutamente nada que envolva este

Senador, que envolva a sua assessoria, qualquer tipo de contato e relacionamento que envolva a minha pessoa com essa corja de indignos, de mãos sujas, que roubaram dinheiro público e fizeram fortunas em cinco anos, e que agora estamos vendo até o nome do Senador José Sarney tocado por eles na manhã deste dia, do Senador Eduardo Siqueira Campos... De longe, vendo o sofrimento, a angústia, da Senadora Serys Slhes-sarenko e de tantos outros. Fico imaginando que, se algum Deputado Federal, se algum Senador colocou alguma emenda no orçamento para compra de ambulância e o prefeito, por um gesto indigno, juntou-se a essa quadrilha, o parlamentar agora se vê obrigado a responder por isso. É preciso ter muito cuidado com a honra, com a vida das pessoas.

Ouço o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, longe de mim aqui querer fazer a defesa de V. Ex<sup>a</sup> ou de qualquer outra pessoa. O que me faz pronunciar esse aparte é o fato de que me espanta como as notícias estão sendo veiculadas, apesar de as reuniões terem sido reservadas; não eram secretas, mas eram reservadas, a sala foi esvaziada, e hoje vejo, no jornal **Correio Braziliense**, trechos, na íntegra, do que foram as indagações, as argüições que os parlamentares fizeram ao Sr. Darci. Já que está saindo na imprensa, não falei até hoje absolutamente uma palavra do que ouvi ali dentro, mas uma das coisas que me chamaram a atenção foi que, quando o Deputado Fernando Gabeira indagou ao depoente se ele conhecia determinados parlamentares - e ele listou alguns -, ele disse que não ia mais citar porque não podia citar pessoas que ele não comprovasse. E mais: ele não podia fazer mais nada porque quem podia ter algum tipo de prova era o filho dele, porque ele jamais tinha tido contato com as pessoas. Os negócios dele se davam com as empresas, as fornecedoras dos equipamentos ou coisa parecida. E, nesse caso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fiz questão de deixar muito claro para as pessoas de minha Bancada, para as pessoas com quem conversei que estranhei a forma como as notícias foram levadas para fora. V. Ex<sup>a</sup> pode ter a segurança de que nós nos batemos naquela Comissão no sentido de que só podíamos tratar de questões, no âmbito da Comissão, que tivessem comprovação. Caso contrário, não se podia tocar em nome de absolutamente ninguém. Houve até um fato relacionado com essa coisa de conhecer ou não conhecer. Foi o próprio Vice-Presidente da Comissão que perguntou se conhecia, em qual condição, em que situação conhecia. Isso porque eu, por exemplo, conheço a Xuxa pela televisão. Eu conheço também o Ronaldo. Se alguém me perguntar sobre o Ronaldo, eu posso dizer alguma

coisa. Foi nesses termos que a pergunta foi feita. Portanto, neste momento, fico entristecido com a forma como as informações saem de dentro da Comissão e se transformam em sentença, em jogo de sentença para as pessoas que estão sendo citadas. Esse foi o problema de todas as CPIs que acompanhei. Essa CPI é a quarta que estou acompanhando ativamente. Participei de mais duas. Todas essas Comissões tiveram esse tipo de comportamento. As pessoas usam informações mais para fazer jogo bonito para a mídia do que para contribuir com os trabalhos. Neste caso, neste momento, estou solidário com V. Ex<sup>a</sup> com relação a esse problema, pois considero um absurdo a forma como ele foi tratado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Agradeço o seu aparte, Senador, e vou incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim e, em seguida, aos Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, eu estava no gabinete e fiz questão de vir rapidamente. Fiquei preocupado até de não chegar a tempo. Acompanhei sua vida na Câmara dos Deputados, onde estive por dezessete anos. V. Ex<sup>a</sup> chegou lá e, com muita fibra, com muita raça, muita convicção, defendeu as posições que eu também defendo no campo social. Mas V. Ex<sup>a</sup> foi muito além daquilo que eu fazia na Câmara quando liderou a CPI do Narcotráfico. Contra V. Ex<sup>a</sup>, durante todo aquele período, não há uma faísca, uma vírgula que lhe possa ser atribuída. O que dizem agora é que V. Ex<sup>a</sup> andou num carro que não era seu. E aí fizeram um escândalo do tamanho do País contra a sua história, contra a sua vida. Fico muito preocupado com isso, Senador Magno Malta. Eu já disse numa oportunidade e vou repetir agora que, quando Deputado, fui um dos poucos que foram à tribuna dizer que não votaria pela cassação do Deputado Ibsen Pinheiro. Por que estou dizendo isso? Porque, para felicidade minha, ele foi absolvido num segundo momento, e as revistas hoje publicam que houve uma injustiça. Então, quando vejo uma injustiça como essa que fazem a V. Ex<sup>a</sup> – aqui defendi também a Senadora Serys e a Senadora Ana Júlia –, sou levado a dar esse depoimento. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> está sendo injustiçado, mas acredito na justiça. Por isso, presto minha total solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, na certeza de que o bem vencerá e que, por esta razão, V. Ex<sup>a</sup> dará a volta por cima, certamente, nessa situação constrangedora em que quiseram envolvê-lo, mas não conseguiram. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Paim. Recebo emocionado o seu

aparte ao meu pronunciamento. Muito obrigado pela solidariedade.

Concedo o aparte ao Senador Tuma e, posteriormente, aos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Efraim Moraes.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Só para um esclarecimento a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> falou três vezes comigo: duas vezes quando estava fora do País e uma hoje, pouco antes de usar da tribuna. Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> presidiu Comissão e sabe que o sigilo é relativo. Tenho ficado um pouco assustado com a gama de notícias que sai todo dia. Todo dia tem alguém dando uma entrevista, ou sai algum noticiário de jornal. Tendo em vista a permanente citação de alguns Senadores, pedi ao Dr. Biscaia que informasse o que realmente existia, porque S. Ex<sup>a</sup> tem mantido a documentação reservada em sigilo, só tendo tido acesso a ela Sub-Relatores... É claro que, se eu for lá, posso pedir, mas é um pouco confuso tirar segmentos que interessam. Eu pedi o depoimento por inteiro, mas vieram, para a Corregedoria, fragmentos citando os três Senadores, e temos a obrigação de esclarecer à sociedade com uma apuração sem indicativo da prática de crime. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, temos que apurar as razões da citação do nome e chegar a uma conclusão. Então, é isso que estou fazendo a partir de hoje. Comuniquei a V. Ex<sup>a</sup>, à Senadora Serys e ao Senador Ney Suassuna, que tem sido, da mesma forma, correto ao querer, a todo instante, prestar informação, já tendo pedido, há algum tempo, que houvesse apuração. Mas eu não tinha subsídio para fazer isso. É claro que, se o Presidente autorizar, eu gostaria de pedir que os depoimentos de V. Ex<sup>a</sup> e da Senadora Serys sejam encaminhados à Corregedoria. Quanto à honestidade, V. Ex<sup>a</sup> me conhece e sabe que jamais praticarei uma injustiça que possa ferir qualquer pessoa. Se houver indicativos da prática de qualquer tipo de delito, vamos esclarecer isso. Então, fique tranquilo, pois vou examinar os documentos que V. Ex<sup>a</sup> mandar, vamos ouvir o Lino Rossi, que, acredito, é a peça importante no seu caso, para chegarmos a uma conclusão.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Pois não, mas é para o Senador Magno Malta que V. Ex<sup>a</sup> precisa pedir.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Peço à Mesa que, por gentileza, como fui citado, eu possa dar uma resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – Apenas para despachar o requerimento verbal do Senador Romeu Tuma.

Na forma regimental, o Senador será atendido com o encaminhamento dos pronunciamentos da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Magno Malta à Corregedoria da Casa.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Eles embasam um pouco o nosso raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – Peço à Secretaria que tome as providências.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Quero apenas dizer que, mal saiu a primeira notícia, não só demiti os meus dois assessores como também os processei. Também processei os Vedoin, pai e filho, a D<sup>a</sup> Maria da Penha e, imediatamente, fiz um ofício pedindo a investigação, porque não tenho nada a esconder, não fiz nada errado. Fico triste de ver como a nossa mídia faz sensacionalismo em cima de fatos e repete o mesmo assunto dez ou doze vezes, não sei com qual objetivo. Às vezes fico a pensar se não existe uma segunda causa para que isso aconteça.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – Peço a compreensão dos Senadores inscritos. Como este é um caso especial, o Senador Magno Malta foi convocado a esclarecer e está exercendo o direito à defesa. Por isso, peço a compreensão, já que o tempo do Senador Magno Malta esgotou-se há muito.

**O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES)** – Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado.

**O SR. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador Magno Malta, se V. Ex<sup>a</sup> precisar de algum esclarecimento, estou à disposição.

**O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES)** – Muito obrigado, Senador Tuma.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Senador Magno Malta, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sou membro da CPMI das Ambulâncias, dita CPI dos Sanguessugas. Essa CPI só teve uma reunião, a de instalação. Não houve qualquer outra. Participei da CPI dos Bingos, da CPMI dos Correios, até da chamada CPI do Fim do Mundo, e tudo funcionava direito. As CPIs eram convocadas, a Oposição votava os requerimentos, os caminhos eram decididos no voto. O que está acontecendo na CPI dos Sanguessugas? Ela está sendo conduzida por uma espécie de “quarteto fantástico”. Às vezes tomo ciência de algo pela televisão. Sou membro titular dessa CPI. O que acontece? Não há uma convocação marcada. Quanto à questão de V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, onde começa todo o processo? Uma emenda é encaminhada, e, dentro do processo criminal, é colocado e negociado com o prefeito. V. Ex<sup>a</sup> não colocou emenda alguma. No entanto, aparece o nome de V. Ex<sup>a</sup>. O Vedoin dá uma declaração, que está na imprensa, dizendo que deu um carro para V. Ex<sup>a</sup>. O carro não foi dado por Vedoin.

(Interrupção do som.)

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)**

– O carro não está em nome de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> usou o carro cedido por um Deputado amigo de V. Ex<sup>a</sup> durante um período e o devolveu. E o que acontece? Onde foi votado nesta CPI... Quero exercer o meu direito de voto, porque o poder e o direito que o Parlamentar tem é o de votar. Quando aconteceu uma reunião em que se decidiu que seriam encaminhados os nomes das pessoas citadas para a Comissão de Ética da Câmara ou do Senado? Em momento algum foi votado isso. Não estou aqui para defender ninguém, porque eu disse que quem tem o nome citado e tem depósito em conta tem que ser julgado pela Casa competente. Só que nada disso foi votado. O quarteto fantástico se reúne e sai falando algumas coisas sobre uma série de Deputados, sobre uma série de Senadores. Fui nomeado para essa Comissão com o direito de dar o meu voto pelo meu Estado, pelo meu Partido e pela minha consciência, só que isso não acontece. Ligo a televisão e vejo que a CPI dos Sangueusas deu a seguinte declaração, que a CPI dos Sangueusas deu outra declaração. Que reunião foi essa? Eu participei de todas. Na CPI dos Bingos, que era chamada de CPI do Fim do Mundo, todos se reuniam, colocava-se em votação, ganhava-se ou perdia-se por um voto, mas era uma decisão democrática, uma decisão dos Partidos, uma decisão da Casa. E o que acontece na CPI dos Sangueusas? Nada. Aparece-se com documento, lê-se um documento. Eu já li todo o depoimento do Vedoin. Ele apresenta prova contra Deputado, contra outras pessoas. Apresenta provas. Com relação a esses que estão com depósito em conta, o Parlamento tem que tomar atitudes contra eles. Agora, se aparece um assessor que recebeu, se aparece um parente que recebeu, tem que chamar para deporem, para serem ouvidos. Ele tem que falar ali. Levou o dinheiro? Deu o dinheiro? Para quem deu? Você estava ali e negocou para outro? Só que ninguém fala isso, Senador. Ninguém fala isso aqui. Estou falando isto por causa da minha consciência. Vou entrar no Senado, vou sair do Senado e vou dormir tranquilo. Quero voto, quero discussão, quero a Comissão.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador Wellington Salgado de Oliveira, eu falei isso já desde a semana passada.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – A Comissão, quando é criada, é uma célula desta Casa, é uma célula do Senado, é uma célula da Câmara. Numa célula, tudo é decidido no voto, Senador.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Falei, semana passada, o que V. Ex<sup>a</sup> está falando.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB**

– MG) – É uma célula desta Casa. Aqui tudo se decide no voto. Aqui se perde, aqui se ganha. Quem perde vai para casa como perdedor e pode ganhar na próxima, mas com o voto, com a opinião de vários, não da maneira como está sendo conduzido o processo. Algumas pessoas dão declarações sobre políticos na região em que estão competindo, num momento eleitoral, e os derrubam imediatamente. Estou sendo procurado por pessoas que nem emendas apresentaram, como V. Ex<sup>a</sup>. Todo o processo criminoso começa no lançamento da emenda, quando se pode negociar com a Prefeitura.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Mas emenda não é crime.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB**

– MG) – Não, não é crime. Mas quero dizer que, nesse processo, da maneira como foi dito pelo Sr. Vedoin, o crime começa quando se apresenta uma emenda. Mas, no caso de V. Ex<sup>a</sup>, nem emenda existe, e V. Ex<sup>a</sup> está sendo citado em todos os momentos. Por quê? Porque, nesta Casa, Senador, no Senado Federal, não acontece esse tipo de coisa, não é normal acontecer esse tipo de coisa, como levar dinheiro por uma emenda. Estão tentando, de qualquer maneira, pegar um Senador, pegar alguém para essa situação. Estamos vivendo um momento da política nacional em que se ataca o próximo e o derrota como se fosse o senhor da ética ou o senhor da verdade. Todos são puros. Quem ataca hoje é puro. Quem ataca nasceu puro, é limpo. Não vejo alguém tão puro que possa condenar o próximo. Todos aparecem dando declarações com o cabelo bem feito, bem cortado, bem arrumadinho, já próprio para dar declaração. Não vou chegar nesta Casa, não vou participar e não vou acusar ninguém sem prova. A prova deve existir, Senador. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu sempre tive o seguinte: bandido, de um lado; e V. Ex<sup>a</sup>, do outro. Eu ouvi nesta Casa que a posição de V. Ex<sup>a</sup> é sempre contra bandido. Foi assim que V. Ex<sup>a</sup> se elegeu – eu nem sabia –, com a maior votação no Espírito Santo. Senador, o que está sendo feito e o que está acontecendo é uma atitude covarde, mas ninguém fala. Eu estou falando. Não sei o preço que vou pagar, mas tenho certeza de que estou sentindo o que estou falando. Muito obrigado pelo espaço.

**O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES)** – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – Nobre Senador Magno Malta, quero pedir, mais uma vez, a compreensão aos aparteantes, para que fiquem no tempo permitido regimentalmente, ou seja, dois minutos para o aparte. Não queremos, de forma alguma,

cercear o direito à defesa do Senador Magno Malta, mas pedimos aos aparteantes a compreensão.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Magno Malta, a história de V. Ex<sup>a</sup>, de origem humilde, a sua história de luta contra o tráfico de drogas dá realmente a V. Ex<sup>a</sup> a condição de vir fazer a defesa que faz aqui, usando o direito mais sagrado que todos temos, que é o direito de defesa. Pena que a Senadora Ideli Salvatti não se encontra presente, mas fico feliz em ver que S. Ex<sup>a</sup>, agora, é também cuidadosa com as acusações. S. Ex<sup>a</sup> pede moderação, S. Ex<sup>a</sup> pede que o direito de defesa seja respeitado por todos. Na verdade, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e desejar que tenha em mente a liberdade de poder exercer o direito de defesa, como aqui faz.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Magno Malta, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. A história de vida de V. Ex<sup>a</sup>, de que aqui tomei conhecimento quando cheguei, responde pelos seus atos praticados. Tenha absoluta certeza de que, como V. Ex<sup>a</sup> aqui explicou, deu da tribuna a explicação de que o povo brasileiro já tinha conhecimento, porque já havia sido também noticiado pela imprensa que V. Ex<sup>a</sup> apenas havia recebido do seu amigo de então, Deputado Lino, o carro que estava sendo utilizado. Agora V. Ex<sup>a</sup> complementa dizendo que o devolveu há mais de ano.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – E ainda o chamo de amigo.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – E ainda o chama de amigo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Nunca me propôs corrupção.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Como V. Ex<sup>a</sup> disse, a verdade vai se sobrepor ao mal e à mentira, e V. Ex<sup>a</sup> terá, com certeza absoluta, explicado o fato, porque sua história de vida responde pelo seu futuro.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Flexa. Recebo, emocionado, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e as incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao Senador Efraim e, depois, aos Senadores Marcos Guerra e Eduardo Suplicy.

**O Sr. Efraim Moraes** (PFL – PB) – Senador Magno Malta, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo o que é certo: vir a tribuna, apresentar sua defesa. Aqueles que o conhecem, como eu, porque fomos colegas quando Deputados

Federais, sabem que o que está fazendo, provando, dando os fatos verdadeiros, é fundamental não só para V. Ex<sup>a</sup>, mas para todos os que realmente foram citados. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> esteja no caminho correto e deva fazer exatamente isso para que, amanhã, por meio da Corregedoria, da CPMI, do que for, mostre exatamente o fato verdadeiro, a sua versão. Isso é o que desejamos e esperamos que ocorra. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Efraim.

Concedo o aparte ao Senador Marcos Guerra.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, V. Ex<sup>a</sup> usa a tribuna, o que é de direito, para vir explicar uma acusação que, de repente, foi uma antecipação, um ato impensado da imprensa. Conhecendo V. Ex<sup>a</sup>, a forma como V. Ex<sup>a</sup> começou a política no Espírito Santo, como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, e os trabalhos que V. Ex<sup>a</sup> tem praticado no nosso Estado em prol do social, tenho certeza, Senador, de que V. Ex<sup>a</sup> vai trazer, caso seja preciso, provas para realmente comprovar a sua inocência nesse malfadado caso que a imprensa vem anunciando. Lamento, Senador. Já li várias notícias sobre a CPMI dos Sanguessugas. Inclusive, o ex-Ministro Humberto Costa é muito citado. Infelizmente, todas as ações de corrupção nesse Governo começaram realmente dentro do Governo. Infelizmente, elas têm envolvido alguns Parlamentares, como é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, que está afirmado da tribuna não ter culpa. Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e lamentar, mais uma vez, o fato de V. Ex<sup>a</sup> estar sendo citado num caso que tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> não tem culpa.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Marcos Guerra, Senador do meu Estado, que me conhece, conhece a minha trajetória.

Quero reafirmar que não recebi carro de Planam nem de Vedoin, que não conheço. Eu o vi e vi também o filho dele nos jornais e na televisão. E o filho dele afirma em depoimento que eu apresentei emenda para as comunicações. Até isto ele fala: para quem destinei as emendas. E eu nunca apresentei emenda para as comunicações!

Aqui estão todas as minhas emendas, como Deputado Federal e Senador. Se encontrarem uma emenda minha para essa corja, Senador Guerra – V. Ex<sup>a</sup> é do meu Estado –, vou renunciar ao meu mandato não para voltar, mas para ser julgado como cidadão comum.

Ah, a minha vida não foi assim... Não foi assim que construí a minha história, fraudando o Orçamento. Não construí a minha história tratando às escuras com

empreiteiros e lobistas. Não os recebi, não os recebo. Não há homem no mundo, nem no meu Estado, que levante o dedo e diga: "Recebi a emenda, e o empreiteiro veio junto".

Nunca fui nem a pedra fundamental. Nunca fui a entrega de obra, a assinatura de contratos. Aliás, min-  
to, porque, há dois anos, apresentei uma emenda para um ginásio de esportes em Vargem Alta, um distrito, cuja inauguração foi há dois meses. Disseram que só o inauguravam se eu estivesse presente. Eu disse que não gostava de ir, mas a comunidade só inaugurava o ginásio se eu fosse, e fui a Vargem Alta, um distrito do Espírito Santo.

Mas não vou. V. Ex<sup>a</sup> é político, Senador João Batista Motta. V. Ex<sup>a</sup> se encontra comigo em eventos de inauguração ou de ordem de serviço? Não. Não é a minha prática. Nunca apresentei emenda para essa corja, Senadora Heloísa Helena. Não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção. Recebi o carro de um amigo, e ainda vou chamá-lo de amigo, a despeito do que ele está vivendo, porque nunca me propôs corrupção, não se sentou comigo em meu gabinete e disse: "Ponha a emenda, ponha que é bom. Eles vão te dar tanto. Olha, eu conheço a Planan, conheço o Vedoin, ponha aqui, ponha nos seus Municípios, uma ambulância para cada um, que isso vai te dar notoriedade". Não. Nunca me propôs isso. E volto a dizer que agradecido sou porque nunca dei a ninguém a ousadia de se aproximar de mim para propor tal tipo de coisa. Usei o carro de um amigo.

Felizmente, V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui quando eu disse que errou o Presidente da CPMI, com todo respeito a S. Ex<sup>a</sup>, quando disse na televisão que eu precisava ir para a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e o meu mandato foi imediatamente cassado no Brasil inteiro. Virei o lixo da política brasileira. O foco não é Vedoin, sou eu. O criminoso não é Vedoin, é Magno Malta. Virei o resto no meu Estado. Foram publicadas as manchetes mais terríveis contra mim, inclusive uma que dizia: "CPI denuncia Magno Malta". Fotos enormes, todos os dias. Virei o resto.

Sou filho de faxineira, Senador Ney Suassuna. Não pertenço a grupo político nenhum, Senador Jefferson Peres. Cheguei onde cheguei com muita luta, tirando gente da rua, como bandeira de enfrentamento.

Virei Senador da República, enfrentando o crime organizado, o narcotráfico, travando uma batalha. E, hoje, sou o lixo do lixo, o resto do resto, porque fui vendido assim. A CPMI investiga fraude em emendas. Olhem a contradição: quem nunca colocou uma emenda é o criminoso.

Algumas pessoas experientes dos meios de co-  
munição me disseram: "Você errou. Você devia ter

ficado calado, não devia ter falado nada, que recebeu, que usou o carro que o Lino Rossi passou para você". Mas a boca que honra a Deus não mente. Mentir para ser desmascarado depois? Não! Prefiro passar o que estou passando a mentir.

Em minhas mãos, estão os documentos e o IPVA do carro em nome do cidadão. Não há nada em nome de Planam, em nome de nenhuma empresa do Sr. Vedoin.

Nunca procurei nenhum Ministro da Saúde até porque eles nunca me receberam. O Ministro Saraiva Felipe nunca me recebeu. O Ministro Humberto Costa nunca me recebeu.

(Interrupção do som.)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Senador Alvaro Dias, os Parlamentares que ainda não foram citados não devem estar dormindo mais porque amanhã podem sê-lo. Se descobrem que uma emenda do Parlamentar foi para a saúde e que se comprou uma ambulância, ele já é candidato a bandido. Estamos vivendo uma inquietação a cada dia: que lista saiu? Que nomes deram?

Sou signatário da CPMI, Senadora Heloísa He-  
lena. V. Ex<sup>a</sup> me deu a proposta para assinar. Essa é a verdade dos fatos.

Se querem destruir meu nome, jogar minha his-  
tória no lixo para tirar meu mandato, podem tirá-lo. Parafraseando o Apóstolo Paulo, digo que nada te-  
nho por ganho nem por lucro nesta vida, porque, para  
mim, viver é Cristo e morrer é lucro. Foi Ele quem me  
colocou aqui. Se pela vontade permissiva d'Ele isso  
vier a acontecer, a minha honra, o meu compromisso  
com Deus e com a minha família,

Senador Romeu Tuma, ninguém vai roubar.

Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (PT – SP) – Senador Magno Malta, considero muito importante V. Ex<sup>a</sup> ter  
vindo expor os episódios tal como aconteceram, de  
maneira a tornar claro, por tudo o que nos transmitiu,  
que não houve qualquer procedimento que o fizesse  
incurrer em ato que fere a legislação. Pelo menos,  
por tudo o que nos transmitiu hoje, V. Ex<sup>a</sup> procurou  
expor, inclusive com documentos, a verdade sobre  
fatos que constituíam uma história diferente daquela  
que, primeiramente, se quis atribuir a V. Ex<sup>a</sup> pela  
forma franca com que caracteriza o seu ser, a sua vida.  
E considero muito importante que seja sempre esse  
o procedimento de um representante do povo, de um  
Senador do Espírito Santo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito  
obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Ouço o Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, sei perfeitamente da dor que V. Ex<sup>a</sup> está passando neste momento. Sei da origem de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é do meu Estado. Nós o conhecemos de maneira absoluta. Sei, também, Senador Magno Malta, que existe o crime dos “sanguessugas”. Sei que dinheiro foi desviado do Erário. Sei que houve o crime de colarinho branco com relação àqueles que recebiam dinheiro para votar em projetos do Governo. Sei que tudo isso existe. O que não consigo saber, Senador Magno Malta, é por que vivemos hoje este momento difícil de tantas acusações, tiroteio para tudo quanto é lado, envolvendo os mais diversos Parlamentares. Se é verdade que existe este crime – e existe –, por que também existem as acusações infundadas? Nós temos que aqui meditar a razão disso tudo. Há alguém por trás querendo enfraquecer o Poder Legislativo. Há alguém que quer misturar os bons com os maus. Até hoje nada colou no Presidente da República. O cidadão brasileiro está dizendo que todo mundo é bandido. Não importa, então, que o Presidente e seus Ministros sejam também. Será que é para ganhar a eleição deste ano? Será que existe outro motivo escuso por trás disso? Será que alguém quer a “cubanização” do Brasil? Será que alguém quer de volta a ditadura? Será que não estão satisfeitos com o momento democrático em que vivemos? Existem bandidos, mas nem todos os são. Eu, por exemplo, nunca fui, Senador Magno Malta. Não participei de nada disso, nunca participei dessas coisas. E vários colegas, a maioria desta Casa, são homens sérios, homens honestos. Não sei qual é a minoria – que não seja –, mas o certo é que toda a Casa fica enodoadas, prejudicada perante a opinião pública. Há alguma coisa por trás disso. Não acredito que as acusações contra a Senadora Serys Slhessarenko, assim como contra V. Ex<sup>a</sup>, não tenham um fundamento político, específico, para que alguém permaneça no poder. Receba o meu abraço. Sei que V. Ex<sup>a</sup> não tem nada a ver com isso. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é um homem limpo, um homem puro. É o que tenho a dizer a esta Casa e a quem está nos ouvindo neste momento.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – Senador João Batista Motta, muito obrigado por seu aparte, que recebo com muito carinho, até uma certa emoção, porque somos do mesmo Estado. V. Ex<sup>a</sup> me conhece, obrigado pelas referências. Saiba, Senador João Batista Motta, que não sujei minhas mãos no chiqueiro, na lama da corrupção, nem sujarei.

Ouço o aparte do Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (PSB – SE) – Senador Magno Malta, em meio a essa crise que convulsiona, atormenta e denigre o Legislativo, há

pessoas que, não merecendo a pecha de desonestas, são envolvidas de forma tão equivocada, tão estranha! Mesmo porque conhecemos o passado de V. Ex<sup>a</sup> como o grande timoneiro, defensor de causas como o combate à violência, ao narcotráfico, ao desvio da juventude para o uso de entorpecentes, que tanto denigrem a pessoa humana. V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa também sempre foi um defensor intransigente da boa aplicação dos recursos públicos, do controle, da fiscalização das instituições, não só do Congresso Nacional como do Poder Executivo. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem sido, ao longo da vida, um exemplo de coragem, de devotamento, de amor ao Brasil, de amor às causas e aos ideais que fazem os grandes homens públicos. Portanto, lamento que V. Ex<sup>a</sup> tenha sido envolvido nessa questão. Tenho certeza absoluta de que a verdade virá à tona. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> são mais do que necessárias neste ambiente democrático do Senado Federal, onde milhares e milhares de brasileiros acompanham os nossos trabalhos. E V. Ex<sup>a</sup> faz uma defesa, uma prestação de contas da sua vida, o que é mais do que necessário neste momento. No mais, quero, juntando-me aos demais companheiros e companheiras do Senado Federal, solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> e desejar que o deixem em paz e que o seu trabalho tão frutuoso continue a proliferar no cenário político do Brasil.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Senador Valadares, recebo o seu aparte agradecido pela referência que faz à minha luta, ao meu trabalho no combate à violência e ao narcotráfico, à minha vida.

Sempre fui muito criterioso nessa questão de emendas, desde Deputado Federal. A mim não importa se o sujeito pediu ou não voto para mim. Aprendi a distribuir este pequeno recurso – antes de R\$2 milhões, agora de R\$3 milhões – que é dado a um Senador ou a um Deputado Federal. No meu Estado, que é pequeno, tem apenas 78 Municípios, se quiséssemos dar R\$50 mil para cada um, mesmo com muito boa vontade, não conseguiríamos. É preciso ter muita responsabilidade com relação a isso, e eu tenho.

Por isso afirmo que nenhum homem, nenhum Prefeito ou ex-Prefeito do meu Estado pode levantar o dedo, apontar na minha direção e dizer: “Mandou emenda para compra de ambulância, para a área de saúde, acompanhada do empreiteiro”. Nenhum homem, muito menos o Vedoim e o filho dele, esses pústulas, que responderão na Justiça. Estou processando-os: canalhas, roubadores de dinheiro público.

Infelizmente, tenho de falar o que vou falar. A mim não propuseram nenhuma corrupção porque não os conheço, nunca tive com eles; então, nunca tentaram me corromper, nem me sugestionar. Até porque rea-

firmo: esse tipo de gente não tem facilidade para se aproximar de mim.

Então, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o seu aparte, reafirmando meu compromisso com essas verdades.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, sei a angústia que V. Ex<sup>a</sup> está passando, porque tenho passado a mesma angústia. Não conheço essas pessoas. Não tem um Prefeito que possa fazer uma acusação em relação a mim, porque nunca pedi nada a Seu Ninguém. Sempre trabalhei duro pelo meu Estado, procurando colocar emendas e levar recursos para o meu Estado, é a minha obrigação. Fico surpreso de ver os depoimentos, porque agora já tenho todos. Aconteceu uma coisa até muito interessante, que deve ter ocorrido com V. Ex<sup>a</sup> também. V. Ex<sup>a</sup> deve ter recebido um ofício para responder sobre um assunto que estava sob segredo de justiça.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – É verdade.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Agora, três semanas depois, até já sei o texto. Tinha cinco dias para responder uma coisa que estava sob segredo de justiça e fui tomar conhecimento três semanas depois. Não estou preocupado. Tenho muito mais pena e preocupação de quem faz a acusação, porque está mentindo, caluniando. É muito maldade! O tempo é o senhor da razão. Não conheço essas pessoas, como V. Ex<sup>a</sup>, não tenho o menor contato, e todos depoimentos dizem isso. Mas não esqueça de que, no meu caso, por exemplo, tenho várias situações que são propícias para isso: nordestino, apoiador do Governo, tudo isso são fatos que fazem com que as pessoas nos persigam mais, principalmente a imprensa sulista. Mas não estou preocupado, pois o tempo é o senhor da razão e, com certeza, vai aparecer a verdade. Minha solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, como a vários outros. Há pessoas culpadas, sim, porque a ambulância que eu pedia para a Prefeitura por R\$80 mil e custava R\$76 mil, em alguns Estados, foi vendida por R\$160 mil. Portanto, há pessoas culpadas, mas, com certeza, V. Ex<sup>a</sup> não está nesse meio. Minha solidariedade.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, pelo aparte. Há algum tempo, tenho acompanhado de longe o seu calvário.

Alguém já disse que precisamos cuidar do nosso caráter, porque da nossa conduta não tem jeito, pois a conduta de quem faz vida pública está na mão das pessoas, e elas fazem dela o que querem. Mas tenho procurado cuidar do meu caráter.

Quando viajei para cá e me juntei com a minha família, a minha filha mais velha disse: “Pai, tenha paz! Paz! Porque você não pode fazer nada por você, pai; só Deus pode fazer por você, porque essa é a sua verdade”.

Duas verdades absolutas: nunca apresentei emendas nesse sentido no Orçamento, e é essa a razão de ser, o fato determinante para a CPI; e também não recebi carro da Planam. Não há carro nenhum comigo. Usei um carro do Lino que voltou para o Lino. Recebi um carro de um amigo, o Lino, e não ia perguntar a ele – o cara é meu amigo! – que nome era aquele. Não era nome de empresa, mas de uma pessoa. Eu não ia perguntar: “É bandido, Lino?” Eu não estava tratando com um bandido; eu não estava tratando com um corrupto! Eu estava tratando com um amigo, o Lino Rossi, uma pessoa que orava comigo, no meu gabinete. Eu orava por ele, pela família dele, pela filhinha dele, doente, pela esposa dele. Não sou canalha e continuo mantendo por ele o meu carinho, porque ele nunca me propôs corrupção. Ele me mandou um carro.

Senador Sibá Machado, no final de fevereiro, fui a Cuiabá falar num jantar. Deputado Manato, Deputado Neucimar Fraga, Deputado Walter Pinheiro, meu amigo, mais chegado que irmão, quantas vezes eu disse aos senhores – nós somos do mesmo Estado: este carro é do Lino; foi o Lino que me mandou. Disse ao Deputado Neucimar Fraga. Devolvi o carro. Devolvi-o por esta empresa, a Transgrancap de Cuiabá, há um ano e um mês. Embarquei aqui. Entreguei ao seu real dono. Nunca recebi carro de Vedoin. Recebi carro de Lino. Devolvi para o Lino. Por que o Vedoin disse que o carro estava comigo? Ele disse que o carro estava comigo! Ele nem sabe disso! Se o carro realmente era dele, por que o Lino não o entregou para ele? Porque o carro não era dele. Eu o devolvi para seu real dono. Ele deu um depoimento dizendo que o carro estava comigo. Ele estava enganado.

Sr. Vedoin, há um ano e um mês, devolvi o carro para o seu dono, o Lino Rossi.

Então V. Ex<sup>as</sup>s sabem do que estou falando. Só existe esta verdade e ela é absoluta: não existe emenda nem carro, Senador Marcos Guerra.

Fui, em janeiro, falar num jantar em duas cidades do Mato Grosso. Fui dar o meu depoimento, Senador Paulo Paim. Costumo viajar e dar o meu depoimento em jantares para estimular pessoas, porque sou lesionado de medula, sou paralítico. A minha coluna é um enxerto, e Deus me colocou em pé.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Magno Malta, peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> para concluir o seu pronunciamento, porque já está no momento de iniciar a Ordem do Dia e há outros oradores inscritos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Mas eu preciso, Senador. A dor no meu peito é muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que sintetize a conclusão de seu pronunciamento.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Eu tentarei. Confessando que não tenho a capacidade, mas tentarei.

E foi, Senador Marcelo Crivella, a última vez que vi o Lino. Ele foi me encontrar no aeroporto. Abraçou-me e disse: “Eu não posso ir ao seu depoimento” – falou comigo, Senador Motta – “porque eu tenho uma reunião”.

E, olhem só, eu estava acompanhado do Pastor França e do Pastor Valmir, meu irmão. E sabe o que eu disse a ele? “Lino, cadê o carrão?”.

Ele me disse, Senador Tuma: “Eu mandei reformar e está servindo só para levar os meus filhos para a escola”. É o carro que leva os filhos dele para a escola. Então, não existe carro nenhum comigo; nunca peguei carro nenhum de Vedoin; nunca coloquei emenda nenhuma no Orçamento.

Encerro, Senador Alvaro, dirigindo-me às pessoas neste País que me foram solidárias. Não posso deixar de agradecer às lideranças no segmento onde professo a minha fé. Obrigado ao Bispo Rodovalho; ao Renê Terra Nova; ao Silas Malafaia; às centenas de líderes no meu Estado, no País inteiro; às pessoas do Ministério Público; da Polícia Federal; dos Poderes constituídos; aos Senadores solidários – com alguns deles falei pelo telefone e recebi solidariedade.

Sei que este é um momento em que todos nós estamos sendo explorados; nós que professamos

fé evangélica, como se a fé induzisse o homem a cometer indignidade. O homem que comete dolo e indignidade deve responder por isso, mas necessariamente não precisa ser-lhe chamada a atenção pela sua fé. Se é evangélico, é escarnecidido. Os outros podem cometer dolo, que ninguém toca absolutamente na sua fé.

Agradeço a esses milhares pela solidariedade. À minha esposa e três filhas: uma de 5 anos e as outras de 20 e 21 anos, que estão me ouvindo certamente pela Internet neste momento. Ao grupo que Deus me deu para comandar. Às casas de recuperação, que não têm uma ambulância. Agradeço aos meus irmãos que estão comigo aqui. Ao Pastor Antônio, ali sentado; ao Pastor Maurício, que conhece minha vida mais do que ninguém.

O Pastor Antônio é meu irmão mais velho, Senador Flexa Ribeiro. Ele é pastor em Guarapari e faz tenda. Ele fabrica panela de alumínio em uma portinha pequena para sobreviver. Sabem por que ele não tem posição, não tem nada? Porque eu não sujei as minhas mãos na corrupção para dar posição para os meus irmãos. E tenho um outro irmão, diabético, sofrido, catando papel para vender, vendendo fardo de papel para reciclar, porque não sujei minhas mãos, não fiz acordo para dar posição a eles.

Por isso, a vocês dois que representam a nossa família, sou grato diante de Deus, com o meu coração, pela felicidade de tê-los do meu lado.

Encerro, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, mas, antes, ouço a Senadora Heloísa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Magno, sabe V. Ex<sup>a</sup> o carinho e o respeito que tenho por você, meu querido companheiro, por sua esposa e por suas filhas. Tenha certeza V. Ex<sup>a</sup> – eu estava aqui conversando com o Senador Romeu Tuma – de que talvez eu, como membro da CPI, seja uma das pessoas que mais quer ver solucionada a denúncia em relação a V. Ex<sup>a</sup>, porque, para mim, vai ser uma tristeza tão grande, tão grande, acaso as denúncias que estão sendo feitas sejam concretizadas. Falei com V. Ex<sup>a</sup> nos Estados Unidos, que estava em tratamento médico; falei com o Senador Arthur Virgílio, e V. Ex<sup>a</sup> também; várias vezes nos falamos ao telefone no sentido de que isso se esclareça o mais rápido possível. Sabe por quê? Porque o pior, Senador Magno Malta, é que se essa CPI não está funcionando esse tempo todo

é porque o Presidente não quer. O Presidente da Comissão não está chamando para as reuniões, não está fazendo as reuniões. Não quer; só se for.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Só um minutinho, Senadora. O Presidente, na mídia – tenho todo respeito a ele –, colocou-me como foco. O Vedoin e o filho deixaram de ser o foco, que passou a ser eu. Ele disse que eu recebi o carro da Planan. Aqui estão os documentos no nome da pessoa de quem eu recebi: José Luiz. O Lino me emprestou o carro, que devolvi há um ano. Agora, imagine, se você recebe um carro para campanha, emprestado por alguém, e se, lá na frente, esse carro é preso por alguma razão, você é considerado bandido.

Ora, eles fraudaram o Orçamento; eu nunca. O fato determinado é fraude no Orçamento. Eu não coloquei nada no Orçamento. E o Vedoin ainda me chama de traidor. Vou passar para a história como aquele que traiu a Planam, que não deu nenhuma emenda nem para ele nem para ninguém. Recebi um carro do Lino e ao Lino devolvi há um ano e um mês.

**A Srª Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – É por isso, Senador Magno Malta, que estou fazendo uma defesa muito grande no sentido de que o Supremo possibilite que todo o depoimento do Vedoin seja colocado a público para que as pessoas analisem. É claro que, entre uma ou outra pessoa que passa a ser citada, há um outro que, sendo citado, é culpado e passa a se apresentar como se junto estivesse com os que não são culpados, que inocentes são, para desmantelar e desmoralizar a denúncia de uma forma geral. Por isso estou defendendo, todo o tempo, que é muito importante que todo o depoimento seja tornado público, que todas as pessoas possam lê-lo. Amanhã, esperamos que o Sr. Vedoin venha prestar um novo depoimento aqui em Brasília, para que possa ajudar no esclarecimento dos fatos. Na próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, espero que, além da defesa feita por todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, possamos também votar os requerimentos, para que os dois Ministros da Saúde que operavam diretamente – há requerimento do Senador Romeu Tuma e meu – venham, para nos esclarecer. Se não alguém que, de fato, culpa não tem passa a ser envolvido junto com os que culpa muita têm e que, por sua vez, fazem de conta que nada têm a

ver com isso e se aproveitam daqueles outros para justificar a sua não participação, quando estão diretamente envolvidos. Então, espero – V. Ex<sup>a</sup> está encaminhando toda a documentação –, realmente, Senador Magno Malta, pelo carinho, pelo respeito que sempre tive pela trajetória de V. Ex<sup>a</sup>, pela sua família, que todos esses dados que V. Ex<sup>a</sup> está citando na tribuna do Senado possam ser disponibilizados para todos nós, que não podemos fazer juízo de valor antecipado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Já mandei para o gabinete de V. Ex<sup>a</sup> as minhas emendas, Senadora Heloísa Helena. Mandei as minhas emendas e gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup>, que é tão criteriosa, que solicite a um assessor também criterioso que examine as minhas emendas para verificar se existe alguma que se identifique com o fato determinado dessa CPI, para verificar se alguma delas está relacionado a essa quadrilha.

O Vedoin me isenta dizendo que sou um traidor, que não coloquei emenda para eles e que ganhei um carro que está comigo. Que esse pôstula diga onde o carro está, em nome de quem, na porta de quem. Vai ter de dizer na Justiça, porque vou processá-lo, pois não existe carro em minha porta, Senadora Heloísa Helena. Não existe carro em nome de assessor, de irmão nem de parente meu. Recebi o carro de um amigo; não recebi carro de bandido naqueles dias. Recebi do Deputado Lino Rossi e, há um ano e um mês, devolvi-o a ele. Está aqui: Transgrancap levou o carro, no nome de José Luiz. Eu mostrei no começo: está aqui o IPVA. Olhe aqui: Fiat Ducato, José Luiz Cardoso. Não sei quem é. Não sei quem é! Devolvi ao verdadeiro dono, o Deputado Lino Rossi.

Senadora Ana Júlia, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador Magno Malta, o Presidente já solicitou que V. Ex<sup>a</sup> encerrasse o seu pronunciamento, mas serei muito breve. Conheço V. Ex<sup>a</sup> há muito tempo, e V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem do respeito que lhe tenho. Fico feliz ao vê-lo aqui podendo prestar esclarecimentos a toda a sociedade. Espero que lhe dêem o mesmo espaço que tem sido dado para os ataques que vêm sendo feitos de forma indiscriminada. Jamais duvidei de sua seriedade e de seu compromisso. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi favorável às CPIs e aos esclarecimentos. Dependendo de quem for, Senador, alguns setores acusam, julgam e condenam previamen-

te. Infelizmente isso é verdade. E, se a sociedade não tiver tranqüilidade para perceber e separar o joio do trigo, a democracia é que será atingida em nosso País. É isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Agradeço pelos apartes dos Srs. Senadores e reafirme que nunca sujei minhas mãos no chiqueiro da indignidade, da lama. Não sou corrupto. Aqui estão minhas emendas, todas elas.

Tenho plena consciência de que esse saco de penas que foi aberto fez de mim um homem indigno para aqueles que não têm acesso à TV Senado, que só assistem às grandes redes. No entanto, encontro conforto no que diz a Bíblia: todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus; o choro pode durar uma noite inteira, mas a alegria vem logo ao amanhecer. Tenho convicção de que Deus está no controle de todas as coisas.

Envio à Mesa todas as minhas emendas e toda esta documentação.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

A Mesa recebe regimentalmente a documentação encaminhada e cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> pela forma altiva com que, da tribuna do Senado Federal, durante 1 hora e 18 minutos, apresentou as explicações exigidas pela sociedade brasileira.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós passamos duas semanas em nossos Estados porque há muito tempo o Senado brasileiro inventou essa excrescência chamada de “recesso branco”.

Nada justifica o Congresso ficar duas semanas parado. Já são 16 horas e 45 minutos...

Sei que V. Ex<sup>a</sup> não é responsável por nada disso, mas gostaria de lhe perguntar se haverá votação hoje ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Jefferson Péres, houve um entendimento entre as Lideranças para que a votação que ocorre-

ria hoje fosse transferida para amanhã, já que não há entendimento em relação às matérias constantes da pauta. Haverá uma reunião entre as Lideranças amanhã pela manhã e certamente amanhã à tarde teremos Ordem do Dia com a deliberação das matérias constantes da pauta.

Na verdade, Senador Jefferson Péres, está na pauta basicamente a indicação de autoridades. De acordo com o que o Senador Renan Calheiros nos apresentou hoje, não há na pauta matéria que justifique deliberação hoje.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

Senador Magno Malta, primeiramente falará o Senador Osmar Dias e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Osmar Dias fica inscrito para falar pela Liderança do PDT, possivelmente após a Ordem do Dia, porque devemos abri-la e encerrá-la.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, é muito importante para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Adentrou este plenário o Deputado Lino Rossi, que veio a esta Casa e está falando com o Corregedor para comprovar a verdade de tudo o que acabei de falar da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica o registro Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encontra-se na Casa o Sr. Roberto Cavalcanti Ribeiro, suplente convocado da representação do Estado da Paraíba, em virtude da licença do titular, Senador José Maranhão.

S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

**TRE-PB**

**ELIÇÕES**

**2002**

**Diploma**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o diploma de 1º Suplente de Senador a

**Roberto Cavalcanti Ribeiro**

eleito pela Coligação "Prá Frente Paraíba" (PPB/PMDB/PSDC/PHS), juntamente com o candidato eleito a Senador, José Jargino Maranhão, que obteve 831.038 votos preferenciais, do total de 2.894.168 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

João Pessoa, 19 de dezembro de 2002.

  
Desembargador José Martinho Lisboa  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Marco Maciel, Marcelo Crivella, João Batista Motta e Ney Suassuna para conduzir S. Ex<sup>a</sup> ao plenário a fim de prestar o compromisso regimental.

*(O Sr. Roberto Cavalcanti Ribeiro é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Solicito a todos os presentes que permaneçam de pé para o compromisso de posse.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB)

– Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Senador Roberto Cavalcanti Ribeiro, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

**COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO  
PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com art. 7º do Regimento Interno, que assumindo nesta data a representação do Estado da Paraíba, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Republicano Brasileiro - PRB.

Nome Parlamentar: Roberto Cavalcanti.

Sala das Sessões, 1º de Agosto de 2006.

– **Roberto Cavalcante Ribeiro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Retornamos aos trabalhos.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet, como orador inscrito. Depois do Senador Ramez Tebet, passaremos às Lideranças.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu também estou inscrito. Eu posso até adiar, porque tenho um compromisso, mas volto e ainda hoje gostaria de falar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador depois do Senador Ramez Tebet.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA)

– Obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS)

– Mas também há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador Antonio Carlos Magalhães é o primeiro inscrito e usará da palavra depois do Senador Ramez Tebet, intercalando os oradores.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas há mais oradores inscritos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sim. Nós estamos ainda no segundo orador inscrito no dia de hoje. E naturalmente concederemos a palavra intercalando com as Lideranças.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas falam mais de 30, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador Ramez Tebet falará como orador inscrito, por cessão do Senador Ney Suassuna.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para pedir a V. Ex<sup>a</sup> que me permita falar, como Líder do PRB, por cinco minutos, para saudar o meu companheiro que vem agora somar mais um na nossa Bancada: somos dois, agora, do PRB. Se V. Ex<sup>a</sup> puder me inscrever como Líder, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, a sessão de hoje, aqui no Senado da República, eu diria que pode ser considerada um tanto quanto cáustica, mas pudemos presenciar com que firmeza os nossos companheiros que estão sendo acusados, citados ou investigados pela imprensa se pronunciaram, procurando dar as suas devidas explicações, bem como, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, uma coisa que não escapou à minha observação, qual seja, a firmeza e o senso equilibrado do Corregedor desta Casa, Senador Romeu Tuma.

Acho que V. Ex<sup>a</sup> é Corregedor desta Casa desde que assumimos, juntamente, o mandato.

Durante algum tempo, fui Presidente do Conselho de Ética e pude testemunhar que V. Ex<sup>a</sup> sempre procedeu com todo o equilíbrio e trabalhou de forma silenciosa, sem emitir nenhum juízo de valor até que os fatos fossem devidamente esclarecidos.

Mas a minha fala hoje também é cáustica e parte de uma observação de que quanto mais a civilização avança mais parece que se aproxima da barbárie. É a imagem que tenho ao ver o Líbano, terra dos meus ancestrais, soçobrando, desmoronando, devastado pela barbárie dos ataques israelenses que, antes de ontem, mataram 60 civis, dentre os quais 34 crianças. O total de vítimas já atinge quase duas centenas de pessoas.

Não venho para fazer um julgamento político da guerra, nem atacar ou defender as causas em jogo de um lado e de outro. Venho, com minhas breves palavras, entoar um canto de tristeza e de dor pelo que os nossos sentimentos captam da tragédia que se abate sobre o Líbano e, por que não dizer, também sobre Israel. Um canto de dor e de tristeza por perceber que a Organização das Nações Unidas e as superpotências não conseguem sustar a escalada da guerra nem mesmo fazer cumprir os compromissos de paralisação do conflito por horas, conforme se anunciara.

Sr. Presidente, o próprio prédio da Organização das Nações Unidas foi destruído pela artilharia ou pelo poderio bélico de Israel.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> permite depois um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Já, já, vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Também peço um aparte.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Como é triste para um descendente de libaneses como eu, como é triste para os brasileiros e para a própria humanidade que quer paz contemplar a terra dos seus familiares, a terra de irmãos, destruída novamente depois de ter sido recuperada. Faz uma década que o Líbano também se encontrava em situação calamitosa. Era um amontoado de pedras sobre pedras. O país saía de uma interminável guerra, renascendo das cinzas, recuperando o seu vigor, reanimando sua auto-estima.

Um primeiro-ministro empreendedor, Rafik Hariri, realizara a monumental obra de recuperação, deixando um legado de grandeza. O Líbano voltava a ser o espaço do convívio harmonioso de diferentes confissões e credos, um lugar onde o bucolismo da paisagem se confundia com a placidez dos pastores e rebanhos no belo vale do Bekar, onde vivem cerca de 70 mil brasileiros.

É preciso ressaltar que o Brasil possui uma descendência de libaneses superior à própria população do Líbano. Cerca de seis milhões de descendentes de libaneses residem no nosso País e cerca de 70 mil brasileiros ainda estão no Líbano hoje. Podemos imaginar o quanto choram os brasileiros que aqui se encontram, o quanto chora o mundo, porque, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, não é possível presenciar, no século em que vivemos, tamanho horror, tanta barbaridade como estamos presenciando.

Quer dizer, a grande potência subjuga um país pequenininho, um país que nunca se armou para a guerra, um país cuja história demonstra que sempre viveu pela paz, um país que hoje está sendo atacado violentamente.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna e depois ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Nobre Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> começava a falar, e eu lembra da nossa viagem ao Líbano. Lembrava quando estávamos olhando as ruas reconstruídas, prédios novos, prédios confortáveis e o orgulho dos libaneses. Mas, dois ou três quarteirões depois, tinham deixado, como se fosse um testemunho, algum prédio extremamente metralhado, extremamente destruído. V. Ex<sup>a</sup> lembra. Havia os prédios novos, mas havia, de quando em vez, um testemunho do que havia sido o horror da guerra. E agora, quando olhamos os jornais, as revistas, a TV, vemos que não são mais só os testemunhos, aqueles que ficaram da guerra anterior. São ruas inteiras, bairros inteiros, áreas inteiras. E não é mais uma guerra, nobre Senador, de soldado contra soldado, é uma guerra em que a população civil é imiscuída, é misturada, com a morte de crianças e mais crianças. Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, como descendente de libanês. Hoje, há quase 10 milhões de sírios-libaneses; só de descendentes de libaneses há 6 milhões no Brasil, que ajudaram muito nosso País. É a hora, em solidariedade a eles, de lutarmos para encontrarmos alguma solução para este conflito que está nos torturando tanto. Parabéns! Minha solidariedade.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Senador Ney Suassuna, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a solidariedade que empresta, não ao orador que fala, mas ao povo que está sofrendo, o povo libanês. V. Ex<sup>a</sup>, com toda certeza, incorpora sua voz às vozes de tantos quantos no mundo não conseguem compreender a atitude, os ataques que são deflagrados contra o Líbano, onde não se está respeitando nem mesmo a palavra empenhada de uma simples trégua. As grandes potências não conseguem uma trégua, por poucos dias que seja, para tentar encontrar uma solução, mesmo que não seja duradoura, mas que permita, pelo menos, que se

levem os mantimentos a quem necessita, sem receio algum. E que outros países possam fazer como o Brasil, que está trazendo os nossos concidadãos que lá se encontram, cumprindo o seu dever de defender os brasileiros e aqueles que, de qualquer forma, residem aqui no País. Mas as grandes potências estão torcendo, infelizmente, pela guerra.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> trata de um assunto sobre o qual até trouxe recortes de jornal. Também gostaria de fazer referência à amargura e à tristeza que toma conta dos descendentes de árabes que lá estão sofrendo. Eu incorporaria também, Senador Ramez Tebet, membros da colônia israelense que convivem pacificamente com os descendentes de árabes. Até união entre famílias há por meio do casamento de seus filhos, que pacificamente vivem no Brasil. Pena que não possamos exportar essa paz e esse amor, o que faz com que o ódio cresça cada vez mais. Se V. Ex<sup>a</sup> vir essas fotos de crianças sendo mortas... Aqui consta que 37 crianças foram mortas e que havia sido suspenso o ataque. Mas não foi correspondida a expectativa daqueles que pretendiam ter, como diz V. Ex<sup>a</sup>, um canal humanitário para que possam chegar remédios, medicamentos e até água. Sentimos de perto, com os noticiários transmitidos pela televisão. Eu duvido, e V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet, é altamente sensível a isso, que aqueles que passaram pelo holocausto, remanescentes ou descendentes daqueles que pagaram alto preço pelas loucuras do então ditador Hitler, não estejam chorando pelas mortes de crianças tão terrivelmente massacradas por bombardeios indiscriminados de casas de civis, de gente que não tem como se socorrer. Eu gostaria, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, de abraçar os oficiais da Aeronáutica pela ponte aérea que estão fazendo, utilizando o nosso herói do resgate, o “sucatão”. O jornal **O Estado de S. Paulo** presta uma homenagem ao “sucatão” pelo trabalho que tem feito. V. Ex<sup>a</sup> falou no vale do Bekar. O Itamaraty está instalando um posto com dois homens para fazer o levantamento e organizar a retirada de brasileiros que lá se encontram.

Eu fui ao Líbano representando o Brasil em uma comissão especial que foi discutir a reconstrução do Líbano, destruído pela guerra que durou vários anos naquele País e vi a destruição, Senador Ney Suassuna. Depois, fui a Beirute, onde tivemos

uma reunião com o saudoso e querido Hariri, morto de forma estranha e até hoje inexplicável. O mundo precisa dar um basta a esse tipo de guerra de ódio, indiscriminada, sem respeito à vida humana. Então, a contabilidade que se faz é de quantos morreram de um lado e de outro. Ninguém pensa na solidariedade humana, em realmente fazer algo que dê alegria àquelas famílias. O exército libanês, Senador, tem apenas uma função: trabalho de polícia. Eles não têm armamento ou forma de defesa e de ataque. Nada! É um exército que exerce o papel de polícia. Tive reuniões com nove generais e discutimos sobre segurança. Eles não têm nenhum tipo de armamento para fazer combate na tentativa de manter a soberania do Líbano. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e digo que as lágrimas de todos aqueles que amam o próximo fogem da nossa colônia israelense, partindo para todo ser humano.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Em seguida, Senador. Responderei, primeiro, ao Senador Romeu Tuma.

É claro, Senador Romeu Tuma, que o aparte de V. Ex<sup>a</sup> só engrandece o meu pronunciamento, na medida em que todos sabemos que a história do Líbano é uma história de paz, como é a do Brasil. O Líbano não se preparou para a guerra. Ele se preparou para uma convivência pacífica. Tanto é verdade que isso se traduz no próprio sistema político do País. O Líbano é uma república parlamentarista que, em sua Constituição, define que o Presidente seja cristão maronita, o presidente do Parlamento seja muçulmano xiita e o primeiro-ministro, Chefe do Poder Executivo, seja sunita. E assim tem sido, de fato, desde a independência do Líbano, em 1943.

Aqui no Brasil, convivemos harmoniosamente – israelenses e libaneses. E essa convivência deve servir de exemplo para o mundo, deve servir de exemplo para outros povos, deve servir de exemplo para as grandes potências, porque a violência no mundo está sendo praticada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelas grandes potências, isto é, pelos países que tinham de contribuir para levar a paz ao mundo, para diminuir a fome e a miséria no mundo. São esses países que têm construído, infelizmente, as tragédias que reinam na humanidade.

Senador Tasso Jereissati, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, gostaria de juntar-me a V. Ex<sup>a</sup> nesse discurso, que é um verdadeiro lamento ao nosso querido Líbano, pelo massacre que ocorre nas cidades libanesas, cidades históricas importantes para toda a humanidade, cidades que, com certeza, tem a ver com as nossas raízes, as raízes de milhões de brasileiros como V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, Senador Romeu Tuma e eu. Essas cidades estão sendo completamente destruídas juntamente com sua população, suas mulheres e suas crianças. É um lamento verdadeiramente oportuno que, há muito tempo, eu tinha vontade de fazer e, hoje, orgulho-me de poder fazê-lo ao lado de V. Ex<sup>a</sup>. Deixo o meu protesto. O mundo não pode assistir a um massacre como o que ocorre no Líbano de braços cruzados. Nós temos o direito de rechaçar e de repudiar o que está-se passando e fazer tudo o que for possível para cessar esse verdadeiro ato de desumanidade contra o nosso Líbano. Parabéns pelo pronunciamento! Penso que nós que temos as nossas raízes naquele país poderíamos tentar fazer alguma coisa mais concreta para que esse grande drama cesse imediatamente.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Tasso Jereissati, vou encerrar, dizendo que o seu aparte enriquece muito, mas muito mesmo, o meu pronunciamento, ainda mais pelo fato de vir de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, infelizmente, o Brasil nada mais pode fazer senão emprestar a sua solidariedade, como está fazendo. O Brasil não tem forças para manter a paz no mundo; o Brasil não tem condições de acabar com a guerra no Oriente Médio; mas, com sua força, tem a responsabilidade, a grandeza de mostrar ao mundo que, apesar de todos os atritos que temos, apesar de todas as tragédias com as quais convivemos, inclusive tragédias morais, o País tem condições, pelo exemplo, de ajudar a promover a paz no mundo, principalmente o fim da atrocidade em andamento no Oriente Médio, agora mais precisamente no Líbano.

Sr. Presidente, não sei se poderia conceder mais apartes ... (Pausa.)

Senador Antero Paes de Barros, faça o favor.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, procurarei ser breve. Cum-

primento V. Ex<sup>a</sup> por tratar de um tema importantíssimo. É inaceitável essa violência contra o Líbano. Não é possível que o mundo perca a capacidade de indignação, da mesma forma que o mundo sempre repudiou a violência contra qualquer país. Há uma diferença muito grande entre as forças militares de Israel e as forças de defesa do Líbano. Está ocorrendo um massacre da população civil. E o mundo todo tem de exigir da ONU o estabelecimento da paz. O mundo não tem outra saída. Nós precisamos da solidariedade entre os povos. Nós precisamos da paz. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por trazer este assunto no instante em que temos a convicção de que a diplomacia brasileira, como sempre agindo corretamente, já se solidarizou com a paz no Líbano.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Antero, concluo meu pronunciamento, deixando algumas perguntas para todos nós respondermos. Será que o poder chega a esse ponto?! Será que o poder dos mais fortes chega ao ponto de matar crianças e idosos? Será que tudo isso é por conta do poder? Será que ele sobe tanto à cabeça daqueles que, hoje, governam o mundo, porque têm material bélico à sua disposição e possuem grandes fábricas de armamento? Será que esses recursos em material bélico não deveriam ser aplicados para diminuir a pobreza e a miséria do mundo?

(Interrupção do som.)

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, um dia ouvi, nesta Casa, alguém dizer que o poder não sobe à cabeça, o poder revela.

Acho que o poder está sendo revelado, o poder do mais forte está acabando e destruindo os mais fracos, os miseráveis e os mais necessitados do mundo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de submeter à apreciação da Casa três requerimentos: de audiência de Comissão, de tramitação conjunta e de desapensamento, que visam apenas a possibilitar que os projetos sigam sua tramitação.

Consulto o Plenário se poderei submeter a votos esses requerimentos, apenas para agilizar a tramitação dessas matérias. (Pausa.)

Não havendo objeção, assim será feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Primeiro requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 781, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 781, de 2006, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2002–Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Srãs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 825, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 825, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 408, de 2003, e 99, de 2006 – Complementar, por regularem a mesma matéria.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Srãs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, os projetos passam a tramitar em conjunto, sendo que o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2006, apresentado inicialmente como complementar, passa a tramitar como projeto de lei ordinária, tendo em vista que o assunto nele tratado é matéria de lei ordinária, por força do disposto no inciso I do art. 195 da Constituição Federal, e de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Essa decisão tem fundamento também em entendimento sobre o assunto consubstanciado em projeto em tramitação nesta Casa (Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2006).

Por conseguinte, determino a reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2006 – Complementar, como projeto de lei ordinária.

Os projetos vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 847, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2006, do Senador Sibá Machado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 272 e 374, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Assuntos Econômicos.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Srãs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, retornam à de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Próximo requerimento:

#### **REQUERIMENTO Nº 877, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2006, do Senador Pedro Simon, solicitando a desapensação, para que tenha tramitação autônoma, do Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, dos Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607, de 1999; 94, 190 e 232, de 2000; 50 e 56, de 2001; 167, 210 e 368, de 2003; 75 e 323, de 2004; 87 e 236, de 2005, que tramitam em conjunto.

Votação do Requerimento, em turno único.

As Srãs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 568, de 1999, volta a ter tramitação autônoma, retornando à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

As demais matérias continuam apensadas e retornam à referida Comissão, também, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, três assunto me trazem aqui hoje.

O primeiro deles é para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, em instantes, faremos a entrega do relatório final aprovado da CPMI da Emigração Ilegal. Foi um trabalho muito bem feito. E não digo isso porque fui o Presidente, mas para elogiar o Relator, Deputado João Magno, do leste de Minas, da Região do Vale do Rio Doce, de Ipatinga, que fez, realmente um trabalho brilhante.

Basta dizer que, em 2005, 35 mil brasileiros Senador Pavan – muitos da sua terra – foram iludidos, acabaram presos e depois deportados dos Estados Unidos, nessa questão das quadrilhas de emigração ilegal.

Depois do trabalho da CPI, em 2006, esse número não chegou a quinhentos ainda, por quê? Porque foram desbaratadas quadrilhas de falsários, aliciadores, coiotes, financiadores. E essa Comissão mostra ao Brasil um raio X desse problema, apresentando proposituras, projetos de leis e, com certeza, o Brasil aplaudirá esse relatório.

Sr. Presidente, quero também solicitar que seja dado como lido um pronunciamento sobre a Varig, que está deixando o Rio de Janeiro depois de uma história de sessenta anos. Faço aqui, na condição de Senador do Rio de Janeiro, um apelo dramático para que essa companhia, que é tradicional, que tem grandes hangares no Rio de Janeiro, principalmente todo o seu parque de manutenção e lá emprega tanta gente, permaneça no Rio de Janeiro, mesmo essa nova Varig.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que dê como lido esse meu pronunciamento.

Quero me solidarizar também com o pronunciamento do Senador Ramez Tebet quando fala da dor de judeus e árabes por esses conflitos de violência anômica, inominável que ocorrem no Oriente Médio.

Sr. Presidente, por último, quero ter o prazer e alegria de saudar o Senador Roberto Cavalcanti Ribeiro, o Senador mais jovem desta Casa que toma posse hoje na Bancada do PRB, representando o glorioso Estado da Paraíba. É com muita honra que apresento ao Senado da República o seu

mais novo membro: Roberto Cavalcanti Ribeiro, do PRB da Paraíba.

O Senador Roberto Cavalcanti é natural do Recife, Pernambuco. Filho do professor e antropólogo René Ribeiro e da assistente social Beatriz Cavalcanti Ribeiro, mudou-se para a Paraíba em 1976, onde estabeleceu raízes e mantém suas atividades empresariais. Seus filhos Beatriz, Alice e Roberto Filho, todos já casados, residem na Paraíba, onde nasceram seus netos. O Senador é casado com a arquiteta Sandra Moura.

O Senador Roberto Cavalcanti, no PRB desde a criação do Partido, assume o mandato em substituição ao Senador José Maranhão, que se encontra em campanha para o governo da Paraíba.

No Estado, o Senador Roberto Cavalcanti é conhecido como empresário empreendedor, compromissado com o desenvolvimento e com a modernidade de nosso País.

Colaborador e incentivador de projetos que objetivam o desenvolvimento humano, Roberto Cavalcanti já foi agraciado com o título de Cidadão Paraibano e recebeu várias comendas, entre elas a Medalha Epitácio Pessoa (mais alta honraria da Assembléia Legislativa da Paraíba) e a de Oficial da Ordem do Mérito do Trabalho. Também é portador de diplomas de Administrador Emérito do Conselho Regional de Administração, Amigo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e Colaborador Emérito do Exército, sendo também possuidor de placas e troféus de entidades como Polícia Militar, Fecomércio, Rotary Club, Universidade Federal da Paraíba, Instituto Paraibano de Ensino, Gazeta Mercantil e Tribuna de Justiça da Paraíba.

Como Líder do PRB, tenho a honra de apresentar ao Senado Federal este nobre companheiro, que vem abrillantar a Bancada da Paraíba, desejando-lhe os mais sinceros votos de um profícuo trabalho entre nós.

Tenho certeza de que esta Casa ganha muito com a presença de um administrador, de um empreendedor e de um político do quilate, do gabarito de V. Ex<sup>a</sup>.

Seja bem-vindo a esta Casa e que Deus o abençoe. Muitas felicidades!

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.**

## DO SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

A preocupação que me traz a essa tribuna, na tarde de hoje, é de um artigo de autoria de Rafael Rosas publicado no Jornal do Brasil do dia 26 próximo passado, com o título **“Rio exige contrapartida da Varig”**. A matéria refere-se a um acordo firmado em 2004 entre essa empresa e o Estado do Rio de Janeiro, e que prevê a manutenção da sede da Varig na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse acordo a Varig, quando da negociação de seus créditos de ICMS com o Estado, assumiu o compromisso de manter a sede da empresa na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, comprometeu-se também a implantar vôos internacionais a partir do aeroporto Tom Jobim - Galeão.

Esse acordo é para ser honrado, pois assim o fez o Estado, quando negociou a devolução do ICMS que a justiça declarou ser ilegal o seu recolhimento. O Rio de Janeiro honrou integralmente sua dívida com a Varig, que, por sua vez, assumiu o compromisso de manter sua sede na Capital fluminense.

## Qual o motivo da preocupação?

Tudo leva a crer que o processo de reestruturação da Varig, que culminou com a venda da parte operacional da empresa para o grupo controlador da Variglog, não levou em consideração o acordo firmado entre a companhia aérea e o Estado do Rio.

E isso nos preocupa muito, Sr. Presidente, ainda mais considerando que a Variglog tem sede em São Paulo e uma mudança nesse sentido é extremamente prejudicial ao Rio de Janeiro; até porque a Varig já se beneficiou do acordo, ao receber integralmente o valor negociado de seus créditos de ICMS, enquanto em outros Estados, onde ela também detinha esses créditos, foi para a fila dos precatórios.

Não é justo que nos passem agora uma rasteira. O Rio de Janeiro tem o direito de exigir a contrapartida posta em compromisso da gestão passada da Varig. Digo isso, Sr. Presidente, preocupado pelo fato de que já se especula que a empresa começa a concentrar suas operações na capital paulista, desprezando totalmente o hub do Rio de Janeiro.

Outro ponto de extrema preocupação, Sr. Presidente, são os funcionários da Varig, que estão sendo demitidos em massa e sem garantias no pagamento de seus direitos trabalhistas. Os números são estupendos: só na ultima sexta-feira foram demitidos 5.500 funcionários, com possibilidades desse número chegar a 9.600 pessoas. As autoridades, membros do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, não podem cruzar os braços diante de tamanho descalabro na vida de milhares de trabalhadores brasileiros.

A estratégia de gerenciamento dos novos administradores da Varig não pode ter um preço tão alto assim, prejudicando seriamente o Rio de Janeiro e seus quase 10 mil funcionários.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concederei a palavra ao Senador Jorge Bornhausen e, em seguida, aos Senadores Tasso Jereissati e Osmar Dias.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva visitou, neste domingo, a capital do meu Estado e lá, fez um longo pronunciamento.

Não vou falar sobre as grosserias, a falta de educação política, a maneira como se dirigiu ao Senador que está nesta tribuna. Não merece, o Presidente, uma resposta pessoal, não o qualifica discursos desta natureza. Mas, não posso deixar de fazer um comentário muito claro a uma frase pronunciada no seu discurso: “Vamos ter ousadia para defender nossa dignidade, para defender nossa honra e para defender a ética nesse país”.

Repito: quem pronunciou esse discurso foi o candidato Lula.

É lamentável, é lastimável e não se trata de ousadia, mas de uma ação despidorada de quem dirige um governo que permite o mensalão, o valerioduto, os sanguessugas, os vampiros, os Dudas Mendonças, o caixa dois e mais de cem processos de corrupção. Ele não tem o direito de falar, no meu Estado, que é politizado, nesses termos, nem pode tocar em assuntos sobre os quais não tem autoridade moral para se pronunciar.

Mas devo ir mais longe, Sr. Presidente, devo cobrar-lhe suas ações, se lhe falta educação política, se diz o que não deve dizer.

Pergunto: por que deixou atrasar, em dois anos, a duplicação da BR-101 do trecho sul, suspendendo a licitação no seu primeiro mês de Governo, desprezando um financiamento internacional já conquistado para ficar apenas com as verbas orçamentárias? Perdeu dois anos e, em um ano e meio, não fez por meio ano. Por incompetência, por falta de capacidade administrativa, por desleixo, por falta de visão para com o Estado de Santa Catarina. Por que não o fez o Presidente, hoje, candidato Lula, que fala em honra e em dignidade, como se pudesse falar sobre esses assuntos! Por que não duplicou a BR-280, a BR-470, a BR-282?

Os portos de Santa Catarina só receberam algum recurso por meio da ação da Bancada Federal do Estado. E, assim mesmo, são insuficientes. Estão atravancados, prejudicando as nossas exportações.

O setor da agroindústria... O pobre agricultor catarinense sofre; sofre a consequência da aftosa, que não foi bater em nosso Estado, mas, pela falta de recursos e providências adequadas do Governo Lula, entrou em

um Estado vizinho. E isso significou para Santa Catarina a proibição das nossas exportações de carne suína para a Rússia – 90% do nosso mercado externo –, penalizando, pela incapacidade administrativa, um Estado que merece respeito pelo trabalho, pela produção. Ficou também com um câmbio defasado por falta de competência, penalizando os exportadores.

É triste a situação dos moveleiros, é triste a situação dos calçadeiros.

Abrir agora recursos extraordinários, com a burocracia toda, depois de ver naufragar setores importantes do Estado? É tarde. Esse ato não trará aquilo de que necessitavam os industriais e os empregados dessas empresas no momento oportuno.

O saneamento básico em Santa Catarina foi abandonado pelo Presidente e candidato Lula. O carvão não avançou um centímetro na sua política.

Por essa razão, o PFL de Santa Catarina comprehende e entende a necessidade de mudar; de mudar um Governo que permitiu a corrupção, que permitiu o mensalão, que permitiu o valerioduto, que permitiu os vampiros e que permitiu os sanguessugas. Essa mudança tem de ser feita por meio da ação política. Essa ação política o PFL realizou, juntamente com o PSDB, no primeiro momento, no lançamento da candidatura Geraldo Alckmin.

Procuramos parceiros que se juntassem à nossa causa de melhorar o Brasil, de modificar a ação administrativa. Não encontramos os nossos parceiros tradicionais, mas a disposição do Governador Luiz Henrique, a disposição do Vice-governador Eduardo Moreira e, aí, fizemos a aliança para salvar o Brasil da incompetência e da leniência com a corrupção.

Devo também dar uma palavra sobre as declarações do Ministro Tarso Genro no que me diz respeito, já que a Senadora Heloísa Helena prefere sobre o assunto não falar e S. Ex<sup>a</sup> deve estar certa. Da minha parte, devo dizer a esse Ministro que não completa nenhuma tarefa, que foi um omisso no Ministério da Educação, que prometeu a refundação do PT e não terminou o seu mandato, que não sei o que faz como Ministro institucional, que não sou um homem de direita. Sou um político direito, com muito honra e que exige respeito de quem não sabe viver a vida pública e dignificá-la.

Não é dessa maneira que se faz política, não é dizendo que fomos contra o ProUni. Fizemos uma ação de constitucionalidade executiva do meu Partido porque continha a medida provisória, inegavelmente, questões constitucionais a serem examinadas pelo Supremo Tribunal Federal. Aqui, o projeto, sanado pelo companheiro de Partido, o brilhante Senador Rodolpho

Tourinho, mereceu o meu voto e o meu apoio, desmentindo as palavras do Ministro Tarso Genro.

O Brasil vive, sem dúvida alguma, tristemente ainda, o triângulo do atraso: injustiça social, Estado máximo e cidadão mínimo. É por isso que o PFL, Partido que presido, coloca-se no centro reformista, defendendo mudanças que são necessárias para combater esse triângulo, que não será sanado pelo puro e simples assistencialismo, necessário nas horas difíceis, mas, sim, pelo crescimento e pela geração de empregos.

Um Estado que tem 36 Ministérios – não vou nem falar sobre a qualificação dos Ministros, que já não sei porque não os conheço, nem pelo nome os lembro – e 20 mil cargos em comissão não pode funcionar bem. Aí, o cidadão fica mínimo, não tem resposta em oportunidades, não possui a possibilidade de bons serviços. O Brasil não precisa de aumento de impostos, mas de corte de gastos públicos malfeitos para que possamos, aí sim, baixar os juros, reativar a situação cambial e, com isso, dar uma resposta ao cidadão, o mais humilde, que precisa mais do Governo, com seriedade e respeito, e dar o que ele quer: cidadania, emprego e educação.

Tudo isso vai passar. Mil e trezentos dias já memoramos, no dia 24, de páginas viradas de um Governo fracassado. Faltam poucos.

Vamos responder nas urnas e Santa Catarina estará presente, dando uma resposta positiva à aliança que formamos para eleger o próximo Presidente da República, com coragem para mudar o País, para cortar a corrupção, para evitar a incompetência e para ver de novo o sorriso na face dos brasileiros.

Era essa a resposta que eu poderia dar a quem não teve educação política, não teve respeito e, por isso, não merece consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, já há algum tempo, desde que se iniciou o processo eleitoral, tenho vontade de vir a esta tribuna fazer um comentário sobre a questão das atuais eleições, principalmente no tocante ao Legislativo.

Essa vontade, com o decorrer do tempo, tornou-se praticamente um impositivo da minha consciência. Não posso deixar de denunciar e de dizer, nesta Casa, o que está acontecendo nas eleições legislativas.

Com certeza, Sras e Srs. Senadores, Senador Gilberto Mestrinho, um dos mais antigos e experientes políticos desta Casa, trata-se, apesar de todos os escândalos, de todas as medidas, principalmente no Legislativo, da eleição mais corrupta da História deste País.

Hoje, o voto de Deputado, nacionalmente, virou mercadoria com valor cotado em reais, que aumenta e varia conforme a demanda. Não vivi e não me lembro, com certeza, de ter ouvido falar de uma campanha para Deputado Federal, principalmente, que tenha acontecido nos moldes do que está ocorrendo nessa eleição. Pensei, primeiramente, que era um fenômeno que acontecia no Estado do Ceará, o que me entristeceu enormemente: “Será que, depois de todo o esforço de modernização do nosso Estado, está acontecendo isso somente aqui?” Depois, conversando com colegas de outros Estados, Parlamentares experientes, todos mostraram a mesma perplexidade e a mesma surpresa com o que está acontecendo.

Na verdade, preparamo-nos para o pior, porque, da maneira como está ocorrendo a atual eleição para a Câmara dos Deputados, com certeza o próximo Congresso será pior do que este. Se o atual Congresso está desmoralizado e está sendo exposto, todos os dias, aos maiores vexames, o que coloca a sua credibilidade por água abaixo, com certeza, as perspectivas, do jeito como estão as coisas, são de um quadro pior no futuro.

Sras e Srs. Senadores, infelizmente, institucionalizou-se a corrupção neste País, e ela virou uma verdade nessas eleições, Senador Antero. O que tenho visto é que os “mensaleiros”, os “sanguessugueiros” e os outros “eiros” com certeza serão reeleitos, e muito bem reeleitos! Provavelmente, haverá uma renovação, mas que se dará com aqueles Deputados que não fizeram as emendas, as “mensalagens” e as “sanguessugagens”. Aqueles que não têm recursos para pagar o voto não terão condições de retornar a esta Casa.

Na maioria dos Estados, Senador Antero, os mais votados serão aqueles que tiveram acesso a esse sistema corrupto que aí está.

O Executivo institucionalizou, por meio do Legislativo, a corrupção, levando-a ao extremo, a todas as pontas e prefeituras do País inteiro. O Prefeito, para obter recursos, somente precisa “se associar” – entre aspas – a um Deputado ou a uma empresa intermediária, como aconteceu no caso das sanguessugas, que é uma pequena parte, pelo que vejo hoje, do que está

acontecendo. Os Deputados, por sua vez, somente têm acesso aos prefeitos se tiverem emendas e esquemas de repasses, repartindo parte desses recursos com as prefeituras locais, e montando, assim, um sistema em cadeia, que começa na ponta e chega ao Executivo. Os Deputados que conseguem as emendas são justamente aqueles que, além de terem vocação para corrupção, mostram-se dispostos a votar para a maioria do Governo e têm acesso às esquinas dos Ministérios – alguns deles cada vez mais pródigos; ultimamente, tem-se destacado o Ministério da Saúde, mas não é o único; com certeza, outros aparecerão –, que se utilizam desse mecanismo para conquistar as maiorias congressuais, para que essas conquistem as maiorias das prefeituras e os votos. E, assim, a instituição da corrupção está dominando o Brasil.

Infelizmente, estamos preparados para ver uma renovação às avessas, em que aqueles Deputados sérios, Senador Marco Maciel, não mais têm acesso, por não terem dinheiro. Esse é o ponto a que chegaram pela impossibilidade de competir com os Deputados que participaram e participam desse sistema institucionalizado de corrupção.

É verdade, não posso deixar de registrar que existem raríssimas e honrosíssimas exceções nesse sistema: aqueles Deputados que têm voto de opinião, que têm acesso ao voto popular das grandes classes médias urbanas. Não sendo assim, a tendência que existe no Congresso Nacional, infelizmente, é essa que se apresenta.

Faço esta colocação para avisar a todos os Senadores e ao Brasil que, se não mudarmos esse sistema de orçamento – como ele é feito na Comissão de Orçamento, como são liberadas as verbas do Orçamento, como são mudadas as órbitas do Orçamento –, este País vai se entranhar na corrupção, como está acontecendo, até o sistema democrático ruir totalmente, e nós ficarmos inteiramente entregues às mãos dos que não prestam e dos que não têm valores morais para exercerem a vida pública.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Senador Tasso Jereissati, a advertência de V. Ex<sup>a</sup> é uma preocupação que deve nortear os trabalhos dessa Casa. Não acho que este Congresso deva esperar o próximo Congresso para tomar as medidas que a Nação está a exigir. Nós temos de, imediatamente, já para o Orçamento do ano que vem, extinguir as emendas individuais. Por que não imediatamente, já para o Orçamento do ano que vem, fazermos o Orçamento impositivo? O Orçamento impositivo só não interessa a quem quer transformar o Congresso Nacional em

um mercado persa, em um balcão de negócios. Só não interessa o Orçamento impositivo para quem quer alugar ou comprar mandatos de Deputados Federais e Senadores. Com o Orçamento impositivo, o Parlamentar pode, estando o assunto previsto na LDO e no Programa Plurianual, apresentar emendas na linha de desenvolvimento que o seu Estado está a exigir, e não esfarelar os recursos, e não resolver problema nenhum, mas apenas a situação financeira, às vezes, do próprio Parlamentar ou a do corrupto lá na ponta. Por que isso não pode ser aprovado já? Porque não interessa a este Poder Executivo. Porque o autor do mensalão tem nome e sobrenome: é Luiz Inácio Lula da Silva! Ele é o criador do mensalão. Foi ele que inventou o aluguel e a compra de Parlamentares. Além disso, há uma proposta nesta Casa do experiente Senador Sérgio Guerra, sobre a qual podemos nos debruçar, e melhorá-la. O que não pode é a Comissão de Orçamento funcionar como está. Ou a Casa toma as providências que precisa tomar para melhorar o Poder Legislativo, ou nós não sabemos que Poder Legislativo será esse no futuro. No passado, tivemos os “anões” do Orçamento; agora, estamos vendendo os “gigantes” do Orçamento, que têm coragem de roubar até em ambulâncias, o que ficou caracterizado como o escândalo das sanguessugas. Além disso, Senador Tasso Jereissati, é também importante que a Câmara vote já, urgentemente, neste ano, antes da posse do Presidente da República, a reforma política, que já passou nesta Casa. Não é possível trocar de partido como se troca de camisa! Não é possível não haver fidelidade partidária! Não é possível não haver compromisso com idéias neste País! Não é possível não haver acesso a financiamento público de campanha! É preciso acabar com a humilhação de buscar recursos privados. A democracia tem custos. O financiamento já é público. Muitos utilizam o dinheiro aplicado dessa forma para financiar, como V. Ex<sup>a</sup> bem ensina da tribuna, as suas próprias campanhas. V. Ex<sup>a</sup> trata de um dos assuntos mais relevantes. Não há democracia sem Legislativo. É preciso que o Legislativo seja forte. Nós temos de lutar pelo Legislativo, que é o Poder desarmado da República. Mas nós temos de dotá-lo de instrumentos, senão não teremos, no ano que vem, uma CPI sobre os “anões” do Orçamento, mas, sim, sobre os “gigantes” do Orçamento brasileiro. Parabéns, Senador Tasso Jereissati!

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Muito obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Senador Tasso Jereissati, fui designado pelo Relator Geral da CPI das Sanguessugas, assim apelidada, Sena-

dor Amir Lando, para ser Sub-Relator exatamente da questão do Orçamento, no que se refere ao procedimento de emendas.

Por isso, ouço, com atenção, as ponderações de V. Ex<sup>a</sup>. Será importante ouvirmos todas as sugestões sobre como prevenir os problemas que têm ocorrido. V. Ex<sup>a</sup> faz uma previsão em relação aos que serão ou não eleitos. Tenho a convicção de que o povo brasileiro está bastante atento à questão de como irá votar e em quem irá escolher para votar. Penso ser difícil sabermos quais serão as escolhas do povo, mas tenho a convicção de que os eleitores estão muito atentos e querendo fazer escolhas bem feitas para representá-los aqui no Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup> faz uma generalização com respeito ao que acontece no presente Governo, sem, entretanto, observar que muitos dos problemas apontados na documentação, até agora levantada, tiveram início antes deste Governo. Avalio ser prudente aguardarmos o relatório completo, que ainda está sendo elaborado, pois as investigações estão acontecendo, antes de chegarmos a conclusões definitivas. Até porque, sabe V. Ex<sup>a</sup>, a própria empresa objeto de averiguação, segundo o depoimento de seus próprios responsáveis, iniciou as atividades, consideradas irregulares, antes do Governo do Presidente Lula. Então, é importante que isso seja considerado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, com todo respeito e admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, seu aparte, para mim, é muito decepcionante, profundamente decepcionante e profundamente menor do que eu esperava de um Senador da categoria e do porte moral de V. Ex<sup>a</sup>. Não estou discutindo aqui governos; estou discutindo aqui a instituição e um sistema de corrupção que, infelizmente, o Partido a que V. Ex<sup>a</sup> pertence e de que é um dos líderes institucionalizou neste País. A questão do Orçamento existiu sempre, e lembro-me do episódio dos Anões do Orçamento. Mas, no ponto a que chegou hoje, institucionalizada, com um time de mensaleiros, time de sanguessugueiros, time de cuequeiros, começou, infelizmente, com o Governo a que V. Ex<sup>a</sup> pertence. E não estamos discutindo aqui uma questão de partido ou de governo de hoje ou de governo anterior, porque, na minha visão, essa é uma questão menor a que V. Ex<sup>a</sup>s todos estão presos. Não estou preso a isso e nem pretendo conhecer com antecedência os que vão ser eleitos ou não. O que digo a V. Ex<sup>a</sup> é que conheço muitos Deputados sérios, que não têm dinheiro, que não têm acesso aos Ministros do seu Governo, do seu Partido, que estão desistindo porque não têm condições econômicas para competir. E aqueles que fazem parte da copa e cozinha, que têm acesso aos recursos escusos dos sanguessugas e dos mensalei-

ros, são candidatos, apoiados pela maioria dos prefeitos deste País, fazendo com que a classe política seja emporcalhada, denegrida no Congresso Nacional.

Com toda a sinceridade, eu esperava de V. Ex<sup>a</sup> um aparte e uma observação muito maior e muito mais importante do que o aparte V. Ex<sup>a</sup> fez, pois, para mim, foi profundamente decepcionante e frustrante.

Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas, permita-me ainda V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Se for para falar o mesmo tipo de bobagem, não.

Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex<sup>a</sup> assim insistir, ou V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Eu não concedo o aparte. Com licença. Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou pedir pelo art. 14 em seguida, pela maneira ofensiva como o Senador...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não o ofendi nem nada. Estou lhe respondendo. V. Ex<sup>a</sup> começou dizendo que eu pretendia...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não, agora...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Não me interrompa, que estou falando, Senador Suplicy, pela sua boa educação.

Estou falando e peço que não me interrompa porque não dei aparte ao Senador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – V. Ex<sup>a</sup>, de maneira jocosa, irônica, disse que eu pretendia saber quem se elegeria ou não. E que quando estamos falando dessa questão grave que acontece no Senado, Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> não estava presente aqui, eu dizia que nunca assisti na minha vida de político, que não é tão comprida quanto a de V. Ex<sup>a</sup>, a uma eleição, principalmente para o Legislativo, tão corrupta e que foi implantada a partir de um sistema institucionalizado de corrupção construída a partir do Orçamento. V. Ex<sup>a</sup> disse que eu pretendia conhecer e que isso não pertencia a partido, a este Governo mas ao anterior, fugindo do foco para o qual estou chamando a atenção, que é a questão de como está sendo montado o Orçamento. V. Ex<sup>a</sup> sabe que é uma vergonha e que é feito de vários gatunos, dentro do partido de V. Ex<sup>a</sup>, de outros partidos e inclusive do meu, que vou expulsar assim que puder, assim que tiver a prova. Não vou fazer como o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que vai ficar lavando as mãos e dizendo que não sabia e jogando para o

Presidente e não se tocando. Vou expulsar todos os gatunos que fizerem isso no meu partido, hoje mesmo se tiver esses dados em mãos. Não vou me esconder, fingindo que sou bonzinho, que sou honesto e, por trás dos panos, escondendo e deixando passar aquilo que é grave. Isso nós não vamos aceitar.

Esta Casa toda, em sua grande maioria, está fazendo isso. Hoje, as eleições no Brasil são as mais corruptas da História. Estão comprando voto por intermédio principalmente das emendas ao Orçamento, com divisão tipo sanguessuga que está aí. Digo que sabemos e, se formos mais adiante e se fizermos uma CPI do Orçamento, descobriremos que isso ocorre em outros Ministérios também e que basicamente só tem acesso a isso quem votar com o Governo Federal.

Essa é a minha afirmação. Se quiser discutir que esta é uma maneira que já vinha do passado, sem dúvida nenhuma, e do muito passado, sem dúvida nenhuma, e que agora se institucionalizou de vez, estou disposto a discutir, mas não venha com gracinhas de que estou já querendo saber quem vai ganhar as eleições e quem não sabe ganhar as eleições porque isso não é para gracinha. Isso é para gracinha de quem quer esconder na lama, com ar de inocente, de santo e de bonzinho, que é um homem mais perfeito, mais puro e que procura a verdade. Se fizer isso, Senador, V. Ex<sup>a</sup> é uma grande fraude.

Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, posteriormente?

**O SR.TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Concedo o aparte agora.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, ouvi de V. Ex<sup>a</sup> uma previsão sobre o que iria acontecer nas eleições e o meu comentário não foi jocoso. Foi um comentário levando em consideração a sua palavra de que estariam para ser eleitos inúmeros parlamentares que procederam de maneira inadequada. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que eu próprio, juntamente com o Senador Pedro Simon, fomos os autores do requerimento referente à CPI do Orçamento, e o estudei em profundidade. Exatamente acredito que o Senador Amir Lando considerou e designou-me para ser sub-relator do Orçamento, porque sabe que tenho uma história. E, quando fiz o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, veja só, em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, disse que estava escutando com atenção suas observações até porque tenho a responsabilidade de colocar as sugestões sobre como prevenir os problemas que V. Ex<sup>a</sup> está mencionando. Condeno, tal como V. Ex<sup>a</sup>, na sua energia e vigor, os procedimentos daqueles que se utilizam de emendas para, junto aos prefeitos e quaisquer empresas, obter benefícios de quaisquer natureza, tais como tinhá-

mos visto na CPI do Orçamento e agora novamente. E isso, infelizmente, incidindo sobre o comportamento de um número muito grande de parlamentares, e nós precisamos terminar com esse procedimento. O que eu ponderei a V. Ex<sup>a</sup> é que esse procedimento não é apenas deste Governo. É um procedimento que vinha ocorrendo e nasceu, conforme está-se verificando por todos aqueles que examinaram a documentação das CPIs, não neste Governo. São procedimentos viciosos, condenáveis, com os quais precisamos acabar para modificar. Então, a ponderação que formulei a V. Ex<sup>a</sup> é que não esteja simplesmente a atribuir ao Governo presente algo que já vem de longe e precisa ser condenado. E nós todos aqui precisamos ter o procedimento enérgico para prevenir que tais fatos não se repitam, considerando até mesmo a hipótese de se acabar com emendas individuais de parlamentares, para evitar esse tipo de procedimento. Isso hoje nós estamos considerando e teremos de decidir nos próximos dias a respeito. Então, quero colocar nos devidos termos as palavras que V. Ex<sup>a</sup>, avalio, não entendeu bem daquilo que fiz no meu aparte anterior.

**O SR.TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Esse é um assunto, Senador Suplicy, e quero repetir o respeito e o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, que me revoltava bastante.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – E a mim também, V. Ex<sup>a</sup> sabe. A todos nós.

**O SR.TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas me surpreende quando vejo homens que reputo sérios, e com certeza o são, não tão empenhados nessa questão, na punição dos que fizeram e na discussão, agora – o mais cedo –, para que isso não volte a acontecer na próxima legislatura.

Senador Sérgio Guerra, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Tasso Jereissati, seu discurso é mais que oportunista. Há uma fraude desenvolvendo-se, entre tantas: é a versão de que o Congresso Nacional, no geral, a Câmara dos Deputados, em particular, e os Parlamentares são aqueles que praticam, quase de forma generalizada, a corrupção, com suas emendas. Nada mais falso, nada mais injusto! Vou descrever uma rápida conversa. No ano passado, cheguei para ver a votação de um relatório, na Comissão Mista de Orçamentos, de um Ministério importante. Naquele dia, com base em uma carta de um Ministro interino – o que é mais grave ainda; aliás, é tão grave quanto –, um Relator tinha aprovado R\$200 milhões em emendas de Relator. Emendas de Relator só são permitidas para casos raros, de exceção, diante de erro flagrante ou de necessidade concreta de sistematização. Naquela relação de emendas, estavam contidas iniciativas que não cabiam e que

não podiam transformar-se em emendas de Relator. A Comissão estava tratando desse assunto. Era uma operação absolutamente irregular. Sabe qual foi a origem dessa operação? Uma carta de um Ministro interino. Ora, depois de iniciado o processo de votação, não cabe carta de Ministro nenhum. Ministro não pode criar, depois da votação, processo de transformação do Orçamento; nem o Presidente da República pode fazê-lo. O Relator se baseava na carta de um tal Ministro provisório, para aprovar R\$200 milhões em obras pelo Nordeste inteiro. Nós reclamamos disso. Falamos a respeito com o Presidente da Comissão, que ouviu sua consultoria. A consultoria do Presidente afirmou que aquela iniciativa era ilegal. Derrubamos o projeto e as emendas irregulares, cujas irregularidades tinham origem no Executivo e não no Legislativo. Parte desses recursos, não sei como, não sei de que forma, transformou-se, agora, em dinheiro para comprar um Prefeito em Pernambuco. Falo de um Prefeito que foi eleito por nós, do PSDB – e que hoje apóia o Presidente Lula –, e por Parlamentares, entre eles os que construíram essa peça. Não tenho a menor dúvida de que 70% do processo de escamoteação de irregularidades do Orçamento têm começo, meio e fim no Executivo. A aprovação de créditos ao longo do ano é uma fraude: Ministros articulam com Parlamentares a aprovação em troca de vantagens; acordos são feitos aqui, para dar aos que trabalham na Comissão de Orçamentos mais recursos de liberação do que aos Parlamentares que não estão lá. Há um processo absolutamente espúrio, que não teria sentido, nem meio, nem condição de se concretizar, se não fosse o Executivo. No núcleo desse processo, não estão as sanguessugas: estão aqueles que autorizam, lá em cima, o dinheiro para as sanguessugas, porque o Orçamento é autoritativo. Há dinheiro para sanguessuga, mas não há dinheiro para quem não o é; libera-se para quem não se deveria liberar, mas não se libera para aquele que faz oposição ao Governo. Minha emenda de Senador, por dois anos seguidos, foi desapropriada por outros Parlamentares da base do Governo, de forma completamente antiética. As denúncias estão aí, e ninguém faz nada. A grande fraude está no Executivo. É evidente que há cumplicidade no Legislativo, mas a grande fraude está no Executivo. O Senador Eduardo Suplicy é alguém que precisa ter essas informações. Não dá para defender o indefensável! O Governo vem agora falar em consertar. Consertar coisa nenhuma! Nunca houve aviltamento tão desagregador do processo de aprovação orçamentária no Congresso quanto no Governo do Presidente Lula! As irregularidades não foram inauguradas agora, mas foram ampliadas ao extremo no Governo do Presidente Lula. As campanhas es-

taduais viraram verdadeiras loucuras, especialmente no Nordeste do Brasil, com gente que quer e que vai atrás de voto, na última hora liberando-se recursos aqui, de forma privilegiada. Não há emenda individual, não! Há emenda de Comissão aqui que se tornou emenda individual por um conjunto de Senadores e Deputados, para fazerem eleição nos seus Estados. Essa é a grande verdade. Se é para levantar essa questão toda, estejam certos: tem-se de se fazer uma CPI aqui, mas 70% dos que devem ser ouvidos estão lá no Executivo, pela concentração de poder e pelas múltiplas irregularidades que promovem.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Muito bem, Senador Sérgio Guerra! Tenho ouvido depoimentos, como o de V. Ex<sup>a</sup>, de Senadores e Deputados, em todos os Estados do Brasil. Infelizmente, parece que isso só se tem agravado a cada dia.

Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

**O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM)** – Nobre Senador Tasso Jereissati, V. Ex<sup>a</sup> está abordando, com muito realismo, um problema importante, agora corroborado pelo que disse o Senador Sérgio Guerra. Efetivamente, há certa incompreensão sobre o que faz a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Essa Comissão representa as duas Casas na elaboração da peça que é a razão da existência do Congresso – o Orçamento da República – e fiscaliza os gastos do Executivo. Esse princípio existe desde que foram inventados o Congresso Nacional e o Orçamento. A Comissão é constituída por membros designados pela Liderança dos Partidos. A Liderança escolhe ou concorda com a indicação de a, b e c para a Comissão, seja na Câmara, seja no Senado. A Comissão é grande demais? Sim, ela é bem maior do que o Senado. Não pode funcionar assim. A Comissão funciona com um Relator-Geral que, quase sempre, dependendo do Governo, trabalha de acordo com o Governo. O Relator-Geral, no fundo, é quem diz quanto se vai gastar a mais ou a menos. Ele é que estabelece o valor das emendas e o número de emendas, que depois são aprovadas pela Comissão. Os Deputados, os Senadores e as Comissões apresentam à Comissão de Orçamentos suas emendas, que são examinadas e aprovadas ou não. As emendas individuais não são tocadas pelo relatório. E o Orçamento é votado, aprovado etc. Mas o que acontece, como foi dito aqui, é que o Orçamento autoritativo determina que o Governo gaste determinada quantia, e o Parlamentar, bem-intencionado ou mal-intencionado, apresenta suas emendas, buscando atender os interesses reais do Município ou seus próprios interesses. Essa é a realidade. Mas nenhum Parlamentar contingencia o Orçamento. Todos, aliás,

são contra o contingenciamento. Contingenciamento quer dizer o quê? Que só se vai gastar aquilo com que o Governo concordar. Fora disso, não se gasta nada, não se paga emenda nenhuma. A partir daí, esses Parlamentares todos começam a luta para liberar as emendas. Alguns têm suas emendas liberadas; outros, não. Mas o Parlamentar, sozinho, não faz acontecer tanta coisa que tem acontecido. Ninguém faz isso sozinho. É preciso que alguém autorize a liberação da emenda. O Secretário-Executivo do Ministério, geralmente, é quem dá as ordens efetivas de empenho e de liberação ou não. Daí, a apuração teria de ser feita, efetivamente, dentro desse conjunto de pessoas que interferem no processo. No fundo, no fundo, o menos responsável é o Parlamentar, porque ele apresentou a emenda. A verdade é que quem apresenta a emenda com boa intenção é prejudicado também por essa política de liberação de emendas. Foi bom abordar esse problema, porque fica explicado que a questão do Orçamento não é o monstro que se diz. Os membros são todos do Congresso, indicados pelos Partidos. E, em toda Casa, há coisas boas e coisas ruins, e isso pode acontecer. Essa questão das sanguessugas, disso ou daquilo, é uma questão em que não é só o Parlamentar que tem culpa. Não! Muita gente está implicada. Nesse caso da saúde, inclusive, havia uma funcionários do Ministério da Saúde que estava lá para fazer esse trabalho. Digo isso com toda tranquilidade porque, apesar de ter sido por três vezes Presidente da Comissão, talvez seja eu o Parlamentar que teve menos emendas liberadas pelo Poder Público. Digo menos porque sei que muitos da Oposição não conseguiram nada. Mas consegui ainda algumas. Certa vez – isso é interessante para se ver esse poder de liberação –, a Liderança conseguiu que fossem autorizadas as liberações. Houve a comunicação de que algumas emendas minhas, duas ou três, no Ministério das Cidades, haviam sido indicadas para empenho e para liberação. Eu fiquei esperando. Quando fui ver, primeiro, disseram-me que tinha chegado lá a ordem mesmo para empenhar a minha com as de outros. Logo depois, eu soube que as minhas não tinham sido empenhadas, tinham sido trocadas pelas de outro. O próprio Ministro foi lá me pedir desculpas, tudo aquilo. Conversamos, e eu disse: "Olha, Ministro, isso é molecagem. Isso não se faz". Ele me respondeu: "Houve um engano". Eu disse que deveria ser feito até um inquérito sobre isso, porque não foi só comigo que aconteceu. Isso aconteceu com vários parlamentares. O Parlamentar tem culpa disso? Não tem. Tem culpa aquele Parlamentar que tem bom trânsito e que consegue essa facilidade. Essa é a realidade, e daí vale o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) –** Muito obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) –** Caro Senador Tasso Jereissati, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento atual que expõe um debate com emoção mesmo, porque toca em uma ferida que está aberta diante do Brasil hoje, a ferida da corrupção, da violência contra o Estado, da violência contra a ética. E V. Ex<sup>a</sup> chama todos à responsabilidade e, de maneira muito clara, não coloca o debate em um campo pequeno, que seria o meramente eleitoral. Fico muito à vontade para participar do debate que V. Ex<sup>a</sup> traz. Ao mesmo tempo, V. Ex<sup>a</sup> é um dos melhores exemplos de contribuição com a administração pública brasileira, quando modernizou uma unidade da Federação localizada no Nordeste, quando rompeu com o coronelismo arcaico que aparelhava a gestão pública nordestina, mostrando que é possível haver um Estado pungente, com vigor e com modernidade. Então, tem sua notável contribuição dada à democracia e ao Estado brasileiro. Entendo que esse tema que V. Ex<sup>a</sup> expõe da corrupção, essa ferida aberta que nos aflige a todos, sem dúvida alguma, precisa de uma resposta maior, e me parece ser para isso que V. Ex<sup>a</sup> chama atenção. Vejo a confirmação do que estamos vivendo: quadrilhas atuam dentro do Poder Legislativo brasileiro. Hoje, não podemos ter mais dúvida. Está comprovada, na CPI dos Sanguessugas, essa tese. Ao mesmo tempo, não tenho a menor dúvida de que o aparelho de Estado está completamente envolvido, nos Municípios, nos Estados e na União, por esquemas de corrupção atuantes. Essa é uma parte da história contemporânea que estamos vivendo. O que me preocupa é a nossa pequenez em achar uma solução no curto prazo. Isso me preocupa muito, Senador Tasso Jereissati. A CPI está dando uma enorme contribuição, mas ela tem o seu limite, porque não possui o poder penal. Parece-me que a autoridade da lei é que está faltando neste momento. Eu gostaria de partilhar com V. Ex<sup>a</sup> uma reflexão: o Supremo Tribunal Federal, que tem a grande autoridade do manto da Constituição brasileira e que pode determinar as ações que garantam o Estado, deve refletir se não vale a pena uma força-tarefa para julgar, de maneira imediata e peremptória, todos esses escândalos que estão afligindo o Poder Legislativo nesta hora. Às vezes, a Justiça não consegue avançar. Estão julgando casos de papagaio, de cachorro ou de algo mais no Supremo Tribunal Federal. E os casos de corrupção com dinheiro público no Poder Legislativo, com quadrilhas montadas aqui dentro, vamos esperar quantos anos para que sejam julgados? Então, o Poder Judiciário poderia contribuir com este momento

de dificuldade ética no qual vivemos e dar um passo definitivo. Seria o melhor exemplo para mostrar a autoridade da lei, para mostrar que o Código Penal existe e deve ser respeitado neste País. No mais, o meu respeito ao seu pronunciamento.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que minha revolta e minha urgência se prendem às eleições atuais e à nossa instituição, ao Congresso.

Podemos tomar medidas para que os que vêm a ser eleitos no novo Congresso – de que Partido sejam, com qual Presidente sejam eleitos – sejam Parlamentares que não pertençam a essas quadrilhas. Podemos fazer isso pela nossa instituição, pelo próximo Presidente da República, seja ele quem for. É possível adotar algumas iniciativas hoje, com um maior critério na liberação dos recursos do Orçamento e dessas emendas, porque elas continuam funcionando.

E essa surpresa – já vou encerrar, Sr. Presidente, pois já me alonguei demais –, essa constatação, de que eu já tinha uma noção, veio a se confirmar agora, nas eleições, com o critério da eleição dos Deputados, da escolha dos Prefeitos, dos seus candidatos. Falo que isso se institucionalizou. Isso está acontecendo, mas, se houver realmente boa vontade, o intuito de se acabar com isso, é possível trabalhar ainda hoje para tentar fazer um Congresso melhor, um Congresso que não seja composto, na sua grande maioria, por esses quadrilheiros que desonram o País, que desonram a instituição e que, individualmente, desonram cada um de nós.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Osmar Dias, o Senador Presidente relacionou os oradores inscritos: Osmar Dias, posteriormente, Ana Júlia, Rodolfo Tourinho e, em seguida, Ideli Salvatti.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, primeiramente, quero fazer um reparo à notícia que alguns jornais que gostam de agradar o Governo do Paraná fizeram circular, ou seja, de que nós, os Senadores Flávio Arns, Alvaro Dias e eu, tínhamos abandonado o Senado durante o mês de julho.

É preciso avisar àqueles que estão usando ou da desinformação ou da má-fé que o Senado estava em recesso do dia 15 até o dia 31 de julho. Estando em recesso, reduzido por nós mesmos para 15 dias, visto que era de 30 dias, nós deveríamos estar trabalhando, como o fizemos, em nosso Estado, reunindo-nos com lideranças para ouvi-las. Dessa forma, quero retificar a desinformação de alguns jornais. Aliás, jornal chapa-branca procede dessa forma mesmo, dizendo que nós tínhamos abandonado o Senado. O recesso existe para que o parlamentar possa trabalhar em seu Estado, e foi o que nós fizemos. Fizemos isso não porque estejamos em campanha eleitoral, mas porque essa é a nossa prática. Aliás, a prática dos três Senadores do Paraná sempre foi esta: trabalhar, durante os recessos, em nosso Estado.

Mas quero falar, Sr. Presidente, de uma notícia preocupante para o nosso Estado. Ouço, nas propagandas oficiais do Governo no Paraná e nos discursos de algumas autoridades do Governo, que o Paraná tem uma educação modelar. Como podemos acreditar em um modelo de educação se o Paraná não cumpre sequer a disposição constitucional de investir 25% na educação básica e fundamental? Aliás, nosso Estado investe em média 19,4%, deixando de investir quase 6% do Orçamento por ano.

O que significam esses 6% a menos? Antes de responder, preciso dizer, Sr. Presidente, que essa é uma denúncia dos próprios professores do Estado. O Estado deixou de investir R\$1,6 bilhão em educação no atual Governo; daí que estava a cargo do Estado, deixou de investir R\$1,6 bilhão. A fonte dessa informação não é o meu gabinete, mas o Dieese e o Tribunal de Contas, baseados na receita corrente de impostos.

Então, Sr. Presidente, verificamos uma discrepância enorme entre o que se fala e o que se faz. Fala-se que a educação é prioridade; mas quando essa prioridade não é respeitada sequer na execução do Orçamento, é porque está apenas no discurso.

Quero discutir a educação do Paraná falando de uma proposta que sonhamos ver implantada em nosso Estado – e faremos de tudo para que isso aconteça –; proposta que é, para mim, o caminho para a cidadania.

Há que se começar pela educação infantil, a educação especial, em tempo integral, com o aluno permanecendo na escola pelo máximo de tempo possível, oito horas, recebendo os ensinamentos e as aulas que lhe serão muito caras quando se tornarem adultas. Essas crianças irão formar a sua personalidade e o seu caráter revigorando os valores de família. Aliás, precisamos buscar esse revigoramento para evitar muitos dos problemas sociais que têm como causa a

falta de oportunidade para as crianças que não estão na escola nessa idade, o que acaba transformando a vida delas em um pesadelo para os pais. Mais tarde, essas crianças que não tiveram a oportunidade de freqüentar uma escola infantil terão uma renda em média 20% inferior à das crianças que tiveram a oportunidade de freqüentar a escola infantil, principalmente em tempo integral.

Queremos que, na escola, a criança receba alimentação adequada, que dê prioridade para a merenda comprada no entorno da própria cidade, criando, inclusive, um novo mercado para os agricultores familiares, para os pequenos agricultores, que, por meio desse nicho de mercado, poderão também ter um alívio para a sua atividade e, sobretudo, uma esperança de se colocarem melhor no mercado, já que têm dificuldades de competir.

Mas pensamos também, Sr. Presidente, que a educação deve dar a essas crianças a oportunidade de se formarem culturalmente e de se informarem sobre os seus direitos e deveres de cidadãos. Queremos que as crianças começem, desde cedo, a aprender a assumir responsabilidades e a saber sobre seus direitos de cidadãos. Dessa forma, criaremos uma sociedade moderna, mais justa e mais equilibrada.

Queremos ousar, Sr. Presidente! Nosso Estado é vanguarda em muitas áreas. Na agricultura, por exemplo, temos um modelo que foi criado quando estive à frente da Secretaria de Agricultura e que é considerado exemplar por muitos organismos internacionais. Agora, queremos fazer com que o Paraná avance, mas avance de verdade na educação com o estabelecimento de parcerias permanentes com os municípios, não com parcerias construídas apenas em momento eleitoral, nos três meses de campanha, quando os prefeitos são chamados e praticamente pressionados para, recebendo recursos de forma tardia, alinharem-se em torno de uma candidatura que, durante três anos, não falou em parcerias nem as fez. Queremos uma parceria permanente para que a educação avance nos municípios, nas comunidades. Queremos implantar um programa em que a educação integral também seja uma realidade para a educação básica e fundamental.

Quando me perguntam onde encontraremos os recursos para que o Paraná possa ter, na educação integral, porta aberta para a cidadania, respondo que vamos encontrar uma parte nos 6% do Orçamento que não estão indo para a educação, que estão sendo desviados para outros investimentos – e é preciso levantar, investigar, verificar aonde estão indo os 6% que não estão sendo aplicados em educação.

Mas não é só isso. Falei em parceria. Refiro-me a uma parceria que possa fazer com que os municí-

pios assumam a sua responsabilidade com a educação infantil, a educação especial, e o Estado assuma a sua responsabilidade continuando com a educação integral. Devemos acompanhar os jovens até a idade em que estarão se preparando para o emprego, assegurando que não serão colocados na rua e expostos ao risco de entrar para o mundo da marginalidade, da criminalidade. Não há como resolver o problema da marginalidade e da criminalidade se não dermos oportunidade de escola, de educação de qualidade para todas as crianças.

É claro que isso não pode ser feito em quatro anos. Não é possível um governo colocar educação integral em todas as escolas e em todos os municípios, mas é possível começar e avançar até o ponto em que nenhum governo que venha depois tenha coragem de desmanchar ou suprimir o que foi feito. Ele terá de dar continuidade ao que foi começado porque será cobrado pela própria sociedade, pela própria comunidade.

Queremos que esse modelo de educação, que foi idealizado pelo Professor Darcy Ribeiro há trinta anos e que continua moderno, possa ser o modelo de educação do Paraná, mas que não seja o modelo de educação de um governo, mas do Estado, uma política do Estado e não uma política de um governo.

Temos a certeza de que, implantado esse modelo, ele permanecerá, será duradouro e levará o Paraná a ser também considerado exemplo em educação, até a educação fundamental. Estaremos, então, preparando os nossos jovens nas escolas públicas para que eles possam competir, concorrer no vestibular para ingressar no curso superior sem a necessidade das quotas. Se é necessária a política de quotas neste momento, nós podemos apoiá-la, mas queremos avançar com o ensino de qualidade para a escola pública para que as quotas não sejam necessárias, para que aqueles que freqüentam a escola pública possam ingressar no ensino superior porque receberam na escola pública um ensino de qualidade.

Mas, hoje, vejo que o Governador vetou duas propostas: a equiparação salarial dos professores com o quadro próprio do Poder Executivo e a criação do Plano de Carreira dos Servidores de Educação Básica. O Governador vetou, mas queremos dizer que, principalmente em relação ao plano de carreira, os Deputados que pertencem ao nosso Partido e aos partidos que estão hoje numa coligação no Paraná, para instalação da educação em tempo integral, Senador Leonel Pavan, votarão pela derrubada do veto do Governador, porque entendemos que é impossível se falar em educação de qualidade se não se tiver, para essa categoria, os profissionais em educação, um plano de carreira que possa dar segurança e, sobretudo,

valorizar o trabalho daqueles que fazem da educação a sua vocação em nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Osmar Dias, primeiro quero lhe cumprimentar pela sua explanação, pelo seu compromisso com a educação. Aprendemos a conhecê-lo bem, aqui no Senado Federal, em defesa da agricultura familiar, de quem produz, de quem trabalha, daqueles que fazem a riqueza do nosso País. E V. Ex<sup>a</sup> tem feito isso – a defesa dos agricultores – quase que diariamente aqui no Senado. Nesses três anos e pouco, V. Ex<sup>a</sup> tem chamado a atenção do Governo Federal até por não ter assumido com responsabilidade os compromissos que deveriam ser executados.

O Governo foi irresponsável com os agricultores. V. Ex<sup>a</sup> sempre assumiu com muita coragem, defendendo o agricultor. E hoje vejo V. Ex<sup>a</sup> com outro pronunciamento, com outra defesa que merece o reconhecimento de todos nós. Aliás, não é hoje, pois tem feito isso na presidência da Comissão de Educação. São dois setores importantes para o nosso País – agricultura e educação – como também é a saúde, a infra-estrutura. Mas esses dois setores V. Ex<sup>a</sup> tem abraçado sempre com muita coragem. Quando presidiu a Comissão de Educação, sempre defendeu a escola de tempo integral, e hoje V. Ex<sup>a</sup>, como candidato ao Governo do Paraná – e, tenho certeza absoluta, também como Governador do Paraná –, vai implantar esse sistema de escola de tempo integral naquele Estado, e, com certeza, nenhum outro Governador que virá depois de V. Ex<sup>a</sup> terá coragem de derrubar esse grande projeto para a educação de nosso País. Eu, quando fui Prefeito de Balneário Camboriú, implantei lá o Ciep – eu era do PDT – e até hoje aquela escola é símbolo do nosso Município, é admirada por todos. Por isso, ficam os meus cumprimentos pelo excelente trabalho que desenvolve como Parlamentar e pelos brilhantes projetos que V. Ex<sup>a</sup> tem para o Brasil e, principalmente, para o Estado do Paraná.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Leonel Pavan, que é parceiro nessa defesa da agricultura familiar, dos pequenos agricultores, porque o Estado de V. Ex<sup>a</sup> tem essa característica do minifúndio, e V. Ex<sup>a</sup> é sempre um parceiro nosso na defesa daqueles que trabalham e que nos ajudam a manter um nível de empregos ainda sustentável no meio rural deste País, graças ao trabalho desses agricultores familiares que têm, sem nenhuma dúvida, muita importância sob o aspecto social e econômico de cada Estado; em especial, dos nossos Estados do Sul.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

**A Srª Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Eu lhe agradeço, Senador Osmar Dias. Em primeiro lugar quero parabenizá-lo por trazer à tribuna o assunto da educação, porque, hoje, praticamente a maior parte do tempo em plenário foi dedicado a assuntos negativos, à corrupção, enfim, a toda essa situação lamentável que todos estamos acompanhando, com muita tristeza, e com dificuldades de tomar medidas efetivas para que possamos dar alguma luz ao saneamento dessa questão. Além dos assuntos negativos, farpas, às vezes até certas má-criações com as quais ficamos surpresos. Mas é muito importante trazer o assunto da educação. Eu queria aproveitar, porque estou, desde o início da tarde, tentando trazer um assunto que, inclusive, foi motivo de uma audiência importante com o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, em que o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed – solicitou ao Presidente do Congresso a que pudéssemos, nesta semana do esforço concentrado, fazer a votação do PLN 04/2006, que é, nada mais, nada menos, a repetição daquilo que votamos no ano passado e que foi apelidado de “Fundebinho”. Ou seja, um recurso no valor de R\$400 milhões que, no ano passado, foram repassados aos Estados. Inicialmente, eram apenas para os Estados do Nordeste e do Norte onde há maiores dificuldades financeiras. Depois, aqui na tramitação, acabou por se estender a todos os Estados. E temos uma reedição do Fundebinho. Temos R\$400 milhões que deverão ser votados pelo Congresso Nacional para socorrer os Estados no atendimento do Ensino Médio. Só para termos a dimensão, vou citar alguns exemplos: no caso do Paraná, serão R\$7 milhões; para Santa Catarina, R\$6 milhões; para São Paulo, do Senador Romeu Tuma, serão R\$16 milhões. Os maiores valores são, exatamente, para Estados como o Maranhão – R\$42 milhões – e a Bahia, cuja bancada está presente de forma significativa, serão R\$33 milhões; serão R\$28 milhões para Alagoas; e R\$40 milhões para o Piauí. Portanto, são recursos fundamentais para a educação, para o Ensino Médio em nosso País. Fica o nosso apelo no sentido de que possamos fazer um debate a respeito das questões relacionadas a essa crise ética, à questão da corrupção, da CPI dos Sanguessugas e até das má-criações que, muitas vezes, acontecem. Que tenhamos a preocupação, nesta semana, se possível ainda amanhã, de fazermos a sessão do Congresso e votarmos esse PLN tão importante no valor de R\$400 milhões. Serão destinados a todos os Estados da Federação para atender ao Ensino Médio, que é responsabilidade dos Governadores.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)** – Senadora Ideli Salvatti, agradeço-lhe pelo aparte. Desde já, me coloco à disposição para votarmos, pois sei da importância desses recursos. Já que alguns Estados não cumprem o dispositivo constitucional de investir 25% na educação, que façamos a nossa parte votando esses recursos que vão ser direcionados ao Ensino Médio. V. Ex<sup>a</sup>, que é professora, sabe melhor do que eu da importância que esses recursos têm para os Estados.

Antes de conceder um aparte ao Senador Flávio Arns, gostaria de dizer que a educação não pode ser tratada de uma forma desrespeitosa como muitos políticos fazem, ou seja, tratá-la como se fosse apenas uma bandeira política durante a campanha eleitoral para depois ser esquecida. Ela deve ser tratada com o respeito que merecem os professores, os estudantes. Por isso mesmo, costumo dizer que não podemos mais continuar com o discurso de que temos de ter uma educação para preparar as pessoas, os jovens para o mercado; temos de ter uma educação que prepare os jovens para a vida, que é um conceito diferente e que aprendi exatamente quando presidia a Comissão de Educação do Senado, ouvindo especialistas no assunto e aprendendo com eles, com humildade, o que anda faltando em muita gente que quer impor suas idéias de cima para baixo. Muitas vezes não são as melhores idéias que estão sendo impostas dessa forma.

Concedo o aparte ao Senador Flávio Arns.

**O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR)** – Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, também Senador e colega do Paraná, pela abordagem do tema educação que, sem dúvida alguma, como foi dito, é o instrumento básico para a preparação do ser humano para vida e, também concordo, para a independência, para a felicidade, para o desenvolvimento do potencial que cada um apresenta, para ser participante e condutor do seu destino. E o trabalho, o mundo do trabalho, até mais do que o mercado do trabalho, é um dos aspectos importantes. Concordo inteiramente com a ênfase que deve ser feita desde a Educação Infantil. Eu também acho que o ser humano se forma essencialmente nos três primeiros anos de vida. Se dermos toda a atenção no começo, como foi enfatizado por V. Ex<sup>a</sup>, teremos, sem dúvida, cidadãos mais preparados psicológica e fisicamente, sendo valorizados no futuro. A escola de período integral que V. Ex<sup>a</sup> menciona é o grande ideal que deve de ser buscado, com qualidade, com o desejo de preparar as pessoas. Quero destacar o que V. Ex<sup>a</sup> disse: devemos valorizar quem trabalha na escola, sejam professores ou funcionários. Eu até diria que, para a educação funcionar bem, temos de valorizar quem trabalha na área, por meio de planos de cargos e salários, porque, se atendemos bem a es-

sas pessoas, mesmo em situações físicas precárias, elas vão trabalhar melhor. É uma pena que o projeto tenha sido vetado na Assembléia. Todos os Deputados Estaduais do Paraná têm de se empenhar para a derrota do voto. Lembro que hoje ainda, na Comissão de Educação, foi aprovado o projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque, relatado pela Senadora Lúcia Vânia, que institui o piso nacional para o profissional da educação, justamente seguindo esta linha de valorizar quem trabalha na área. Assim, não teremos essas distorções regionais. E, mesmo dentro de Estados mais ricos, com salários melhores, eles ainda são extremamente pobres, em função do maior desenvolvimento da Região. Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, farei um comentário em relação ao que foi dito pela Senadora Ideli Salvatti sobre a crise que estamos vivendo. Temos de tirar da crise a oportunidade. Em relação a essa questão dos sanguessugas, do Orçamento, todos nós, Parlamentares, sabemos, isso sempre foi comentado dentro do Congresso Nacional: Falavam: "...porque recebe um percentual, porque isso é aquilo". Várias medidas foram tomadas no decorrer dos anos, mas, infelizmente, não surtiram o efeito desejado. Por um lado, esses fatos não deveriam estar acontecendo, mas ainda digo: que bom que isso seja desnudado, desmascarado, para que possamos criar um Brasil mais transparente, onde, além dos 25%, possamos usar o dinheiro que está sendo desviado pela corrupção para os grandes objetivos de construção de um País cidadão. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Fico feliz com o pronunciamento vigoroso em favor da educação.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)** – Fico honrado em receber o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Arns. Sei que V. Ex<sup>a</sup> também compartilha das idéias que exponho da tribuna. Já conversamos a respeito desse assunto pessoalmente, e V. Ex<sup>a</sup>, que também está hoje...

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)** – Senador Osmar Dias, permita-me interrompê-lo para prorrogar a sessão. Peço aos outros oradores que falem por 10 minutos para que todos tenham oportunidade de usar da palavra. Há seis oradores inscritos, então, teremos uma hora de prorrogação.

V. Ex<sup>a</sup> pode terminar com tranquilidade.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR )** – Vou encerrar, Sr. Presidente, para colaborar com os demais oradores, agradecendo ao Senador Flávio Arns e dizendo que nós, que defendemos o Paraná, devemos conversar sempre. Estando numa disputa, ou aqui no Senado, sobre educação devemos conversar sempre, porque é conversando que contribuiremos para a construção de um Estado melhor, de uma sociedade mais justa.

E quero dizer que R\$1,6 bilhão que foram retirados, que não foram investidos na educação do Paraná,

nesse período de Governo, representam um valor muito, mas muito importante mesmo para a construção de uma educação com mais qualidade, com a valorização dos profissionais de educação, tanto os professores, quanto os servidores, e também para o equipamento tão necessário nas escolas, a construção de novas escolas, a construção de salas para portadores de necessidades especiais, aqueles que necessitam de uma sala adequada, adaptada às condições, os equipamentos para essas crianças.

Então, quando se retira dinheiro da educação, não se estabelece uma ligação entre o discurso de prioridade à educação e a prática que se está realizando.

Quero reafirmar aqui o compromisso que tenho feito no Paraná. Para mim, a Constituição tem de ser respeitada: o mínimo de 25% que deve ser aplicado na educação será sempre integralmente respeitado num Governo do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, e parabéns pelo discurso.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa, para uma comunicação inadiável. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que já estava inscrito desde o pronunciamento do Senador Marcelo Crivella. A inscrição ficou não no esquecimento, mas estava sob os outros papéis. Peço desculpas a S. Ex<sup>a</sup>.

O Senador Rodolpho Tourinho tem dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. RODOLPHOTOURINHO** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, há um mês e meio a revista **Veja** denunciou um dos mais graves crimes praticados contra a economia brasileira, contra a economia baiana, ao longo de toda a história do País, com consequências sociais irreparáveis para centenas de milhares de pessoas.

A reportagem, assinada pelo jornalista Policarpo Júnior, trouxe a confissão de um dos envolvidos diretamente no caso de que a disseminação da vassoura-de-bruxa, a praga que dizimou a produção cacaueira do sul da Bahia, foi um ato propositado, realizado por militantes do Partido dos Trabalhadores, com o único objetivo de atingir os seus adversários políticos e conquistar o poder na região.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, a confissão de Luiz Henrique Franco Timóteo já é do conhecimento de todos nesta Casa. Já trouxemos, assim como os Senadores Antonio Carlos Magalhães e César Borges, esse assunto ao plenário, assim como pelos inquéri-

tos abertos pelo Ministério Público Federal e, após um pedido formal dos três Senadores da Bahia, da Bancada do PFL baiano nesta Casa ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Polícia Federal.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP. Intervenção fora do microfone.) – Quero me aliar a esse protesto por tudo que vi na Bahia.

**O SR. RODOLPHOTOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Ocorre que, passados esses 45 dias, avolumaram-se as evidências de que de fato a região sul da Bahia foi vítima de um criminoso ato de terrorismo biológico. A Polícia Federal ouviu mais de dez testemunhas e todas, unanimemente, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, Senador César Borges, confirmaram a ligação entre o réu confessado e importantes militantes do Partido dos Trabalhadores da região sul da Bahia.

A disseminação da vassoura-de-bruxa causou a destruição da economia do sul da Bahia, levando à falência os cacaueiros. Mas não foram os fazendeiros as principais vítimas desse crime. Hoje, na região, existem mais de 200 mil desempregados vivendo em condições subumanas nas favelas que se formaram nas cidades onde antes prosperava a riqueza do cacau.

Os terroristas petistas levaram a fome e a desesperança a uma das mais promissoras regiões do País. Mais que isso: tentando enfraquecer os seus adversários políticos, eles atingiram o conjunto da economia baiana e também a economia brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez demonstra que é um grande Senador, sobretudo na defesa dos interesses da Bahia. Sua vida tem sido isso, daí por que dizer que esse assunto que V. Ex<sup>a</sup> aborda eu tratei, bem como o Senador César Borges. Mas V. Ex<sup>a</sup> trata com muita propriedade agora. A região cacaueira deve tomar conhecimento desse discurso, que V. Ex<sup>a</sup> deve enviar às Lideranças locais, para saberem que o PT é capaz de destruir uma lavoura, de causar um prejuízo de mais de dez bilhões, e de deixar mais de 250 mil desempregados. Isso tudo é o PT de Lula, contra o qual V. Ex<sup>a</sup> traz o seu protesto, como baiano e como futuro Senador da República.

**O SR. RODOLPHOTOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu repito aqui: os terroristas petistas levaram a fome e a desesperança a essa região da Bahia, antes uma região tão próspera, tão promissora, tão rica, e que era muito importante para todo o Estado da Bahia.

Eu relembrro até, Senador Antonio Carlos Magalhães, no seu primeiro Governo – e não faz tanto tem-

po –, o que o cacau representava para a Bahia: mais de dois terços da arrecadação. Então, só para termos uma dimensão real daquilo que foi, Sr. Presidente, efetivamente destruído por um ato terrorista, segundo uma confissão – não é uma denúncia – que está nas páginas da revista **Veja**.

Calcula-se que os prejuízos chegaram a R\$10 bilhões. A Bahia, em 1989, era o segundo maior produtor de cacau, hoje, o País importa cacau. Vejam a que ponto nós chegamos depois desse ato terrorista do Partido dos Trabalhadores.

Concedo um aparte ao Senador César Borges, com muito prazer.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup>, como bom baiano, descreve uma situação que afetou mais de um milhão de habitantes, de baianos que vivem na região cacauícola. Foram 250 mil desempregos gerados por essa praga, a vassoura-de-bruxa, que, agora decorridos aproximadamente quase 15 anos, vem um réu confesso e diz como foi feita essa tramóia para prejudicar essa lavoura tão importante. E sabe V. Ex<sup>a</sup> que, no meu caso, venho de uma família de cacaueiros. O prejuízo foi brutal. Hoje, com a confissão de formação de quadrilha, com pessoas como o ex-Prefeito de Itabuna, o ex-Deputado e candidato novamente a Deputado, Geraldo Simões; e outras que atualmente estão na direção da Ceplac. Imagine V. Ex<sup>a</sup>, essas pessoas que estavam ali para defender a região cacauícola, levar práticas modernas, de maior produtividade, foram aquelas que levaram a esse desastre! São funcionários públicos federais! Ou seja, essas pessoas fizeram o crime que compensa e estão na direção da Ceplac. Aí chego ao ponto central do meu aparte: o Presidente Lula recebe uma pensão vitalícia, sem impostos, de quase R\$5 mil por mês! Por quê? Porque foi prejudicado por fatos do Movimento de 1964. Ele, assim como centenas – milhares? –, milhares de pessoas estão recebendo essa indenização pelos prejuízos causados às suas vidas. Provavelmente também o Ministro Waldir Pires recebe, e assim por diante, à custa do Erário, do dinheiro do povo brasileiro. Então, o que a região cacauícola deseja hoje, nobre Senador, é que nós todos sejamos indenizados, porque, efetivamente, foi o Governo, com agentes públicos federais que hoje estão na direção da Ceplac. Se isso não for feito, então, são dois pesos e duas medidas. Se por um lado, há os que se consideram prejudicados pelo Movimento de 64 e recebem essa pensão vitalícia, por que não aqueles que estão lá vivendo na pobreza? Há aqueles que inclusive perderam a sua vida, muitos se suicidaram em função da debacle, da ruína da sua lavoura, da sua sustentação. Então, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo oportuno pronunciamento

to e informo que uma multidão se reuniu lá em Itabuna, recentemente, mais de 10 mil pessoas, para fazer esse protesto e exigir do Governo Federal não apenas a apuração, mas a indenização por todas as perdas, danos e prejuízos causados. Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges, concordo inteiramente com o raciocínio e a tese levantados por V. Ex<sup>a</sup> sobre a necessidade de reparação.

Fiz esse preâmbulo até aqui, com o objetivo de chamar a atenção para o clima de inconformismo que hoje toma conta do Sul do meu Estado.

Passados mais de 45 dias do início das investigações, apesar de todas as evidências confirmando a denúncia do Sr. Timóteo, até agora, nenhuma atitude firme por parte do Governo do PT foi tomada. Nenhuma, Senador Antonio Carlos Magalhães! Isso causa uma indignação muito grande e muito forte, não apenas a nós aqui no Senado, mas em toda a Bahia, em toda a região sul do Estado.

A maioria dos envolvidos no crime, numa atitude que está sendo entendida como descaso e desrespeito pelos baianos, continua em altos cargos da Ceplac, como V. Ex<sup>a</sup> apontou, Senador César Borges, o que é inacreditável, pois é justamente o órgão em que trabalhavam e de onde saíram todos os preparativos para esse ato de terrorismo contra a cultura do cacau.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Quando li aquela matéria, fiquei indignado, porque não se trata de algo contra a Bahia, mas contra o País, pois atingiu vários Estados. Foi um acontecimento drástico, horrível! Então pergunto: que atitudes foram tomadas contra aquelas pessoas? O que já aconteceu e está acontecendo? O que as autoridades, principalmente as baianas, que levaram prejuízo grande, fizeram? O que já foi feito? V. Ex<sup>a</sup> poderia citar as medidas que já foram tomadas?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Posso. É simples de responder, Senador Ney Suassuna: não fizeram nada, absolutamente nada! Essa é a verdade. Porque aquelas pessoas que estão envolvidas nesse processo, de acordo com a confissão de uma delas, continuam ocupando cargos de direção na Ceplac, o órgão que, teoricamente, deveria estar protegendo e promovendo o desenvolvimento dessa lavoura. Isto é que foi feito: nada! E o prêmio que tiveram foi continuarem nos cargos.

Há, hoje, um inquérito reaberto, mais de dez testemunhas já estiveram lá depoendo. Todas, em princípio, confirmaram que houve efetivamente esse ato de terrorismo.

Quer dizer, o mínimo que se queria, neste momento, além da continuação do inquérito, que foi pedido e exigido pelos três Senadores da Bahia ao Sr. Ministro da Justiça, é que essas pessoas fossem afastadas, porque continuam na Ceplac. Esse é um dos pontos. Essa indignação é muito grande.

Há poucos dias, cerca de 20 mil pessoas na cidade de Itabuna fecharam a BR-101, num movimento exigindo a investigação e a punição dos envolvidos. Dezenas de entidades lideradas pela Comissão Nacional do Cacau e 25 sindicatos rurais assinaram um manifesto encaminhado ao Ministério da Agricultura, defendendo o que estamos defendendo aqui neste momento, o imediato afastamento de seus cargos na Ceplac, temendo, inclusive, que possam dificultar os trabalhos da Polícia Federal, pois é evidente que podem fazer isso, dificultando o inquérito, que foi retomado a nosso pedido.

Um dos acusados, o Sr. Wellington Duarte, é o atual Superintendente da Ceplac – pasmem os senhores!

As manifestações deixam claro que nós baianos não vamos deixar que esse crime hediondo fique impune, tenho certeza. V. Ex<sup>a</sup>, ao passar aqui por mim, dizia-me que estava conosco nessa luta, Senador Romeu Tuma. Agradeço muito essa posição de V. Ex<sup>a</sup>, porque é realmente um crime hediondo.

Mais do que isso, devemos exigir, como baianos, que todos os envolvidos, inclusive o PT e o seu Governo, assumam as suas responsabilidades pelos danos causados a centenas de milhares de pessoas que perderam seus empregos e à economia do País.

Em função do terrorismo biológico que foi feito, a situação dos produtores de cacau do sul da Bahia é de insolvência. Não tem outro nome. Os débitos que, em 2005, somavam R\$700 milhões, totalizam hoje mais de R\$800 milhões. Contra os cacaueiros, além das perdas causadas pela criminosa disseminação da vassoura-de-bruxa, acrescentam-se outros fatores que atingem os demais setores da economia: juros extorsivos e câmbio punitivo, determinados por uma política econômica que pune a geração de emprego e renda.

Na mesma proporção dos danos causados aos agricultores, as prefeituras da região, sem a arrecadação proveniente do cacau, enfrentam o colapso de suas finanças. Os prefeitos não se encontram em condições de atender aos milhares e milhares de desempregados que deixaram o campo – e, como se disse,

que vivem em favelas à beira de cidades que eram prósperas e ricas.

O Governo do PT tem dupla responsabilidade para com os cacaueiros baianos: a primeira, agir com rapidez na apuração desse crime hediondo e pronta punição dos culpados; e a segunda – esta é muito importante: a imediata suspensão das execuções dos agricultores envolvidos. Isso é uma compensação material, mas é preciso que seja feita, para que, do ponto de vista moral e do ponto de vista ético, esses atos de terrorismo sejam limitados, porque eles atingem também, como bem colocou o Senador César Borges, a vida dos agricultores do sul da Bahia.

É igualmente importante que sejam criados mecanismos especiais, no sentido de atender à grave situação social que se espalha pela região cacaueira, sobretudo para tentar minimizar ...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – ...o quadro de desemprego da região.

Já termino, Sr. Presidente.

Quero também registrar que, confirmada a denúncia pelas investigações do Ministério Pùblico e da Polícia Federal, a União se vê, como bem disse o Senador César Borges – e aqui repito –, na obrigação de indenizar os produtores. Não se trata de prorrogar débito vencido para dezembro, porque isso não adianta nada! Não adianta absolutamente nada uma simples prorrogação para dezembro, isso não vai resolver. O que se deve fazer efetivamente é indenizar os produtores. É nossa obrigação, obrigação da nossa Bancada da Bahia lutar por isso. Vou lutar por isso. Não tenho dúvida, porque é o que deve ser feito. Não tenho a menor dúvida em relação aos cacaueiros.

Quero deixar muito claro que não há nenhuma razão, neste momento, de se prorrogar os débitos para 30 de dezembro, pensando que, com isso, a solução está sendo concedida à região.

A produção de cacau caiu estupidamente no Estado, como não poderia deixar de ser, depois do ataque terrorista do PT, que fez com que essa produção fosse caindo aos poucos. Temos feito um esforço grande, todo o Estado, pela recuperação da produção do cacau. O Governador Paulo Souto tem dado muita atenção ao problema, inclusive com a inauguração de várias biofábricas, onde são fornecidas as mudas para os pequenos produtores de cacau; mudas essas resistentes, por meio de clonagem, a essa praga, que é a vassoura-de-bruxa.

Esse é um caminho a ser tomado, mas cabe ao Governo Federal, sobretudo...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. RODOLPHOTOURINHO** (PFL – BA) – ...tomar a decisão de apurar; não só de apurar, mas de afastar todos os envolvidos nessa questão.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – O discurso de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante, principalmente para a economia do País, não só para a da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL. Tive a oportunidade e a honra de assinar o requerimento para V. Ex<sup>a</sup> falar pela Liderança.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati, consciente e grande Líder do Nordeste, trouxe para esta tribuna assunto da maior relevância: a compra indiscriminada realizada pelo Partido dos Trabalhadores por meio de dinheiro público, o que envolve Prefeitos municipais e até Parlamentares. O Senador tem absoluta razão. Daí por que pedi uma CPI sobre execução orçamentária, para que possamos mostrar, inclusive na Bahia, como o DNIT e o Ministério das Cidades gastam, desonestamente, o dinheiro público.

Há casos em que até mandaram fazer viaduto, por uma prefeitura municipal, na BR mais movimentada da Bahia, que é a 324. Isso, realmente, é inacreditável! É para que o prefeito tenha dinheiro, não faça obra e gaste na eleição.

Mas os baianos estão reagindo, de tal maneira que o Sr. Jacques Wagner ou a tal da Land Rover estão na seguinte posição de votos válidos: 73, Paulo Souto; Jacques Wagner, 19. Os votos comuns são: 56 a 13. Essa é a situação, porque os baianos já viram que esse roubo pode comprar algumas consciências, mas não a do povo baiano.

O Governador J.J. Seabra, no passado, dizia: "A Bahia não se vende nem se dá". Hoje, esse lema é mais do que justo. Todos os prefeitos estão sendo cooptados e estão reagindo. Um ou outro fracassa, em função do dinheiro sujo que está recebendo.

Mas o Brasil está reagindo, e daí por que a candidatura de Geraldo Alckmin está crescendo. Hoje, o resultado das pesquisas na cidade de São Paulo já é bem diferente, e a rejeição deste Presidente, que pra-

tica todos os atos desonestos, está aumentando e vai aumentar mais no País.

Há todas essas operações que estão aí de valeriodutos, de mensalão. Está o Governo tentando acabar com os sanguessugas, quando a situação que envolve os sanguessugas ocorreu no Governo! Se há membros do Congresso que participaram disso, que sejam punidos! Mas não pode haver a ponderação de que o Congresso é sanguessuga. Isso é uma desonestidade! O Governo está cometendo essa desonestade para nos impedir – o que não acontecerá – de, nos programas eleitorais, dizer o que é este Governo que aí está e o mal que ele está fazendo ao Brasil. Daí por que ele jamais poderá continuar.

Sr. Presidente, o cinismo do Presidente vai a tal ponto, que ele diz que, agora, vai fazer campanha todos os dias da semana. Já está fazendo isso há dois ou três anos com dinheiro público e com anuência, infelizmente, de alguns que cometem crimes no passado, mas que se sentam à sua mesa, apesar dos crimes cometidos que ainda não foram julgados. Ainda ontem, a representação do PMDB estava com um desses elementos. Isso é inacreditável, mas é verdade.

Quero dizer que os jornais – estão aqui – informam algo que, certamente, o povo brasileiro já havia notado: o Presidente não anda bom para ver de perto. Ele não está enxergando de perto, ele só enxerga de longe e, como o roubo é praticado de perto, ele não vê o roubo. Está aqui! É um oculista que diz isso, não sou eu. É o oftalmologista do Presidente que está preocupado com sua visão, mas está preocupado mais é que ele não enxergue. Ah, se ele não enxergasse nada! Seria bem melhor do que ele enxergar, como está enxergando, os valeriodutos, os sanguessugas e, sobretudo, os mensalões.

Esse escândalo todo dos sanguessugas, que é justo que se faça, não é um valerioduto. O total não dá um valerioduto. Então, esquecem-se do valerioduto e do mensalão, e fica-se com os sanguessugas. Vamos tratar dos sanguessugas, sim, porque é crime o que se praticou, mas não vamos esquecer que os ladrões do mensalão foram patrocinados pelo Palácio do Planalto, o que começou com Waldomiro Diniz. Jefferson teve a coragem de denunciar, provando tudo em relação ao mensalão e ao valerioduto. Foram bilhões e bilhões!

Muitos Parlamentares estão sendo hoje injustamente acusados; outros, talvez, nem tanto. Que se puna quem merece, mas que não se acuse toda uma instituição!

Por isso, hoje, pedi ao Presidente Renan que chamasse esse Vedoin, para ele dizer quais são os desonestos, porque ele não pode dizer que 70% do Congresso são desonestos. Não é a voz de um la-

drão, como é o Vedoin, provavelmente, que suborna – o subornado o é, mas quem suborna também o é –, que vai prevalecer sobre a vontade de todo o povo brasileiro.

Como a matéria é realmente interessante para a imprensa, ela tomou conta do noticiário, deixando-se o valerioduto e as roubalheiras de Lula. O DNIT continua roubando descaradamente em todos os Estados do Brasil, principalmente na Bahia, como alguns da Bahia também roubam na Comissão Mista de Orçamento.

Ou se faz o Orçamento impositivo, ou se muda esse problema da Comissão Mista de Orçamento urgentemente, ou o Brasil vai ficar sempre sujeito às maracutaias de um Governo que corrompeu e corrompe toda a sociedade brasileira! As reações estão aí, mas cada reação é menor do que merece este Governo.

Ora, Sr. Presidente, por que ele não fala do irmão Vavá? Por que ele não fala nos R\$15 milhões da Telemar? A Telemar nunca foi chamada por Comissão alguma para dizer porque deu R\$15 milhões ao filho do Lula na Gamecorp. Por que ele não fala sobre esse assunto? Por que ele foge? Ele tem de ir para o debate para provar isso. Ele quer fugir dos debates, porque será perguntado sobre essas coisas e terá de responder. Não poderá ficar calado. Afinal de contas, ele vai ter de dizer: "Meu filho levou R\$15 milhões da Telemar, e meu irmão fez **lobby** nos vários Ministérios". E vai dizer também que, até na cueca, foi levado dinheiro para o Ceará, onde o Senador Tasso Jereissati está sofrendo, porque é digno e faz oposição. Todas as forças econômicas do Governo estão contra ele. Isso só faz enaltecer a figura de Tasso Jereissati entre nós, mas é preciso que o povo do Ceará reaja como o povo baiano está reagindo, para que isso não continue a acontecer em todo o Brasil.

Os vampiros dos sanguessugas vêm de onde? Do Ministério da Saúde. É Humberto Costa! Diz-se que vão convocar os Ministros da Saúde, e ninguém quer convocar ninguém. A primeira pessoa a ser ouvida deveria ser o Ministro da Saúde, Sr. Humberto Costa. Se querem convocar o Ministro José Serra, convoquem-no, porque esse tem honestidade para dizer como as coisas eram feitas no seu tempo. Mas não venha esconder-se, Humberto Costa, só porque é candidato em Pernambuco, o que, aliás, é uma coisa boa, porque o povo já sabe que ele é o sanguessuga maior. Isso faz com que nossos candidatos subam a cada dia na pesquisa.

Sr. Presidente, há coisas inacreditáveis. Pode-se imaginar que uma pessoa vá tratar com o Presidente da República a respeito de biodiesel e, na saída, diga que prometeu ao Presidente dinheiro para sua campanha? Está aqui! Esse balcão já está na porta do Palácio?

Evidentemente, não quero que meu querido amigo Márcio Thomaz Bastos vá a um oculista. Quero tanto bem a ele e acredito que ele enxergue, mas ele, coitado, está nessa situação da Polícia Federal e não vê que esse homem do biodiesel vai dar dinheiro para a campanha do PT, do Lula. A Polícia Federal tem deveres para com o País. Está cumprindo-os, mas deve cumprirlos inteiramente. Não pode encobrir casos como este que está aqui.

Ademais, Sr. Presidente, a CPI quer investigar – e não investiga – quatro Ministérios. São quatro Ministérios! As portas do Planalto se escancaram para quem quer entrar por lá e fazer as falcatrudas.

Eu, a cada dia, Sr. Presidente, virei a esta tribuna, trazendo elementos como esta fotografia do Lula. Olhe, ele está dizendo: "Meu Deus, o homem do biodiesel vai dar o dinheiro".

É assim que vive o Brasil. Isso tem de acabar. Temos de reagir!

Eu iria fazer este discurso hoje cedo, Sr. Presidente. Acredito que a esta hora, provavelmente, a Voz do Brasil esteja impedindo que eu seja ouvido, mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que dê ordens para que transmitam o restante desta sessão, não só o discurso do Senador Rodolfo Tourinho em defesa da região cacaueira – em que ele disse que vai lutar até o fim para apurar tudo, pois até agora a Polícia Federal não apurou nada –, como também este meu discurso.

Voltarei aqui amanhã. Não tenha dúvida disso! Mas não quero que o meu discurso de hoje deixe de ser publicado. Ontem, eu disse, desta tribuna, e repito agora: o Brasil de Lula apodreceu. E apodreceu por culpa do Presidente.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> tome as providências com o serviço de comunicação da Casa. Eu gostaria de saber a que horas meu discurso vai passar, para que eu pudesse avisar pelo menos o povo baiano que estou cumprindo com meu dever, a fim de que este Presidente saia o mais rapidamente possível e de que possamos ter nosso candidato Geraldo Alckmin no Palácio do Planalto, moralizando a vida pública brasileira.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antônio Carlos Magalhães, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental.

Alerto o Serviço de Telecomunicações do Senado que, imediatamente após a Voz do Brasil, deverá ser transmitido o encerramento desta sessão ordinária.

As Senadoras Ana Júlia Carepa e Ideli Salvatti e os Senadores Marco Maciel, Roberto Cavalcanti e o Ney Suassuna estão inscritos como oradores.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia, para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de cinco minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti havia-me solicitado permitir com S. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos para uma comunicação inadiável.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA).

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro, até porque ele é decisivo e importante não apenas para o meu Estado, o Pará, como também para o Brasil.

A BR-163, conhecida como a rodovia Santarém-Cuiabá, é uma alternativa concreta, real, para a diminuição dos custos dos produtores.

Hoje, o escoamento da produção do Estado de Mato Grosso por intermédio do Porto de Santarém é mais viável, já que o Porto de Santarém está bem mais próximo dos portos da Europa, por exemplo, do Porto de Roterdã, na Holanda, do que o Porto de Santos, em São Paulo.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup>, que é de São Paulo, sabe que o Porto de Santos, hoje, não mais comporta o fluxo das exportações. Por isso, precisamos de alternativas. Digo sempre que a BR-163 não é uma obra importante para solucionar apenas problemas no Estado do Pará, mas, sim, para a Amazônia como um todo, para a hidrovia Araguaia-Tocantins, enfim, para o Brasil.

Ao fazer este registro, parabenizo o Presidente Lula por haver editado a Medida Provisória nº 314, publicada no **Diário Oficial da União** de hoje, 1º de agosto – aliás, há muito tempo fazemos essa solicitação –, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração Nacional. Especialmente para o Estado do Pará, em termos de rodovias, temos: para a construção do trecho rodoviário Santarém/Rurópolis, o montante de R\$20 milhões; e R\$18,350 milhões para a construção de doze pontes. Esta é uma outra situação na Amazônia que dificulta o tráfego, que são as pontes de madeira. Sabemos que nessa região chove muito, e, obviamente, após alguns anos, as pontes precisam ser refeitas. Agora, elas serão construídas de concreto e não mais esta-

rão sujeitas às intempéries, não mais precisarão ser substituídas a cada dois anos.

Essas doze pontes serão construídas na divisa, até Santarém. Serão construídas mais duas pontes no entroncamento da BR-163 até Mirituba, que fica em frente ao Município de Itaituba, naquela região oeste. Teremos também a construção de trechos rodoviários na divisa de Mato Grosso e no anel viário de Santarém, para o qual se disponibilizará mais de R\$40 milhões.

Para o Estado do Pará, apenas para essas rodovias, incluindo as pontes, também teremos mais R\$30 milhões destinados à conservação de mais duas rodovias: a BR-163 e a Transamazônica, até porque o calendário amazônico é diferenciado. Não adianta liberar recursos para a construção ou para a conservação de uma estrada que ainda é de terra, como a Transamazônica, se liberarmos esses recursos em dezembro. Temos de liberá-los agora! Por isso a necessidade da medida provisória, exatamente para que essa recuperação possa ser feita no verão, período em que chove muito pouco, para que, quando chegar o inverno, essa estrada esteja transitável e as pessoas não fiquem presas nela.

Além da conservação da BR-163, temos ainda recursos para o seu asfaltamento – isso é fundamental! –, que será feito pelo 8º BEC, que terá como tarefa asfaltar os trechos compreendidos entre Mato Grosso e a divisa do Pará, e também o trecho Santarém/Rurópolis, além das pontes de concreto.

Sr. Presidente, queria fazer este registro e agradecer. Foi uma luta grande da nossa Bancada. Várias vezes estivemos com o Ministro dos Transportes, com a Ministra da Casa Civil, com o Ministro Tarso Genro – eu, o Deputado José Geraldo, o Senador Luiz Octávio também nos ajudou nessa luta, e contamos com o, à época, também Deputado Paulo Rocha, hoje ex-Deputado. Por isso, temos muito a agradecer ao Governo, que ouviu a necessidade do calendário amazônico.

Sr. Presidente, também foram liberados, nessa medida provisória, R\$507 milhões destinados à reforma agrária, tanto para a obtenção de imóveis rurais, Senadora Ideli Salvatti, para cumprir a meta dos assentamentos, como também para a assistência técnica, um dos grandes dramas que enfrentamos na reforma agrária, porque não adianta apenas conseguir a terra, o crédito, precisamos da assistência técnica para que esses projetos sejam sustentáveis, tanto econômica quanto ambientalmente.

Ao fazer este registro, quero parabenizar o povo do Pará e o Governo Lula, que tem se comprometido com o povo do Pará, independentemente de quem seja o Governador daquele Estado. O Governo está atendendo a uma reivindicação também feita a vários

governos, que haviam se comprometido, mas não conseguiram asfaltar um milímetro sequer da BR-163. O Governo Lula, além da conservação, estará asfaltando um trecho que não é importante somente para o Pará, mas para o Brasil, porque poderemos escoar os produtos de muitas regiões, especialmente os do Centro-Oeste, por um custo bem mais baixo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de, neste registro, parabenizar também o povo da região oeste, que tanto lutou e hoje está vendo isso se tornar realidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente. Inclusive foi muito bom a Senadora Ana Júlia haver me antecedido. Estou há bastante tempo neste plenário, portanto, tenho prestado atenção a muitos pronunciamentos. Como já tive a oportunidade de dizer no aparte dado ao pronunciamento do Senador Osmar Dias, o ambiente continua acirrado, com muitas farpas. Percebemos que as manifestações, muitas vezes, vêm com órgãos do corpo e não com o raciocínio e o coração. É claro que o período eleitoral sempre faz com que determinados sentimentos aflorem, faz parte da disputa, não é, Senadora Ana Júlia, faz parte da disputa o acirramento. Apenas lamentamos. Tenho procurado manter-me, o máximo possível, calma; vamos precisar muito dela nesse processo eleitoral.

Solicitei a palavra como Líder porque, várias manifestações que tive a oportunidade de ouvir aqui, hoje à tarde, creio que tenham a ver. Por exemplo, algumas referentes a declarações feitas pelo Presidente Lula na visita de campanha que fez ao meu Estado, Santa Catarina, estão ligadas ao resultado efetivo a respeito das políticas desenvolvidas pelo seu governo na área da educação e às consequências que isso tem causado no Brasil, como um todo, e, em Santa Catarina, de forma impressionante, Senador Romeu Tuma.

Lá, em Santa Catarina, temos uma situação bastante acirrada de disputa, até porque, como já tive oportunidade de dizer, não é nada mais, nada menos do que o Estado do Presidente Nacional do PFL, que é um dos partidos que centraliza a oposição ao Governo Lula, de forma muito contundente, com muitos decibéis acima do que seria adequado e razoável se adotar em período eleitoral, muitas vezes com lances de amnésia profunda a respeito de uma série de episódios, comportamentos e práticas adotadas durante os muitos e muitos anos em que estiveram à frente. É

sempre bom, então, registrar que, como já falei daqui da tribuna, será a primeira vez em que o PFL vai apoiar um candidato de oposição à Presidência da República. Essa experiência o PFL nunca tinha tido antes, Senador Romeu Tuma. Está tendo pela primeira vez.

A visita do Presidente ao meu Estado, Santa Catarina, deu-se exatamente oito dias depois da visita do nosso principal adversário, o candidato do PSDB, apoiado pelo PFL, o Sr. Geraldo Alckmin. E, para nós, era um desafio muito significativo, porque o palanque para o nosso principal adversário é, em tese, robusto, porque é a candidatura à reeleição do atual Governador do PMDB, com o Vice do PSDB, meu companheiro de bancada de Santa Catarina, Senador Leonel Pavan, tendo para a candidatura ao Senado, pelo PFL, o ex-Prefeito de Lages, Raimundo Colombo. Portanto, não é qualquer aliança: PMDB, PSDB e PFL. O problema é que não cola, não cola. PMDB e PFL, na base, não colam. Há um monte de ruídos, de problemas, de desídias e de intrigas, na base, que criam uma certa dificuldade.

Mas, de qualquer forma, em relação à ida do nosso principal adversário, oito dias antes da visita do Presidente Lula, os jornais anunciam 10 mil pessoas, em Chapecó. Essas eram as manchetes do sábado em Chapecó, 10 mil pessoas, e não chegaram a 500. Talvez umas 400 participaram da manifestação. Até brinquei, porque, como a cultura é gauchesca no oeste de Santa Catarina, Senadora Ana Júlia, um conhecido nosso, que tem o apelido de Xiru, que é um nome muito gaudério, em uma das brincadeiras, disse-me assim: "Pois, Senadora, para chegar no número, contaram os viventes e a sombra".

Então, até esse tipo de brincadeira acabou sendo feita.

Em Criciúma também não foi diferente. Havia uma expectativa, pela imprensa, da presença de cinco a seis mil pessoas, e devem ter comparecido por volta de seiscentas, setecentas.

O desafio para nós, que estávamos organizando a vinda do Presidente Lula, oito dias depois da visita do nosso principal adversário, era muito grande. Felizmente, foram dois eventos muito bem avaliados e com repercussão extremamente positiva de público, de representatividade política e de sinalizações de apoio e de amplitude da campanha do Presidente Lula em Santa Catarina.

Havia mais de três mil pessoas na plenária, em que debatemos os resultados da educação em Santa Catarina. Depois, houve um almoço na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Foi a primeira vez em que um Presidente da República, no exercício do cargo, visitou a Federação. Houve um

debate do candidato à reeleição, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o setor empresarial do nosso Estado, com o setor educacional, com reitores do Sistema Acafe, com representantes do ensino federal em Santa Catarina e com representações de partidos políticos, parcela do PMDB que está apoiando, parcela do PP que está apoiando e de outros partidos que não compõem a nossa aliança.

O importante foi o resultado. E tive o prazer de receber do Presidente Lula um dos elogios que fez à organização do evento, que acabou sendo uma verdadeira aula a respeito dos resultados das políticas adotadas pelo nosso Governo na área da educação.

Assim, gostaria de apresentar aqui alguns números porque são muito contundentes. O ensino profissionalizante, em Santa Catarina, tem 96 anos e, no ano passado, conseguimos derrubar finalmente aquela lei que impedia que a rede federal de ensino pudesse se ampliar, ter novas unidades. Portanto, até o ano passado, o ensino profissionalizante federal atendia oito mil alunos. Em um ano, até o final deste ano, serão 17 mil alunos. Tínhamos três escolas técnicas, este ano serão sete e já está previsto, para o ano que vem, chegar a 10.

A Universidade Federal de Santa Catarina nunca tinha atravessado a Ilha e ido para o interior de forma efetiva e agora está com 15 pólos de interiorização, com mais de dois mil alunos. O ProUni, mais de 4.000 mil alunos; a Universidade Aberta do Brasil neste ano com 3.300 e, no início do ano que vem, mais 6.600 alunos. Portanto, se pegarmos o ProUni, a interiorização da Universidade Federal e a Universidade Aberta do Brasil, conseguiremos fazer com que em Santa Catarina, que não tem universidade nova, tenha quase dois terços de uma universidade federal implantada no interior do Estado, por intermédio da conjugação dessas três políticas.

Para dar a dimensão, quando Lula assumiu, em Santa Catarina o sistema federal de ensino atendia no máximo 3% da população adolescente e jovem. Hoje, estamos beirando já 10%. Portanto, o resultado é muito contundente, Senador Romeu Tuma, e é por isso que saímos convencidos do ato que realizamos com o Presidente Lula de que a eleição será muito emblemática, muito acirrada, muito combativa, muito “cabo-de-guerra”, mas, não temos nenhuma dúvida de que temos plenas condições de fazer o debate, o embate e o combate com os números, com os dados, com os resultados, com aquilo que conseguimos produzir. E, quando conseguimos produzir e modificar a vida das pessoas, isso efetivamente faz a diferença e dá a perspectiva.

Portanto, quando um governo tem a marca, como o Governo Lula, de crescer distribuindo renda, gerando emprego, fazendo inclusão social, com um controle inflacionário que permite às pessoas comerem mais e, até no Sul Maravilha se come mais, significativamente mais, a partir das políticas adotadas; quando temos confirmada uma mobilidade social que fez, nada mais, nada menos, do que uma população equivalente à população do meu Estado – Santa Catarina tem aproximadamente seis milhões e poucos habitantes – e foi isso que o Governo Lula teve a capacidade de fazer, pegar uma população equivalente a do Estado de Santa Catarina e fazer com que esta população tivesse mobilidade social, ou seja, saísse das classes “D” e “E” e fosse para a classe média.

Por isso, vou ficar muito calma, Senadora Ana Júlia. Vou ouvir, com muita atenção, mesmo aqueles que falam, às vezes, com tanta ênfase, com amnésia; às vezes, mais motivados pelo sentimento negativo do que pelo positivo.

Fiquei muito satisfeita por ter feito a mobilização, por ter realizado os eventos que realizamos neste início de campanha, que ainda está com aquecimento pequeno.

Eu gostaria de ouvir o aparte da Senadora Ana Júlia, antes de encerrar meu pronunciamento.

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Agradeço, Senadora Ideli Salvatti, e parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, porque também é esse o sentimento que temos em nosso Estado. Subi, ainda há pouco, à tribuna, para fazer o registro de que são R\$90 milhões para estradas no Estado do Pará. Outro dia, quando fazia uma intervenção aqui no Senado, falando do crescimento em todas as áreas, do volume de recursos, por exemplo, os enviados pelo Governo Federal ao Pará para a educação, fui contestada. Achei até engraçado, pois parece que as pessoas têm memória curta mesmo. Algumas, inclusive, do Pará, que apoiam o Governo anterior ou que fizeram parte dele esqueceram-se de que se trata da BR-163, que hoje está recebendo recursos. São R\$90 milhões para o Pará: R\$15 milhões para a BR-422, e o restante, para a BR-163. Por duas vezes, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a Santarém e prometeu asfaltá-la. Lula não quis prometer, disse que não podia ir a cada cidade e fazer promessas e, com isso, perdeu a eleição. Mas ele, agora, efetivamente está fazendo, Senadora. E mais: antes de ser realizada a obra, fez-se todo um trabalho naquela área, para que não houvesse mais desmatamentos, como os que têm acontecido em outras regiões, e para que a grilagem de terras e a violência não avançassem ainda mais. Pelo contrário, houve um projeto de desenvolvimento sustentado da BR-163. Então, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por

esses dados relativos à educação. Tenho encontrado pessoas que os têm confirmado. No final de semana, jovens me disseram que estavam na universidade graças ao ProUni. Um deles afirmou que estava vendendo produtos na praia, porque tinha meia bolsa. Outra jovem disse: "Estou cursando a universidade graças ao ProUni". Veja bem, o Pará é a maior província mineral do mundo, Senador Romeu Tuma, e não tinha um curso de mineração. Mas vai ter agora! Está-se ampliando a Universidade Federal para várias regiões do Estado – sul, sudeste, oeste. O mesmo, em relação às estradas. Mais curso em Castanhal...

*(Interrupção do som.)*

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, já vou concluir: a gente se empolga, quando o assunto é educação. E há escola técnica também, escola agrotécnica. Ou seja, o povo está percebendo, concretamente, que as coisas estão chegando. O povo não quer mais voltar ao tempo em que a escola técnica federal era proibida por lei, como na época de Fernando Henrique Cardoso; não quer mais correr o risco de ver a universidade privatizada; não quer correr o risco de ver privatizados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco da Amazônia – que quase acabou no Governo anterior –, instituições que têm sido a alavanca do desenvolvimento, principalmente do pequeno produtor, tanto da área rural quanto da urbana.

É por questões como essa, Senadora, que parabenizo V. Exª. Essas questões realmente têm encontrado eco na sociedade e nos fazem ter orgulho, mesmo diante da necessidade de avanços do Governo do Presidente Lula.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, sem preocupação, estou concedendo a V. Exª o tempo que concedi aos outros Senadores. No entanto, não gostaria que V. Exª desmerezesse tanto seu serviço a favor de Santa Catarina.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Para concluir, quero falar de outro debate importante que tivemos com o Presidente Lula. Foi o debate a respeito da ética. O Presidente foi muito contundente. Houve várias manifestações, depois, pela imprensa, porque Sua Excelência falou, de forma muito clara, que vai enfrentar o debate de cabeça erguida, lembrando o que já se fez neste País, o que já houve de corrupção e desvio, e mostrando, em termos de ações do Governo, as mudanças significativas nas instituições e nos procedimentos de combate à corrupção.

Insistimos, Senador Romeu Tuma, que o esquema dos sanguessugas só apareceu, só veio a público, porque houve o famoso sorteio da Controladoria-Geral da União, que detectou a coincidência do superfaturamento pelas Prefeituras na compra de ambulâncias daquelas determinadas empresas.

Foi exatamente por esse aperfeiçoamento no combate à corrupção, feito pelo Governo Lula, que a questão dos sanguessugas apareceu. E querem discutir que há envolvimento do Executivo: é óbvio que deve haver algum grau de envolvimento de Executivo; não é possível que não haja.

O esquema é antigo, já aconteceu nos Governos que antecederam o atual. Agora, quando falam de Executivo, acho estranho, Senadora Ana Júlia, porque só se referem ao Governo Federal. A Controladoria apresentou um mapa das Prefeituras: são 800 envolvidas. Acho engracado, porque todos esquecem que, entre as envolvidas, há 128 do PSDB e 107 do PFL. Isso não é Executivo? É preciso haver o Parlamentar que faz a emenda, alguém lá no Ministério que a viabilize, mas a licitação é feita no Município. Então, o Executivo municipal também está envolvido. Portanto, acho bom termos calma nessa discussão toda, para apurar tudo e punir quando tudo estiver provado.

Senador Romeu Tuma, vou terminar a minha fala, como comecei o dia: homenageando Mário Quintana. Eu o iniciei hoje, lembrando, Senador Pedro Simon, os 100 anos daquela maravilha da poesia nacional, Mário Quintana. E o Poeminha do Contra, de Mário Quintana, cabe muito bem:

Todos estes que aí estão  
Atravancando o meu caminho,  
Eles passarão.  
Eu passarinho!

Essa é uma das pérolas do nosso querido poeta centenário, Mário Quintana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, fez uma homenagem ao grande poeta Mário Quintana, com algumas de suas poesias.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, por cessão do Senador Marco Maciel.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a TV Senado nos comunica que a retransmissão da sessão será às 22 horas e 30 minutos, para não ferir a programação já existente, e a Rádio Senado, em seguida, ao término do programa “Voz do Brasil”, entrará com o término da sessão.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade de avisar à sociedade baiana e brasileira sobre a importância dos discursos feitos durante a transmissão do programa “Voz do Brasil”.

Tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, com muita honra, pela primeira vez nesta tribuna.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, sem dúvida, é para mim um privilégio ocupar uma cadeira nesta Casa, que tanto representa em dignidade e em deveres para a consolidação do Estado democrático de direito.

Agradeço, primeiramente, a Deus a ventura de somar à minha trajetória de vida este momento de justificado orgulho cívico. Aos paraibanos sou grato pela honra que me concedem de poder representá-los nesta Casa, abrigo histórico não só das lutas mais memoráveis do povo brasileiro, desde o início da República até hoje, mas também da inteligência mais produtiva, da experiência mais explícita e da visão mais acurada e sensível do universo político do Brasil.

A emoção que ora vivo só fortalece meu sentimento de gratidão ao Senador José Maranhão, que me confiou sucedê-lo em ocasiões como esta, dando-me a oportunidade de, investido no honroso mandato de Senador da República, participar mais diretamente e efetivamente da discussão dos temas de interesse do País e da Paraíba.

Economista por formação, pernambucano de origem, sou paraibano por adoção. Filho de médico, professor universitário e antropólogo e de uma mãe assistente social, sou o que se costuma chamar de um típico filho da classe média. Oriundo, pois, do meio da pirâmide social, daquela parcela do povo que faz opinião, que gerencia, que pesquisa, que coleta e envia informações para cima e para baixo do patamar social em que se encontra, foi nela que busquei subsídios para meu roteiro de vida e, mais recentemente, para minha atuação parlamentar.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Roberto Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> me concede um breve aparte?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB)

– Pois não, Senador.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Roberto Cavalcanti, é com muita alegria que o vejo aqui, na Câmara Alta da República Brasileira. Por várias razões, fico satisfeito em vê-lo aqui hoje: em primeiro lugar, por conhecê-lo e por poder dizer que sou seu amigo de longas datas e, em segundo lugar, por admirar sua família, não podendo deixar de aqui destacar o Professor René Ribeiro, que, juntamente com Roberto

Freire, muito contribuiu para o melhor conhecimento da realidade sociocultural do Nordeste. Mais do que isso, V. Ex<sup>a</sup>, seguindo as pegadas de seu pai, concluiu o curso superior. Depois de concluído o curso superior, iniciou atividades empresariais, não somente em Pernambuco e na Paraíba, e hoje é um nome muito conceituado não só no Estado de origem, Pernambuco, mas também na Paraíba, em cuja Unidade da Federação tem fábricas, empreendimentos comerciais e, por fim, uma notável rede de comunicação social. Eu não estaria exagerando se dissesse que V. Ex<sup>a</sup> fez na Paraíba o que, no plano nacional, fez Roberto Marinho. V. Ex<sup>a</sup> também tem uma excelente televisão, um excelente jornal e excelentes rádios, trazendo todos esses veículos excelentes programações. Por todas essas razões, não tenho nenhuma dúvida em afirmar que V. Ex<sup>a</sup> vai honrar a representação do Estado da Paraíba no Senado da República. Vai cumprir, certamente, um excelente mandato. Daí por que não me resta outro voto senão o de que V. Ex<sup>a</sup> seja bem-sucedido nesta Casa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento não somente do Estado da Paraíba, que V. Ex<sup>a</sup> passa a representar, com a licença do Senador José Maranhão, mas também do Nordeste como um todo. Enfim, sabemos que ainda são muito agudas as distâncias entre o Sul, o Sudeste e o Nordeste. Certamente, vai depender muito do empenho de todos nós, inclusive de V. Ex<sup>a</sup>, para que essas distâncias sejam reduzidas. Portanto, com meus votos de sucesso no exercício do mandato parlamentar, quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> pela posse e dizer que me sinto muito satisfeito em ver aqui um colega de minha geração – um pouco mais novo, é certo – que se credencia no conceito do País. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB)

– Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Além de considerá-lo um amigo, considero V. Ex<sup>a</sup> um esteio, um exemplo de parlamentar neste nosso Brasil.

Antes de apresentar-me a esta Casa, procurei construir uma ponte entre o mandato, a minha história e a minha terra. Dialoguei com a sociedade paraibana por meio dos seus segmentos mais representativos, ouvindo, aprendendo e colocando-me como porta-voz dos seus anseios e de suas urgências. Visitei as instituições de ensino superior do meu Estado, públicas e privadas, senti suas angústias e registrei suas esperanças. Mantive encontros com as federações dos trabalhadores da agricultura, da indústria e do comércio. Reuni-me também com produtores e empresários, por meio de seus órgãos de representação, como a Fiep e a Fecomércio. Deles, ouvi histórias de sucessos e malogros. Apontaram-me caminhos, indicaram-me soluções, mas não me deixaram de oferecer suas co-

branças. Emocionaram-me nesses contatos a fé em Deus e a onipresença da esperança.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Pois não, Senador.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, tenho muita alegria de recebê-lo como companheiro, como par nesta Casa. Na sua história, V. Ex<sup>a</sup> nos informa que fez toda uma turnê recentemente. Mas isso não era necessário, porque V. Ex<sup>a</sup> já conhece a sociedade paraibana de cima para baixo e de baixo para acima, uma vez que, por meio da imprensa onde milita, V. Ex<sup>a</sup> vive tão bem as nossas mazelas e as nossas glórias. V. Ex<sup>a</sup> é profundo convededor de todas as nuances da alma paraibana e tem feito um trabalho extremamente profícuo, dando, inclusive, voz às cidades do interior, retratando no periódico, que é o principal do Estado, todos os clamores, todas as necessidades, todas as alegrias, todas as glórias e todas as aflições do povo paraibano. V. Ex<sup>a</sup>, ao chegar aqui, apenas está complementando mais uma faceta de uma carreira profícua. Desejo-lhe muito sucesso e, se Deus quiser, também muitos dividendos para a nossa Paraíba. Parabéns e seja muito bem-vindo!

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e, como membro atualmente da Bancada da Paraíba, espero me acostar a V. Ex<sup>a</sup>, para que juntos possamos melhorar a situação econômica do nosso Estado.

Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, as duas mais importantes cidades da Paraíba são hoje administradas por dois jovens políticos, talentosos e inovadores. Em João Pessoa, a Capital, está Ricardo Coutinho; em Campina Grande, a rainha do Planalto da Borborema, está Veneziano Vital do Rêgo. Com esses, também sentei e conversei sobre o futuro do nosso Estado. Procurei os representantes de várias correntes religiosas. Jamais eu dispensaria a sabedoria de Deus, que me mostrou a beleza e a grandeza do servir.

Estive com o Bispo Marques Alves, da Igreja Universal; com o Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto; com o representante da Igreja Batista, Pastor Estevam Fernandes. As lições, as orações e as bênçãos colhidas nesses encontros vão me acompanhar e inspirar nessa caminhada por corredores e pelo plenário deste Senado Federal. A todos garanti que não vou desperdiçar nenhum dia nesta Casa e que, com empenho, vou usar toda a minha experiência de vida para ser útil e multiplicar esse tempo que me foi proporcionado com resultados que respondam às reivindicações dos paraibanos.

Não é um esforço meramente pessoal. Posso afirmar que conto com a compreensão e com a cumplicidade de minha esposa, filhos e netos, que conhecem minha obstinação e minha dedicação às causas que abraço e que aceitam o sacrifício das minhas ausências.

Tentarei servir ao meu povo com a modéstia de minha origem e com a persistência do nordestino. Não abandonarei meus caminhos, minhas trilhas, minhas veredas. Vim aqui para somar em favor do meu Estado, do Nordeste e do Brasil, nesta ordem, sempre nela.

A Paraíba é o meu barco. Ele pode ser pequeno, mas é o meu barco. Nele tenho navegado as águas que me refrescam e que me conduzem. É dele que vou cuidar, mas estarei sempre presente aos debates sobre as ações e decisões que levem o Brasil ao desenvolvimento, à modernidade e à justiça social, fortalecendo os pilares da democracia, que, como dizia o ilustre Senador paraibano Humberto Lucena, é o caminho de todos conhecido, capaz de destruir as barreiras e de garantir a liberdade que amamos.

Concluindo, registro agradecimento também especial aos Senadores Marco Maciel e Ney Suassuna, que me apartearam e que são meus amigos pessoais, e ao Senador Marcelo Crivella, grande Líder do meu Partido, o PRB, pelo gesto simpático de por ele ser introduzido neste seletº grupo de admiráveis homens públicos.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, neste plenário de iluminados, vou me esforçar e trabalhar para honrar a Paraíba e o Brasil.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> e lhe deseja boas-vindas e sucesso nessa missão que lhe é confiada pelo povo da Paraíba. Boa sorte.

Senador Ney Suassuna, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos. Em seguida, falará o Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu não era o último, não, Sr. Presidente, eu era o oitavo, mas vou falar em último lugar. Depois de quarenta, eu vou falar, mas eu não era o último inscrito, era o oitavo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Fiz referência ao último inscrito desta relação, Senador, não da lista. Desta V. Ex<sup>a</sup> realmente era o décimo.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – E eu era o segundo, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> era o décimo da lista, mas estamos aqui para ouvi-lo com toda atenção e carinho.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser o mais rápido possível para que o nosso Senador Pedro Simon possa usar da palavra e fazer o pronunciamento que todos queremos ouvir.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é impossível não repercutir, junto ao Plenário do Senado Federal, os acontecimentos de São Paulo, iniciados na terça-feira, 11 de julho. A seqüência de atentados e assassinatos – que fazem ecoar na memória o terror presenciado há pouco mais de dois meses, principalmente na capital paulista – foi aparentemente interrompida no domingo 16, mas suas repercussões ainda estão longe do desdobramento final.

Os fatos, por si sós, são terríveis. Do mais recente levantamento oficial da Secretaria Estadual de Segurança Pública, divulgado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, ainda datado da quinta-feira, constam 106 ataques contra 121 alvos. Pelo menos oito pessoas teriam sido mortas, sendo um policial militar e sua irmã, na zona norte da Capital; três vigilantes particulares, na cidade de Guarujá; e um guarda municipal, em Cabreúva, não tendo sido lá computadas as mortes de um agente prisional, em Campinas, e do filho de um investigador, em São Vicente.

Esses números, de toda forma, variam de veículo para veículo. A lista divulgada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** inclui no rol dos mortos 5 agentes penitenciários, além de 13 supostos agentes do PCC, cujos assassinatos são apontados como uma das possíveis causas dessa segunda onda de violência, ao lado da ameaça de transferência dos líderes criminosos para a penitenciária federal de Catanduvas, no Paraná.

Percebem-se mudanças nas táticas, em relação aos atentados de maio, principalmente na seleção de alvos, que passaram a ser preferencialmente prédios civis, públicos ou particulares; agências bancárias; lojas; ônibus – atacados a tiros ou incendiados –; e o expressivo número de fuzilamentos de membros dos órgãos de segurança, especialmente agentes penitenciários.

Assusta, Sr. Presidente, a enorme perda em vidas e em bens, assim como assusta o estado de rêm a que se vê reduzida a cidade de São Paulo, que teve seu cotidiano absolutamente violentado com a paralisação da maior parte do transporte urbano. Foi, de fato, uma situação que levou à vida do paulistano o caos e o medo.

Receio, ademais, que esse tipo de ocorrência possa se espalhar para outras regiões do País, a exemplo das rebeliões de presos ocorridas, por ocasião da primeira onda de violência, no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Outro terrível exemplo poderá ser o assassinato, ocorrido no dia 12, quarta-feira, do diretor do Presídio de Segurança Máxima de Mangabeira, na Paraíba, Adamar Lívio Rosas de Albuquerque, bárbaro evento cujas circunstâncias ainda estão sendo investigadas, e que – pelo evidente paralelo com os eventos de São Paulo, em termos de sincronia e de **modus operandi** – poderá vir a ser a eles associado.

Esse crime, que chocou a sociedade paraibana, necessita ser urgentemente investigado e resolvido, não só como uma forma possível de satisfação à família da vítima – com cuja dor neste instante me solidarizo e me associo –, mas também como uma maneira de levar tranqüilidade à comunidade pessoense, profundamente abalada, indignada e amedrontada.

O assassinato do diretor do presídio de Mangabeira vem se somar ao do diretor-adjunto do presídio de Santa Rita, Márcio de Moraes Neves, e de quatro agentes penitenciários em menos de oito meses, enlutando a família paraibana e aterrorizando a sociedade.

Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Penitenciário da Paraíba, Manoel Leite, a onda de violência contra agentes paraibanos é proporcionalmente maior do que a de São Paulo: “Lá são 28 mil agentes, e tivemos 11 assassinatos. Aqui, somos menos de 700 e com 7 mortes (até o dia 12, dia da morte de Ademar). Tivemos assassinatos em Mangabeira, Valentina, em Sousa e Cuité, sempre praticados por presos ou ex-presos”.

O Sindicato aponta defasagem de efetivo como uma das causas da violência contra os agentes: “Num presídio como o Roger, que tem quase mil apenados, só ficam seis, sete agentes de plantão. Era para ser sessenta”, acrescenta Manoel Leite, com base em Resolução da Organização das Nações Unidas. A ONU recomenda um agente de plantão para cada grupo de dez presos.

O Sindicato propugna a realização de concurso para o preenchimento das vagas e também a construção de mais cadeias para desafogar o sistema.

Até lá, todos trabalham com medo.

A questão da segurança pública no Brasil, Sr. Presidente, chegou a um quadro-limite intolerável, acerca do qual a ação pública não poderá mais se fazer incompetente, omissa ou ineficaz.

A opinião pública – a despeito das eventuais dificuldades governamentais no campo orçamentário, administrativo ou de integração entre os Poderes – não mais irá tolerar a continuidade daquilo que estamos vendo acontecer, repetir-se e – segundo algumas notas de imprensa – anunciar-se de antemão, com a promessa de nova seqüência de ataques para meados do mês de agosto.

A presente crise, Srs. Senadores, não pode ser submetida às habituais escaramuças políticas que usualmente pautam o relacionamento entre o Governo Federal e as administrações estaduais.

Penso que a São Paulo cabe avaliar melhor o auxílio que vem sendo oferecido pela União – se não aceitando a oferta de envio da Força Nacional de Segurança, ao menos aprofundando o relacionamento entre as áreas de inteligência da Segurança Estadual e da Polícia Federal, esta última considerada a mais preparada e eficiente do País.

Ao Governo Federal, além de disponibilizar ao Governador Cláudio Lembo recursos táticos e operacionais, tal como anunciado pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos; além da liberação de recursos financeiros, a exemplo da remessa de R\$100 milhões para o Estado de São Paulo, determinada pelo Presidente Lula, na sexta-feira 14 de julho, cabe tornar mais eficientes as ações de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas e de armas, além de acelerar a instalação de novas penitenciárias federais.

Aos demais Poderes da República, Legislativo e Judiciário, também cabe uma valiosa cota-parte de colaboração nesta verdadeira emergência nacional, sendo positivo o exemplo dado pelo Senado Federal, que fez aprovar – por meio da pronta ação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa – um pacote contra o crime, que está sendo analisado na Câmara dos Deputados. Pena que está demorando muito lá!

Trata-se, Srs. Senadores, de uma situação-limite, cujo impacto na vida da Nação ainda poderá desdobrar-se mais e mais – de modo negativo, profundo e persistente.

Sabemos todos que este é um ano eleitoral e que o tema da segurança pública, estimulado pelos infelizes eventos que vêm abalando São Paulo e o restante do País, será, por inescapável, um importante tema de campanha. Os esforços para sua solução, entretanto, não podem se subordinar à lógica eleitoral, nem mesmo se pautar pelo calendário das eleições.

Conclamo, como é meu dever de Senador e de Líder do meu Partido, a que o nosso esforço em relação a esse assunto seja suprapartidário e extra-eleitoral. Penso que esse chamamento traduz, com precisão, o clamor do homem das ruas, assim como traduz o dever de todo homem público brasileiro neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, desculpe, mas, antes que V. Ex<sup>a</sup> saia da tribuna, devo dizer que é importante V. Ex<sup>a</sup> trazer novamente à discussão esse tema tão grave, que era minha grande preocupação, numa primeira

ocorrência em São Paulo, de que se espalhasse pelo País, porque o mau exemplo sempre acontece.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – E V. Ex<sup>a</sup> está vendo que está se espalhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou preparando um ofício ao Ministro da Justiça, porque achei um pouco confusa uma entrevista do Secretário Saulo, com endosso do Governador Cláudio Lembo, dizendo que o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, a nada atendeu do que foi comprometido.

Não sei o fundamento, mas estou fazendo um ofício. Claro que assim que obtiver uma resposta do Ministro da Justiça comunicarei à Casa. Mas, ontem, saiu uma entrevista do Secretário Saulo, dizendo que foi tudo um blefe. Então, acautelo-me para que isso não se transforme em um tema político de uma gravidade tão grande que traria intranqüilidade à sociedade brasileira.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Se V. Ex<sup>a</sup> abrir para que outros Senadores assinem, terei imensa honra em assinar com V. Ex<sup>a</sup> e colocar outros Senadores também para fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Procurarei V. Ex<sup>a</sup>, porque acho que é importante que procuremos saber os fatos e qual é a verdade a respeito do assunto.

Senador Pedro Simon, para a nossa honra, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da tribuna o tempo que for necessário.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje bati meu recorde nesta Casa, pois estou sentado no meu lugar desde às 14h20min; estava em oitavo lugar na minha inscrição, mas só falo agora: eu aqui na TV Senado, e o Brasil assistindo ao Jornal Nacional. Mas falo, Sr. Presidente, porque nestes três dias em que nos reuniremos agora no mês de agosto, estou em Brasília com uma preocupação muito grande.

Eu sinto no Rio Grande do Sul uma tendência muito grande do eleitorado em anular o seu voto – não é nem voto em branco, mas anular o voto. E isso é um movimento espontâneo; não há mobilização, não é um grupo “A”, não é um grupo “B”, mas um sentimento de frustração. O Presidente Lula disse que a pessoa com mais de 75 anos pode dizer o que quiser, mas eu, que tenho mais de 75 anos, sempre medi as palavras com relação ao Presidente. No entanto, ele me liberou. Assim, qualquer dia vou dizer o que penso do Governo dele, do que penso sobre o que ele está fazendo e sobre o que a gente esperava que ele fizesse.

O Fernando Henrique disse com todas as letras: "Esqueçam o que eu escrevi". Na verdade, líamos os livros de Fernando Henrique, excepcionais, explicando o que era a socialdemocracia, que era um movimento esplêndido quando nasceu na Espanha, com Felipe González; na França, com François Mitterrand; na Inglaterra, com Tony Blair. Mas, depois, no Governo, uniu-se ao PFL e, realmente, o Fernando Henrique esqueceu tudo o que escreveu e pediu que todos esquecessem.

Do Lula, a gente tem de dizer: "Esqueçam o que eu falei!". Quando é que eu ia imaginar que Lula iria dizer: "Eu nunca fui esquerdista", como se fosse uma ofensa ser esquerdista. Quando é que eu ia imaginar que o Presidente do Banco Central do Governo Lula fosse esse que está aí, vindo do Banco Mundial, Presidente do Banco de Boston, único estrangeiro Presidente do Banco de Boston – aliás, Presidente de um Banco americano. É por essas coisas que há um sentimento...

Em conversa com colegas de outros Estados, eles dizem que não é muito diferente nos seus Estados: há uma tendência muito grande pelo voto nulo. E agora está começando a se formar grupos que vão trabalhar pelo voto nulo.

Se já há uma tendência, se ao natural as pessoas pensam assim, se já há um movimento trabalhando nesse sentido, é fácil imaginar que o campo é muito fértil.

Lembro-me de 1970. Em 1970, o AI-5, a nomeação de governadores e a não-escolha de Presidente levaram o Brasil a uma imensa campanha de adesão ao voto em branco. Essa campanha foi tão intensa que a Arena chegou em primeiro lugar, o voto em branco em segundo e o MDB em terceiro. A nossa representação nesta Casa ficou reduzida a sete Senadores, não mais do que sete Senadores. O voto em branco, é claro, foi dado principalmente pelos que eram da Oposição.

Não vejo isso agora. Vejo que, hoje, o voto nulo é mais pregado pelo PT. É impressionante! Sou uma pessoa que, pelo meu estilo – sou professor universitário – não consigo atender ao grande número de palestras, conferências e seminários que sou convidado a fazer nas universidades. Até um ano depois da eleição do Lula, entrávamos na universidade e víamos que era impressionante o mar de bandeiras vermelhas, o mar de distintivos do PT, de bandeirinhas. Praticamente todos os alunos universitários faziam questão de manifestar preferência pelo PT. Hoje, a coisa mais difícil que existe é encontrar um petista na universidade, um que se manifeste, que porte uma bandeira.

Tínhamos em Porto Alegre, ali na esquina do gasômetro, um espaço belíssimo, à beira do Guaíba,

belíssimo. Ali, aos sábados e domingos, vê-se a alegria do porto-alegrense que não tem mar, que não tem praia. É um mar de gente, e o PT tomou conta daquele lugar. Então ali, em outros anos, era até difícil alguém entrar porque era bandeira vermelha, era PT, era tudo.

No sábado passado, fui lá fazer uma gravação para um programa de televisão e fiquei impressionado: não tinha uma bandeira do PT, não tinha um distintivo do PT e, o que é mais interessante: não tinha do PT e não tinha de partido nenhum, de nenhum partido. E o que é mais interessante é que, em Porto Alegre, no último fim de semana de julho, depois de um período de frio tremendo, não mais que de repente, faz um calor de 30 graus. Então, à beira do Guaíba, estava uma enchente de gente, de crianças, enfim, uma multidão de gente, mas ninguém – e isso me chamou a atenção – mostrava os dentes, ninguém ria, inclusive comigo ninguém teve um gesto de carinho, muito menos de agressão. Era um olhar nostálgico. Havia um sol imenso, crianças brincando, mas parecia que os pais estavam caminhando com um defunto à frente, tal era o grau de prostração.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> está alertando para um fenômeno que realmente já tenho constatado em vários lugares. Na semana retrasada, fui a uma agência do Banco do Brasil abrir a conta de campanha, e a funcionária do Banco me dizia...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> usa banco?

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Temos de usar banco.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não. Temos um colega do Senado que diz que detesta banco. Prefere guardar o dinheiro em casa.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Não, mas é obrigado para conta de campanha.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ah, sim. Mas V. Ex<sup>a</sup> guarda o dinheiro pessoal em casa?

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Tem de ser, inclusive, uma pessoa jurídica, embora eu seja pessoa física.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Tenho um colega que guarda dinheiro em casa e diz que detesta banco.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Mas V. Ex<sup>a</sup> não tem idéia. A funcionária me disse: "Vou votar em branco e, como eu, muitas pessoas aqui e amigos meus também". Eu respondi: "Mas isso é um erro da parte da senhora". Ela disse: "Não, estou muito desilu-

dida com tudo". Não é uma coisa isolada o que V. Ex<sup>a</sup> está vendo no Rio Grande do Sul. Essa situação está se espalhando em muitos lugares. É preciso que haja um convencimento de participação, porque há muita desilusão realmente. E não é só por parte dos eleitores; há muitos agentes políticos desiludidos. V. Ex<sup>a</sup> está alertando para uma vertente sociológica nova para a qual devemos estar atentos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Senador, fui hoje ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tive a honra de ser recebido por S. Ex<sup>a</sup>. Aliás, como era véspera do início da sessão, terminei, para emoção minha, confraternizando com todos os Ministros, tendo à frente a querida Presidente Ellen Gracie.

Fui levar a ele isto. Em primeiro lugar, felicitei-o porque o Tribunal já está colocando na televisão um programa de chamamento sobre a importância do voto. Mas fui levar ao Presidente, foi minha obrigação. Disse: "Olha, Presidente, vejo sinais graves. Graves e de consequências muito funestas". Normalmente, essas pessoas que não vão votar têm a melhor das intenções. Elas não vão votar devido a um sentimento de mágoa, de revolta, e não estão entendendo que farão um mau serviço a elas e ao País com essa decisão. Está certo, não vote no Senador Pedro Simon, que está aí uma vida inteira, e o Brasil não melhorou. Mas há mais nove candidatos ao Senado Federal. O Pedro Simon, que é Senador, deixe de lado, mas vote no outro. E isso vale para todos os cargos.

Acho que, nesta eleição, haverá muitas novidades: muita gente não voltará e muita gente nova virá para esta Casa. Mas é importante que o eleitor entenda que deve fazer uma seleção.

O sistema eleitoral brasileiro está profundamente errado. Neste País, volto a repetir, onde só ladrão de galinha vai para a cadeia, o Tribunal de Contas deu o nome de uma série imensa de políticos (Deputados, Prefeitos) condenados por aquele Tribunal e que, portanto, não podem ser candidatos. O Presidente do Tribunal, um ilustre gaúcho, entregou a relação ao Tribunal Eleitoral, e a imprensa publicou em manchete. Era um número imenso – mais de 300, não sei quantos – de políticos que não podem ser candidatos porque estão condenados pelo Tribunal, que suspendeu o direito deles serem candidatos.

O que acontece? Não acontece nada, porque, se algum desses candidatos forem impugnados, responderão que não transitou em julgado. E esse "não transitou em julgado" significa que qualquer um político que tenha certo prestígio e um bom advogado recorre, recorre, recorre, morre e não há decisão nem de absolvição, nem de condenação. Então, nessas condições,

é difícil selecionarmos a carreira política, os nomes que poderiam participar de um debate.

Esteve aqui, hoje, um Senador do PMDB de Sergipe, que teve uma atitude, na minha opinião, corajosa. Ele falou que há cinco Senadores – falou de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tuma –, cujos nomes estão na imprensa com afirmativas, mais afirmativas e mais afirmativas, e não acontece nada. Argumenta ele que V. Ex<sup>a</sup>, a Casa deveriam tomar alguma providência em favor deles. O que acontece hoje? A imprensa publica a matéria, com o nome em uma manchete. E pára por aí, não se fala mais nada, não há julgamento. Ele não é condenado, não é absolvido. Mas, para a opinião pública, ele está condenado. Para a opinião pública, a Justiça não tem peso de decisão. E não tendo peso de decisão, ela não decide nada.

A condenação, portanto, já foi feita. E o nobre Senador tinha razão quando dizia que o nosso bravo companheiro Tuma, pela sua posição de Corregedor – sei que não é fácil, pelo amor de Deus! –, alguma coisa deveria pensar em fazer, pelo menos liberar os que não têm culpa. Se não pudéssemos chegar ao final e condenar alguém, pelo menos que pudéssemos ter condições de dizer "o Fulano não tem nada".

Como está, o pensamento é altamente negativo contra o cidadão, contra o político, contra aquele esteve em matéria publicada na **Veja**, na **IstoÉ** ou veiculada no Jornal Nacional.

Vejam como estamos expostos! Um cidadão que é um vigarista, que é o autor, o chefe da quadrilha, com a delação premiada, dará o nome de todo mundo. Daqui a pouco estarão lá os nomes de nós três, do Senador Eduardo Suplicy, o de V. Ex<sup>a</sup>, o meu, a da nobre Presidente. Daqui a pouco, estaremos lá. Ele, um vigarista, dá o nome, e está dado o nome. E fica por isso mesmo. Vou apenas citar um. Nós temos um Deputado do Rio Grande do Sul, do PP, que não é do meu Partido, o Érico Ribeiro. É o maior plantador de arroz do Brasil, durante muito tempo. É um grande empresário.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu não acredito que ele esteja envolvido nesse negócio por R\$10 mil, até porque não tem lógica.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É importante que V. Ex<sup>a</sup> repita essa parte, agora que o som está funcionando, pois é esclarecedora.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Por exemplo, o Deputado Érico Ribeiro é do PP; não é do meu Partido. Mas é um grande empresário, embora os produtores de arroz no Rio Grande estejam vivendo uma hora muito difícil. Mas é um grande empresário. De

repente, imaginar que esse cidadão, um empresário que teve a coragem de entrar na política, que trabalha noite e dia na política, entrou no negócio das ambulâncias por R\$10 mil? Não tem lógica! Agora, o cara citou o nome dele, que foi publicado no jornal. E lá no Rio Grande do Sul dizem: "Mas o Érico Ribeiro? Mas meu Deus do céu!" E quando a imprensa vem falar comigo, digo: "Eu não acredito". Não acredito porque não tem lógica, foge da racionalidade das coisas uma questão que nem essa.

Os fatos me levam à Senadora Heloísa Helena, que agora está presidindo a sessão.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – É importante que, sendo ela candidata à Presidência da República, nós a prestigiamos cada vez mais.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Parece um gesto bonito.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um aparte quando V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Considero um gesto muito bonito desta Casa. A Senadora Heloísa Helena, nos jornais de hoje, deixou-me muito angustiado. É muito pesada aquela manchete: "Não me mate, pelo amor de Deus".

Diz a Senadora Heloísa Helena que há, agora, um movimento no sentido de querer esvaziar a candidatura dela. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não acredito.

Houve uma decisão muito importante do Tribunal Superior Eleitoral. Eu até não tinha entendido quando vi a propaganda igual de todos os candidatos à Presidência, no Jornal Nacional: Lula, o PSDB e V. Ex<sup>a</sup> do mesmo tamanho. E eu pensei: "Mas o que deu na Globo?" Foi uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, uma decisão que considero justíssima. Quando rádio, jornal e televisão vão divulgar o dia dos candidatos, têm de ser do mesmo tamanho. E não calcula V. Ex<sup>a</sup> como isso tem feito bem para V. Ex<sup>a</sup>, porque aparece todo mundo, mas aparece V. Ex<sup>a</sup>, com seu estilo, recebendo o carinho popular e sempre dando um recado. E o seu recado é positivo. Dê alguns recados com carinho, não precisa ser sempre com raiva. Diga alguma coisa boa para o povo, que o povo espera.

Eu tive uma discussão, outro dia, em Porto Alegre, que até saiu no jornal, com a nossa querida amiga e Deputada. Eu estava em um grupo de pessoas, e me perguntaram: "O que o senhor acha da Senadora Heloísa Helena?" E eu disse: "Olha, acho uma baita mulher, ela é o Teotônio Vilela de saias. Tem o mesmo estilo, a mesma garra, a mesma capacidade". Aí os caras me olharam assim: "Mas o senhor enlouqueceu! Então ela vai ser eleita Presidente da República?!" Aí deram os nomes dos Ministros. O primeiro que eles citaram foi o do Deputado barbudo de vocês. "O Babá

vai ser o Ministro da Fazenda." Eu disse: "Olha, eu não acredito nisso. Eu converso com a Heloísa, acho que, se ela chegasse à Presidência da República, ela faria um governo de entendimento nacional. Faria um governo de entendimento nacional. É claro que ela escolheria os seus Ministros numa área, que não é área de banqueiro, que não é área do BankBoston. Mas ela escolheria no sentimento da unidade nacional, buscara um empresário de gabarito, buscara um homem da Igreja de gabarito, buscara um intelectual." E aí tive que discutir e dizer que era isso que eu achava, isso que eu garantia. E era isso que eu pensava que o PT faria. Eu nunca pensei que o PT faria o que ele fez. Nunca pensei. No início, eu achava o Ministro da Fazenda um belo cara, até que a biografia dele veio à tona. Ninguém sabia. Dúvido que o Lula não soubesse. Mas ninguém sabia.

Então, eu acho que ninguém vai mexer na candidatura de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que há uma situação hoje muito séria. O sentimento é o de que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa. É o que todo mundo pergunta: "É verdade que o Lula não vai aos debates por causa da Senadora Heloísa? Por quê? Ah, porque ela vai com aquele jeito dela, esticar o dedo e cobrar as promessas."

Mas é verdade uma coisa que o candidato do PSDB disse, no debate de domingo, na Rede Bandeirantes, e que achei muito certo, ao ser perguntado se confirmava a presença: "O senhor confirma a sua presença?". Então confirmaram a presença do Geraldo, de V. Ex<sup>a</sup>, do PDT. E o Geraldo disse: "A minha presença está confirmada, desde que, se o Lula não vier, fique uma cadeira vazia.. Se o Lula vier, tudo bem; se não vier, não veio e a cadeira dele deve ficar vazia." E aí, disseram: "Se a Senadora Heloísa vier, ele não vem."

Aliás, temos uma política impressionante. A Senadora Heloísa é candidata à Presidência da República, pode ser candidata, registra sua candidatura, pode ser votada, tem programas de rádio e de televisão garantidos; mas as rádios e as televisões não precisam convidá-la para o debate. Estão convidando pelo prestígio, pela competência e pelo avanço que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, pois seria ridículo fazer um debate sem V. Ex<sup>a</sup>. Mas a decisão do Tribunal foi a coisa mais fantástica: pode ser candidata à Presidência, tem o espaço de rádio e de televisão gratuito, mas as rádios e televisões não precisam convidá-la.

Felizmente, as rádios tiveram mais visão do que a Justiça. As rádios, que foram liberadas pela Justiça para convidar, tiveram visão, embora alguns tenham dito que iriam ver a Senadora Heloísa, mas não veriam o Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup> poderia fazer um acordo, um entendimento, prometer que não sairia do

lugar, que não levantaria o dedo ao Presidente e não o assustaria tanto como está assustado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

Senador Pedro Simon, eu estava saindo para um compromisso, mas, ao ouvir as ponderações de V. Ex<sup>a</sup> no caminho, guiando meu carro, decidi voltar e participar.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Aliás, é impressionante V. Ex<sup>a</sup>, é impressionante o que está acontecendo em São Paulo. É impressionante mesmo. O Serra ganha no primeiro turno, porque, conforme a pesquisa, tem três vezes o número do Mercadante; e V. Ex<sup>a</sup> ganha no primeiro turno, porque tem mais do que três vezes a votação do que está em segundo lugar. Isso demonstra que, em São Paulo, o voto é absolutamente pessoal.

O PT tem um candidato a Governador, que é o seu Líder, brilhante, embora haja aquela piada que o nosso Senador do PFL do Piauí, o Heráclito Fortes, fez aqui em um debate com o Senador Mercadante. ...Aliás, feliz aniversário ao Heráclito Fortes! Queríamos parabenizá-lo pessoalmente, mas ele não apareceu; deve estar não sei onde, ou no Rio, ou no Piauí. Aí o Heráclito, respondendo ao Mercadante, disse: "Ó Mercadante, enquanto você continuar economizando bom-dia e boa-tarde para colocar na poupança, você não vai ganhar o Governo de São Paulo!". E, pelo jeito, o Mercadante continua economizando bom-dia e boa-tarde.

O Serra está em primeiro lugar, ganhando tranquilo no primeiro turno.

A informação que recebi do Quêrcia é que o PT ofereceu a vaga do Senado para ele. E que ele não aceitou, porque ele pensou: "Se eu for candidato no lugar do Suplicy, o povo vai votar em qualquer um contra mim e vão dizer que fui o algoz do Suplicy, que o Quêrcia tirou o Suplicy." E a prova de que ele está certo é V. Ex<sup>a</sup>. Numa hora como esta, por que V. Ex<sup>a</sup> tem esse prestígio? Pela fidelidade de V. Ex<sup>a</sup>. Acho V. Ex<sup>a</sup> uma pessoa fantástica, porque V. Ex<sup>a</sup> caminha num fio de navalha, num fio de navalha e sem rede a não sei quantos metros de altura.

V. Ex<sup>a</sup> é mais competente que a Senadora Heloísa Helena. Heloísa, que botou o peito na navalha, e eles enfiaram. V. Ex<sup>a</sup> nunca botou o peito na navalha, caminha em cima do fio da navalha. V. Ex<sup>a</sup> não se dobrou. Não existe nada que atinja a sua dignidade. Pelo contrário, V. Ex<sup>a</sup> faz as provocações. Foi candidato contra o Lula, que não queria, foi para as prévias, que teve de sair. E V. Ex<sup>a</sup> convida inconsistentemente o Presidente Lula para vir aqui depor, coisa que ele mais detesta, e é fruto do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. E as pesquisas

demonstrando isso. É fruto da Senadora Heloísa Helena, da presença nesta tribuna, o percentual que vem alcançando. E com esse meio minuto por dia em todos os jornais e em todas as televisões, é impressionante como a Senadora está sendo conhecida.

O nosso querido Geraldo Alckmin faz do jeito dele. Tinha de haver um pouquinho mais de pimenta. V. Ex<sup>a</sup>, não. Garanto que, antes de começar o espaço de televisão, antes do dia 15, V. Ex<sup>a</sup> estará com 15%. E aí não acredito, pelo amor de Deus. V. Ex<sup>a</sup> exagerou nesse negócio de "não me mate", não acredito, não vai acontecer. Se baterem em V. Ex<sup>a</sup>, quanto mais baterem, mais V. Ex<sup>a</sup> crescerá.

Volto a dizer: é inimigo de V. Ex<sup>a</sup>? Aliás, V. Ex<sup>a</sup> deveria fazer uma campanha no sentido do voto nulo.

Fui hoje falar com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Levei a S. Ex<sup>a</sup> a minha angústia no Rio Grande do Sul. É impressionante o número de pessoas que pretendem votar "nulo", desiludidas, completamente desiludidas, basicamente com o PT.

Eu estava contando, Senadora, que, sábado, fui ao foco do PT, que é a Usina do Gasômetro, na frente do Guaíba. Um mar de gente, num sábado de julho, 30 graus centígrados. Eles caminhavam, e a cena parecia um velório: não riam, não protestam e não falavam.

Temos de dizer para essa gente que a pior coisa que podem fazer – e V. Ex<sup>a</sup> poderia fazê-lo, uma ou duas vezes, no seu meio minuto de tempo na televisão – é votar em branco ou anular o voto.

A pessoa que anula o voto não se vende, não compra; é pessoa honesta, não é corrupta, não tem interesse, não tira vantagem. É uma pessoa que tem grandeza, mas que está revoltada e pensa que a maneira de manifestar seu protesto é votar em branco ou anular o voto. Ela não imagina que, fazendo isso, está ajudando os que têm pior caráter, os que compram o voto, os que estão em busca de voto.

Acredito até que o Senador Tasso Jereissati exagerou. Ele me disse que está assustado porque, na região dele, os Parlamentares que entraram no mensalão ou que estão envolvidos no esquema das sanguessugas hoje estão cheios de dinheiro e estão fazendo campanhas ricas, porque têm dinheiro, ao contrário dos outros, que não têm. Ele disse que há dois tipos de parlamentares: os que estão com dinheiro e os que não estão; os que estão gastando na campanha e os que não estão gastando. E os que estão gastando na campanha, casualmente, ou são mensalistas, ou são sanguessugas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu gostaria de assinalar que, muitas vezes, sinto que tenho extraordinária afinidade com V. Ex<sup>a</sup>. Hoje, inclusive, as pesquisas do Ibope deram bons resultados. De alguma maneira, tivemos o mesmo resultado: o resultado de V. Ex<sup>a</sup>, no Rio Grande do Sul, é igual ao meu. Então, o que V. Ex<sup>a</sup> falou de positivo a meu respeito é também o que o povo do Rio Grande do Sul está reconhecendo em V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, não, é bem diferente. Eu não tenho a grandiosidade de V. Ex<sup>a</sup>. Sou uma pessoa que lutou muito: fui contra a ditadura, contra o regime, contra o Dr. Brizola. Então, há um sentimento do “não” em relação a mim grande. Com V. Ex<sup>a</sup>, não. V. Ex<sup>a</sup> tem um movimento de simpatia em torno de si. Posso ser sincero com V. Ex<sup>a</sup>?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero lhe dizer algumas coisas.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu, às vezes, sou sincero e digo o que não devo dizer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Pode ser. Nada como a sinceridade!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Uma vez, falei com a Senadora Heloísa, e ela ficou magoada comigo. Ela estava usando uma blusa em que se lia: “Fora, Bush”. E eu lhe disse: “Tire essa blusa!” V. Ex<sup>a</sup> é candidata a Presidente da República. V. Ex<sup>a</sup> tem de se convencer de que tem condições de ser Presidente da República; e, sendo Presidente da República, vai ter de governar, com o Bush lá.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Eu nunca ficarei incomodada com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, tenha certeza disso. Eu gosto de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, dos quatro que estão aqui no plenário. Prefiro as críticas fraternas, honestas, mesmo que possam ser duras para a minha alma e o meu coração, do que a traição dos que abraçam pela frente e esfaqueiam pelas costas. Então, toda crítica franca e fraterna, acolho com delicadeza, porque sei que ela expressa a generosidade de quem gosta.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Obrigado, muito obrigado!

Vou dizer o seguinte: a separação de V. Ex<sup>a</sup> com a Marta, o povo de São Paulo nunca aceitou. Mas foi possível observar a grandeza de V. Ex<sup>a</sup> durante todo o episódio, o seu estado de espírito, o sofrimento que V. Ex<sup>a</sup> mostrou. E a continuidade da sua luta e o apoio que V. Ex<sup>a</sup> deu à candidatura dela! Agora, São Paulo está retribuindo. O PT está em baixa e, em São Paulo, observa-se mágoa. E V. Ex<sup>a</sup>, nesse tempo todo, orientou o PT, dizendo-lhe para mudar, para alterar, para modificar. O povo está do seu lado. Esse é o aspecto.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> sempre fez ponderações a mim muito importantes ao longo da nossa convivência nesta Casa. Desde o primeiro dia em que cheguei, em 1991, foram muitos os momentos em que trabalhamos juntos. Quero até aproveitar, porque, amanhã, por iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Roberto Saturnino e por minha própria, terei-mos, às 10h, a presença do Ministro Celso Amorim para tratar tanto das questões relativas às dificuldades para a Rodada de Doha, dos acordos multilaterais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto do papel do Brasil – empenhados que todos somos – em relação à contribuição para a paz no Oriente Médio. Inclusive há a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> em relação aos seus próprios parentes, que, no Líbano, se vêem ameaçados. O Ministro Celso Amorim esteve na Turquia para acompanhar de perto o traslado dos brasileiros para o Brasil, mas há tantos ainda que, inclusive, optam por permanecer ali, em meio às bombas, que, infelizmente, continuam a ser lançadas. Mas, enfim, às 10 horas, a Comissão de Relações Exteriores, em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, ouvirá o Ministro, também por iniciativa de ambos os Senadores que aqui travam este diálogo. Senador Pedro Simon, ouvi pelo rádio o seu pronunciamento e avaliei que seria importante dele participar. V. Ex<sup>a</sup> falava da sua experiência pelas ruas de Porto Alegre, caminhando entre os jovens universitários, quando observou, quando sentiu como que um estado de espírito diferente daquele que V. Ex<sup>a</sup> observara há alguns anos, com o PT tão entusiasmado. V. Ex<sup>a</sup> bem o sabe, porque foi uma das pessoas que me influenciaram quando tomei determinadas decisões nesta Casa. Quero dizer-lhe que, em algumas ocasiões, como na sabatina da **Folha**, perguntaram-me: “Mas você considerou sair do Partido?” Respondi a eles: “Eu me sinto como se, de repente, alguém da minha família tivesse cometido um erro. Não vou querer sair da minha família”. Como o Partido dos Trabalhadores é uma instituição constituída de 850 mil ou mais filiados, se alguns cometem erros, sinto-me na responsabilidade de contribuir para prevenir, para corrigir e caminhar numa direção mais correta. Obviamente, esse não foi o caso da Deputada Luciana Genro e da Senadora Heloísa Helena, que, juntamente com João Fontes e o Babá, foram expulsos, contrariamente à minha opinião.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Foram expulsos por cumprirem o programa do Partido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu teria preferido que permanecessem no Partido, fazendo críticas, ainda que duras. Assim eu teria preferido. Tenho percebido nas caminhadas, junto com o Senador Aloizio Mercadante, que ele está, nas pesquisas, com

15%, mas tem toda a possibilidade de crescer, até por causa de seu procedimento nas ruas, de que sou testemunha, cumprimentando as pessoas...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É uma coisa muito simpática, até manequim ele cumprimenta agora. Ele levou ao máximo. O que uma campanha não faz!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Esse foi um gesto de bom humor que ele fez, como graça, e que acabou sendo objeto da reflexão do Senador Heráclito Fortes na semana passada. Talvez seja até um sinal de como ele está querendo chegar junto ao povo. Disso sou testemunha. E quero ajudá-lo. Acredito que, inclusive, ele vai crescer. Até quero referir-me a um dos temas que V. Ex<sup>a</sup> mencionou também. Tenho recomendado ao nosso ex-colega no Senado, ex-Ministro José Serra, que aceite participar de debates com Aloizio Mercadante. São duas pessoas de extraordinário nível, assim como Plínio de Arruda Sampaio e os demais candidatos a Governador. Quem ganharia com isso? O povo de São Paulo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O Plínio é candidato de que Partido?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Do P-SOL.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu não sabia.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – É. Então...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Como ele está na pesquisa?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Com 1%, por enquanto, mas está na batalha, e quando a Senadora Heloísa Helena vai a São Paulo tem estado junto a ele. Tenho dito, e quero reiterar, que será positivo para o Presidente Lula dar o exemplo, porque isso colocará o candidato José Serra em uma situação de precisar debater com Aloizio Mercadante.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, se o Lula for para o debate, tenho convicção absoluta de que o Serra também irá.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Bom, aí é que está.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Hoje, estou persuadido de que essa é a melhor maneira de o Presidente Lula ajudar o candidato que é Líder do Governo. Pelo que tenho testemunhado, de todos os candidatos a Governador, o Presidente Lula tem enorme vontade de ajudar, de impulsionar a candidatura do Senador Aloizio Mercadante. Vou estar com Lula na campanha, na sexta-feira e no sábado, e vou

transmitir-lhe que a melhor maneira, hoje, de ajudar o nosso companheiro Aloizio Mercadante é o Presidente Lula aceitar o debate com os seus adversários, porque isso tornará inevitável que José Serra também aceite o debate, pelos meios de comunicação, com o Senador Aloizio Mercadante. Tenho a convicção de que, aí, as coisas vão-se equilibrar entre José Serra e Aloizio Mercadante, porque este tem também qualidades excepcionais, ainda não todas conhecidas pela população de São Paulo. Quem vai sair ganhando com isso são os eleitores e a democracia, que se vai fortalecer.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Se o Lula vier ao debate, o Serra não terá como não vir. Não terá como não vir. O Serra cairá no ridículo se não comparecer. Agora, se o Lula não vier, até o Rigotto pensará em não comparecer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – E, quanto à recomendação de V. Ex<sup>a</sup> à Senadora Presidente, Heloísa Helena, de que tenha um procedimento com o Presidente Lula, no debate, o mais alto possível, acredito que ela vai ouvi-lo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ela vai ter. Ela vai ter. Quando chegarem e ficarem na entrada, ela vai ficar toda emburrada do lado e Lula vai querer se chegar: “Oi, tudo bem?” “Tudo bem?” Nem sei o que ela vai fazer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sabe. Não gosto de ficar interrompendo, porque acho insuportável quando quem está na Presidência fica interrompendo os oradores inscritos, mas sabem os Senadores Pedro Simon, Suplicy, Wellington e Tuma que eu jamais seria capaz de um gesto pouco civilizado ou menos educado com quem quer que seja.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pronto, está aí. Então, pronto. Leve isso ao Lula.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não farei isso.

Só espero que o Presidente Lula não tenha medo do que fez, porque de mim ele não deve ter medo algum. Fui muito bem educada, numa família pobre, mas muito, muito bem educada para tratar as pessoas de forma civilizada, delicada, com ternura até. Só não sou domesticada, mas muito bem-educada eu sou. Então, ele não precisa ter nenhum medo de mim.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Está feito. Está vendo? Resolveu-se um problema hoje, nessa noite.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Só espero que ele não tenha medo do que fez, somente isso. Agora, de mim, não. Sou muito bem-educadinha, um pouco de ternura.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Com toda a sinceridade e todo o respeito, tenho muito carinho pelo nosso querido candidato do PDT, professor Cristovam, mas a Senadora Heloísa empolga mais. Ela tem um estilo, uma forma e um conteúdo que são importantes para evitar o voto nulo. Tenho dito isso. No meu caso, no Rio Grande do Sul, digo que não precisam votar no Pedro Simon. Lá, há nove outros candidatos ao Senado. Nove bons candidatos. Então, se o Pedro Simon não é bom, se há restrições, não precisam votar nulo. Não precisam votar nulo. Votem num dos outros nove. Isso vale para a Presidência. Há muitos candidatos. No primeiro turno, é melhor votar em alguém do que votar nulo.

Depois, vamos decidir o voto final no segundo turno. O cara pode até pensar em votar nulo no segundo turno: “Ah, ficaram só esses dois, eu não quero nenhum dos dois e votarei nulo”. Pode ser, mas não acredito que entre 13 não haja uma opção em que se possa votar. Isso não é uma realidade e é o que devemos esclarecer para a opinião pública. Devemos esclarecer isso para a opinião pública.

Para Deputado, eu imagino – e isso me machuca –, que no Rio Grande do Sul, em tese, os nossos candidatos, de todos os Partidos, são gente séria, responsável e competente, mas esse ambiente de votar contra o atual Congresso é uma imensidão. É uma imensidão!

Eu digo: se não quer votar num congressista, se não quer votar num Deputado do PMDB, há uma série de pessoas que são candidatas pela primeira vez e que têm todas as condições. Inclusive, há candidaturas como as de Ibsen Pinheiro, que pretende voltar para a política; de Zanetti, que foi um espetacular Deputado e Presidente do Cpers do Rio Grande do Sul, autor do projeto de voto aos 16 anos; e de Odacir Klein, que foi nosso Líder e um dos mais brilhantes Parlamentares que tivemos. Votem nesses ou em outros tantos jovens que são candidatos pela primeira vez.

Isso vale para os outros Partidos também. Estou falando do PMDB, mas o PT, o PSDB e os outros Partidos também os têm. Anular o voto é o pior serviço que pode acontecer. O pior que pode acontecer. O cara que anula o voto, vamos ser claros, é uma pessoa responsável, séria, que vota com emoção, mas com responsabilidade, é uma pessoa que quer o bem do seu País; está magoada, está revoltada, então, acha que está fazendo o bem. Só que, aí, ela está errada! Vote na Heloísa, por exemplo, para Presidente. Não vote nem no Lula nem no Alckmin. Vote nos outros nove candidatos a Senador; não vote no Pedro Simon, vote nos outros nove candidatos a Senador. Há 32 Deputados Federais no Rio Grande do Sul. Não

quer votar nos Deputados? Não vota. Mas tem mais 150 candidatos a Deputado Federal, de todos os partidos, que podem ser escolhidos. É dessa campanha que vim falar. Falei. E tive uma longa conversa com o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, de quem, aliás, sou fã. Acho que o discurso de posse de S. Ex<sup>a</sup>, cada vez fico mais emocionado, quando S. Ex<sup>a</sup> disse que “O Brasil é o País do faz-de-conta”. É verdade. O Brasil é o País do faz-de-conta. Nós, aqui, fazemos-de-conta que legislamos; o Presidente da República faz-de-conta que cumpre a lei; o Judiciário faz-de-conta que bota na cadeia os corruptos. O Brasil é o País do faz-de-conta! Mas S Ex<sup>a</sup> recebeu com muita seriedade. Já está fazendo programas de televisão, orientando. Mas orientando, classicamente: “Olha, você tem de votar. É importante o seu voto”. Mas, pelo menos, eu falei para ele que acho que ele tinha de amansar um pouco, afinal, e mostrar: “Olha, você acha que a situação é assim, que a situação não é tão boa, você tem mágoas, mas escolha um candidato. Escolher é bem difícil, mas vote em um candidato”. Acho que a campanha do Superior Tribunal Eleitoral deve fazer isso. Nos meus programas de televisão, vou usar dois deles só para dizer para votarem. E vou dizer isto que estou dizendo aqui: “Não precisam votar no Pedro Simon; mas tem mais nove candidatos ao Senado”.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Muito bem!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – “Não é preciso votar nos Deputados que estão aí, que são 32, mas há mais 160 candidatos!” Agora, anular o voto é um crime! E o que estou sentindo é uma intenção imensa de votar nulo.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Com respeito, Senador Pedro Simon, ao alerta hoje feito pelo Senador Tasso Jereissati, é preciso considerar que esses que estão com o pé atrás em relação aos candidatos que aparecem com muito dinheiro em suas campanhas, eles têm a oportunidade, sobretudo os jovens, mas toda a população, de observar quanto cada candidato e cada Partido estão gastando. Se se verificar que alguém está realizando um dispêndio extraordinário para ser eleito, que se averigüe por que razão, como. Nesse sentido, a nova legislação, que está a nos exigir transparência nas contribuições e nos gastos, é muito positiva. Tenho recomendado que tornemos transparentes, desde já, as fontes e os nossos gastos. No dia 6 próximo, V. Ex<sup>a</sup>, eu, todos nós, teremos de mostrar ao Tribunal Regional Eleitoral quais as fontes e os gastos de nossas despesas, que serão encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Podermos, voluntariamente, até divulgar isso. Eu vou fazê-lo. Até agora, quase não movimentei recurso algum.

Já abri, porque a lei exige, a minha conta, pela qual sou responsável. Portanto, no dia 6, tenho de fazer a minha primeira demonstração – repito –, que quase não terá movimentação, mas considero importante a demonstração aberta não apenas para o Tribunal Regional Eleitoral, mas para quem quiser saber. Penso que será bom que os eleitores perguntem, observem quanto cada candidato está gastando.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – O que eu acho triste é irmos para uma campanha não fazendo nenhum tipo de peneira. É claro que eu citei aqui o caso do Deputado gaúcho, R\$10 mil, um homem milionário, não tem nada que ver com isso. Mas tem casos que sabemos que são verdadeiros. No entanto, não acontece nada. Não acontece nada.

Eu estava para perguntar: “Não era o caso de os partidos se reunirem nas suas convenções e verem os casos?” É claro que um partido não pode, na dúvida... Não! Mas são casos que não dá para discutir. Por exemplo, o Líder do MDB, que renunciou para não ser cassado. A Convenção do MDB, lá no Paraná, muito esplendidamente, o retirou, não o botou na nominata. Está entrando na Justiça. Eu falei com o juiz: “Só falta a Justiça concordar!” Até porque, independente da parte jurídica, da parte da corrupção, a convenção tem o direito de não botar. Houve uma época em que o Deputado era candidato nato, tinha de estar na nominata. Hoje, não tem. Então, eu acho que o PMDB do Paraná teve um gesto – na minha opinião – espetacular. O cidadão, aquele que era o Líder da Bancada do PMDB, que pegou dinheiro e que, na hora, renunciou ao mandato para não ser cassado – e foi bobo, porque não cassaram ninguém depois; esse deve estar arrependido, porque não cassaram coisa nenhuma –, mas ele renunciou para não ser cassado, a Convenção do PMDB do Paraná retirou o nome dele. Ele está brigando na Justiça. Acho que os partidos poderiam pensar nisso. Deviam pensar nisso. Deviam pensar nisso! Volto a repetir: não é uma catarse geral, pegar todo mundo, não! Mas há casos que sabemos; há casos que já serviriam para dar um exemplo no sentido de se fazer alguma coisa.

O Miro Teixeira – e, aliás, junto ao Tribunal, tem gente que acha que esse problema de que, para ser impedido de concorrer, só com condenação transitada em julgado, o que nunca vai acontecer, porque quem tem dinheiro recorre, recorre e recorre –, ele pensa que não precisa, pois pensa que há casos em que você pode fazer a impugnação do registro por causa determinada, o que pode ser feito. Pode ser feito! Então, eu não sei, tchê! A Comissão de Ética agiu, na minha opinião, com muita seriedade. No plenário da Câmara, vamos falar com toda a seriedade, foi um troca-troca. Ou seja,

o PMDB, o PSDB, o PT, o PFL: “tu tiras os meus, que eu tiro os teus; tu tiras os meus que eu tiro os teus”, e tiraram todo mundo. Só foi cassado, cá entre nós, o Deputado Roberto Jefferson, que pode ter cometido mil coisas erradas, mas teve a coragem de fazer o que fez: contou tudo! Se não fosse ele, não havia acontecido nada. Tenho de dizer, com toda a sinceridade: se não fosse o Deputado Jefferson, estava tudo igual! Estava tudo igual, a mesma coisa! Este País é algo fantástico! Se não fosse o Jefferson, não havia acontecido nada! Se não fossem o Senador Jefferson e o Pedro Simon entrarem no Supremo pedindo para anularem a decisão do Sarney e do Renan, que não deixaram criar a CPI, que foi uma atitude, um escândalo, foi a coisa mais escandalosa que aconteceu... Nem na ditadura houve isso. Na ditadura, nós criamos quantas CPIs! Inclusive, aqui no Senado, criamos a CPI da Energia Nuclear, cujo responsável pela energia nuclear era o Presidente Geisel, o ditador da época, mesmo assim, criamos a CPI. Mas, agora, o Renan, que era Líder da Bancada, mais o Mercadante, que também era Líder da Bancada, mais não sei quem e não sei quem, se reuniram e decidiram o seguinte: “CPI, só com a nossa aprovação. Quando nós quisermos, votamos!”. Áí, fomos ao Sarney, fomos cobrar do Sarney, que era o Presidente do Senado. Está lá escrito, se os Líderes não indicam, o Presidente do Senado indica. “Eu não indico.” Então, entramos no Supremo, e, por 9 a 1, mandaram indicar. Mas o que aconteceu? Se o Presidente Lula – quando fui falar com ele, naquele caso do Waldomiro, que apareceu na televisão, naquele gesto dantesco de o cara pegar o dinheirinho, R\$5 mil e colocar no bolso – tivesse deixado criar aquela CPI, mudava tudo! Porque, no momento em que ele demitisse aquele cara, no momento em que a coisa começasse a aparecer na primeira, não precisariam vir mais três. Não deixou? Não puniu? Abriu a portinhola!

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que, nesta Casa, tenho V. Ex<sup>a</sup> e também a Senadora Heloísa Helena como pontos de referência, diferentes, porém pontos a serem observados para se adquirirem conhecimentos. Sou membro titular da CPI dos Sanguessugas, assinei o requerimento, a Senadora Heloísa Helena sabe disso, no entanto, o que está acontecendo na CPI – já me manifestei aqui, sozinho – é que a CPI tem de colocar tudo em votação, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Heloísa Helena. Não concordo, Senador. Por quê? Porque, em algum momento da minha vida, já fui atacado e sem direito de defesa. Eu era fraco. E senti o que é ser fraco e não ter direito de defesa. Então, passei, a partir daquele momento da minha vida, a falar: quando for mais forte, vou dar

o direito de defesa, e, quando for fraco, vou lutar para ter direito de defesa. Então, o que está acontecendo na CPI? A CPI não fez nenhum encontro, Senadora Heloísa Helena, só o primeiro para criar. Estou aqui, fazendo como V. Ex<sup>a</sup> faz, lendo o Regimento Interno, lendo a Constituição, porque amanhã vou entrar, de alguma maneira, com requerimento, pedindo que se cumpra o Regimento Interno. Por quê? Vamos votar para fazer investigação dos Ministros, do qual o Relator Amir Lando, meu grande amigo, por quem tenho maior respeito, faz. Temos de votar. E, ao votar, cada um terá a sua responsabilidade, Senador Pedro Simon. Não está acontecendo isso. Simplesmente o grupo se reúne. Agora mesmo, eu estava conversando com o Senador Romeu Tuma, que amanhã o Vedoin será entrevistado e não fomos comunicados. Não sei se V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, o foi. Ele será entrevistado na Polícia Federal. Sou membro titular, sub-relator, não estou sabendo. Isso é um absurdo!

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Amanhã?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Amanhã. A informação a respeito da qual conversei com o Senador Romeu Tuma é que, amanhã, o Vedoin será entrevistado na Polícia Federal pelo quarteto fantástico. Não fomos nem comunicados. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> tem alguma dúvida, mas eu tenho dúvida. Quero perguntar a ele: Vedoin, quem depositou? Fulano de tal, você deu o dinheiro na mão? Você encontrou? Não tenho direito a fazer essas perguntas. Não tenho o direito a votar. Não tem uma reunião da Comissão. Vamos colocar em votação o requerimento para convocar os Ministros dos governos tais, tais e tais. Vamos votar e aí é perder ou ganhar. Não estou podendo exercer o meu direito de voto, Senador Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem que já viu todos os grandes momentos do Brasil, tenho certeza de que sempre exerceu e teve a maior honra e a vontade de exercer o seu direito de voto; perdendo ou ganhando, colocou a sua posição. Nós não estamos tendo esse direito. É um grupo só que se reúne, fala pela Comissão, pela CPI; acaba de matá-lo e, de repente, o faz renascer, porque mata o político e, no dia seguinte, fala que não está mais na lista, que está outro. Quero ter o meu direito de analisar as provas e votar, Senador Pedro Simon. Sou signatário da CPI, um sub-relator titular e quero ter esse direito. O Presidente Biscaia, por quem tenho grande respeito, tem de convocar a CPI, marcar um horário e vamos votar. Relator Amir Lando, para convocar os Ministros, tem de marcar e votar se vamos convocar ou não, conforme diz o Regimento Interno. Quero só esse direito. Amanhã, vou apresentar à Casa, Senadora Heloísa Helena – Pre-

sidente, neste momento –, um requerimento para que isso aconteça, senão não há validade nenhuma nos atos que estão acontecendo.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Se V. Ex<sup>a</sup> começar a tomar essas decisões e elas acontecerem, o Senador Ney Suassuna vai tirar V. Ex<sup>a</sup> da Comissão.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Não estou preocupado com o meu Líder, o Senador Ney Suassuna. Não estou preocupado com isso, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Quero apenas citar a V. Ex<sup>a</sup> que essas coisas não estão acontecendo porque os Líderes da Maioria não querem que aconteçam. Esse é o problema. Já colocaram V. Ex<sup>a</sup>... O Senador Suassuna o colocou. Inclusive S. Ex<sup>a</sup> faz parte da Comissão, e não deveria fazer por ser uma das pessoas que estão sendo citadas.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – O Senador Ney Suassuna não me pediu nada e, se existe alguma coisa, aquele cidadão que diz que recebeu terá de depor na CPI. Se for o caso, apresento requerimento para chamá-lo.

Tenho grande respeito pelo Senador Ney Suassuna. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, porque é do meu Partido e é meu Líder nesta Casa. Agora, o requerimento para ver se aquele cidadão recebeu o dinheiro e para onde foi, faço e assino. Vou apresentá-lo à Mesa. Não tenho nenhum comprometimento. Estou aqui representando o Estado de Minas Gerais.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Mas o que quero dizer é que é como se V. Ex<sup>a</sup> estivesse lutando “ingloriosamente”, pois não sairá votação nenhuma. Isso porque os Líderes – e V. Ex<sup>a</sup> é uma exceção – colocaram gente para não fazer nada. Esse é o problema.

O PMDB – desculpe-me – vem fazendo isso nessa legislatura. V. Ex<sup>a</sup> está sendo uma surpresa, porque está reagindo. E eles acharam que V. Ex<sup>a</sup> seria tranquilo. Mas chegou aqui e está-se revelando um cidadão de alto gabarito, de alta capacidade. Só não o tiram da Comissão, porque, por enquanto, V. Ex<sup>a</sup> não está assustando. A Comissão está tranquila.

Mas se, de repente, V. Ex<sup>a</sup> começar a apresentar requerimento e eles forem aprovados, o Senador Ney Suassuna vai tirá-lo.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG)** – Não vai me tirar, tenho certeza disso. Não vai me tirar. E outra coisa...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Mas, a mim S. Ex<sup>a</sup> não colocou. Se não me colocou, porque não tiraria V. Ex<sup>a</sup>?

**O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG)** – Não, a mim não vai tirar. Se tirar, vou apresentar outro requerimento com base no Regimento Interno; vou lutar de

alguma maneira para não me tirar. Não sei se podem me tirar, mas, se o fizerem, estará feito. Mas vou fazer uma confusão danada ali na Comissão. Confusão eu vou fazer. Aprendi que não decidimos muito rápido, mas fazemos uma confusão incrível aqui.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Só quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que uma CPI não vem do nada. Na hora de compô-la, os Líderes indicam. E, conforme os Líderes indicarem, como a Comissão anterior, da qual – cá entre nós – o nosso querido Senador, que é o Relator agora, era o Presidente...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – O Senador Amir Lando.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Era a CPI mais importante que tinha, a do Mensalão. De todas era a mais importante, tanto que a CPI dos Correios se meteu e não tinha nada a ver. Ela foi criada para uma coisa e entrou para outro lado. A CPI do fim do mundo entrou num lado e foi pular lá no outro lado. E a CPI do Mensalão, que era para fazer, não fez. O nosso querido Presidente deixou fluir o prazo e depois esqueceram que tinham passado os 60 dias. Ah, pois é, passaram os 60 dias. Pois é, agora já passou o prazo. Não prorrogaram e não fizeram nada. Por quê? Porque naquela Comissão colocaram gente para não fazer nada.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup> é muito mais experiente do que eu, viu grandes momentos. Mas, para mim, pelo menos, ninguém chegou para orientar nesse sentido.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas não precisa.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Então, vamos fazer aqui o seguinte, Senador: se eu apresentar os requerimentos e for retirado da Comissão...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não será retirado, querido, porque os outros membros da Comissão estão entrando com a maioria tranqüilidade. V. Ex<sup>a</sup> será retirado se o requerimento for aprovado. Aí eu quero ver ele ser aprovado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Vou apresentar o requerimento e, se ele for aprovado e se me tirarem, eu venho aqui mais uma vez e vou falar que V. Ex<sup>a</sup>, realmente, tem sangue cigano.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Escute o que vou dizer: V. Ex<sup>a</sup> entra com o requerimento. Se ele for aprovado, tiram V. Ex<sup>a</sup> da Comissão. Agora, o requerimento não será aprovado e V. Ex<sup>a</sup> ficará na Comissão.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não acredito. Senador Pedro Simon, não acredito que o meu Partido faça isso. Não acredito. Estou falando para V. Ex<sup>a</sup> que não acredito. Tenho grande respeito pelos membros do meu Partido, o PMDB, e não acredito que isso vá acontecer.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> não tinha nascido e eu já estava nessa luta.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu sei, mas o PMDB...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu também imaginava que nunca chegaria a esse ponto. Nunca imaginei...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu continuo tendo e acreditando no meu Partido...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Nunca imaginei que o Senador Ney Suassuna, o Senador Renan, o Senador Sarney e o Senador Iá do Pará – como é o nome dele, aquele que hoje é Deputado? – ...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Jader.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ... assumissem o comando do PMDB e fizesse isso que estão fazendo.

V. Ex<sup>a</sup> foi reunido para escolher algum Ministro? Teve reunião de Bancada para escolher Ministro? Não teve. Teve reunião da Bancada dos Deputados para escolher Ministro? Não teve. A Executiva do PMDB se reuniu para escolher Ministro?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas eu não poderia participar porque sou suplente. Se o Ministro não fosse o escolhido, eu não estaria aqui.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas depois que V. Ex<sup>a</sup> foi empossado Senador, já foram indicados outros. Já foram indicados vários Ministros pelo PMDB. Nós não somos indicados... Assim como está acontecendo na Comissão, quando V. Ex<sup>a</sup>, ao tomar conhecimento das coisas que eles fazem, enuncia-as e diz: “Eu quero votar!”, eu também gostaria de reunir a Bancada do PMDB e dizer que desejo votar no Ministro indicado. Eu quero votar! Mas não reuniram...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas, Senador, eu tenho visto no PMDB...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – E Sarney, Renan e o Líder Suassuna indicam em nosso nome: no de V. Ex<sup>a</sup>, no meu nome...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador, para mim, é uma honra apartear V.

Ex<sup>a</sup>. Realmente, nunca pensei, nesta vida, em ter a honra de fazer um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Agora, até agora, no PMDB...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> está seguindo um belo caminho. E só o fato de V. Ex<sup>a</sup> dizer que quer ver a Comissão funcionar e que está revoltado com o fato de a Comissão não fazer nada, não fazer nada... Eu acho que V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – E falam pela Comissão. Agora, Senador Pedro Simon, tudo no PMDB foi decidido no voto. Aqui, a candidatura própria ou não foi no voto.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Que voto?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu participei... Para indicar se haveria candidatura própria ou não, não houve a votação? Foi bonito. Todo o PMDB fez a votação naquele dia em que o Governador Garotinho perdeu por 40 votos. Eu vi tudo sendo feito pelo voto, na reunião que houve dentro do PMDB. Eu tenho visto as coisas sendo decididas no voto. Se é contrário à grande experiência de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> não acha triste um Partido como o PMDB fazer uma convenção nacional e decidir não ter candidato à Presidência da República?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Digo uma coisa a V. Ex<sup>a</sup>: penso que o PMDB tem de ter um candidato que pegue as bases e as mobilize em algo que elas acreditem. Mas, agora, o Partido...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Perdoem-me, Senador, mas eu andei pelas bases todas. As bases do Maranhão queriam candidatura própria; as bases do Pará queriam candidatura própria; as bases da Paraíba queriam candidatura própria. Mas o que aconteceu? As lideranças manipularam aqui e fizeram o que quiseram.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Se V. Ex<sup>a</sup> se tivesse feito candidato a Presidente desde o início, seria outra história. V. Ex<sup>a</sup> apareceu como candidato depois da decisão de que Garotinho não poderia mais ser.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> nem imagina. Se eu fosse candidato, talvez acontecesse o que a Senadora Heloísa Helena está dizendo: talvez aparecesse morto no canto da janela. Eles não me aceitariam jamais. Eu queria a candidatura de Jarbas Vasconcelos. É um homem respeitado, de quem as pessoas gostam. Aceitei a minha candidatura, quan-

do Garotinho renunciou, para não ficar sem candidato. Garotinho renuncia, e não há mais candidatos? Não, o Garotinho me indicou. Disse: "Simon é o candidato". Então, serei o candidato. Fui procurar o Senador José Sarney e o Presidente Renan Calheiros no dia seguinte. Disse-lhes: Vamos lançar um candidato! Vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Sabia que não me indicariam; não sou tão bôbo assim. Eles iam me ridicularizar: "Mas o Pedro Simon quer ser candidato?!" Não, vamos lançar Jarbas Vasconcelos como candidato. Lançaram coisa nenhuma.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, todos dizem que o PMDB é um Partido rachado, dividido, mas não tem dono. O PMDB não tem dono. Isso foi visto em Minas. É decidido no voto, sim, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Existe uma coisa fantástica. Nós, aqui, decidimos no voto. E está ali a Senadora com 15%. Desculpe-me a Senadora: S. Ex<sup>a</sup> é brilhante, mas, se o PMDB lança um candidato e resolve apresentar uma terceira via, não haveria lugar para S. Ex<sup>a</sup> ter 15%. O PMDB seria a terceira opção, apresentaria a terceira via. Agora, o P-SOL é criado, lança um candidato – o que é espetacular –, e o PMDB decide não ter candidato.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> fala de Minas Gerais, tudo bem, Minas Gerais.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não, eu quero dizer o seguinte...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas as pesquisas dizem que um candidato tem 75% do Senado e que o outro tem 5%. Vem a Convenção, e afirmam que são 5%.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não havia como fazê-lo: temos de ter candidaturas para Deputado Federal e para Deputados Estaduais em Minas. Acontece que o nosso Partido precisa ter algum candidato que motive as bases. Se a Senadora Heloísa Helena viesse para o PMDB... S. Ex<sup>a</sup> teria de ser, digamos assim, um pouco exorcizada...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – S. Ex<sup>a</sup> não pegaria vaga para o Senado em Alagoas. Não dariam a S. Ex<sup>a</sup> vaga para o Senado; é capaz de não darem nem para Deputado.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador, tenho uma convicção...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – No Rio Grande do Sul, seria diferente; estou falando lá em Alagoas.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, o vice-campeão é o primeiro perdedor. Temos de jogar para ganhar. O PMDB é um Partido que tem de jogar para ganhar! Não pode jogar para ser vice-campeão!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Para ganhar, tem de ter candidato! Para ganhar tem de ter candidato. A primeira coisa é ter candidato.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Mas, Senador, não tínhamos um candidato que motivasse as bases. Com todo o respeito a V. Ex<sup>a</sup>, não tínhamos um candidato sobre o qual as bases faliassem “É esse o candidato!” e que levasse todos a caminhar juntos. Não vi isso. E participei de todos os eventos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – As pessoas se venderam antes.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu não acredito, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Repare, a tese é a seguinte: não podemos ter candidato a Presidente; vamos, então, fazer Governadores, é hora de fazermos Governadores. No Maranhão, a candidata é a filha do Dr. Sarney, pelo PFL; no Amapá, a candidatura é do PS não sei o quê, não é do PMDB; na Bahia, o PMDB não tem candidato a Governador, nem a Senador; na Paraíba...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Candidato ao Governo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Candidato a Governador. É verdade.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Um bom candidato, que vai ganhar as eleições.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Vai ganhar a eleição. Eu acho que vai ganhar.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Contra a situação.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Onde mais?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Maguito Vilela, em Goiás, um grande candidato.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas esse queria candidatura própria. Os que não queriam candidatura própria não apresentaram candidato. Não temos candidato no Pará.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Digo o seguinte, Senador, com todo o respeito, porque para mim é uma honra debater com V. Ex<sup>a</sup>: eu sou o otimismo, e V. Ex<sup>a</sup> representa a experiência. Estou tentando aqui lutar com meu otimismo, e V. Ex<sup>a</sup>, com sua experiência, mostrando-me...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Perdoe-me, mas ninguém é mais otimista do que eu. Estar com 76 anos, ser candidato ao Senado e ficar no PMDB significa que confio. Em primeiro lugar, tenho uma retidão, um espírito de luta. Não fui para o PT: insistiram para eu ir. Não fui para o PSDB: insistiram para eu ir. Não fui para o PDT, não fui com Brizola: rompemos. Isso, porque sempre achei que o PMDB seria um grande Partido. Hoje, a esta altura da minha vida, não sei, mas acho que...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, daqui a quatro anos, o PMDB vai ter um candidato. Vou voltar a encontrar com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> vai ganhar para o Senado, porque é um grande candidato.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Estou vendo ali uma notícia muito boa: que o PT e essa cúpula do PMDB vão fazer um...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Um grande partido?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ... um grande conchavo...

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Não acredito. Tenho o nome de um candidato que virá para o PMDB e que ganhará as eleições daqui a quatro anos. Tem idade, audácia, história.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O Aécio?

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> é que está falando. V. Ex<sup>a</sup> é mais experiente do que eu.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É a minha maneira de falar.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Em algum momento, nós nos encontramos. Quem está falando é a voz da experiência, que é V. Ex<sup>a</sup>. Eu sou o puro otimismo.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas gosto do Aécio.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Porque, se não for no nosso Partido, ele não ganha. Só ganha no nosso Partido. Desculpe-me, mas para mim foi uma grande honra debater com V. Ex<sup>a</sup>. Obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu encerro, Sr<sup>a</sup> Presidente. V. Ex<sup>a</sup> está dando sinal de tremendo cansaço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Não com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com a vida.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – ... não com o debate. É porque a vida é dura, difícil. O suspiro foi só nesse sentido, tenha certeza. O tempo que quiser para continuar falando ou debatendo com o Senador Wellington Salgado de Oliveira V. Ex<sup>a</sup> terá.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas V. Ex<sup>a</sup>, fazendo isso, sem se controlar, terminou desmaiando. Há uma hora em que se tem de parar. Se bem que pode ser um acontecimento fantástico, V. Ex<sup>a</sup> falando... Mas aí o culpado serei eu: "Simon encheu tanto, que a Heloísa não agüentou".

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Acho que não. Acho que o PMDB, sim; V. Ex<sup>a</sup>, não.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sou capaz até de perder a eleição com um fato dessa natureza.

Encerro, Sr<sup>a</sup> Presidente, fazendo um apelo ao Rio Grande do Sul e ao Brasil: o voto nulo é uma loucura, um absurdo.

Sei que as pessoas estão magoadas, revoltadas. Vêem os jornais da televisão, e é um escândalo, outro escândalo e outro escândalo. PMDB, mil coisas; o PT, mil fracassos; o PSDB, foram oito anos. Mas o voto nulo não resolve.

Em vez de criar agremiações para o que não fazer, ou seja, em vez de criar agremiações para o voto nulo, criem agremiações para selecionar o voto. Escolham um candidato independente entre os que estão aí e façam campanha para ele. Seria uma coisa muito bonita.

De repente, teríamos uma mudança de candidatura altamente positiva.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente. Para mim, mais uma vez, é uma honra estar aqui com V. Ex<sup>a</sup> e com a nossa querida Deputada, que honra o Rio Grande do Sul e que vai ter uma votação espetacular nesta eleição.

São tão bonitos os debates entre ela e seu pai! São de uma elegância sensacional, porque os dois se gostam muito. O pai dela, inclusive, adora o neto. Foi o pai que o colocou gremista ou foi ela? Como é que ele virou gremista? Foi o pai do guri? E o Tarso

de que time é? Ele é gremista? E ela de que time é? Virou gremista por causa do filho?

De repente, está o avô – o guri está na seleção de novos –, dizendo para mim: "Não posso nem falar com a minha filha. Tudo que ela pensa fui eu que coloquei na cabeça dela. Como vou falar agora? Eu quero dizer: mas o mundo mudou, é outro. Olha para a humanidade. Eu teria condições de convencê-la, se o PT estivesse ainda na Oposição. Se o PT estivesse na Oposição e eu mudasse minhas idéias, poderia até convencê-la. Mas quem vai convencê-la de que mudei as idéias, porque estamos no Governo?"

Ele reconhece que não tem condições de fazer isso.

Mas o Tarso teve um momento muito importante. Somos obrigados a reconhecer isso. Quando assumiu a Presidência do PT – e mais uma vez acho, Sr<sup>a</sup> Presidente, que é Lula quem manda nas coisas –, Tarso o fez para dizer que ele iria recriar o PT. Eu vim para esta tribuna analisar isso. Eu achei fantástico isso! Ele dizia: "O problema do PT não é o Congresso Nacional, não é a CPI, não é a Comissão de Ética, não é a Procuradoria, não é o Tribunal, mas somos nós do PT. Temos de nos reunir e de fazer a limpa, de fazer a seleção. Temos de retirar o que tem de ser retirado e renovar o PT". Achei fantástico! Mas o renovaram. Lula retirou o apoio dele e, na hora de fazer um diretório, colocou um outro que pensa completamente diferente. Enquanto Tarso queria fazer a renovação do PT no sentido da purificação, a convenção decidiu que a análise do que aconteceu só seria feita depois da eleição. Até lá, não se toca em assunto nenhum.

Se Lula pelo menos desse um sinal de que vai mudar... Posso falar agora. Eu não ia falar, mas vou falar. Lula disse que quem tem mais de 75 anos de idade pode falar à vontade; então, sinto-me liberado. Ele falou isso para o Itamar, mas eu tenho a mesma idade.

Se Lula desse um sinal, dizendo "não, no meu novo governo vai ser diferente; fiz o que fiz, mas agora vai ser diferente no campo da ética", mas ele não dá sinal nenhum disso. Pelo contrário, o Presidente do Banco Central está sendo denunciado por corrupção, por formação de quadrilha, e ele o nomeia Ministro para garantir, para que um juiz, de repente, não entre com pedido de prisão preventiva para o Presidente do Banco Central. Então, agora, ele é Ministro, tem foro privilegiado. Não há o gesto de dizer "não, agora as coisas estão mudando".

O Rigotto é Governador e é candidato à reeleição, mas, das oito horas até às seis horas da tarde, ele não dá entrevista como candidato – ele é só Governador. Ele não vai à reunião nenhuma. Ele só vai depois das

oito horas da noite, no sábado e no domingo. Ele podia fazer como a lei permite. Lula está fazendo isso. Leva o avião oficial dele mais um segundo avião, mas não sei o quê, e diz a lei que ele paga a gasolina. O Rigotto não aceitou. Ele não pega avião nem carro nem nada do Estado. Ele segue na condução dele ou na do Partido quando é no sábado e no domingo.

São essas pequenas coisas que Lula podia fazer e não fez. Podia fazer e não fez. Não há um gesto.

Falou no Rio Grande do Sul: "Só o Getúlio fez mais do que eu!". E olha que, da maneira com que ele falou, foi um gesto de homenagem ao Rio Grande do Sul, porque sentimos que, no fundo, ele estava dizendo: "Nem o Getúlio". Ah, não dá!

É claro que a publicidade é fantástica. A publicidade é dessas coisas que foram feitas, algumas positivas e outras negativas, mas é espetacular. Mas é pouco para aquilo que esperávamos.

Muito obrigado, minha querida Senadora, meu querido companheiro das Minas Gerais, minha querida conterrânea do Rio Grande do Sul. Estamos nós quatro aqui, são quase dez horas da noite, mas defendo que o Congresso e o Senado – sei que as nossas bravas companheiras que estão na Taquigrafia devem estar com pavor, pensando "esse cara não pára", "estamos loucos de fome", "meu filho está esperando", "meu marido já saiu"; peço-lhes desculpas – possam trabalhar de segunda a domingo, inclusive dentro da noite. Assim, seria diferente o padrão deste Congresso.

Obrigado, Senadora. Que Deus nos dê forças! Os desígnios de Deus são imprevisíveis. Afinal, Davi, com uma pedra, derrubou Golias, dez vezes maior.

V. Ex<sup>a</sup> não tem nada? (Pausa.)

V. Ex<sup>a</sup> diz que tem idéias e palavras. Não são metais que se fundem.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira e pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Não há acordo entre as Lideranças para apreciação dos itens da pauta.

São os seguintes os itens sobrestados:

### 1 SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 2 SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 3 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 4

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390,  
DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

## 5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 22, DE 2000**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

## 8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

## 9

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

**10**  
**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 174, DE 2000**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

**11**  
**REQUERIMENTO N° 115, DE 2006**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Exª, Senador Pedro Simon. Tenha a certeza de que as nossas gloriosas funcionárias da Taquigrafia, juntamente com a Mesa, incomodam-se quando a elas não lhes é dado trabalho, como no processo de terceirização dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, espero que seja, o mais rapidamente possível, esclarecido um requerimento que encaminhei à Mesa Diretora nesse sentido.

Como diz o Senador Pedro Simon, é Davi contra Golias. Sabe, Senador Wellington Salgado, o porquê? Naquela briga muito grande de Davi contra Golias, que é uma passagem bíblica muito interessante, quando o Rei Saul deu a Davi a tarefa de enfrentar Golias, ele o fez mais como se fosse uma brincadeira, porque não imaginava jamais que Davi fosse capaz de enfrentar esse desafio. E ele foi capaz de enfrentá-lo, porque dizia assim: “Ora, se enfrentei leões que queriam levar minhas ovelhas, eu, como simples pastor, por que não vou poder enfrentar o gigante Golias?”. Então, ele sabia exa-

tamente o que Davi trazia, que era servir a Deus, servir à causa, com todas as experiências que ele já tinha tido ao longo da sua vida.

Então, além de agradecer a presença aqui da nossa querida Deputada Luciana Genro, quero agradecer a delicadeza de V. Exª, Senador Wellington. Agradeço também a meu querido companheiro, muito querido mesmo, Senador Pedro Simon, e a todos os funcionários da Casa.

Embora haja muito ainda a tratar, mas sem que haja mais oradores inscritos, espero que tenhamos fé em Deus e fé na luta do povo. Como dizia Pedro Casaldáliga, ética na política é vergonha na cara e amor no coração. Espero que todos nós possamos ser capazes de dizer isso.

E sobre o voto nulo, Senador Pedro Simon, tem muita razão V. Exª. Sabe que alguns articulistas tentam tirar o simbolismo da nossa candidatura e dizem assim: “Ah, é o voto nulo sofisticado o da Heloísa! Quem queria votar nulo agora vai ter o voto para dar para a Heloísa!”. Tentam dar um ar de caricatura e de desmerecimento aos que têm intenção de votar na nossa candidatura. E fico é muito feliz. Se as pessoas que querem protestar contra o banditismo político, contra as formas diversas de sabotar o desenvolvimento econômico do Brasil e a inclusão social, vêm em nossa candidatura esse voto de protesto, fico muito feliz. Fico profundamente agradecida com essa intenção de voto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Romero Jucá e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, de janeiro a abril deste ano, ocorreram 720 acidentes de trânsito em Rondônia, com vinte e seis mortes, conforme registros da Companhia Independente de Trânsito da Polícia Militar de Porto Velho.

São vinte e seis mortes que poderiam ter sido evitadas, caso não houvesse negligência das autoridades para com a violência que existe no trânsito; se houvesse, por outro lado, um Governo com responsabilidade política e social; se houvesse, por fim, um Governo empenhado no cumprimento de seus deveres.

Uma média de sete acidentes de trânsito por dia, com vinte e seis mortes, em apenas quatro meses, significa falta de respeito aos direitos humanos,

cumplicidade com a violência, descaso na defesa da vida e um desrespeito à cidadania.

Os acidentes de trânsito constituem uma das maiores causas da mortalidade de jovens brasileiros, principalmente na faixa etária de 15 a 24 anos. Matar ou mutilar jovens no auge da força física e mental significa privar o País do que existe de mais importante para seu futuro, para seu desenvolvimento e para a construção de um mundo melhor.

É impossível calcular a totalidade dos prejuízos humanos, sociais, econômicos e familiares dessa violência, pois, somente na década de 1990, cerca de 250 mil brasileiros morreram, 3 milhões ficaram feridos e 1 milhão de pessoas ficaram gravemente mutiladas em decorrência de acidentes de trânsito.

Uma das mais importantes instituições da área de saúde do País, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, dispõe de um Centro de Pesquisas em Educação e Prevenção, cuja missão principal é exercer ação educacional na sociedade e prestar assessoria técnica ao Poder Público nas áreas de pesquisa, difusão científica e formulação de propostas de políticas públicas de saúde e reabilitação.

Na Rede Sarah de Hospitais, os acidentes de trânsito representam quase 40% do total das causas de internações, superando a soma de quase todas as outras causas. A grande maioria dos pacientes vítimas de acidentes de trânsito chega aos hospitais da Rede Sarah com algum tipo de lesão do Sistema Nervoso Central (lesões cerebrais ou lesões medulares), o que por si só justifica nossa grande preocupação com o tema acidentes de trânsito, devido à gravidade das decorrências físicas.

Certamente, não há dinheiro no mundo que possa compensar a perda de uma vida humana. Para um País com grave carência de recursos materiais e humanos de qualidade, é especialmente grave perder o melhor de nossa juventude, inúmeras vidas no período de maior investimento intelectual e de preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Brasil ocupa um vergonhoso lugar quando fazemos comparações internacionais entre quantidade de veículos e número de acidentes.

Nos países desenvolvidos, o número de mortes para cada dez mil veículos, o chamado índice de fatalidade do trânsito, varia de 1,5 a 4. No Brasil, esse índice se aproxima de dez, o que é lamentável e injustificável.

Estudos realizados por entidades internacionais especializadas demonstram que 5% dos pedes-

tres morreriam em atropelamentos a 32km/h; 40% morreriam em choques a 48km/h; 80% morreriam em choques a 64km/h. Velocidades superiores a 80% significam morte em 100% dos atropelamentos.

Em Rondônia a situação é mais grave do que na maioria das localidades do Brasil porque as ruas estão esburacadas, não há acostamento nem sinalização na maioria das vias e a falta de fiscalização estimula a imprudência, a negligência e o excesso de velocidade.

Em muitos locais não existem calçadas, e os pedestres ficam mais vulneráveis a atropelamentos, que muitas vezes nem são notificados à autoridade policial, conforme depoimento do próprio Comandante da Companhia de Trânsito de Porto Velho.

Deixo aqui meu apelo para que as autoridades do Governo Estadual de Rondônia tomem as providências no sentido de evitar que mais pessoas sejam vítimas de acidentes de trânsito, para que vidas humanas sejam preservadas e para que possamos reduzir o número de portadores de graves incapacidades físicas.

Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo Senador José Jorge, candidato a vice na chapa de Geraldo Alckmin na disputa pela Presidência da República, intitulada “Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição 17 de julho de 2006.

Durante a entrevista o senador afirma que um governo tem que se comunicar com a população dizendo a verdade, tem que mostrar competência na execução dos trabalhos e tem que ser honesto e usar o dinheiro público da melhor maneira possível. Para o senador José Jorge, o governo Lula não tem essas características.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**FOLHA DE S.PAULO**

Vice de Alckmin diz que Lula é chefe de esquema de irregularidades e que, se foreleito, haverá um novo mensalão porque 'eles não se arrependeram de nada'

# Governo Lula só se compara ao de Collor em corrupção

## ENTREVISTA JOSÉ JORGE

**J**OSÉ JORGE, 61, é candidato a vice na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB) na disputa pela Presidência e tem a responsabilidade de desferir as críticas mais duras ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na entrevista abaixo, afirma que a diferença entre Lula e o ex-presidente Fernando Collor foi o apoio político que "o presidente Lula tinha e o Collor, não" e que, se Lula for reeleito, haverá um segundo mensalão.

SILVIO NAVARRO  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Escolhido para disparar os ataques mais ácidos na campanha presidencial pelo lado da oposição, o senador José Jorge (PFL-PE), 61, vice na chapa do tucano Geraldo Alckmin, diz que aprendeu a fazer oposição com o PT e que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela quantidade de escândalos, só pode ser comparado à gestão de Fernando Collor de Mello (1990-92), que terminou em impeachment.

O pefelesta acusa o presidente de ser o "chefe" do esquema de corrupção que desencadeou a crise política e diz acreditar que haverá um segundo mensalão caso Lula seja reeleito. "Eles não mudaram em nada os métodos, aparentemente, não se arrependeram de nada."

Leia a seguir trechos da entrevista com José Jorge.



Folha - Como o sr. caracteriza o governo Lula?

José Jorge - Um governo que se caracteriza por três fatores. Em primeiro lugar, por ser um governo que se comunica com a população dizendo a verdade. Segundo, tem que ser um governo que mostre competência na execução dos trabalhos. E terceiro, tem que ser honesto e usar o dinheiro público da melhor maneira possível. Um governo para ser reeleito teria que ter essas características e o governo Lula não tem.

Folha - Como a campanha vai vincular o presidente aos escândalos?

José Jorge - Tenho convicção de que ele sabia e que era o chefe. O presidente Lula não é um simples qualquer, é uma pessoa que tem uma carteira no PT.

Folha - O sr. está preparado para ouvir que foi o "ministro do apagão"?

José Jorge - Eu fui o ministro que apagou o apagão. Houve uma crise energética e, quando cheguei ao ministério, montamos um plano para que não houvesse apagão e não houve. Houve um racionamento que conduziu-nos num período de oito meses para que fosse superado.

Folha - O PFL critica os gastos do governo mas, na Câmara, insiste em votar uma MP que concede reajuste de 16,67% aos aposentados. Isso não é contraditório?

José Jorge - Aquilo foi uma questão política. Existe uma certa contradição nisso se olhar simplesmente pelo lado administrativo.

Mas o presidente Lula fez uma série de promessas que não está cumprindo, inclusive de atualizar os valores das aposentadorias. Ele concedeu aumentos mínimos e no último ano deu um aumento maior em função eleitoral. Os partidos de oposição geraram uma posição de que o presidente Lula não cumpriu suas promessas.

Folha - Em entrevista à Folha, o vice-presidente José Alencar disse que Alckmin partiu para uma "linha pefelesta" e faz "apelações grosseiras". Como o sr. responde a isso?

José Jorge - A primeira questão é a linha do PFL que, na oposição, é propositiva. Temos que propor aquilo que queremos para modificar a qualidade de vida das pessoas, tudo aquilo que o governo não fez, e criticar aquilo que foi feito. Isso não é radicalismo, é parte do papel da oposição. Quem deu uma lição, inclusive ao PFL, de fazer oposição, foi o PT, que fez oposição muito mais radical do que fizemos ao governo Lula.

Folha - Alencar disse que dará no-

ta dez para o comportamento ético do governo Lula. E o sr.?

José Jorge - Infelizmente, dou nota zero. Nem o governo Collor, que o presidente foi colocado para fora por impeachment, houve tantos escândalos como o governo Lula, do mensalão, dos dólares na cueca, daquebra do sigilo do caseiro. Há dezenas de escândalos financeiros e éticos que o governo do presidente Lula e o PT realizaram durante apenas três anos.

Folha - Ao comparar o governo Lula ao governo Collor o sr. quer dizer que a oposição deveria ter se mobilizado pelo impeachment?

José Jorge - A diferença do presidente Lula e do presidente Collor foi a questão do apoio político que o presidente Lula tinha e o Collor, não. O presidente Lula foi eleito por um partido grande, que tem uma estrutura de deputados, senadores e uma inserção social muito maior do que o partido do presidente Collor na época. Mas motivos para que houvesse um processo de responsabilização política e impeachment existiram, o que não existiram foram as condições políticas para isso.

Folha - O sr. foi muito criticado, até pelo PSDB, por ter dito que o presidente Lula abusa de bebidas alcoólicas. O sr. se arrepende?

José Jorge - Não me arrependo porque foi dito no contexto de um comício. Eu não fui o primeiro a dizer isso, uma semana antes o Ronaldo [jogador de futebol] falou não só ao Brasil, mas ao mundo inteiro. Porém esse não é um tema importante na campanha.

Folha - O sr. acha que se o presidente Lula for reeleito haverá um segundo mensalão?

José Jorge - Acho que sim. Eles não mudaram em nada os métodos. Tanto que o PT não puniu nem um dos parlamentares que a CPI acusou, que o Conselho de Ética também acusou e que foram absolvidos com o auxílio da base do governo na Câmara e do próprio presidente Lula. Não vejo arrependimento.

Folha - O episódio do mensalão não mudou a forma de relacionamento do governo com sua base?

José Jorge - Agora mesmo os Correios, uma empresa que ficou muito marcada porque foi onde começaram as denúncias, foram entregues ao PMDB como moeda de troca para apoio eleitoral. Não houve nenhum arrependimento e não tenho dúvida que, se o presidente Lula for reeleito, se não houver o mensalão, vai ter algo parecido.

Folha - Como a campanha vai tratar da questão da segurança?

José Jorge - O governo Lula não cumpriu as suas promessas na área da segurança, não liberou os recursos, não fez nada daquilo que poderia fazer. O presidente Alckmin vai assumir para ele a questão da segurança pública no Brasil e vai trabalhar em conjunto com o Estado.

Folha - O candidato Alckmin prestou contas à população sobre a crise na segurança no Estado?

José Jorge - Claro que ele assumiu, mas a questão não pode ser assumida só pelo governo de São Paulo. Os índices de criminalidade no Estado foram reduzidos pela metade, mas o Estado aumentou muito o número de presos. O presidente Alckmin tem uma vantagem de que, como ex-governador, tem grande experiência e o sentimento daqui que o governo federal deveria ter feito e não fez.

Folha - O que um governo Alckmin mudaria na política econômica?

José Jorge - O país tem que crescer. Não só no governo Lula, mas mesmo antes, não teve a taxa de crescimento que deveria. É verdade que no governo Lula houve um grande movimento internacional e todos os países cresceram. Já o Brasil só cresceu mais que o Haiti. É a hora de se tomar as medidas efetivas para o país voltar a crescer.

Folha - O que o sr. faria diferente do vice José Alencar?

José Jorge - O maior acerto foi ocupar a posição de uma forma discreta, responsável e, apesar das críticas aos juros, sempre procurou colaborar, chegou a exercer o Ministério da Defesa. O maior defeito foi concordar com essas questões éticas do governo Lula e do PT. Acho que dizer que a ética no governo é nota dez é demais.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

**O SENADOR PAPALÉO PAES** (PSDB-AP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tão logo chegou ao Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, com pompa circunstância, o lançamento do Programa Primeiro Emprego, fartamente divulgado na mídia nacional.

O projeto consistia em oferecer, ao jovem em idade de ingressar no mercado de trabalho, a primeira oportunidade de emprego, mediante pagamento do Governo a empresas dispostas a contratar jovens sem experiência prévia de trabalho.

O tempo provaria que o Governo do Partido dos Trabalhadores soube ser virtual sem, para tanto, ser virtuoso. O Programa Primeiro Emprego, um projeto supostamente brilhante de expansão do mercado de trabalho, constituiu-se em uma espécie de Titanic administrativo, tendo apresentado resultados absolutamente irrisórios.

Alguém haverá de supor que a crítica que nós, do PSD, endereçamos ao Governo nasce de uma abordagem exagerada ou, até mesmo, raivosa da conjuntura atual – e eu até confesso que gostaria de estar equivocado a respeito das minhas reservas ao Executivo.

Os números, porém, não nos deixam enganar: desde julho de 2003, o mirabolante programa do Governo Lula proporcionou emprego a cerca de três mil e novecentos jovens, ou seja, ridículos 0,55% do total de 715 mil vagas prometidas, em 33 meses, já que a projeção governamental era gerar, anualmente, oportunidades para 260 mil novos aprendizes.

Em face da total discrepância entre a meta pretendida e o resultado do programa, o Primeiro Emprego transformou-se na estrela caída da estrela decadente, o PT, e já se pode concluir que a panacéia de ontem converteu-se no retumbante naufrágio governamental dos nossos dias.

Senhoras e Senhores Senadores, o jornal **O Estado de S.Paulo**, em matéria de 24 de abril deste ano, publicou algo ainda mais grave: as quantias pagas pelo Governo, anualmente, às empresas, na verdade têm beneficiado aquelas que não precisam de incentivo público para contratar jovens sem experiência profissional. Ou seja, empresas telemarketing, supermercados e lanchonetes recebem dinheiro público por um resultado social que já produziam, sem qualquer incentivo. Segundo o texto jornalístico, “A razão do fracasso não é difícil de encontrar: a idéia do primeiro emprego estava errada de início. Partia do

pressuposto de que jovens não conseguem emprego porque não têm experiência e, como as contratações são caras, as empresas preferiam investir dinheiro em alguém experiente. As duas idéias estão erradas, como já mostravam análises feitas na época e concluiu uma análise feita pelo próprio Governo quase dois anos depois do lançamento da idéia”.

Ao contrário das projeções equivocadas da equipe de Governo, um estudo da Confederação Nacional da Indústria indica que os jovens empregados têm maiores dificuldades em se manter no emprego do que de, propriamente, obter um posto de trabalho, seja por desistência, seja por falta de qualificação, seja pela decisão dos estudantes de voltar aos bancos escolares.

Esse estudo foi, em grande medida, ignorado pelo Ministério do Trabalho, que a ele teve acesso antes do lançamento do Programa Primeiro Emprego.

Na ânsia de resolver os problemas do País com base em uma visão excessivamente centrada no Estado, o Governo não considerou que a abertura de novas oportunidades para os jovens depende, intrinsecamente, do incremento dos níveis de atividade econômica no Brasil, um dos países que menos tem crescido na América Latina.

Não terminarei minha fala sem lhes relembrar que o fracasso do Governo Federal nesta área condiz, de resto, com as falsas panacéias de um grupo político que manteve projetada, sobre as consciências e os corações dos nossos concidadãos, uma imagem tão ufanista quanto irreal; uma imagem, no fundo, triste, porque descolorida, opaca, mendaz, vazia de conteúdo e dotada de mal disfarçados interesses eleitoreiros.

Por isso, em nome das mais legítimas aspirações do povo brasileiro, haveremos de manifestar, com o voto, nas eleições de outubro, o nosso inconformismo com a acintosa derrota gerencial do Governo Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

**O SENADOR ROMERO JUCÁ** (PMDB-RR) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, é muito importante para uma empresa auferir lucros, respeitar o consumidor, produzir bons produtos ou prestar bons serviços, investir no aperfeiçoamento de seus processos e em recursos humanos.

A noção de que uma empresa possa fazer muito mais do que isso pela sociedade onde se insere ainda não está difundida o bastante em nosso País.

A Rede Globo, além de se destacar em todos os itens acima mencionados, vem demonstrando, já há um bom tempo, um compromisso social amplo e consistente.

Esse empenho pode ser verificado de modo particularmente claro no ano em que a TV Globo completou seu quadragésimo aniversário.

Vale acrescentar, Senhor Presidente, que o mesmo ano de 2005 marcou os 20 anos da campanha Criança Esperança. Ou seja, em metade de sua existência, a TV Globo vem desenvolvendo um programa social que conscientiza sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelas crianças brasileiras, sensibiliza milhões de doadores em todo o País – e, acima de tudo, realiza efetivamente muito por nossas crianças.

No ano passado, a adesão crescente ao Criança Esperança expressou-se em recordes de ligações telefônicas e do montante arrecadado. Quanto ao último item, verificamos uma notável evolução da arrecadação nos últimos anos: 9 e meio bilhões de reais em 2003; 12 e meio bilhões de reais em 2004; 18 bilhões de reais em 2005.

O gerenciamento dos recursos arrecadados em suas campanhas é feito pela Unesco, distinguindo-se pela consistência dos critérios de escolha e pela abrangência e profundidade de seu alcance. O Criança Esperança é o maior financiador privado da Pastoral da Criança; já apoiou mais de 4.850 projetos, beneficiando mais de 3 milhões de crianças e adolescentes.

A fim de dar maior continuidade às ações em prol da população infantil de comunidades carentes, foram criados os Espaços Criança Esperança, que contam, atualmente, com unidades no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte e em Olinda, alcançando um universo de 6.200 beneficiados.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o Espaço Criança Esperança atua em Cantagalo e nos morros do Pavão e Pavãozinho, em parceria com o Governo do Estado, com o Viva Rio e a Unesco. Em funcionamento desde 2001, a unidade já pôde atender cerca de 70% das crianças e jovens dessas comunidades.

O objetivo dos Espaços Criança Esperança é o “de provocar transformações na qualidade de vida de crianças, adolescentes e de suas famílias”. Para isso, têm sido enfatizadas a capacitação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Certamente, Senhor Presidente, as ações de cunho social da Rede Globo não se restringem à “marca” Criança Esperança. Pela força e dimensão da IV Globo, sabemos que ela pode fazer bem mais – e assim tem sido feito, como se pode verificar no balanço social da empresa referente a 2005.

Um dos projetos mais interessantes bancados pela rede de emissoras é o Amigos da Escola, que busca, desde 1999, o fortalecimento da escola pública de educação básica por meio de parcerias e do trabalho voluntário. Entre os parceiros que aderiram ao programa em 2005, podemos citar o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que se uniram à TV Globo, à Petrobras e ao Instituto Faça Parte, entre outras instituições, para definir e desenvolver ações voltadas para as 30 mil escolas cadastradas.

Não podemos, tampouco, deixar de destacar o programa Ação Global, muito merecidamente qualificado de “uma festa de cidadania”. A TV Globo, junto com um parceiro da qualidade do Sesi – Serviço Social da Indústria e com mais de duas mil e quinhentas outras instituições, desenvolveu ações voltadas para a promoção da cidadania e da saúde. Os resultados, obtidos pela formação de uma verdadeira rede nacional de prestação de serviços, que alcança 26 estados e 35 municípios, ultrapassaram, em 2005, os marcos de 150 mil documentos emitidos e 497 mil atendimentos médicos e odontológicos.

Sendo uma empresa de comunicações do mais elevado nível técnico, cultural e profissional, como pode ser comprovado pelo prestígio conquistado em todo o mundo, a Rede Globo tem muito que oferecer aos profissionais e estudantes da área de comunicação, o que vem sendo garantido com o programa Globo e Universidade, voltado para o intercâmbio e cooperação com o meio acadêmico.

Uma das maiores contribuições da TV Globo à sociedade brasileira, Senhor Presidente, confunde-se com sua atividade essencial de produzir programas de qualidade para teledifusão. Tendo se apercebido da enorme capacidade de penetração de seus programas na sociedade brasileira, a emissora passou a neles inserir temas de relevância sócioeducativa, em uma ação que pode ser abrangida pelo conceito de **merchandising** social.

Assim é que, em 2005, as novelas da Globo apresentaram mais de 1.500 cenas que abordam temas relevantes para a sociedade. Minisséries como Mad Maria, Carga Pesada e A Grande Família levaram ao público, juntamente com o entretenimento, questões importantes tais como o preconceito racial e religioso, o tráfico de animais ou a ética no trabalho.

Um programa para o público infantil, já nosso antigo conhecido, o Sítio do Picapau Amarelo apresenta, se podemos assim nos expressar, uma admirável folha de serviços prestados em prol da conscientização, abordando as questões da “adoção, incentivo à leitura,

preservação ambiental, desvio de verba da merenda escolar, separação dos pais, alfabetização de adultos e vacinação infantil".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, tanto em seus programas como nos intervalos entre eles, a Rede Globo tem veiculado, gratuitamente, mensagens voltadas à promoção de programas de cunho social e de apoio à cultura.

Quanto à educação, não podemos esquecer que a emissora desenvolve, desde 1977, programas de conteúdo exclusivamente educativo que primam pela qualidade e competência. Ressaltemos o Telecurso 2000, o Globo Educação, o Globo Ecologia e o Globo Ciência. Ressaltemos a parceria que viabiliza o Canal Futura, uma das mais importantes experiências de emissora educativa no País. Ressaltemos, por fim, o conteúdo educativo que é veiculado pelos programas de jornalismo, pelo Globo Rural, pela "revista eletrônica" Fantástico, além de minisséries que expressam a riqueza da cultura brasileira e abordam os problemas de nossa realidade.

Por todas essas razões, Senhoras e Senhores Senadores, podemos parabenizar a Rede Globo, por transformar em ações concretas a compreensão de que uma empresa depende da sociedade onde atua, e que assume, na medida de seu próprio crescimento, responsabilidades para com essa sociedade.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s. e Srs. Senadores: Em matéria de política econômica, existe uma verdade elementar que se aplica a qualquer país: sem medidas consistentes de incentivo ao dinamismo dos investimentos públicos e privados, o crescimento sustentado é impossível.

Não há como crescer em bases sólidas se o governo é incapaz de planejar a longo prazo, se não há recursos para setores estratégicos, se faltam estímulos ao desenvolvimento regional e incentivos fiscais para a expansão da produção.

Nossa economia vive um momento de crise em setores capazes de empregar mão-de-obra de forma intensiva, como calçados, mobiliário, têxteis, vestuário, alimentos e áreas ligadas ao agronegócio. Eles não só deixaram de gerar empregos como estão sendo obrigados a promover demissões.

Dados da Sondagem Industrial do segundo trimestre, divulgados no final da semana passada pela Confederação Nacional da Indústria, mostram que

por seis trimestres seguidos o faturamento caiu, e somente cinco dos 26 setores analisados aumentaram a produção.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s. e Srs. Senadores, diante desse quadro, qual a estratégia adotada pelo governo? Ela acaba de ser anunciada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho: cerca de 77 mil trabalhadores demitidos de indústrias de calçados, móveis e máquinas agrícolas em dezembro de 2005, receberão duas parcelas adicionais de seguro-desemprego, medida que vai custar mis de 72 milhões de reais ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s. e Srs. Senadores, faltam poucos meses para as eleições presidenciais, e esses três setores concentram-se na Região Sul e Sudeste do País, justamente onde os índices de intenção de votos para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva são mais baixos do que os do candidato da Oposição, Geraldo Alckmin. Mas vamos desconsiderar o evidente caráter eleitoreiro da decisão.

O fato é que este governo tem dado provas seguidas de incapacidade para atacar a raiz dos problemas com que se defronta a geração de novos postos de trabalho no Brasil, preferindo recorrer a medidas assistencialistas, como é o caso das parcelas adicionais do seguro-desemprego.

O bônus que os operários demitidos receberão é um mero paliativo, que em nada contribuirá para sua recolocação no mercado de trabalho formal – cujo desempenho, por sinal, foi decepcionante no primeiro semestre do ano.

Segundo dados do IBGE, nas seis regiões metropolitanas do País o contingente total de desempregados atingiu em junho 2 milhões e 300 mil pessoas. A taxa de desemprego no mês, em comparação com junho do ano passado, subiu um ponto percentual. Isto representa um acréscimo de 289 mil pessoas entre os sem emprego.

Até quando o Governo federal vai continuar afirmando que o número de empregos está em crescimento constante, quando a realidade é outra? Está na hora de as autoridades serem mais honestas com a população e dizerem a verdade. Não é fazendo concessões assistencialistas e aumentando a dependência do auxílio governamental que resolveremos esse problema.

Precisamos de políticas sólidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, com recursos para investimentos em infra-estrutura econômica e social sem nunca esquecer da Redução de Imposto – em resumo,

com planejamento direcionado para o estímulo à produtividade e à geração de empregos. Algo que este governo até agora mostrou-se incapaz de fazer.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo muito ainda a tratar, mas sem mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

1

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

4

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 22, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual*.

Parecer sob nº 949, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167 do RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que *altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando).

Parecer sob nº 842, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3 - CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990* (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes).

Parecer sob nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

11

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que *acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

**12**  
**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 174, DE 2000**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 822, de 2006, Relator: Senador Alvaro Dias) do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a *Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde*.

**13**  
**REQUERIMENTO Nº 115, DE 2006**

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2006, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Bispo Desmond Mpilo Tutu, em face da intensa luta e grandes vitórias em prol da paz mundial, notadamente com o fim do *Apartheid* na África do Sul.

Parecer favorável, sob nº 992, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL-AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 38 minutos.)*

(O.S.: 14663/2006)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR). Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um tema que devo postergar, possivelmente para o final, em razão do discurso da Senadora Heloísa Helena, que me inspira a também dizer algo. Vou abordar o anúncio do Governo a respeito do pacote de medidas cambiais, mas antes, inspirado pelo discurso da Senadora, gostaria de refletir um pouco sobre a responsabilidade do Congresso Nacional diante dos escândalos que sacudiram o País, especialmente nos últimos dois anos.

O que fazer? Como aprender essa lição? Certamente, não podemos ficar omissos, paralisados diante de tantas denúncias de escândalos sem precedentes na nossa história, que atingem frontalmente o Poder Legislativo, essencial na consolidação do sistema democrático em nosso País, sobretudo em razão dessa já denominada relação promíscua entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o compromisso que devemos assumir no ano eleitoral é com a reforma política. Imagino que para edificarmos, a partir dos escombros deixados pelos escândalos de corrupção, uma nova imagem para o Poder Legislativo no Brasil – mais do que para o Poder Legislativo, para as instituições públicas brasileiras, já que há uma crise de identidade do Estado brasileiro, maculado por tanta corrupção –, não há compromisso mais importante do que este com a reforma política, e, sem dúvida, um dos itens essenciais para conferirmos ao País um modelo político compatível com as exigências nacionais é a fidelidade partidária.

Verificamos, na CPMI dos Correios, que o momento de maior fluxo de recursos sacados na boca do caixa no Banco Rural foi exatamente o do troca-troca entre os partidos, quando parlamentares de partidos oposicionistas migraram para partidos da base aliada. Foi exatamente aquele o momento em que mais se sacaram na boca do caixa do Banco Rural recursos oriundos do “valerioduto”.

Portanto, a fidelidade partidária é essencial, na medida em que o parlamentar poderá mudar de partido sem levar o mandato, ou seja, o mandato pertencerá ao partido e não ao parlamentar. Imagino ser este o caminho para a moralização: impedir que os trânsfugas possam estabelecer esse espetáculo deplorável de corrupção quando das mudanças efetuadas.

É evidente que uma reforma política ampla, que discuta todas as questões essenciais, não poderá deixar de contemplar o financiamento das campanhas eleitorais, uma vez que, sem dúvida, a corrupção na Administração Pública quase sempre começa na campanha eleitoral, tendo origem naqueles compromissos que alguns, ou muitos, assumem com a obrigação de retribuir os recursos arrecadados para a sustentação financeira de seus projetos eleitorais.

Então, há que se discutir o financiamento público de campanha sim, mas obviamente depois de todas as mudanças que permitirão instituir no País um modelo político moderno e capaz de ressuscitar a crença de que as instituições públicas do País podem ser acreditadas.

Há outras providências mais pontuais, como por exemplo, o fim das emendas parlamentares individuais.

Sr. Presidente, os recursos públicos devem ser aplicados em função de projetos idealizados, elaborados com competência, que digam respeito a prioridades inteligentemente definidas por aqueles que governam.

Inevitavelmente, a definição de prioridades leva em conta a necessária relação custo/benefício dos recursos públicos aplicados. O modelo atual não leva em conta o estabelecimento de prioridades inteligentes.

Abre-se um espaço para essa corrupção aberta e desavergonhada a que estamos assistindo, envolvendo, desgraçadamente, parlamentares – alguns deles até importantes estão surpreendentemente envolvidos nesse esquema escuso de corrupção que envergonha o Congresso Nacional.

Sei que estou abordando questões polêmicas. Trata-se de cortar na própria carne. Falar em acabar com emendas parlamentares individuais contraria o interesse corporativo. Mas temos que ter coragem para adotar medidas para avançar.

O Orçamento não pode ser elaborado dessa forma.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Já concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

A CPI do Orçamento, que levou à cassação os anões do Orçamento, não esgotou a corrupção. Por essa razão, acho que devemos debater o fim da Comissão de Orçamento, para que o Orçamento seja elaborado pelo Executivo e discutido nas comissões temáticas da Casa, sendo oferecido à Nação de forma impositiva. Orçamento elaborado é Orçamento executado.

A execução orçamentária no Governo Lula é uma lástima, é lamentável, é pígia. Os recursos provisionados no Orçamento não são aplicados, acabam contingenciados e contribuem para que se alcance o superávit primário. Em razão dessa meta de superávit primário absurda ou em razão mesmo da incompetência do Governo, da incapacidade de gerenciamento, a execução orçamentária tem sido deplorável no Governo Lula. Nem mesmo em setores fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população há aplicação eficiente dos recursos consignados no Orçamento da União.

Se abordarmos a questão da infra-estrutura, como fizemos ontem, verificaremos que há uma incompetência consagrada de forma absoluta no atual Governo.

Essa questão orçamentária é essencial para conter o processo de corrupção.

Tenho defendido também, com projetos apresentados no Senado, desde o início deste mandato, a redução do número de parlamentares em todas as instâncias, do Congresso Nacional às Câmaras Municipais. Esse é outro tema polêmico. Por isso, os projetos encontram-se engavetados, não caminham, não são debatidos, e, evidentemente, não há deliberação sobre eles.

Por exemplo, a redução em 21% do número de Deputados Federais não somente proporcionaria economia, porque haveria também a redução do número de cadeiras nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Pergunto sempre de que valem milhares de parlamentares desrespeitados e desacreditados no País. Imagino que seja melhor a redução do número de parlamentares para que possamos tê-los respeitados e valorizados pela sociedade brasileira.

Não estamos buscando apenas economizar, embora a economia, no primeiro momento, conforme cálculo feito há quase oito anos, quando apresentamos esse projeto, seria de mais de R\$800 milhões por ano no Congresso Nacional. Não se trata apenas dessa questão, que é importante. Também priorizo a valorização do Parlamento: torná-lo mais ágil, mais eficiente, mais competente.

É claro que a competição eleitoral seria mais exacerbada. Com isso, estariam valorizando os eleitos, que seriam mais respeitados. O Congresso estaria recuperando a credibilidade, e o processo democrático certamente ofereceria respostas mais compatíveis com as exigências da nossa população. Essa certamente será uma tese difícil, complexa e polêmica. Aliás, foi a única oportunidade em que o saudoso Ulysses Guimarães deixou a Presidência da Constituinte para, na tribuna, defender o equilíbrio do sistema parlamentar, uma vez que há distorções gritantes, como alguns Estados ter mais parlamentares que outros. Nem mesmo Ulysses Guimarães, com toda a respeitabilidade que possuía, com a qualificação para defender qualquer tese, com a competência com que fazia, convenceu a Assembléia Nacional Constituinte a alterar os parâmetros estabelecidos no pacote de abril de 1977, durante o período ditatorial.

Voltamos a essa tese, e creio que não há momento mais adequado, diante da crise vivida pelo Parlamento brasileiro e pelas instituições públicas do País. É preciso buscar agir para restabelecer a credibilidade, sinalizar a possibilidade de mudanças que certamente estabelecerão uma relação mais estreita entre a sociedade e a instituição pública brasileira, uma vez que há um fosso enorme a nos separar, exatamente

em razão da descrença semeada, que se propaga a cada passo.

Concedo o aparte ao ilustre amigo Senador José Jorge, que já o havia solicitado há algum tempo.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Senador Alvaro Dias, na realidade, concordo com V. Ex<sup>a</sup> sobre essa questão dos sanguessugas, mas também lembro que, hoje em dia, liberação de emenda depende 90% do Executivo. Essas emendas individuais são apresentadas ao Orçamento pelos Parlamentares – cada um tem um teto –, e somos obrigados a incluir 30% de emendas para a saúde. Até aí, tudo bem; daí em diante, a liberação fica dependendo muito mais do Executivo do que da ação do Parlamentar. De vez em quando, quando há votação importante, o Governo libera uma porção de emendas, o que a mídia também vê, porque normalmente são as emendas dos Parlamentares da Base do Governo que são liberadas. Estranho, nessa CPI e nessa investigação, o fato de se deixar o Executivo para ser investigado numa segunda etapa, depois da eleição. Os Deputados só conseguiram fazer isso porque tinham o Executivo para liberar e para não fiscalizar a questão da compra das ambulâncias. Se fosse um Executivo bem organizado e honesto, ele saberia que uma ambulância daquela custava menos, pela baixa qualidade que tinha, mesmo porque eram milhares. É muito importante que os Ministros da época e os assessores sejam também investigados, porque eles têm grande responsabilidade nesse processo, além dos Parlamentares. V. Ex<sup>a</sup> tem razão em tudo o que diz com relação à execução orçamentária da forma como é feita, mas penso que a CPI deveria investigar os Parlamentares, de um lado, e o Executivo, de outro. Não se deve deixar para depois da eleição, porque, senão, o que a população vai pensar? Que estão querendo proteger o Presidente Lula e seus Ministros. Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, a execução orçamentária, sobretudo no que diz respeito às emendas parlamentares, é estapafúrdia. Veja, em 2003, eu obtive 30% das emendas liberadas; em 2004, 40%; em 2005, zero, nenhum centavo de emenda parlamentar individual de minha autoria obteve liberação no ano passado, o que coincide com o trabalho de investigação na CPMI dos Correios e na CPI dos Bingos.

Mas, evidentemente, eu não sou a exceção à regra. Na oposição, outros parlamentares também são tratados dessa forma. Não creio que esse seja o critério correto. O critério é aquele já mencionado anteriormente: a relação custo-benefício da aplicação do dinheiro oriundo do imposto pago com tanto sacrifício pelo povo brasileiro. Não é o interesse eleitoreiro,

o interesse partidário e muito menos o interesse da corrupção. Não. Não é por meio desses expedientes escusos que devemos aplicar os recursos públicos. Existem outras medidas que podem ser adotadas, ainda nesse processo de investigação instaurado no Congresso Nacional, como a renúncia de parlamentares antes de sua cassação.

Apresentei projeto que, se aprovado, tornará inelegível o parlamentar investigado que, ao renunciar, se disponha a disputar a eleição. É uma forma de puni-lo exemplarmente uma vez que o processo judicial caminha morosamente e o julgamento pode ocorrer só anos depois. A medida acautelatória seria a de tornar inelegível também o parlamentar que renuncia diante do risco de uma eventual cassação.

Esse projeto estava tramitando em regime de urgência, poderia ter sido votado e o Líder do Governo à época, Senador Aloizio Mercadante, retirou-o, alegando que se poderia cometer injustiça com alguém que, eventualmente, houvera renunciado, como, por exemplo, o Deputado Henrique Meirelles, que havia renunciado o mandato de Deputado Federal para assumir a Presidência do Banco Central. Enfim, o projeto não foi aprovado.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, creio que este é o momento crucial. Vamos definir o rumo das instituições públicas brasileiras a partir desta eleição. Por isso, esse debate é importante, não apenas o debate que traz a denúncia, que propõe transparência em relação aos fatos investigados, mas também o debate propositivo. O que fazer para mudar? Que provisões devemos adotar no âmbito do Parlamento do País para fazer do Brasil um país melhor, para que o povo brasileiro possa viver melhor, para que as riquezas produzidas pelas mãos laboriosas dos brasileiros possam ser distribuídas equitativa e justamente, sem serem consumidas pelo apetite desmesurado daqueles que agem corruptamente na função pública?

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente que considere como lido o pronunciamento que trouxe hoje e que trata do pacote de medidas cambiais, que deveria ter sido lançado, há muito tempo, e que o Presidente da República deve anunciar hoje. E a principal medida do pacote é alterar as regras da cobertura cambial. Essa flexibilização da cobertura cambial é urgente e necessária. É preciso simplificar as operações dos exportadores brasileiros e reduzir os custos. A política cambial está esmagando o setor produtivo nacional, comprometendo o resultado das exportações brasileiras, e está levando a uma situação pré-falimentar, sobretudo, a agricultura do nosso País.

Portanto, esse anúncio vem tarde. O pacote de medidas cambiais chega atrasado, já deveria ter sido

lançado há muito tempo. O Governo errou. E, agora, em clima eleitoral, durante o exercício do processo eleitoral, anuncia um pacote que esperamos, apesar do momento inadequado, possa ainda trazer benefícios aos setores produtivos do País.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere como lida essa parte do meu pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Hoje o governo deve anunciar um pacote de medidas cambiais. Deveria ter sido lançado há muito tempo.

A principal medida do pacote cambial é alterar as regras da cobertura cambial.

A flexibilização da cobertura cambial é necessária e urgente. É preciso simplificar as operações do exportador e reduzir custos.

É mais do que justo permitir que os exportadores mantenham seus dólares no exterior, para pagar despesas em moedas estrangeiras

Atualmente o exportador é obrigado a trazer os dólares para o Brasil por um prazo de 210 dias e só depois pode reenviá-los para pagar despesas lá fora.

O grande dilema da equipe econômica é quanto a cobrança da CPMF, ou seja, a arrecadação do governo (apetite desmesurado).

O dólar do exportador paga CPMF quando entra e quando sai do país.

O problema que os técnicos do governo enfrentam é como cobrar a CPMF sobre uma movimentação financeira que ocorreu no exterior, não no Brasil, e, portanto, não tem um fato gerador de tributação.

O governo não se entende quanto a possível perda de arrecadação. A secretaria de comércio exterior (SECEX) estima que a perda de arrecadação chegaria a R\$200 milhões. A receita federal avalia que este total ultrapassaria R\$1 bilhão.

O Ministro da Fazenda fala em perda em zero de arrecadação. O exportador já vem sendo muito penalizado pela atual política cambial. O governo precisa ceder!

Em que pese o câmbio ser o cerne do debate entre os exportadores – inegavelmente a nossa moeda está super valorizada para diversos setores produtivos – o câmbio não pode figurar como o protagonista do comércio exterior brasileiro.

Como destacam importantes lideranças do setor empresarial a nossa política industrial precisa estar calcada em tecnologia e custos competitivos.

O câmbio como argumenta Paulo Godoy, presidente da associação brasileira da infra-estrutura e indústrias de base (Abdib), “é, sobretudo, preço de venda, não de produção.”

A propósito, um debate que esperamos seja travado entre os candidatos a presidência da república: a necessidade da indústria brasileira ter uma plataforma de baixo custo e boa qualidade, com diferenciação tecnológica, para ganhar mercado internacional sem perder espaço internamente para importações.

Não podemos perder de vista que ter uma indústria forte significa ter manufaturas em posições de liderança em cadeias produtivas com alto valor agregado.

Concordamos com a posição defendida pelo presidente da Abdib: “a política industrial brasileira precisa estar sustentada por quatro pilares: desenvolvimento tecnológico ou inovação, baixa carga tributária, linhas de crédito baratas e acordos internacionais de comércio com os principais mercados consumidores mundiais.

Portanto, a questão cambial é apenas um dos entraves que precisam ser removidos para que a indústria nacional seja forte e competitiva mundialmente.

Não podemos perder de vista que o Brasil detém pouco mais de 1% de participação no comércio mundial.

Por fim, precisamos consolidar e buscar novos tratados internacionais, ampliando acordos comerciais com pragmatismo e competência.

Como destacou ontem o nosso candidato Geraldo Alckmin, a política externa do atual governo é carregada de ideologia.

Esse viés ideológico, sem dúvida, tem impedido o Brasil celebrar acordos e ampliar nossas exportações.

Agenda: uma nova política industrial e uma política externa que atenda os interesses do País.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 26 DE JULHO, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes, um *pot-pourri* de informações que julgo devo dar à Casa, para, em seguida, tomar aqui uma definição.

Registro, com muito pesar – e requeiro voto nesse sentido – a morte por assassinato do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, que foi meu auxiliar na Prefeitura de Manaus, quando chefei aquele Poder. Figura competente, correta, cuja morte realmente é uma de-

monstração cabal de que a violência toma conta deste País e, portanto, também da minha cidade.

Lembro, com muito carinho, Sr. Presidente, o economista e amazonólogo Raimar da Silva Aguiar. Na semana passada, pude aqui referir-me ao seu falecimento. Na Catedral de Manaus, celebrou-se missa muito emotiva, que mostrou mesmo o conceito de que desfrutava Raimar Aguiar entre seus amigos: na hora em que o celebrante pediu que se dessem as mãos os que ali estavam, foi um mar de sentimentos. Encaminho, portanto, um pronunciamento nesse sentido, Sr. Presidente.

No mais, ainda requerendo voto de aplauso, registro o livro muito interessante da pesquisadora da Embrapa Noemi Vianna e do jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia, algo de enorme relevância, a meu ver.

Eu procuro acompanhar o cotidiano da minha gente, do meu povo, não sem antes registrar, Sr. Presidente, que o jornal do meu Estado **Correio Amazonense**, de 25 de julho, trata de um assunto que vai dar um enorme debate nesta Casa, que é a TV digital. Já fui avisado hoje, lealmente, pela Senadora Líder do PT, Ideli Salvatti, de que não será pacífico, do ponto de vista do Governo, o que imagino que é o justo: a TV digital ter exclusividade de incentivos para fabricação no meu Estado.

Afinal de contas, é TV, tanto faz ser digital ou não, e entendo isso como uma conquista do meu Estado. Foi muito leal, vamos discutir isso mais adiante, mas a posição já está tomada, a vigilância está absolutamente demonstrada, e não abriremos mão de que o Governo reconheça que TV digital ou não, TV que voe, que nadie, que engatinhe, que ande de cócoras, tudo é do Amazonas. São Paulo fica com automóvel, não sei quem mais fica com a soja, mas TV, para mim, com clareza, é do Amazonas, e lutarei com unhas e dentes, com todas as unhas e todos os dentes de que possa dispor, para que essa verdade legal, legítima, consagrada no acordo que se fez em torno da Lei de Informática, seja acatada, obedecida.

Então, encaminho também esse pronunciamento que trata do *set-up box*, dispositivo que será conectado aos televisores para conversão do sinal analógico em digital. Há também a vontade de alguns setores de tirar do Amazonas a exclusividade de produzir o *set-up box*, mas não abriremos mão disso de jeito algum.

Essa matéria do jornal **Correio Amazonense** é muito oportuna. Ela lembra que, para a indústria de transmissão, o setor deve gerar 10% do total de R\$100 bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20

anos. Encaminho, então, à Mesa pronunciamento sobre o assunto.

Mas eu mencionava, ainda sobre o pólo industrial de Manaus, referindo-me ao mesmo jornal, **Correio Amazonense**, um dado, Senadora Heloísa, da maior significação: 20% dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus são já graduados em terceiro grau, e a maioria se dispõe a prosseguir nos estudos, ou na pós-graduação ou em cursos complementares, o que é um fato alvissareiro, porque o grande desafio para o Pólo de Manaus é dar um salto tecnológico que lhe permita enfrentar, por exemplo, a concorrência brutal que a China lhe faz.

Mas gostaria de dizer, repetindo, que acompanho o cotidiano, o dia-a-dia da nossa gente. Registro, por exemplo, o atleta amazonense Jander Cardoso, que, nas Olimpíadas Universitárias de 2006 conquistou medalha de ouro na prova de lançamento de dardo.

Sou esportista e entendo que as vitórias no esporte terminam sendo um termômetro da saúde do povo. Quanto mais massificado o esporte, mais massificada a idéia de que o acesso à saúde pode ser uma verdade universal.

E aqui uma notícia enternecedora: há um carateca em meu Estado chamado Lucivan Araújo, faixa preta, que se tornou bicampeão brasileiro junto com a seleção amazonense de Karatê Interestilos, sendo considerado o melhor atleta da competição.

Ainda no esporte, homenageio aqui o empresário João Bosco Brasil Bindá, que é responsável por um projeto muito interessante, intitulado *Craques do Futuro*. Ele pega talentos e procura prepará-los para o futebol. Pena que não haja iniciativa governamental para dar sustentação a isso, alguém faz aqui, um outro que é uma ilha de boa vontade faz acolá.

Ainda no esporte, uma coisa enternecedora, comovente. O atleta Fabrício Gutemberg, de apenas dez anos, atingiu a faixa preta de caratê. Mostrou maturidade, disciplina e tem tudo para ser um grande homem daqui para frente. Eu o homenageio.

O atleta Alex Taveira, jovem de vinte anos, que sofre de uma deficiência física – tem uma perna mais curta do que a outra –, é tricampeão amazonense de jiu-jitsu, e o jiu-jitsu do Amazonas é, simplesmente, a segunda força no Brasil e no mundo nessa modalidade. Ele é um dos melhores do Brasil; lutando com pessoas ditas normais, ele supera a deficiência física. É tricampeão amazonense enfrentando qualquer um nas circunstâncias de uma luta que é muito dura.

Tem ainda, Sr. Presidente, uma notícia triste. Recebi, Senadora Heloísa Helena, uma carta que peço que a Mesa encaminhe ao Ministro do Trabalho para que acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará,

porque aqui temos uma denúncia de escravidão na fazenda Régis, em Cumaru do Norte, no Estado do Pará.

Um cidadão, de maneira muito singela, me escreve e diz que ele se sente escravo.

Ele se refere aqui a mim, ao Senador José Agripino e ao Senador Antonio Carlos Magalhães. O cidadão se diz escravo. Engraçado, ele se referiu à Rádio Senado. Eu não sabia que a Rádio Senado alcançava tão longe. Não sei se foi a TV Senado, por meio de uma parabólica instalada na localidade onde vive, ou se é a Rádio Senado mesmo. O fato é que ele se diz escravo:

Olha Senador, moro nesta fazenda e trabalho de sol a sol, roçando e jogando veneno nas plantações sem proteção [estou sendo literal]. Bebo água do corgo [quis dizer córrego], junto com o gado. Eu nunca recebi salário, e o dono da fazenda não me dá nem férias e coloca a gente para assinar um recibo sem nunca pagar nada.

Diz uma outra coisa:

Eu já escrevi para o Ministro da Justiça, mas não tive nada de resposta e procurei meus direitos em Redenção, um pouco longe daqui, mas não adianta, porque quem manda lá é quem tem dinheiro.

Então minha última esperança é [são] vocês três. Todos os dias ouço os debates no Senado.

Referindo-se aos Senadores José Agripino e Antonio Carlos, pede que compareçamos fisicamente lá para ver como são tratados. Diz:

Todos os trabalhadores dessa fazenda nenhum recebe nada de dinheiro. Vocês três são minha esperança de fazer o Governo olhar o que estão fazendo com a gente.

Senador, eu quero, se possível, que não me identifique, pois eles podem me matar.

Vou repetir o nome da fazenda que mantém escravos segundo essa denúncia: é a fazenda Régis, em Cumaru do Norte no Pará.

Torno a solicitar ao Ministro do Trabalho que acione a Delegacia Regional do Trabalho do Pará para acabar com isso imediatamente e espero merecer do ministro a mais atenciosa resposta e a mais rápida providência, porque não dá para imaginar que o Poder Público possa ser cúmplice de uma situação abjeta e nojenta como essa.

Mais uma notícia que, como as outras, peço que seja inserida nos Anais da Casa. A revista **IstoÉ** desta semana traz uma matéria muito bonita sobre a Síndrome de Down, mostra exemplos de portadores da Síndrome de Down que estão se superando, estão vivendo vidas o mais próximas possível da realidade.

Dei um exemplo aqui uma vez, numa sessão especial em que se tratava da questão dos portadores de necessidades especiais, de um judoca, o Breno. Ele é imbatível lutando contra quem tem Síndrome de Down e enfrenta muita gente dita normal. Ele é uma figura descontraída. Certa vez, ele ganhou um campeonato modesto – não sei onde foi –, e só havia um pódio para ele, campeão. Ele exigiu o dele em cima, um outro mais embaixo para o segundo lugar e um outro mais embaixo para o terceiro lugar. Claro que havia um pouco de vaidade ali – quem não tem? –, mas ele disse assim: “Afinal de contas, eles também merecem. Como é que vai ficar a auto-estima deles?” Disse isso se referindo aos tais normais que ele derrotou.

Entendo que se preocupar com isso, com esses cidadãos, faz parte de um projeto de Governo.

Ainda quero falar da Suene Silva de Moraes, de dezoito anos, do meu Estado, portadora de paralisia cerebral que conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção e se tornou uma aluna exemplar, sendo atualmente representante de sua turma em uma escola de Manaus. Ela foi vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais como aluna destaque. É algo terrível, mas bonito o que ela consegue fazer.

Não há um esquema sistêmico governamental para amparar essas pessoas que foram vítimas desses infortúnios.

Senadora Heloísa Helena, certa vez V. Ex<sup>a</sup> me chamou a atenção para um fato que me sensibilizou e, depois, veio uma carta. Aqui me referia à corrupção e disse algo como: “Essa gente parece que é autista. O Presidente é autista: roubam, roubam, roubam, e ele nunca sabe de nada”. V. Ex<sup>a</sup> me falou pessoalmente – não o fez da tribuna – que não dá para confundir corrupção com autismo.

Recebi uma carta de uma mãe, a Sr<sup>a</sup> Telma Viga, dizendo que, de fato, não está certo misturar autismo com desvio de dinheiro público e me pediu para visitar uma entidade. Fui visitar a Associação Amazonense dos Amigos dos Autistas, que praticamente não recebe ajuda estatal alguma, apenas uma pequena ajuda da Prefeitura e do Estado, quase nada. Em Manaus, apesar de sua população de 1,7 milhão de pessoas, praticamente não há salas especiais, não há escola especial, não há pré-oficina e nem oficina pedagógica.

Então, aquele autista que poderia fabricar vassoura não tem oportunidade. Fui visitar a instituição. Encontrei um menino chamado Wladimir – eu sempre repito isso. Se eu disser que faço aniversário no dia 20 de agosto e perguntar o dia da semana em que comemorarei a data em 2010 por exemplo, ele diz, e você pode conferir que vai ser aquilo mesmo. Há um

outro – não há dentista nem médico lá a não ser os voluntários – que sai de ônibus para ir ao dentista ou ao médico. Ele decorou todas as linhas de ônibus de Manaus. Se perguntarem qual a linha para o bairro da Redenção ou para o Alvorada, ele fala 072, 095; ele vai dizendo todas as linhas de ônibus. O Edinho, filho da Telma Viga, é um grande desenhista, e o Natan é especializado em computador – especializado é modo de dizer, porque ele não estudou; ele é gênio, ele desenha coisas belíssimas e mexe com o computador como ninguém.

Eu me referi a quatro exemplos do que se chama em Medicina de autismo severo. Existe a Síndrome de Asperger, cujo portador pode levar uma vida normal desde que saiba de sua condição e cuide disso; há o portador de autismo leve, que leva uma vida quase normal; há o médio e o severo. Esses quatro são severos. Agora, o que acontece? Como lá não há escola especial, eles têm de ir para as chamadas escolas normais e depois dos treze anos eles não são aceitos em escola alguma. O autista então fica em casa e, com isso, ele fica agressivo, ele fica mais hiperativo do que nunca, ele fica marginalizado. Se a família não tem meios para cuidar dele, é uma coisa realmente muito complicada. Tomei uma lição de amor com aquela gente.

Em Manaus, há um menino de uma família da Paraíba que é, Senador Suplicy, cego, surdo, mudo, deficiente mental, epilético e autista – esse o destino sorteou com muito rigor. Ele está lá, junto com os outros.

Então, é uma coisa terrível. O mais triste é que, na AMA, eles não têm dinheiro para cuidar desses pacientes todos os dias, então eles ficam, em média, dois dias por semana; são turmas que se alternam dois dias por semana.

Portanto, registrei o cotidiano, registrei o esporte – sou apaixonado por esporte; esporte faz parte da minha vida –, registrei o fato da escravidão, registrei os avanços e as lutas do pólo industrial de Manaus, registrei a saudade de um amigo que acabei de perder, registrei outra perda muito importante para meu Estado.

Sr. Presidente, é muito essencial – vou tentar se muito genérico – cobrar isso do meu Estado. Há pessoas que nasceram para mandar – Napoleão Bonaparte era uma dessas pessoas. Eu fui treinado – digo treinado mesmo, porque meu pai me treinou – para desobedecer. Meu pai fazia questão que eu fosse desobediente. Pronto, ele conseguiu o êxito: sou uma pessoa desobediente. Estou apreciando muito a cobertura que está sendo dada aos candidatos a Presidente da República e que tem propiciado, por exemplo, o seu crescimento, Senadora Heloísa Helena.

V. Ex<sup>a</sup> tem tido ocasião de explicitar o que pensa, e muito do que pensa não está de acordo com o que penso, embora eu a respeite muito e deseje a V. Ex<sup>a</sup> uma votação à altura de sua dignidade. É isso que deve acontecer nos Estados.

Não aceitarei, por exemplo, em meu Estado, essa história de um jornal ser ligado ao Governador; outro jornal, ligado ao ex-Governador; e outro jornal... Aviso a esses navegantes todos que terão comigo uma surpresa do arromba se porventura eu perceber alguma coisa parecida com falta de liberdade de expressão em meu Estado: tipo levar os jornalistas mais ilustres do País ao meu Estado para ver o equilíbrio ou o desequilíbrio das notícias; tipo ir à Justiça, se necessário for, para obter direito igual.

Se Zezinho teve direito a um terço de página, então o Arthurzinho aqui quer um terço de página, com clareza e sem, evidentemente, qualquer compromisso financeiro com quem quer que seja, até porque não tenho. Não tenho por duas razões: não tenho porque não tenho e não tenho porque não quero – duas razões bem fortes. O que quero é ser noticiado em igualdade de condições.

Eu, por enquanto, serei genérico, muito genérico. Mas quem é genérico vira específico na hora em que precisa ser específico. Não há hipótese de alguém me atingir e achar que não vai haver reação. Não há hipótese. Só quem não me conhece. Um de meus caracteres uma das características fundamentais é precisamente a previsibilidade. Isso é bom? Talvez. Isso é ruim? Deixa-me muito vulnerável em política? Talvez. Já sabem como vou agir. Já sabem como vou agir. Os adversários têm em mim um livro aberto. Sabem que, se fizerem assim, vou agir assado. Não há o que discutir. Então, opta por ser meu adversário quem quiser e arca com as consequências disso. Tenho esta tribuna aqui – se não a tivesse, já não teria medo – e com esta tribuna, sinto-me muito forte para enfrentar tudo o que vier pela frente, tudo o que vier pela frente.

É engraçado que, falando desse jeito, pode parecer estranho ao Senador Eduardo Suplicy, à Senadora Heloísa Helena e a V. Ex<sup>a</sup>, mas há pessoas que sabem, precisamente, por que estou falando isso, estão recebendo o recado e encaixando-o direitinho. A partir deste discurso, essas pessoas vão se portar de um jeito ou de outro em relação a mim, na minha terra. Topo os dois jeitos: tanto o jeito melhor, mais ameno, ar condicionado, temperatura de 22 graus, aquela dos bons tempos da Varig; como o caldeirão, 48 graus, de paletó e gravata, para torrar mesmo, para a água desaparecer, para desidratar. Também aceito isso.

Estou avisando com muita clareza: não vou aceitar manipulação de pesquisa. Não vou aceitar brincadeira de mau gosto com a democracia que ajudei a construir. E mais: estou pronto na luta, como sempre, para apenas duas coisas.

Há pessoas que se aprontam para mil coisas, eu só me aprontei para duas. Há pessoas que são terríveis, se aprontaram para a, b, c até z. Eu só me aprontei para duas coisas: a primeira, para o que der; a segunda, para o que vier. Só duas, com muita nitidez.

Estou falando com endereço muito certo. Volto para minha terra amanhã, recomeço meus trabalhos, seguro de que falei para quem devia o que devia, por ora, no limite que achei que devia. Posso amanhã não ter limites quaisquer.

Mas o fato é que essa eleição, queiram ou não queiram alguns aproveitadores, essa eleição no Amazonas será democrática. Estaremos fiscalizando. O povo deve se pronunciar livremente, legitimamente.

Portanto, seguro de que a primeira parte da minha fala todos entenderam e de que a segunda só entendeu quem eu queria que entendesse, está dado o recado. Eu, quem sabe, não precise mais voltar ao assunto. Basta normalizar, ou talvez eu precise voltar ao assunto. Aí, vai normalizar depois que eu voltar ao assunto. Tenho certeza. Conheço as pessoas a quem me refiro.

O que é mais confortador: eu me conheço. Então, como me conheço, nessas horas, não me resta alternativa. Alguém tem que se dobrar. Não serei eu a me dobrar; ou então ninguém se dobra. Cada um mantém a altivez. Só pode manter a altivez quem a tem. Eu a tenho de sobra. Não a vendo porque não sou de negociar esses valores, mas tenho altivez de sobra. Não posso dar, nem emprestar, nem alugar, nem fazer *rent* de altivez. Não há nada disso.

Apenas, estou pronto para as duas coisas: para o que der e para o que vier.

Por ora, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Espero que eu possa, depois, voltar aos assuntos nacionais. Se tiver que voltar, voltarei. E o tom será outro! O tom será bem outro. O discurso será bem mais rico de dados, muito mais rico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

**REQUERIMENTO Nº , DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pela morte, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, de Jorge Antonio Seffair Bulbod, mais uma vítima da violência no País.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pela morte trágica, em Manaus, no dia 13 de julho de 2006, do engenheiro Jorge Antonio Seffair Bulbol, vítima da violência no País.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Jorge Bulbol.

**Justificação**

Sensibiliza-me a morte do engenheiro Jorge Bulbul, assassinado em seu apartamento, em Manaus. Ele foi mais uma vítima da violência, num cenário que se amplia no País, deixando as famílias sem segurança até mesmo em suas residências. Conheci Bulbul, o Jorginho, como e conhecido na Capital do Amazonas. Engenheiro, ele foi servidor da Prefeitura de Manaus, durante meu mandato como Prefeito. Sempre foi uma pessoa trabalhadora, cheio de vida e desportista, amante do futebol. Na noite em que foi morto, havia regressado pouco antes de uma partida de futebol.

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso para a pesquisadora Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que realizaram um trabalho inédito no Brasil sobre as espécies de árvores da Amazônia.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

**Justificação**

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a pesquisadora da Embrapa, Noemi Vianna e o jornalista Silvestre Silva, que juntos realizaram um trabalho até então considerado didático e inédito no Brasil, reunindo em uma única obra, um olhar completo sobre cinqüenta e cinco espécies de árvores da Amazônia.

Trata-se de uma pesquisa minuciosa que durou de 1997 a 2005, percorrendo nove Estados da Amazônia, acumulando um enorme acervo fotográfico sobre as diversas espécies de árvores desta região.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

**REQUERIMENTO N° , 2006**

**Requer voto de aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para Jander Cardoso, por sua atuação nas Olimpíadas Universitárias de 2006.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

**Justificação**

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o atleta amazonense Jander Cardoso, que durante a realização das Olimpíadas Universitárias de 2006, em Brasília, conquistou a medalha de ouro na prova de lançamento de dardo. Ressalte-se ainda que o atleta já tivesse brilhado no ano anterior em Recife, conquistando a medalha de prata na mesma modalidade.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

**REQUERIMENTO N° , 2006**

**Requer voto de aplauso para a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para seleção amazonense de Karatê Interestilos, que conquistou o bicampeonato brasileiro de faixas pretas da modalidade.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

**Justificação**

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a seleção amazonense de Karatê Interestilos, que se sagrou bicampeã brasileira da modalidade no campeonato realizado entre os dias 13 e 16 de julho na cidade de Recife. O lutador Lucivan Araújo foi considerado o melhor atleta da competição tendo recebido o certificado de “destaque” do campeonato.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

**REQUERIMENTO N° , 2006**

**Requer voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto social “Craques do Futuro”.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

### Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o empresário João Bosco Brasil Bindá, responsável pelo projeto piloto “Craques do Futuro” que visa fazer de Manaus um grande pólo formador de atletas. Seus atletas já estão treinando em grandes equipes mineiras como o Cruzeiro e o Atlético Mineiro e participarão do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil, que será realizado em Londrina onde estarão presentes os maiores clubes do Brasil.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

### REQUERIMENTO Nº , 2006

#### **Requer voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao jovem atleta Fabrício Gutemberg, de apenas 10 anos, faixa preta que desponta como nova e promissora revelação do Caratê no Amazonas.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do homenageado.

### Justificação

Fabrício Gutemberg tem apenas 10 anos, mora em Manaus há um ano e já é vice-campeão amazonense de caratê (2005), na categoria mirim. É a mais nova e promissora revelação desse esporte, que pratica desde os quatro anos de idade. Nesses últimos seis meses, ele não participou de competições, para se dedicar aos estudos. Apenas treina, para progredir e chegar a ser o primeiro no Amazonas nessa modalidade. Vai chegar.

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO Nº , 2006

Requer voto de aplauso ao atleta amazonense Alex Taveira, tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas, pela sua perseverança e dedicação como desportista que venceu inclusive uma pequena deficiência física.

Requeiro, nos termos do art.222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado,

nos anais do Senado, voto de aplauso ao atleta Alex Taveira, jovem de 20 anos que teve perseverança e força de vontade para vencer pequena deficiência física, tornando-se tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu.

### Justificação

Dedicação, perseverança, força de vontade. Esses três requisitos fazem parte da vida do atleta amazonense Alex Taveira, já tricampeão de Jiu-Jitsu no Amazonas. Alex nasceu com a perna direita mais curta e, a despeito do grande desafio que representava a superação de preconceitos, foi em frente e venceu. Hoje é tricampeão amazonense de Jiu-Jitsu. Ele não pára aí. Quer ir adiante para conquistar novos troféus. Vai chegar lá, sem dúvida!

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

### REQUERIMENTO Nº , 2006

#### **Requer voto de aplauso para a estudante Suene Moraes.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de aplauso para a estudante Suene Moraes, que como portadora de necessidades especiais tem conseguido se destacar como aluna da 7º série do ensino fundamental, em uma escola estadual destinada a alunos normais.

Requeiro, mais, que o voto de aplauso seja encaminhado ao homenageado.

### Justificação

O voto de aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear a estudante Suene Silva de Moraes, de 18 anos, que portadora de paralisia cerebral, conseguiu vencer a falta de coordenação motora e a deficiência de dicção, se tornando uma aluna de exemplar na escola e hoje é representante de turma. Além disso, a estudante já venceu um concurso local de redação e foi indicado por uma professora da escola, vencedora do Prêmio Nacional de Alfabetização de Alunos Especiais, como a aluna de destaque.

Sala das Sessões, 26 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores**

Participei ontem, com profunda emoção, da Missa de 7º Dia de Raimar Aguiar. Perdi um amigo, mas o Estado do Amazonas perdeu o seu leal defensor, escritor, cronista, empresário e economista. Sempre dedicado à defesa de todos os temas relacionados à Região Amazônica, Raimar, profissional brilhante e homem de visão, semeou idéias e lutou para efetivar melhorias para o nosso Estado. Preocupado com a sua preservação, foi um intransigente defensor das questões do meio ambiente e do homem amazonense.

da

Desenvolveu vários projetos para o Pólo Industrial de Manaus. Foi Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM e Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas do Estado do Amazonas. Participou como Secretário de Estado do Amazonas e como membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda e do Conselho Temático de Integração da CNI - Confederação Nacional da Indústria, além de vários conselhos técnicos.

No entanto, o que me traz a esta Tribuna, Senhor Presidente, não é destacar as qualidades do homem público Raimar, mas a figura humana digna, simples, generosa, alegre, espontânea, humilde, firme e cheia de otimismo diante da vida. Raimar foi múltiplo em tudo!

Senti-me extremamente tocado com o mesmo sentimento de saudade que invadiu todos os presentes. Foi possível constatar o maior legado deixado por ele: o seu exemplo de vida. Raimar partiu da mesma forma que viveu: rodeado da solidariedade dos seus amigos e admiradores, e do carinho da família.

Era o que tinha a dizer.



**Senhor Presidente, Senhoras e  
Senhores Senadores,**

Já indispensável ao Brasil, o Pólo Industrial de Manaus reúne, sabemos, invejável parque fabril de alta tecnologia. Ou seja, as indústrias ali estabelecidas são todas de geração moderna, em condições de disputar os mercados internacionais, sempre exigentes.

Hoje, registro com a mesma ênfase com que sempre defendi o PIM, um outro dado, relevante e de que nos orgulhamos: dos que trabalham no Pólo 20% são graduados.

Obtive essa informação no Centro das Indústrias do Amazonas e também li no jornal *Correio Amazonense* uma reportagem a respeito, mostrando a alta qualificação dos trabalhadores dessas empresas.

O Pólo Industrial de Manaus, por ser detentor de alta tecnologia exige de seus trabalhadores qualificação à altura.

Destaco ainda a informação não menos significativa do empenho da maioria desses trabalhadores em continuar se especializando, em cursos mais avançados ou em ~~cursos~~ complementares.

Fica, pois, o registro, com meus cumprimentos aos dirigentes da Suframa, na pessoa de sua dirigente, a Dra. Flávia Grosso, e a todos que, em diferentes áreas das indústrias do PIM, contribuem para que o Amazonas conquiste novos triunfos.

Era o que tinha a dizer.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,

Venho registrar matéria publicada no *Correio Amazonense* de 25 de julho, que trata do desenvolvimento do set top box, dispositivo que será conectado aos televisores para a conversão do sinal digital em analógico. "Assim que for concluído o detalhamento técnico da TV digital brasileira, o laboratório da Philips em Manaus começará a desenvolver seu set top box". A expectativa da companhia é de que o mercado seja abastecido com o produto dentro de um ano.

O sistema analógico coexistirá com o digital por 10 anos. A partir de então, o uso do conversor será indispensável para assistir à televisão aberta. As empresas Philips, Semp Toshiba, Samsung e RF Telavo avaliam que o impacto positivo da TV digital para a indústria só seja sentido daqui a dois anos. Para a indústria de transmissão, o setor deve gerar 10% do total de R\$ 100 bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20 anos.

Portanto, trata-se de um mercado promissor não só para o Amazonas, mas para o Brasil. Ver nossos produtos se tornarem realidade é resultado de ampla pesquisa e capacitação científica, tecnológica e industrial.

Era o que tinha a dizer.

**Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,**

É inacreditável, mas ainda há escravidão no Brasil! Ou ao menos algo parecido e praticado por empresários que afrontam a lei, supondo que tudo é possível e que podem tudo. E também, segundo relato que recebi esta manhã, porque de nada adianta recorrer ao Governo Lula, *pois ninguém faz nada.*

O tipo de escravidão humana de que falo ocorre no Estado do Pará, na zona rural de Cumaru do Norte, perto de Alto Paraná. E, acreditem, só tomei conhecimento porque existe a Rádio Senado, que chega a Cumaru e é ouvida por trabalhadores da Fazenda.

Um deles, é ouvinte também da rádio local, uma emissora comunitária, que provavelmente retransmite a Rádio Senado. Ele, em nome de outros, trabalham na Fazenda Régis e, segundo dizem, em regime de escravidão.

Esse ouvinte dirigiu-se ao apresentador de um programa de forte apelo popular. Ele, que pediu para manter o anonimato, escreveu-me uma carta e a encaminhou ao programa da emissora, que a fez chegar a minhas mãos. Uma carta igual foi por ele encaminhada também aos Senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães. Seu remetente pedindo socorro. Ele é escravo em pleno Governo Lula, que se diz protetor dos desfavorecidos.

Leio a carta desse cidadão de Mato Grosso, reproduzindo, até pela sua singeleza, os exatos termos por ele usados:

*Caro Senador Arthur Virgílio,*

*Como vai você? Tudo bem? Espero que sim, porque comigo não está nem um pouco bem. Por isso, resolvi procurar sua ajuda e também a ajuda dos senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães.*

*Olha, Senador, há seis anos que eu moro nesta fazenda e trabalho de sol a sol, roçando e jogando veneno nas plantação sem proteção. Trabalho num barro de lona preto, bebo água do corgo (córrego), junto com o gado. Eu nunca re-*

*cebi salário, tenho problema de saúde mais o dono da fazenda não me dá nem férias e coloca a gente para assinar um recibo sem nunca pagar nada.*

E mais, em outro trecho:

*Eu já escrevi para o Ministro da Justiça, mas não tive nada de resposta e procurei meus direitos em Redenção, um pouco longe daqui, mas não adianta, porque quem manda lá é quem tem dinheiro.*

*Então minha última esperança é (são) vocês três, porque por aqui não adianta porque sou negro e pobre.*

*Eu não tenho televisão no barraco de lona mas tenho um radinho de pilha e todos os dias eu ouço os debates no Senado.*

*O Senhor e o mais o Sr. Agripino e Antonio Carlos Magalhães podem vir aqui vê minha situação, por favor, para*

*ver como nós somos tratados. Todos os trabalhadores desta fazenda nenhum recebe nada de dinheiro.*

*Eu não tenho nada, só a mulher e meu filho para sustentar. Vocês três senadores são minha esperança de fazer o governo olhar o que estão fazendo com a gente.*

*Senador eu quero, se possível, que não me identifique, pois eles podem me matar.*

Aí está o lamento de mais um brasileiro que vive como escravo.

Peço à Mesa que encaminhe cópia deste pronunciamento ao Ministro do Trabalho, para que ele tome conhecimento do regime de escravidão na Fazenda Régis, em Cumaru do Norte no Pará.

Solicito ao Ministro que acione a Delegacia Regional do Trabalho no Pará, para a investigação que o caso exige. E peço notícias a respeito dessas providências.

*Éta é que tem o lugar*

*N*

*Antônio Guterres*

*4*

Senhor Presidente,

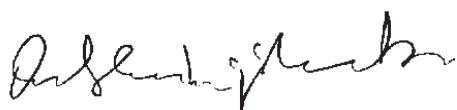
Senhoras e Senhores Senadores,

A revista *IstoÉ* desta semana traz interessante matéria sobre a síndrome de *Down*, mostrando os avanços da ciência para sua melhor compreensão e para que seus portadores se insiram cada vez mais na atividade normal da sociedade.

Diz a matéria, de autoria de Greice Rodrigues e Lena Castellón, que graças a essa evolução já há uma geração *Down* que usa sozinha o transporte público, pratica esporte, diverte-se, trabalha, tem Carteira assinada – enfim, coisas que há dez anos seriam impensáveis.

Por ser assunto de interesse geral, solicito que a matéria seja inserida nos Anais, na íntegra, como parte deste discurso.

Era o que tinha a dizer.



# Alta tecnologia do PIM exige qualificação

*Dados do Cieam apontam que apenas 20% do quadro funcional da indústria amazonense é graduado*

Adriana Costa

Da equipe do Correio

**D**etentor de um parque fabril com alta tecnologia, o Pólo Industrial de Manaus (PIM) agrega, a cada ano, uma mão-de-obra mais especializada. Com base nos dados do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), atualmente, 20% do quadro funcional da indústria amazonense é de graduados. "As novas tecnologias exigem maior grau de qualificação e imediata aplicabilidade. Em função da competitividade, checaremos antes do que imaginamos a um processo de exigência cada vez maior", explicou o presidente do Cieam, Maurício Loureiro. O executivo ressaltou que a China – forte concorrente do polo local – forma, mais de círco mil engenheiros e analistas de sistemas por ano.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os trabalhadores na indústria estão se tornando cada vez mais qualificados. Pesquisa anterior do instituto mostra que, em 1996, existiam aproximadamente sete trabalhadores com escolaridade inferior a cinco anos para cada trabalhador com mais de 11 anos de estudo. Em 2002, para cada trabalhador qualificado na indústria, existiam apenas quatro trabalhadores não qualificados. De acordo com

estudo, o desenvolvimento tecnológico é o fator fundamental para explicar esse crescimento na demanda por qualificação:

## PIM atrai candidatos

Atraído pelos dados positivos da economia amazonense, o recém-formado em Administração – com ênfase em Agro-negócios, Carlos Henrique Oliveira, 29, deixou, no início de julho, a cidade natal – Porto Velho (RO) para tentar a vida em Manaus. Município de diploma e currículos, já percorreu

mento, formação e experiência representativa e perfeita para obtenção de um espaço no mercado competitivo atual.

## Desafio

Quem já está no mercado de trabalho, aconselha aos universitários e recém-formados a enfrentarem desafios, a fim de obter uma vaga no polo local.

A graduanda em Administração em Comércio Exterior, Diana Ferreira, 22, há quatro meses atua como estagiária em uma fábrica de eletrodomésticos do Distrito Industrial. "Quando surgiu a oportunidade, não sabia a função que iria exercer. Mas não hesitei em aceitar a proposta", explicou. Hoje, a universitária tem como atividade buscar melhorias para aumentar a produtividade da indústria onde trabalha.

Diana relatou que durante o pouco tempo de estágio já recebeu proposta para migrar para a área de engenharia da fábrica. Como olhar no futuro, entre os objetivos da universitária está o conhecimento em sistema SAP, que é bastante utilizado pelas companhias do PIM. "O negócio é aproveitar as oportunidades que aparecem", concluiu a futura administradora.

*Apesar das exigências, polo fabril atrai profissionais de todas as partes do País*

algumas empresas de recrutamento com o intuito de iniciar uma nova empreitada na cidade. Apesar do pouco tempo, o candidato já recebeu duas propostas. "Fiz alguns testes, e aguardo retorno", comentou. Na opinião de Oliveira, Manaus oferece mais oportunidades de trabalho em relação a Rondônia, tanto no comércio quanto na indústria. Em busca de constante qualificação, o administrador destacou que outro fator que contribuiu para a transferência de Estado foi a oferta de cursos oferecidos no Amazonas.

Oliveira frisou que o casal

**TV DIGITAL**

# Fabricantes de eletroeletrônicos aguardam definição

*Segundo a Philips, assim que for concluído o detalhamento do padrão, o laboratório da empresa em Manaus começará a desenvolver seu set top box*

Para dar a partida aos negócios da TV digital, que prometem movimentar R\$ 100 bilhões nos próximos 20 anos, fabricantes de eletroeletrônicos dependem ainda da definição de parâmetros técnicos. Inovações como o acesso à Internet por meio dos aparelhos de tevê levarão seis meses para ser detalhadas. Empresas como Philips, Semp Toshiba, Samsung e a RF Telavo asseguram que os frutos da TV digital só virão para a indústria daqui a, pelo menos, dois anos.

Assim que for concluído o detalhamento técnico da TV digital brasileira, o laboratório da Philips em Manaus começará a desenvolver seu set top box, aparelho que será conectado ao televisor para a conversão do sinal digital. Por cerca de 10 anos, o sistema de televisão analógico coexistirá com o digital e, somente após este prazo, é que o uso do conversor será indispensável para assistir à televisão aberta.

De acordo com Walter

Duran, diretor de tecnologia da Philips, a expectativa da companhia é começar a abastecer o mercado de set top box dentro de um ano. A empresa fará a distribuição do produto nos mesmos locais em que os transmissores digitais forem instalados pelas emissoras de tevê.

Para a indústria de transmis-

bilhões estimados para o mercado de produtos e serviços voltados para a TV digital dentro de 20 anos.

"O impacto da TV Digital para a nossa indústria será sentido a partir de 2008. Até lá, as trocas de transmissores serão pontuais, concentradas nos centros", esclarece.

**Abinee**

Antes de iniciada, a fabricação dos conversores (ou set top boxes) gera polêmica no

setor industrial. Isso porque o empresariado se divide entre aqueles que querem a inserção do item nos benefícios da Lei de Informática e os que defendem a inclusão do produto na categoria de áudio e vídeo, beneficiada se produzida em Manaus. Fabricantes de Manaus acham que o conversor faz parte da linha de áudio e vídeo e só poderá receber incentivos se fabricado em Manaus.

**Setor de transmissão deve gerar 10% do total de R\$100 bilhões**

MÉDICINA & BEM-ESTAR

# CADA VEZ MENOS DOWN

GREICE RODRIGUES  
E LENA CASTELLÓN

**A atual geração de pessoas com síndrome de Down vive mais, trabalha, pratica esporte e casa**

**H**ouve um tempo em que os pais de uma criança com síndrome de Down - o conjunto de alterações no organismo provocado por um distúrbio genético logo na geração - escondiam o filho da família e dos amigos. Algumas vezes por se sentirem mal, outras por desejarem pre-

servá-lo, já que ele seria um ser frágil e pouco capaz de conduzir sua própria vida. O que fazer para livrá-lo de perigos a não ser afastá-lo da sociedade? Quanto engano! Por causa da evolução da ciência no entendimento da síndrome e das ações para inserir essas pessoas normalmente na sociedade, hoje elas estão mais atuantes. To-

dos esses avanços criaram uma geração down que usa sozinha o transporte público, pratica esporte, se diverte, trabalha, tem carteira assinada, recebe salário, namora e até se casa, algo impensável há uma década. **Eles também estão vivendo mais tempo, mostrando com tudo isso que, ao contrário do que muitos acreditam, não são dependentes.** Os especialistas preferem classificar a síndrome de acidente genético e não de doença.

Um sinal de que as pessoas com Down estão vivendo melhor e com mais autonomia é o entusiasmo com que se referem a seus cotidianos. "Quero ganhar mais. Meu sonho é comprar um laptop", comenta o cario-

**ESPECIALISTAS DESCOBRIRAM QUE INTEGRAR ESSAS PESSOAS**

**A SOCIEDADE É MUITO MELHOR DO QUE**

**COMO SE FAZIA ANTES**

ca Thiago Pompeu, 23 anos. Funcionário contratado de um restaurante da tradicional rede carioca La Mole na zona sul do Rio, Pompeu conta que recebe belas gorjetas. E revela sua pretensão profissional: virar gerente da casa. Outro desejo é se tornar campeão de natação do Rio de Janeiro dentro do circuito paraolímpico Loteria da Caixa, disputado em diversas etapas no Brasil. Ele já participou de duas fases e trouxe cinco medalhas.

Histórias como essas, que não têm nada de *down* (ou para baixo, na gíria criada a partir do inglês), tornam-se mais comuns. Pais, familiares, médicos e cientistas estão aprendendo melhor a respeito da síndrome e de como lidar com as consequências desse acidente genético. Em 95% das vezes, ele acontece ao acaso e uma pequena parte é por herança dos pais. Um dos avanços foi perceber que o isolamento prejudicava em vez de proteger. "Quanto mais inseridos na sociedade melhor. Há maiores chances de a pessoa se desenvolver", diz a médica geneticista Silvia Longhitano, coordenadora do ambulatório da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), em São Paulo. Para Glória Amato, presidente da Carpe Diem, uma instituição que trabalha com a inclusão social dessas pessoas, a independência é o objetivo. "A nossa luta é para que elas se tornem cidadãs autônomas integradas à comunidade", reforça. A decisão recente de abolir as escolas para as crianças especiais, colocando-as em colégios comuns, segue essa tendência.

O trabalho de inclusão começa nos primeiros meses de vida pela estimulação precoce, os exercícios que facilitam o desenvolvimento físico, motor, intelectual e social. A paulistana Janaína Godoy, 21 anos, comprovou o quanto isso ajuda. Mãe da serelepe Júlia, dois anos, ela foi interpelada na rua por uma mulher curiosa em saber a idade da pequena. "Ela mostrou logo dois dedinhos", orgulha-se. Desde os sete meses Júlia segue o programa de estimulação da Apae, que tem fisioterapia, fonoaudiologia, música e brincadeiras, entre outras atividades.

É importante ressaltar que os indivíduos com *Down* não apresentam diferença na anatomia do cérebro. O que ocorre é uma lentidão no desenvolvimento mental, provavelmente gerada por problemas genéticos. Os cientistas estudam minúcias biológicas para compreender por que as funções cognitivas são afetadas. **Um dos últimos trabalhos nesse campo é o da Escola de Medicina da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. No início deste mês, os pesquisadores anunciaram ter descoberto uma possível causa da deficiência mental: um gene que, ao se manifestar em excesso no corpo, provocaria uma espécie de paralisia nos neurônios responsáveis pela atenção e memória.**

O excesso de material genético interfere em outros mecanismos, que também estão sendo pesquisados. Algumas consequências são notórias, caso da obesidade. "Mas os diagnósticos são feitos cada vez mais cedo e isso tem permitido que essas pessoas vivam mais e melhor", afirma a médica Elaine Rodini, coordenadora do laboratório de genética da Universidade Estadual Paulista, em Bauru. Ou seja, a criança *Down* de hoje completará mais aniversários do que as das gerações passadas. Segundo dados do Instituto Meta Social, outra entidade que batalha pela inclusão dos indivíduos com a síndrome, em 1947 eles viviam 15 anos na média mundial. Em 1989, a expectativa de vida passou para 50 anos e atualmente está em 70.

Apesar dessas vitórias, ainda há barreiras a superar. A atual novela global

conceito e do desconhecimento da síndrome. No ano que vem, a escola de samba Império Serrano levará 1 avenida um enredo que aborda campanha do Instituto Meta Social: diferente é normal. "A campanha provocado mudanças no comportamento. Os pais, por exemplo, afirmam que se sentem mais à vontade de com os filhos", diz a carioca Heloísa Werneck, coordenadora do instituto.

Muita gente se surpreende achar que esses homens e mulheres podem trabalhar, estudar e namorar. Tudo depende de como foram criados. Mariana Amato, 27 anos, de Ilha de Glória, da Carpe Diem, começou emprego num banco na capital paulista, continua estudando e gosta de se divertir com os amigos e o namorado. Há uma semana retornou de uma viagem de férias que fez, sozinha, pela Paraíba. "Sou tão capaz quanto qualquer pessoa da minha idade", crava. É bom esclarecer que não há graus na síndrome. Ninguém está com menos ou mais *Down*. Algumas pessoas têm mais capacidade para assumir responsabilidades, como administrar uma conta corrente, do que outras. Mas isso ocorre com todo mundo.

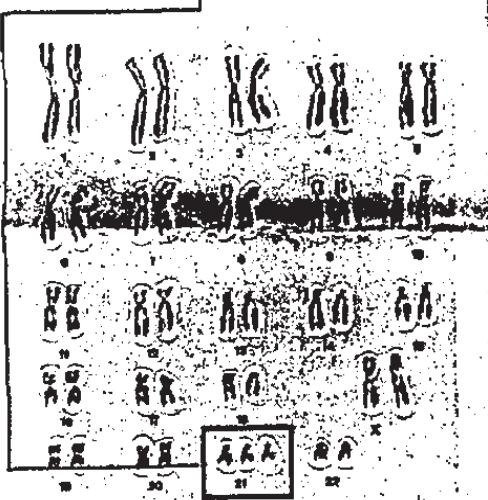
**Constituir família é uma questão mais delicada. Não por que não possam ter bebês. O "detalhe" é que o filho de um casal com um dos parceiros *Down* tem 50% de chances de ter a alteração genética que causa a síndrome. Se os dois tiverem, a probabilidade sobe para 75%.** Há dois anos e oito meses, Ariel Goldenberg e Rita de Cássia Pokk, ambos com 26

anos, se casaram. A paixão foi à primeira vista, mas o namoro só se firmou

## QUE É A SÍNDROME

**Ela é provocada por uma alteração na quantidade de cromossomos, as estruturas que carregam as informações genéticas. Normalmente, o ser humano tem 46, agrupados em 23 duplas. Porém, uma em cada 600 crianças nasce com uma cópia a mais no par 21. Ou seja, tem três cromossomos em vez de dois. Esse excesso de material genético gera uma série de características:**

- 1** Tendência à baixa estatura, face larga, pálpebras oblíquas, mãos pequenas e dedos curtos
- 2** O cromossomo a mais leva à formação típica do rosto, mas não há modificações na anatomia cerebral. O órgão não difere dos indivíduos sem a síndrome. A razão provável do atraso no desenvolvimento neuromotor está na alteração da expressão de genes do cromossomo 21



**3** Por causa do aumento de material genético, diversos sistemas são afetados. É o que pode acontecer, por exemplo, com a tireóide, a glândula que produz hormônios relacionados ao aumento de peso, entre outros efeitos

Todas essas complicações podem ser evitadas hoje com eficiência, graças ao maior cuidado com a saúde da pessoa com síndrome de Down e à melhoria de sua qualidade de vida.

**4** Indivíduos com Down também estão sujeitos a apresentar precocemente mal de Alzheimer, uma degeneração neurológica ligada à idade. Em geral, ela se manifesta por volta dos 60 anos. No caso do portador do cromossomo triplicado, a média baixa para 40 ou 50 anos

**5** Quem tem a síndrome tende à obesidade. E, por tabela, pode sofrer de problemas de colesterol, diabetes e doenças cardiovasculares. Outros riscos possíveis são leucemias (câncer que afeta células sanguíneas) e distúrbios auditivos

mou meses depois, numa festa. "Brindamos com refrigerante ao som da trilha do filme *Titanic*", lembra Rita. A vida de casado não é diferente das demais pessoas. A dupla trabalha — ele, numa corretora de seguros, ela em uma drogaria. E tem um grande objetivo: comprar uma casa. Quanto a ter filhos, não querem. "Fiz vasectomia. Tudo por amor a esta mulher", declara Antônio. Um romântico, definitivamente. ■

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PRB** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

**PMDB** – João Alberto Souza \*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney \*\*

### Pará

**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

**PMDB** – Iris de Araújo\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Demóstenes Torres \*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**PSDB** – Antero Paes de Barros \*  
**PFL** – Jonas Pinheiro \*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

**PSDB** – Luiz Pontes\*  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**PMDB** – Ney Suassuna \*  
**PFL** – Efraim Moraes\*\*  
**PMDB** – José Maranhão \*\*

### Espírito Santo

**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

### Piauí

**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

**PFL** – Jorge Bornhausen \*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – João Tenório\*\*<sup>S</sup>

### Sergipe

**PFL** – Maria do Carmo Alves \*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

### Amazonas

**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

**PSDB** – Alvaro Dias \*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

### Acre

**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**PTB** – Antônio João \*\*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque \*\*  
**PFL** – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro \*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

**PMDB** – José Sarney \*  
**PMDB** – Gilvam Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
**Vice-Presidente:** Senador Rodolpho Tourinho - PFL  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**  
**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR<sup>(2)</sup>****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:** Senador Papaléo Paes - PSDB  
**Vice-Presidente:** Senador Augusto Botelho - PDT  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago)<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL (vago) <sup>(3)</sup>	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B<sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB<sup>(1)</sup>**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa - PT

**Vice-Presidente:** Senador César Borges - PFL

**Relator:** Senador João Alberto Souza - PMDB

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT  
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL (vago) <sup>(6)</sup>	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
 E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
 Telefone: 3311-3506 Fax:  
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1<sup>a</sup> Eleição Geral: 19.04.1995

4<sup>a</sup> Eleição Geral: 13.03.2003

2<sup>a</sup> Eleição Geral: 30.06.1999

5<sup>a</sup> Eleição Geral: 23.11.2005

3<sup>a</sup> Eleição Geral: 27.06.2001

**Presidente:** Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>

**BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>a</sup> do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho <sup>4</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

**PMDB**

Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)**

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

**PDT**

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

**PTB**

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	2051
-----------------------------	------

(Atualizada em 9.6.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1<sup>a</sup> Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Sigmarinha Seixas (PT-DF)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) <sup>3</sup>	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

# **CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## **COMISSÕES DE TRABALHO**

### **01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### **03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

### **05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

### COMPOSIÇÃO

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.04.2005**

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### **NÚMERO AVULSO**

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### **ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



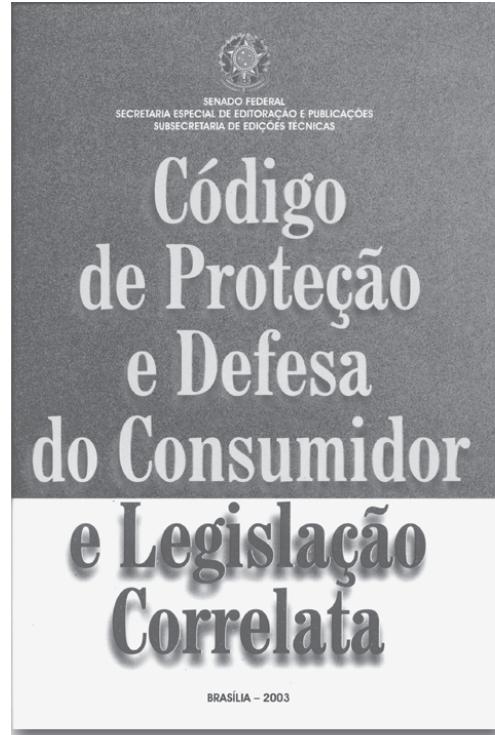
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)



**Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS**